INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

MARIA BÁRBARA THAME GUIMARÃES

A SAGA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO DE CUIABÁ/MT:
Políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação

Rio de Janeiro
2023

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

MARIA BÁRBARA THAME GUIMARÃES

A SAGA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO DE CUIABÁ/MT:
Políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof. Dra. Lia Motta - MP/Iphan
Coorientador: Prof. Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho - MP/Iphan
Supervisora: Amélia Hirata - Iphan/MT

Rio de Janeiro
2023

O objeto de estudo desta pesquisa foi definido a partir de questões identificadas no cotidiano da prática profissional na Superintendência do Iphan em Mato Grosso.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guimarães, Maria Bárbara Thame
A saga da preservação do patrimônio urbano de Cuiabá/MT : políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação / Maria Bárbara Thame Guimarães. -- Cuiabá, MT : Maria Bárbara Thame Guimarães, 2023.

Orientadora: Lia Motta.
Coorientador: Hilário Figueiredo Pereira Filho.
Supervisora: Amélia Hirata.
Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestra Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2023.
ISBN 978-65-00-67346-3

1. Cuiabá (MT) - História regional 2. Memória cultural 3. Patrimônio cultural - Cuiabá (MT) 4. Preservação histórica 5. Sítios históricos I. Título.

23-152126 CDD-981.721

Índices para catálogo sistemático:

1. Cuiabá : Mato Grosso : Memórias e história 981.721

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Maria Bárbara Thame Guimarães

A Saga da Preservação do Patrimônio Urbano de Cuiabá/MT: Políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2023.

Banca examinadora:

Professora Dra. Lia Motta - PEP/MP/Iphan (orientadora)

Professor Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho - PEP/MP/Iphan (coorientador)

Professora Doutora Joseane Paiva Macedo Brandão - PEP/MP/Iphan

Professora Doutora Luciana Pelaes Mascaro - UFMT

Amélia Hirata - Iphan/MT (supervisora)

Rio de Janeiro
2023

Dedico estes anos de trabalho à minha querida Cuiabá e seus moradores
Com esperança no futuro

AGRADECIMENTOS

Essa jornada imensa nunca foi solo.
Aos orientadores Lia Motta e Hilário Pereira pela compreensão e paciência, por acreditarem junto comigo, por não soltarem a minha mão;
Aos meus pais Ziza e Paulo pelo incentivo ao aprendizado permanente, pelos valores que me norteiam;
Ao meu irmão Pedro Thame pela cumplicidade, pela inspiração e escuta cuidadosa;
À Ana Frigeri pela parceria na vida, na rua, no mundo - seu apoio foi fundamental;
À Amélia Hirata por acolher na equipe, pelo incentivo a fazer o melhor possível, por acreditar nas minhas ideias, por confiar em mim;
À Luciana Mascaro pela cooperação há tanto tempo, pela confiança no meu trabalho;
Aos professores da Arquitetura e Urbanismo da UFMT – especialmente Doriane Azevedo, Ricardo Castor, Gabriel de Mattos – pela minha formação acadêmica, pela inspiração em uma atuação profissional responsável;
Ao Iphan pelo apoio financeiro e suporte que possibilitou essa pesquisa;
À equipe do Mestrado Profissional - Centro Lucio Costa pelo carinho, pelo cuidado;
À equipe do Iphan/MT pelo acolhimento e pela troca;
Ao Cristóvão Luís pelo acolhimento no MISC, pela confiança e pelo axé;
À Ana Paula Farah por apoiar e acreditar nesse trabalho;
À Gabriela Rangel pelas trocas, pelo apoio, pela inspiração na luta por uma prática mais justa do nosso ofício;
À décima turma do Mestrado Profissional do Iphan “Turma Lia Motta” pelas memórias que levo comigo;
Ao CAU/MT pelo apoio à realização de parte desta pesquisa;
Aos amigos e amores, pela paciência nos meus piores dias, pela compreensão das minhas ausências, pelo incentivo em seguir em frente;

Sou grata.

RESUMO

A dissertação busca discutir a trajetória da preservação do patrimônio cultural urbano em Cuiabá, compreendendo as demandas sociais e as respostas do poder público. Os objetivos são analisar os processos de formação e modernização da cidade que envolvem disputas e conflitos, discutir as medidas de proteção operadas pelo poder público e analisar a apropriação do patrimônio para promoção turística. O recorte geográfico compreende o Centro Histórico de Cuiabá, tombado pelo Iphan em 1987, e outros sítios de valor cultural, visando a compreensão das políticas de preservação operadas na cidade de forma conjunta. A metodologia é referenciada em pesquisa documental, publicações especializadas sobre patrimônio cultural urbano, políticas públicas e história e desenvolvimento urbano de Cuiabá, em associação à experiência durante as práticas profissionais no Iphan/MT. Verificou-se que o tombamento e a Instrução Normativa de 1994 que o regulamenta em termos práticos são parte de um conjunto maior de ações governamentais que devem ser operadas para a preservação dos sítios urbanos, devendo haver cooperação entre os agentes públicos, capacitação técnica e continuidade nas ações para resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Urbano; Cuiabá-MT – Brasil; Centro Histórico; Preservação de sítios urbanos;

ABSTRACT

The dissertation seeks to discuss the trajectory of the preservation of urban cultural heritage in Cuiabá, understanding the social demands and the responses of the public authorities. The objectives are to analyze the processes of formation and modernization of the city which involve disputes and conflicts, to discuss the protection measures developed by the public authorities and to analyze the appropriation of the heritage for tourist promotion. The geographic focus includes the Historic Center of Cuiabá, listed by Iphan in 1987, and other urban sites of cultural value, aiming at understanding the preservation policies operated in the city. The methodology is based on documental research, specialized publications on urban cultural heritage, public policies and the history and urban development of Cuiabá, in association with experience during professional practices at Iphan/MT. It was found that the listing and the 1994 Normative Instruction that regulates it in practical terms are part of a larger set of governmental actions that must be executed for preservation of urban sites, and there must be cooperation between public agents, technical training and continuity in actions for satisfactory results.

Key words: Urban cultural heritage; Cuiabá/MT - Brazil; Historic center; Preservation of urban sites;

LISTA DE SIGLAS

ACHC - Amigos do Centro Histórico de Cuiabá

AGECOPA - Agência de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal – Fifa 2014

ATHIS - Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social

CAU/MT - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

CAUP-Cuiabá - Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CPA - Centro Político Administrativo

ÉPURA/UFMT - Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional/UFMT

IAB/MT - Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento Mato Grosso

IHGMT - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

IN/Cuiabá/Iphan - Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá, 1994

INBI-SU - Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos

IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN/MT- Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo

MPF - Ministério Público Federal

NDHIR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / UFMT

OAB-MT - Ordem dos Advogados do Brasil Mato Grosso

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC CH - Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas

PAGE - Partnership for Action on Green Economy

PGCHC - Plano de Gestão do Centro Histórico de Cuiabá

SEC/MT - Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso

SECOPA - Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo – Fifa 2014

SMC - Secretaria Municipal de Cultura de Cuiabá

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

ZC - Zona Central

ZIA - Zona de Interesse Ambiental

ZIH - Zona de Interesse Histórico

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Localização de Cuiabá em relação à América do Sul e ao estado de Mato Grosso. Fonte: Google Maps, editado pela autora 2022. 16
Imagem 2 - Antiga Catedral e Palácio Alencastro. Cartão postal produzido na década de 1960. Fonte: Freitas (2011). 19
Imagem 3 Vista do Centro Histórico tomada do Morro da Luz, 1968. Fonte: Biblioteca IBGE. 20
Imagem 4 “Plano da Villa do Cuyabá” de 1777. Fonte: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial - REIS FILHO, 2000. 21
Imagem 5 Plano da Vila de Cuiabá em 1786. Fonte: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, REIS FILHO, 2000. 27
Imagem 6 Fonte: Prospecto de Cuiabá em 1790. Fonte: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, REIS FILHO, 2000. 27
Imagem 7 Planta comparativa da década de 1950. Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros, 1957. Processo 1180-T-85/Iphan Vol. 1 p 33. 32
Imagem 8 Vista aérea de Cuiabá, sem data. Provavelmente década de 1950. Fonte: Biblioteca IBGE. 34
Imagem 9 Vista aérea do centro histórico em 1965. Palácio Alencastro recém construído e parte posterior da nova matriz em construção. Fonte: acervo pessoal de Delormel Castor. Fonte: Castor 2013. 36
Imagem 10 Vista aérea do centro de Cuiabá, década de 1960. Em primeiro plano está o Clube Dom Bosco, no topo do Morro da Luz. Em segundo plano, centro com destaque para Palácio Alencastro, e construção da porção posterior da nova Igreja Matriz. Fonte Biblioteca IBGE. 38
Imagem 11 "Um empreendimento que marca uma nova era de progresso” Propaganda do anteprojeto do Palácio Alencastro. Fonte: Freitas, 2011. 40
Imagem 12 Novo Palácio Alencastro em construção, atrás do antigo, na década de 1960. Fonte: Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Museu Histórico-MT. 41
Imagem 13 As transformações da Igreja Matriz/ Catedral do Bom Jesus de Cuiabá. 43
Imagem 14 Transformações da Igreja do Rosário e São Benedito. 1. Igreja do Rosário e capela São Benedito século XVIII - Acervo Casa da Ínsua, Portugal. Fonte: Reis Filho (2001) apud Freitas (2011); 2. Igreja do Rosário e capela São Benedito 1790 - Detalhe de 'Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuiabá' Acervo Museu Botânico Bocage, Portugal. Fonte: Reis Filho (2001) apud Freitas (2011) 3. Igreja do Rosário e capela São Benedito 1910. Fonte: Album Graphico do Estado de Matto-Grosso. Corumbá; Hamburgo: S. Cardoso Ayala & F. Simon, apud Freitas (2011); 4. Igreja do Rosário e capela São Benedito

século XX com fachada postiça, entre 1920 e 1975. Fonte: Fonte: Biblioteca IBGE. 5. Igreja do Rosário e capela São Benedito em obras na fachada durante a década de 1970. Fonte: Arquivo central do Iphan - Seção Rio de Janeiro. 6.Igreja do Rosário e capela São Benedito durante a lavagem da escadaria, 2019. Fonte: autora, 2019. 45
Imagem 15 Igreja Matriz em demolição, 1968. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - Coleção Família Rodrigues. Fonte: Lucidio, 2008. 47
Imagem 16 - Construção da nova catedral pelos fundos da antiga, década de 1960. Foto: Rápido Fotos, s/a. Acervo: Ademar Poppi. Fonte: Freitas, 2011. 48
Imagem 17 Folheto do plebiscito para escolha do estilo da nova Catedral de Cuiabá. Fonte: Freitas (2011). 50
Imagem 18 Demolição da antiga Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá deixa um vazio na paisagem, 1968. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Ndihr/UFMT. Fonte: Freitas, 2011, p252. 54
Imagem 19 Palácio e Praça Alencastro recém inaugurados, e edifício Maria Joaquina em construção, 1968. Fonte: Biblioteca IBGE. 57
Imagem 20 Vista aérea do centro de Cuiabá, com destaque para o Palácio do Comércio e nova Catedral em construção, início da década de 1970. Acervo: Oscar Arine. Fonte: Castor 2013. 58
Imagem 21 - Vista aérea do Centro Histórico: Córrego da Prainha canalizado, década de 1970. Foto: Pierre Marret (postal). Acervo: Arquivo Público de Mato Grosso. Fonte: Siqueira et al, 2006, editado pela autora, 2022. 59
Imagem 22 Gráfica Pepe no dia da ruína, janeiro de 2019. Foto: Autora, 2019. 62
Imagem 23 Boletim Sphan/FNPM nº 43, de 1988, anunciando o tombamento de Cuiabá. Fonte: Biblioteca Nacional. 79
Imagem 24 Hotel Centro América, provavelmente na década de 1970. Em primeiro plano, casarões coloniais em processo de demolição para a construção do Palácio do Comércio. Fonte: Biblioteca IBGE. 83
Imagem 25 - Terreno do Hotel Centro América após demolição, 1990. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Fonte: Freitas, 2011. 83
Imagem 26 Croqui de José Fernando da Costa Madeira, 1990. Na tentativa de compatibilizar a necessidade por uma garagem interna ao imóvel, foi sugerida a utilização de um portão de madeira, seguindo a altura de porta existente. Fonte: Processo Iphan 13966-1990: Arquivo do Iphan/MT. 89
Imagem 27 Opções de fachada para imóvel em área tombada. Croqui de José Fernando da Costa Madeira, 1991. Fonte: Processo Iphan 22673-1991. Arquivo do Iphan/MT. 90
Imagem 28 Delimitação da área tombada e setores de entorno do CAUP-Cuiabá. Fonte: Iphan/MT, 2011. 91

Imagem 29 Vista panorâmica do centro histórico de Cuiabá a partir do Morro da Luz. Fonte: Processo 1180-T-85. 91
Imagem 30 Calçadão da Galdino Pimentel (Rua de Baixo) em agosto de 1985. Fonte: Divisão de Registro e Documentação - Iphan. Processo 1180-T-85, Apenso I p 28. 98
Imagem 31 Calçadão da Galdino Pimentel (Rua de Baixo) em 2019. Foto: autora, 2019. 98
Imagem 32 Imóveis na área de entorno, em frente à Praça Alencastro, Setor República. Foto: Autora, 2019. 109
Imagem 33 Imóveis na área de entorno em frente à Praça Ipiranga, setor Ipiranga. Foto: Autora, 2019. 109
Imagem 34 Terrenos vazios ou subutilizados na área de entorno, setor Mandioca Foto: Autora, 2019. 110
Imagem 35 Delimitação da área tombada e setores de entorno do Centro Histórico de Cuiabá. Fonte: Iphan/MT 2011, editado pela autora 2019. 111
Imagem 36 Área tombada: Beco Torto na década de 1980. Fonte: Processo 1180-T-85, Iphan. 114
Imagem 37 Área tombada, Beco Torto: Imóvel com alteração de altura, nota-se janelas no segundo pavimento nas laterais. Foto: Autora, 2019. 115
Imagem 38 Imóvel residencial novo na Rua Ricardo Franco, área tombada. Foto: Autora, 2019. 116
Imagem 39 Imóvel objeto de intervenção em 2008, com avanço da fachada dentro da área tombada. Foto: Autora, 2019. 117
Imagem 40 Área tombada: Imóvel na Rua Pedro Celestino, 316 em 2014. Fonte: Google Maps. 117
Imagem 41 Área tombada: Imóvel Rua Pedro Celestino, 316 em 2019. Fonte: Autora. 118
Imagem 42 Imóvel na área tombada, Rua Pedro Celestino, divido em três partes com aplicação de revestimento na fachada. Foto: Autora, 2019. 119
Imagem 43 Imóvel na área tombada, Rua Pedro Celestino, divido em três partes com alterações de fachada. Foto: Autora, 2019. 119
Imagem 44 Imóvel na rua Comandante Costa (área de entorno) parcialmente demolido para instalação de estacionamento. Foto: Autora, 2019. 123
Imagem 45 Vista do Centro Histórico a partir do Morro do Rosário em 1985. Área demolida em 2016 marcada em vermelho. Fonte: Processo 1180-T-85, apenso I, editado pela autora, 2022. 128
Imagem 46 Vista do Centro Histórico a partir do Morro do Rosário. Foto: Autora, 2022. 128
Imagem 47 Escombros do Largo do Rosário e em segundo plano Igreja do Rosário e São Benedito. Foto: Autora, abril de 2019. 130
Imagem 48 Largo do Rosário com tapumes. Foto: autora, 2022. 131

Imagem 49 Praça da Mandioca em 2014, antes da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View. 134
Imagem 50 Praça da Mandioca em 2019, depois da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View. 135
Imagem 51 Praça da Mandioca em 2022. Fonte: autora, 2022. 135
Imagem 52 Escadaria do Beco Alto em 2014, antes da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View. 136
Imagem 53 Escadaria do Beco Alto em 2020, depois da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View 137
Imagem 54 Casa de Bembem durante obra do PAC-CH, sem telhamento. Fonte: Google Street View, 2017. 138
Imagem 55 Casa de Bembem no dia da ruína, novembro de 2017. Fonte: autora, 2017. 139
Imagem 56 Casa de Bembem com escoramento emergencial, 2019. Fonte: Google Street View, 2019. 139
Imagem 57 Casa de Bembem após primeira etapa de reconstrução. Foto: Autora, 2022. 140
Imagem 58 Praça Alencastro em 2014, antes da implantação da Estação Alencastro. Fonte: Google Street View. 145
Imagem 59 Praça Alencastro em 2020, já com a Estação Alencastro. Fonte: Google Street View 145
Imagem 60 Praça Bispo Dom José em 2011, sem a Estação. Fonte Google Street View. 146
Imagem 61 Praça Bispo Dom José em 2022, com a Estação Bispo Dom José. Fonte Google Street View. 146
Imagem 62 - Praça Ipiranga em 2012. Fonte: Google Street View. 147
Imagem 63 Praça Ipiranga em 2020, com a Estação Ipiranga. Fonte: Google Street View. 148
Imagem 64 Praça da República: a porção lateral teve calçamento retirado e substituído por concreto onde é usada como estacionamento durante as missas na igreja Matriz. Foto: Autora, 2021. 149
Imagem 65 Beco do Candeeiro, sem data. Provavelmente década de 1960 ou antes de 1975, à esquerda, terreno vazio em razão de uma ruína de casarão. Ao fundo Igreja do Rosário. Foto Cesar Lima. Acervo Museu Histórico de Mato Grosso. Fonte: Siqueira, 2006. 150
Imagem 66 Beco do Candeeiro antes da intervenção. Fotos: Autora, 2019. 151
Imagem 67 Divulgação da “revitalização” do Beco do Candeeiro em maio de 2021. Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá, disponível em: https://verdademt.com.br/noticia/beco-do-candeeiro-ganha-novo-visual-235 151
Imagem 68 Beco do Candeeiro, foto Junior Silgueiro, 2022. 152

Imagem 69 Cenário da Orla do Porto em 2018. Foto: Autora, 2018. 155
Imagem 70 Cenário da Orla do Porto com tapumes em 2019. Foto: Autora, 2019. 155
Imagem 71 Cenário da Orla do Porto após a inauguração da estrutura em alvenaria. Foto: Autora, 2022 155
Imagem 72 Torre Cuiabá 300 sobre o Morro da Luz. Foto: divulgação Prefeitura, disponível em Torre Cuiabá 300 sobre o Morro da Luz. Foto: divulgação Prefeitura, disponível em https://cuiabamt300.com.br/prefeito-aguarda-liberacao-de-verba-para-construcao-da-torre-dos-300-anos/ 158
Imagem 73 Croqui da intervenção no Morro da Luz e Torre Cuiabá 300 sobre o Morro da Luz. Foto: divulgação Prefeitura, disponível em http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/projeto-do-edifcio-garagem-e-torre-de-180-m-rejeitado/573755 158
Imagem 74 Prefeito Emanuel Pinheiro no lançamento do “Bus Tour” em frente ao cenário na Orla do Porto batizado “Vila Cuiabana”, em 2018. Foto: Rogério Florentino. Fonte: MERCURI/Olhar Direto, 2018. 159
Imagem 75 Mural de Adir Sodré coberto por tinta e obra de Dias-Pino retirada e substituída, 2020. Foto: G1/TVCA/Reprodução. 161
Imagem 76 Escombros do Largo do Rosário durante a Lavagem da Escadaria do Rosário em 2022. Verifica-se que nem todos os imóveis foram desapropriados, o que resultou em um cenário de degradação física e pressão pela retirada dos moradores da quadra. Foto: autora, 2022. 187
Imagem 77 Mapa síntese com propostas de intervenções temporárias sugeridas pelos participantes. Fonte: AZEVEDO, FRIGERI, PERON, 2021 “Jornal da Prainha”. 189
Imagem 78 Colagem para a proposta de Cinema Na Rua, na Igreja da Boa Morte e Escadaria do Beco Alto. Fonte: Jornal da Prainha, AZEVEDO, FRIGERI, PERON, 2021. 190
Imagem 79 Exemplo do mapeamento realizado para elaboração do Plano de Gestão (Imóveis degradados). A análise extrapola a área tombada e identifica imóveis na vizinhança imediata. Disponível em https://redecidadao.ufmt.br/mapas acesso em 21/09/22. 194
Imagem 80 Protesto no tapume da sede do Iphan/MT. Foto: autora, novembro de 2019 200

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Bipolarização fundamental, século XVIII.. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir de Rosa no processo de tombamento, em 2020 1. Espaço de produção (Lavras de ouro); 2. Espaço de poder (Matriz e sede do Governo); 3. Adensamento principal; 4. Córrego Cruz das Almas; 5. Córrego da Mandioca; 6. Córrego da Prainha. 22
Mapa 2 Polos de atração e expansão posterior no século XVIII. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora, 2020. 1. Capela N. Sra. do Rosário e S. Benedito; 2. Capela N. Sra. do Bom Despacho; 3. Caminho do Porto; 4. Porto Geral; 5. Rio Cuiabá. 23
Mapa 3 Equipamentos públicos implantados após a elevação a Vila, em 1727. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, em 2020. 1. Sítio da Mandioca; 2. Rua de Cima; 3. Rua de Baixo; 4. Caminho para Goiás; 5. Igreja Matriz; 25
Mapa 4 Criação da Capitania de Mato Grosso, final do século XVIII. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, em 2020. 1.Abertura da Rua do Meio; 2. Quartel; 3. Armazém Real; 4. Capela de São Gonçalo; 5. Residência D. Rolim de Moura (localização aproximada). 26
Mapa 5 Elevação a capital, século XIX. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, 2020. 1. Abertura da rua Linda do Campo; 2. Capela N. Sr. dos Passos; 3.Igreja N. Sra. da Boa Morte; 4. Campo d'Ourique; 5. Santa Casa de Misericórdia; 6.Trem / Arsenal de Guerra. 29
Mapa 6 Locais de acesso público à água, localização aproximada das fontes públicas no século XIX. Fonte: elaborado pela autora com base em Pereira, 2016 p 70. 30
Mapa 7 Obras oficiais do Estado Novo. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, em 2020. 1.Abertura da Av. Getúlio Vargas; 2. Cine Teatro e Grande Hotel; 3. Residência dos Governadores; 4. Secretaria geral; 5. Palácio da Justiça; 6. Colégio Estadual; 7. Abrigo Bom Jesus; 8. Ponte Júlio Müller. 33
Mapa 8 Áreas indicadas para tombamento. Fonte: Google Maps, editado pela autora com base no processo 1180-T-85. 69
Mapa 9 Primeira proposta de tombamento, 1985. Elaborada a partir da descrição dos perímetros. Fonte: Autora, 2022. 70
Mapa 10 Proposta de tombamento provisório, 1989. Poligonal de tombamento e de entorno. 1 Igreja do Rosário, 2 Igreja da Boa Morte, 3 Igreja Matriz. Elaborado pela autora em 2019 com base no mapa do Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 129 (Informação nº 38 14/07/87). 74
Mapa 11 Zoneamento da área central conforme a LUOS/82: Zona de Interesse Histórico ZIH em laranja, Zona Central ZC em amarelo, poligonais de proteção do Iphan (tombamento e entorno) em preto. Fonte: Autora, 2020, com base na lei nº 2.023/1982, editado em Google My Maps. 94

Mapa 12 Comparação entre a delimitação do tombamento provisório e do definitivo. Fonte: elaborado pela autora com base no Processo Iphan 1180-T-85, 2022. 108
Mapa 13 Eixos do VLT em verde, ícones em azul aeroporto, estádio Arena Pantanal e Igreja do Rosário. Em azul, a área do Porto tombada em conjunto pelo Estado e em rosa, área de proteção federal. Fonte: Google My Maps, editado pela autora, 2021. 125
Mapa 14 Área tombada e de entorno em rosa, eixos do VLT em verde, quadra demolida em laranja e Igreja do Rosário no ícone. Fonte: Google My Maps, editado pela autora, em 2021. 126
Mapa 15 Obras do PAC-CH em Cuiabá. Fonte: Google My Maps, editado pela autora, 2022 133
Mapa 16 Região Moral do Baixo Centro em azul. Área tombada e entorno em preto. 1 Beco do Candeeiro, 2 Largo da Mandioca, 3 Morro da Luz. Fonte: Autora, 2022, elaborado a partir de Silgueiro, 2019. 178
Mapa 17 Uso do solo do Centro Histórico de Cuiabá. Fonte: Autora, 2019. 182
Mapa 18 Estado de Conservação do Centro Histórico de Cuiabá. Fonte: Autora, 2019. 184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Quadro comparativo das obras do PAC-CH em relação a recursos e estágios de execução. Fonte: Iphan/MT, editado pela autora, 2022. 141

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS V
RESUMO VI
LISTA DE SIGLAS VIII
LISTA DE IMAGENS X
LISTA DE MAPAS XV
LISTA DE TABELAS XVII
APRESENTAÇÃO 1
INTRODUÇÃO 3
1. MEMÓRIA E PROGRESSO EM CONFLITO: FORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CUIABÁ 15
1.1. CUIABÁ MINERADORA 20
1.2. CUIABÁ CAPITAL 28
1.3. CUIABÁ MODERNA 36
1.3.1. A demolição de uma Catedral 42
2. PRESERVAÇÃO DE UM SÍTIO URBANO NO CENTRO DO BRASIL 62
2.1. O TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ 67
2.1.1. Impugnações e outras disputas 75
2.1.2. Investidas contra a homologação do tombamento 79
2.1.3. A intensificação dos conflitos 82
2.2. PLANEJAMENTO URBANO: ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL E LEGISLATIVA 92
2.2.1. As primeiras medidas de proteção do Centro Histórico de Cuiabá pela Prefeitura Municipal (1982 a 1992) 92
2.2.2. O primeiro Plano Diretor de Cuiabá e suas transformações 99
2.3. INSTRUÇÃO NORMATIVA DO IPHAN PARA O CENTRO HISTÓRICO 103
2.3.1. O entorno 107
2.3.2. Alguns resultados de intervenções sob a Instrução Normativa 114
3. AS GRANDES INTERVENÇÕES URBANAS E OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO CUIABANO 121
3.1. O FANTASMA DO VLT E SEUS ESCOMBROS 124
3.2. O PAC DAS CIDADES HISTÓRICAS 131
3.3. CUIABÁ DEPOIS DA COPA 142
3.3.1. A nova Orla do Porto 153
3.3.2. Cuiabá 300 anos 156
3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MODOS DE PRESERVAR DA PREFEITURA DE CUIABÁ 162
4. IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO CENTRO 166

4.1. NOVOS VELHOS PROBLEMAS 169
4.2. INVENTÁRIO DE IDEIAS 185
4.2.1. Apropriações do espaço público 186
4.2.2. Possibilidades legislativas 190
4.3. O TEMPO DO PATRIMÔNIO 195
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 202
PUBLICAÇÕES 202
PROCESSOS 206
LEGISLAÇÃO 206
NOTÍCIAS 208

APRESENTAÇÃO

Essa dissertação me acompanhou nos últimos quatro anos e tanto, uma pandemia, tantas rupturas e transformações necessárias. De lá pra cá mudamos muito, tomamos outros rumos e buscamos outras respostas. A missão dada pelo Iphan/MT para a minha vaga - a revisão da Instrução Normativa de 1994 do Centro Histórico de Cuiabá - não foi plenamente cumprida. Entendi como necessário olhar além da Normativa, além do Centro Histórico: para compreender melhor a situação de Cuiabá, foi preciso ampliar a análise para um recorte maior e entender a preservação como um conjunto de ações permeado por conflitos, disputas, perdas, ausências e narrativas.

No meio deste caminho, assumi um cargo no órgão de preservação estadual e outra dimensão da prática profissional no campo do patrimônio cultural foi aberta para além do Iphan: as relações institucionais, os bastidores da política pública, o impacto direto do meu trabalho na vida de trabalhadores da cultura e detentores do patrimônio.

Os incômodos diante de perguntas tão simples e complexas impulsionam a busca por respostas que atravessam as políticas urbanas, dinâmicas sociais e o próprio sentido do patrimônio: Para que serve o tombamento se as casas estão caindo? Patrimônio para que(m)? E quem não tem condições financeiras de fazer uma intervenção adequada? Ainda há o que preservar? Como preservar? E para mim, a pergunta mais difícil: O que pode ser feito agora?

Busquei encontrar caminhos de respostas através da organização de uma trajetória da preservação do patrimônio urbano em Cuiabá, na certeza da parcialidade das minhas leituras e ideias. Foi necessário buscar contar essa história para compreender como chegamos até aqui e para onde podemos ir depois.

É necessário situar o leitor quanto ao meu lugar nesse contexto. Sou cuiabana, filha de dois paus rodados (expressão cuiabana para moradores de Cuiabá nascidos em outras localidades; migrantes) que, como tantos outros, vieram para Cuiabá na década de 1980 em busca de oportunidades de trabalho. Na infância tive os primeiros contatos com o Centro Histórico, suas ruas estreitas, o comércio caótico, o cheiro de pequi. Na adolescência tiveram início as andanças pelo Centro entre as aulas na antiga escola técnica. A graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFMT

me abriu os olhos para a cidade e ofereceu ferramentas de interpretação do espaço. Foi na segunda metade da faculdade que o interesse pelo patrimônio cultural tomou forma, força e nome, e direcionou o tema do trabalho final de graduação.

No fim da graduação surgiu o projeto Atlas Cuiabano em parceria com a Ana Frigeri. O projeto sempre foi o ponto de encontro de nossas leituras e pesquisas, um espaço independente no qual podemos fazer o que queremos sem a rigidez da produção acadêmica institucional. O nome veio do objetivo inicial, explorar Cuiabá através de exercícios de cartografia e da missão do titã grego de segurar o céu no lugar. Para mim, estar na rua, logo, apropriar-me do patrimônio cuiabano, é como segurar o céu no lugar.

Trabalhar com patrimônio exige uma certa dose de fé no futuro. É necessário acreditar no sentido dos bens culturais para assumir a luta constante contra com o tempo, contra interesses do capital financeiro, contra algumas estruturas político-administrativas, contra as narrativas de exclusão e apagamento. É preciso entender a memória como um direito coletivo dos antepassados, dos viventes e das futuras gerações.

Ofereço este trabalho como contribuição ao presente e futuro da minha amada cidade que tem o céu mais bonito que existe, cravada no centro do continente sob o sol sem fim.

INTRODUÇÃO

A dissertação apresenta a trajetória da preservação do patrimônio cultural urbano em Cuiabá, visando discutir as demandas sociais e as respostas do poder público desde o tombamento do Centro Histórico[1] na década de 1980 até o início de 2020. Objetiva-se analisar os processos de formação e modernização de Cuiabá, os conflitos entre narrativas de progresso e preservação, as medidas de proteção operadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - e Prefeitura, a apropriação do patrimônio para promoção turística e seus desdobramentos no espaço urbano. Nessa medida, são apresentadas políticas públicas de proteção mobilizadas pelo Município e pelo Iphan[2] a partir dos anos 1980. Também é analisado o papel do Governo do Estado de Mato Grosso como um importante agente da produção e transformação do espaço urbano.

Interessa investigar a relação entre Iphan/MT e Prefeitura Municipal de Cuiabá, tão necessária à preservação e permeada por períodos de cooperação e de atrito. Esta relação, cujo objetivo é a gestão compartilhada do bem cultural foi estabelecida de forma permanente a partir do tombamento do Centro Histórico, e é caracterizada pelo uso do patrimônio para desoneração da Prefeitura dos desgastes políticos resultantes das limitações ao direito de propriedade, o que é atribuído ao Iphan/MT. Também se delega ao Iphan/MT os investimentos para a preservação dos bens culturais.

A demanda apresentada pela Superintendência do Iphan em Mato Grosso para a vaga de Mestrado Profissional foi a revisão da Instrução Normativa de Cuiabá

[1] Ao longo desta pesquisa, será utilizada a denominação Centro Histórico de Cuiabá para referência à área acautelada pelo Iphan, incluindo área tombada e área de entorno. A denominação oficial do bem tombado, conforme consta nos Livro do Tombo, é Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá. Esta escolha deve-se ao fato do termo Centro Histórico ser o nome mais utilizado e conhecido atualmente, além de ser predominante tanto nos estudos de tombamento como na bibliografia pesquisada.

[2] Para facilitar a leitura e padronizar os termos, serão utilizados os nomes Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para referência à autarquia federal e Iphan/MT para a unidade em Mato Grosso, atualmente Superintendência, visto que estes são os nomes mais conhecidos e utilizados. O órgão foi criado em 1937 como Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1946 é transformado em uma Diretoria - Dphan, em 1970 é transformado em Instituto - Iphan. Em 1979 houve divisão administrativa em dois órgãos com atuações complementares: a Secretaria - Sphan que possuía função normativa e a Fundação Nacional Pró-Memória - FNPM que tinha função executiva. Em 1990 houve a desmobilização dos dois órgãos e unificação sob o nome de IBPC - Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. Em 1994, houve a alteração do nome para Iphan, que permanece até os dias atuais.

de 1994[3]. A partir deste direcionamento, a pesquisa levou a diferentes temas, objetivos e recortes a serem desenvolvidos na dissertação do Mestrado. A compreensão que a Instrução Normativa/94 é somente um dos instrumentos de preservação do Centro Histórico norteou a ampliação do recorte temático: para compreender a situação do Centro Histórico de forma mais profunda, visando a reversão do quadro de degradação, seria necessária a investigação das políticas públicas desenvolvidas ao longo do tempo por agentes diversos desde o tombamento, dentre as quais está a Instrução Normativa/94.

A investigação das políticas públicas levou à ampliação do recorte geográfico principal da pesquisa - o Centro Histórico de Cuiabá, caracterizado pela área tombada e área de entorno -, abrangendo também outros sítios de valor cultural, como a região do Porto e outras localidades da região central. A ampliação para além do Centro Histórico é justificada pela necessidade de uma análise mais abrangente, que considere as medidas de proteção e apropriação dos sítios urbanos de valor cultural e dos vestígios da história e memória da cidade de Cuiabá de forma geral. Compreender o conjunto das políticas se mostrou importante, porque influem de modo geral na atribuição de valores aos bens urbanísticos, devendo ser analisadas de modo associado. O conjunto das ações sobre o patrimônio de Cuiabá se revelou uma verdadeira saga a partir da qual pode-se perguntar: Em que medida a miríade de ações de preservação ao longo dessa saga teve resultado positivo? Por que mesmo com o tombamento federal, o Centro Histórico apresenta um quadro de degradação avançado? Em qual medida a Instrução Normativa de 1994 contribuiu para a preservação dos valores atribuídos ao bem?

A atuação do Iphan/MT em relação ao Centro Histórico de Cuiabá é caracterizada pela execução das tarefas cotidianas como fiscalização, aprovação e orientação de projetos, contexto no qual se insere a Instrução Normativa/94, principal documento orientador das práticas preservacionistas. Diante das dificuldades operacionais relacionadas à escassez de recursos humanos, logísticos e financeiros, o Iphan/MT busca com frequência o estabelecimento de parcerias com outras

[3] A Instrução Normativa do Centro Histórico de Cuiabá foi elaborada em um trabalho conjunto do Iphan/MT e da Prefeitura Municipal de Cuiabá em 1994. O documento não chegou a ser publicado em portaria, porém desde seu desenvolvimento é o documento técnico orientador das análises de intervenções na área tombada e de entorno.

instituições, além de tentativas de formalização de Acordos de Cooperação Técnica. Busca-se nestas parcerias a soma de esforços e recursos, humanos e logísticos principalmente, para obtenção de melhores resultados na preservação e comunicação com a sociedade.

A minha experiência durante quase dois anos de práticas supervisionadas[4] no Iphan/MT expôs as tratativas para atuação conjunta com outros agentes públicos. A relação institucional mais próxima é com a Prefeitura, que foi contactada em demandas diversas através de suas Secretarias Municipais, dentre as quais destacam-se: Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL), Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico (SMATDE), Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SMADES), Mobilidade Urbana (SEMOB), além do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU). De forma geral, os órgãos executivos municipais são orientados a partir de leituras limitadas aos assuntos das pastas, havendo dificuldade no desenvolvimento de ações que integrem mais de um tema. Ainda, verificam-se fragilidades institucionais, como poucos servidores, capacitação técnica deficitária e ausência de recursos financeiros e logísticos.

[4] O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan possui duas dimensões de experiências, uma prática e outra teórica. A parte prática, que justifica o profissional do nome, consiste no trabalho do mestrando em uma unidade do Iphan, na qual durante 1 ano e 9 meses, o aluno deve cumprir jornada semanal de 30h sob supervisão de um servidor e desenvolver atividades a serem designadas. A parte teórica é composta por três módulos de aulas presenciais no Centro Lucio Costa/Iphan, no Rio de Janeiro. É necessário que o aluno desenvolva três produtos técnicos ao longo do período das práticas profissionais além da dissertação.
No meu caso, fui lotada na Superintendência de Mato Grosso, sob supervisão da superintendente Amélia Hirata, em Cuiabá. Durante o período das práticas profissionais acompanhei as atividades de rotina, participando de reuniões internas e externas, desenvolvi estudos de subsídio a análises de projetos de intervenção, ações de educação patrimonial, dentre outros.
Como produtos técnicos desenvolvi: 1º Produto - Levantamento do centro tombado: Fichas SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) dos imóveis e mapeamento de uso do solo, estado de conservação, tipologias arquitetônicas, preservação de características históricas, gabarito e riscos (abril/2019); 2º Produto - Levantamento da área de entorno do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá: Fichas SICG dos imóveis e mapeamento de uso do solo, estado de manutenção, tipologias arquitetônicas, preservação de características históricas e gabarito (novembro/2019); 3º Produto Sistematização de valores atribuídos no tombamento do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (maio/2020). Os dois primeiros produtos visaram sistematizar informações coletadas em campo em mapas e alimentar o sistema SICG, que é utilizado pelo Iphan na gestão dos bens protegidos. Todos os imóveis foram mapeados, catalogados e inscritos no sistema. O terceiro produto teve por objetivo organizar informações dos estudos de tombamento, de forma a facilitar a consulta por servidores do Iphan/MT ou outros pesquisadores, e elaborar mapas contendo as informações dos textos, visando materializar os elementos físicos e processos de ocupação da cidade.

Por vezes, foi necessária a atuação conjunta com o órgão de preservação estadual, a Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico e Museológico da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer - SPPHM/SECEL/MT, responsável por tombamentos de imóveis na área central e equipamentos culturais. Nestas ocasiões, foram expostas divergências de ordem operacional, como procedimentos de aprovação de projetos, e conceitual, como diferenças na atribuição de valores e nos critérios de intervenção, derivados da ausência de formação específica no campo do patrimônio cultural dos servidores. Nos episódios de desabamentos e outros sinistros, a Defesa Civil foi o outro órgão estadual acionado.

Verifica-se uma relação mais próxima e frutífera com a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/UFMT, principalmente em discussões técnicas mais complexas, quando há a necessidade da contribuição de outros agentes do campo do patrimônio e profissionais especializados. Durante esta pesquisa, foi realizado um levantamento do Centro Histórico, que contou com a participação de alunos do curso, dentre outras atividades desenvolvidas em conjunto. Outro parceiro importante no desenvolvimento desta pesquisa foi o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso - CAU/MT, que oportunizou a realização do “1º Encontro do Patrimônio Cultural de Cuiabá” em 2019, no qual foram debatidas questões da Instrução Normativa com profissionais atuantes no campo da arquitetura e urbanismo.

Percebe-se, de forma geral, a existência de uma imagem de autoridade e poder do Iphan, causadora de receio por parte da população na procura por informações relativas aos efeitos do tombamento. É perceptível o medo em relação ao Iphan quanto à aplicação de multas e sanções administrativas, derivadas do desconhecimento sobre sua atuação, o que evidencia o distanciamento entre a comunidade e o órgão e o reconhecimento de um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) e político associado à instituição.

As práticas supervisionadas do Mestrado Profissional desenvolvidas no Iphan/MT deixaram evidentes alguns aspectos da realidade da preservação em Cuiabá. A postura do poder público municipal e também estadual é orientada para o atendimento de demandas de segmentos específicos da população como comerciantes, proprietários de imóveis e frequentadores de maior poder aquisitivo, e

para atendimento ao uso turístico. A atuação é resumida à proposição e execução de intervenções físicas (obras), cujos projetos são elaborados geralmente pelos próprios técnicos em prazos curtos e sem as devidas etapas de estudo e diagnóstico. A proposição de somente intervenções físicas revela as limitações na leitura das problemáticas do Centro Histórico, que são compostas por outros fatores externos à preservação, como as dinâmicas urbanas, tendências do mercado imobiliário, problemas sociais, mobilidade urbana, dentre outros. A mesma postura é verificada em segmentos poderosos economicamente e atuantes no Centro, como a Câmara de Dirigentes Lojistas e Associação Comercial de Cuiabá.

O contraponto sobre por onde começar as ações de preservação fica a cargo da UFMT, representada por professores e pesquisadores que defendem o desenvolvimento de estudos e diagnósticos mais aprofundados antes de qualquer intervenção física. Neste contexto, a postura do Iphan/MT é intermediária: ao mesmo tempo que analisa projetos arquitetônicos e urbanísticos, que resultam em aprovações de intervenções impactantes[5], busca a elaboração de quadros mais aprofundados sobre a temática, como é o caso de ações pontuais realizadas junto à UFMT e desta vaga do Mestrado, solicitada para favorecer as condições de revisão das Normas.

A ausência de um planejamento de caráter permanente e de longo prazo para o Centro Histórico é um fator determinante na atuação municipal, caracterizada por ações pontuais e descontínuas, na qual as intervenções físicas no espaço público assumem papel principal. As ações municipais de preservação são sujeitas ao tempo das gestões eleitorais, em que são esperados resultados significativos imediatos ou em períodos curtos, o que resulta na descontinuidade e/ou em intervenções decorativas e de embelezamento, como o caso da Orla do Porto (2016) e do Beco do Candeeiro (2021)[6].

[5] Podem ser citados como exemplos a demolição dos imóveis no Largo do Rosário em 2016 para alteração do traçado viário para implantação do VLT, os projetos de reforma de espaços públicos do PAC-CH e os pontos de ônibus nas praças Alencastro, Ipiranga e Bispo Dom José.

[6] A primeira consistiu na criação de um equipamento público, um calçadão, com bares e restaurantes às margens do Rio Cuiabá, e a segunda foi uma intervenção cenográfica em local degradado, veiculada como ação de preservação, mas na verdade trata-se de um Termo de Ajuste de Conduta. Ambas serão tratadas no capítulo 3.

Ficou evidenciada a necessidade da realização de ações educativas e de comunicação com a população usuária do Centro Histórico, com abordagens mais adequadas, além do incentivo a usos múltiplos para atração de públicos diversos de forma mais inclusiva. Neste contexto, surgiram movimentos independentes e não governamentais que reivindicam demandas diversas e propõem ações de sensibilização e informação, como é o caso do Jornal da Prainha, publicação elaborada coletivamente sob coordenação do grupo de pesquisa e extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - Épura/UFMT, e do grupo Amigos do Centro Histórico de Cuiabá.

Enquanto o Centro Histórico possui limitações impostas pelo tombamento federal, outros sítios urbanos estão livres para apropriação, como ocorreu no bairro do Porto[7]. Verificou-se em Cuiabá nos primeiros anos do século XXI uma postura do poder público, principalmente municipal, voltada à apropriação dos sítios urbanos de valor cultural e sua conversão para exploração financeira, especialmente uso turístico, a partir da perspectiva de investimentos e ganhos da Copa do Mundo de 2014. Cabe, portanto a esta investigação, as políticas públicas de apropriação do passado e das referências culturais voltadas à construção de um patrimônio passível de exploração do mercado global, idealmente destinado a um público de maior poder aquisitivo.

Nesta pesquisa, objetiva-se analisar a ação do Estado no que se refere à preservação do patrimônio cultural urbano de Cuiabá, portanto as políticas públicas destinadas à preservação. No entanto, não se pretende realizar uma exploração aprofundada sobre políticas públicas, e sim a investigação sobre a interação entre agentes, suas demandas e os efeitos das ações governamentais de preservação do patrimônio cultural.

Tomando como referência um texto de Celina Souza (SOUZA, 2007) sobre o estado da arte do campo das políticas públicas, verifica-se que se trata de um termo polissêmico, não havendo uma única definição ou conceituação. As políticas públicas se referem às ações governamentais que buscam responder a questões públicas, com o objetivo de produzir efeitos específicos e que têm impactos na economia e na

[7] O Porto possui tombamento estadual como Conjunto Arquitetônico, no entanto, na prática não se verifica a proteção sistemática e abordagem como conjunto. São licenciadas obras de intervenção pontualmente, e não há diretrizes gerais para o conjunto, tanto em relação às edificações quanto aos espaços livres públicos.

sociedade. Estas atividades governamentais são norteadas por intenções, que através de medidas positivas ou negativas, buscam influenciar, alterar ou controlar o comportamento individual ou coletivo.

> Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o 'governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2007, p. 87).

Ao analisar políticas públicas, cabe responder algumas questões: quem ganha e quem perde o quê, qual a razão, que diferença faz. Ao longo desta dissertação, busca-se evidenciar alguns aspectos referentes aos efeitos das políticas públicas na preservação do patrimônio cultural e no espaço urbano da capital de Mato Grosso. Com o tombamento federal, por exemplo, a cidade de Cuiabá e seus moradores podem ganhar, na medida em que o instrumento assegura o direito à perpetuação e fruição do bem cultural Centro Histórico, caracterizado pelos bens imóveis, espaços públicos, pela paisagem e outros elementos materiais.

Paralelamente, há uma perda relativa da autonomia dos proprietários na livre disposição sobre seus imóveis, considerando a restrição do direito de propriedade imposto pelo tombamento. Para a mídia local[8], o tombamento também representou uma "derrota da especulação imobiliária" após o tombamento provisório em 1987. Ao longo dos conflitos do tombamento, a Prefeitura Municipal alegou que perdeu a independência sobre a gestão plena do Centro Histórico, visto que surgiu um novo agente regulador de suas ações neste recorte geográfico, o Iphan/MT.

Verificou-se que os ganhos e perdas de autonomia, restrição e garantia de direitos desencadearam processos de conflitos institucionais entre Prefeitura, Iphan/MT e sociedade cuiabana, representadas por indivíduos e organizações. No entanto, as medidas restritivas resultaram em uma forma de preservação do Centro

[8] Matéria jornalística "Uma derrota da especulação imobiliária: Ninguém pode mais ameaçar os casarões da capital". Jornal do Dia de 29/10/1987. Processo 1180-T-85, Vol 1A, p 239-240.

Histórico, caracterizada pelo controle das intervenções nos imóveis e espaços públicos, conforme será tratado ao longo da pesquisa.

A dissertação está organizada em quatro capítulos e uma conclusão. O primeiro **"Memória e progresso em conflito"** busca apresentar como aconteceu a formação urbana e os processos de modernização de Cuiabá, através da exposição das forças e disputas envolvidas na produção do espaço urbano.

A cidade setecentista de origem mineradora, distante do litoral, apresentou um crescimento lento, caracterizado por processos de desenvolvimento e estagnação até metade do século XX. A década de 1960 marcou o início de uma modernização conflitual na capital mato-grossense que se materializou no Centro Histórico através de renovações arquitetônicas, transformações viárias e mudanças no espaço público.

O processo de integração nacional e desenvolvimento regional iniciado durante o Estado Novo tomou força na ditadura militar e Cuiabá passou a desempenhar papel geopolítico importante para a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia e suas áreas ainda não integradas totalmente ao sistema capitalista. Uma vez conectada por estradas com o restante do país, Cuiabá teve um aumento espantoso da população residente, que dobrou a cada década a partir dos anos 1960. As pressões e dinâmicas urbanas decorrentes deste crescimento rápido imprimiram no espaço urbano as marcas da busca pelo progresso e modernização tão almejados.

Neste capítulo interessa evidenciar as disputas por narrativas no espaço urbano de Cuiabá, concentradas no Centro Histórico, que resultaram em perdas de referenciais urbanos, como a antiga Catedral do Bom Jesus de Cuiabá e o antigo Palácio Alencastro, e as transformações na paisagem, como a canalização do Córrego da Prainha para a abertura de uma Avenida. A partir da década de 1970 foi intensificado um processo de verticalização e adensamento no Centro Histórico que causou a demolição de imóveis antigos. Na mesma década, houve o primeiro tombamento federal em Cuiabá, a Igreja do Rosário e São Benedito, e a expansão urbana direcionada por dois novos polos: a Cidade Universitária (Universidade Federal de Mato Grosso) e o Centro Político Administrativo, que nortearam a ocupação e o crescimento da cidade para seus entornos.

A perda de referenciais culturais urbanos, as rápidas transformações na dinâmica urbana e nos modos de vida em Cuiabá resultaram na mobilização de agentes a favor da preservação dos bens culturais, principalmente arquitetônicos.

O capítulo 2 **“Preservação de um sítio urbano no centro do Brasil”** busca apresentar as medidas de proteção ao patrimônio operadas pelo poder público em Cuiabá, como o processo de tombamento do Centro Histórico do Iphan e seus conflitos, o estabelecimento de critérios para a preservação através da Instrução Normativa de 1994 e as medidas municipais de proteção.

A partir da década de 1980, a Prefeitura Municipal de Cuiabá começou a desenvolver ações voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico, através de legislação específica, estudos e tombamentos municipais. O processo de tombamento federal foi aberto em 1985 por solicitação da Prefeitura e Governo de Mato Grosso, resultando em uma proteção provisória em 1987. Na época, o Iphan desenvolveu novas narrativas e critérios de seleção para sítios urbanos, pautados no valor documental. Essa mudança nos critérios de atribuição de valor foi fundamental para a identificação de Cuiabá, que já tinha sua homogeneidade arquitetônica comprometida na década de 1980 e outros aspectos materiais foram valorados no tombamento como o traçado urbano, volumetria, topografia, elementos naturais, causando certo estranhamento e dificuldade de aceitação da proteção por segmentos da sociedade e gestores públicos.

A relação de cooperação entre Prefeitura Municipal e Iphan teve fim em 1990 com a troca da gestão municipal, que passou a ser contrária ao tombamento do conjunto. Os argumentos da gestão ressoavam em segmentos econômica e politicamente poderosos, como o comércio, indústria e construção civil: não havia mais bens a proteger em conjunto e o tombamento significava obstáculo ao desenvolvimento financeiro da cidade.

Na década de 1990 ocorreu a incorporação do assunto patrimônio na legislação urbana, como planos diretores, zoneamento e incentivos. Após a homologação do tombamento federal em 1992, através de um trabalho conjunto entre Iphan e Prefeitura, houve o estabelecimento de critérios de intervenção na área protegida, a Instrução Normativa em 1994. Neste contexto, o patrimônio deixou de ser

encarado como obstáculo ao desenvolvimento e passou a ser incorporado na gestão urbana.

O capítulo 3 "**As grandes intervenções urbanas e os sentidos do patrimônio cuiabano"** trata do processo de apropriação dos bens culturais de Cuiabá para entrada no mercado de consumo global, no qual o patrimônio foi incorporado nas políticas públicas urbanas e de cultura como oportunidade de exploração financeira, voltada principalmente para o uso turístico. Interessa neste capítulo analisar o período de desestruturação do planejamento urbano durante a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e seus desdobramentos posteriores, como uma série de ações da Prefeitura, dentre obras e projetos, para a requalificação de espaços de interesse cultural como ativo financeiro, dentro e fora do Centro Histórico, algumas delas relacionadas à comemoração do tricentenário de Cuiabá em 2019.

No mesmo período, houve o início da realização do Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas, PAC-CH pelo Iphan/MT com a destinação de recursos para obras em espaços públicos e imóveis públicos ou de uso público. O PAC-CH foi o primeiro recurso federal destinado à preservação do patrimônio cultural na forma de um pacote de obras, que dependia da cooperação com a Prefeitura Municipal para sua execução. Cabe analisar a operação do Programa em Cuiabá, com vistas à verificação do atendimento de seus objetivos iniciais: promover a preservação do Centro Histórico através da recuperação de imóveis significativos e de uso público.

Interessa neste capítulo 3 investigar os efeitos desta nova postura governamental voltada à adequação dos espaços e equipamentos públicos aos padrões internacionais de turismo.

Foi verificada a mudança de sentido atribuído ao patrimônio, que passou neste momento a ser tratado como oportunidade de ingresso ao mercado global. Nesse contexto, a preservação do patrimônio e a promoção da cultura foram utilizadas para legitimar intervenções urbanas de grande impacto, voltadas à atração de investimentos.

O quarto e último capítulo denominado **"Ideias para adiar o fim do Centro"** possui caráter propositivo e visa à reunião de possibilidades de ações tanto pelo poder

público como por movimentos independentes para valorização da área central e preservação do Centro Histórico. Buscou-se na leitura de trabalhos relacionados ao tema, elencar possibilidades legislativas já vigentes, como leis municipais, ou desprovidas de regulamentação, como os instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades. Ainda, retomam-se proposições da década de 1980 que consistem em ações coordenadas entre agentes envolvidos com o Centro Histórico, buscando evidenciar os “novos velhos problemas” de Cuiabá.

Neste capítulo tem destaque o Plano de Gestão do Centro Histórico de Cuiabá publicado em 2021, que reuniu diretrizes de ação governamental com foco na regeneração da área central a partir de aspectos físicos, sociais e econômicos. As diretrizes de atuação do Plano visam à coordenação de ações contínuas, pequenas mudanças legislativas e a criação de instâncias governamentais voltadas à preservação e geração de empregos.

Por fim, são elencadas possibilidades de apropriações do espaço público, reunidas no Jornal da Prainha, e algumas apropriações existentes, buscando evidenciar usos possíveis do espaço público de forma a favorecer o uso, a ocupação e a preservação do Centro Histórico.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são referenciados na pesquisa documental nos arquivos do Iphan/MT e nos arquivos centrais do Iphan Rio de Janeiro e Brasília, com foco em Processos de Tombamento, solicitações de intervenção, inventários e relatórios técnicos. Publicações especializadas sobre patrimônio cultural urbano, políticas públicas e o contexto da cidade de Cuiabá foram analisadas para composição do referencial teórico. Soma-se ainda a experiência durante as práticas profissionais no Iphan/MT que expuseram questões relativas à própria instituição e seus limites, as relações com os outros órgãos envolvidos na gestão, além da realização dos levantamentos de campo e acompanhamento das atividades de rotina.

Interessa mencionar que, após o término do período de atividades supervisionadas no Iphan/MT, fui indicada para assumir em 2020 o cargo de Coordenação de Preservação do Patrimônio, na Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico e Museológico da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer - SPPHM/SECEL/MT. A atuação no cargo de segunda chefia no setor de

preservação revelou outros aspectos da gestão pública, como as fragilidades institucionais dos Municípios, as dificuldades na preservação na escala estadual (que possui mais bens tombados que o Iphan em Mato Grosso) e os problemas decorrentes da imagem de poder e autoridade dos órgãos de preservação, assim como a importância de se compreender as políticas de patrimônio em Cuiabá de forma ampliada, extrapolando os limites do Iphan.

Algumas questões foram reforçadas, como a necessidade de atuação mais próxima com os Municípios, a importância da comunicação entre órgãos de preservação e comunidades nas quais os bens culturais protegidos estão inseridos, além da urgência na capacitação continuada dos servidores e gestores sobre o campo do patrimônio cultural. Ou seja, é necessária a implantação de políticas integradas e participativas, que possam contribuir para um conjunto de ações de preservação com maior positividade.

1. MEMÓRIA E PROGRESSO EM CONFLITO: FORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CUIABÁ

> Cuiabá é, entre as cidades mineiras do ciclo do ouro no período colonial, a única que rompeu com a estagnação econômica posterior à exaustão das lavras de ouro. Depois de viver um longo e lento período de crescimento vegetativo, começou a "inchar" nos últimos anos. E seu "inchaço" é a síndrome urbana do processo econômico e social decorrente da política desenvolvimentista do Governo Federal, nos anos sessenta, articulada com a expansão do capitalismo hegemônico. (FREIRE, 1997, p. 10)

Cuiabá, atual capital de Mato Grosso, foi fundada como arraial em 1719 às margens do Rio de mesmo nome. Em 1722, foi encontrado ouro no córrego da Prainha, um dos afluentes do Rio Cuiabá, dando início ao processo de ocupação do território que hoje chamamos de Centro Histórico. A extensão territorial ocupada pelo povo Boé, denominado pelos brancos como Bororo (CAMPOS, 2014), foi sucessivamente invadida por bandeirantes paulistas e pessoas em busca do ouro de aluvião[9]. A partir de então, a trajetória tricentenária desta cidade cravada no centro da América do Sul possui períodos de pujança econômica e estagnação, assim como a diversificação das matrizes econômicas, que imprimiram no espaço urbano suas marcas passíveis de leitura nos dias atuais.

A perspectiva de valorizar a cidade enquanto patrimônio respalda-se na narrativa consagrada que conta uma parte da história da ocupação da América portuguesa, cuja existência assegurou a manutenção do território lusitano frente à

[9] É possível que o nome Cuiabá tenha origem relacionada ao ouro. Existem duas principais hipóteses de origem indígena (CAMPOS, 2014). A primeira vem do povo Boé/Bororo, que ocupava o território de Cuiabá antes da chegada dos bandeirantes. É a hipótese mais defendida pelos padres Salesianos, que têm contato com os Boé desde o começo do século XX. Cuiabá seria uma derivação de Ikuiapá.
Ikuiapá - **Ikúia** (flecha, arpão); **pá** (lugar) lugar da flecha e do arpão, refere-se à localidade onde se pesca com a flecha-arpão, possivelmente correspondente à foz do Ikuiébo.
Ikuiébo - **Ikúie** (estrela); **bó** (água); Córrego das estrelas. Córrego afluente da esquerda do rio Cuiabá, conhecido como córrego da Prainha. Essa denominação foi provavelmente originada pela abundância de pepitas de ouro no leito e nas margens do referido córrego (CAMPOS, 2014, p 75).
A outra hipótese é de origem Guarani e é defendida por alguns historiadores, pois os Guarani "foram importantes aliados dos europeus no processo de interiorização e nomearam muitas coisas e lugares" (CAMPOS, 2014, p 76) e na cartografia espanhola antiga consta "kyvaverá" como denominação do rio Cuiabá.
Kyvaverá - **Kyva** (lontra); **vera** (brilhante), ou seja Rio das lontras brilhantes (CAMPOS, 2014, p. 76).

coroa espanhola. Por sua importância geopolítica na formação do território brasileiro e papel desempenhado durante a Guerra do Paraguai, Cuiabá teve seu Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico tombado a nível federal em 1987.

Cuiabá ocupa a porção sul do estado de Mato Grosso e é o município mais antigo do estado, localizado no centro geodésico da América do Sul, ponto equidistante entre os oceanos Pacífico e Atlântico (Imagem 1). A população cuiabana soma cerca de 623 mil habitantes e a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá totaliza cerca de 1 milhão de habitantes segundo estimativa do IBGE em 2021. Cuiabá é um ponto de transição entre os três biomas existentes em Mato Grosso (Pantanal, Cerrado e Amazônia) localizada às margens do Rio Cuiabá, afluente do rio Paraguai, e pode ser caracterizada como um polo regional, visto que é entroncamento aéreo-rodoviário e local de oferta de produtos e serviços na escala estadual.

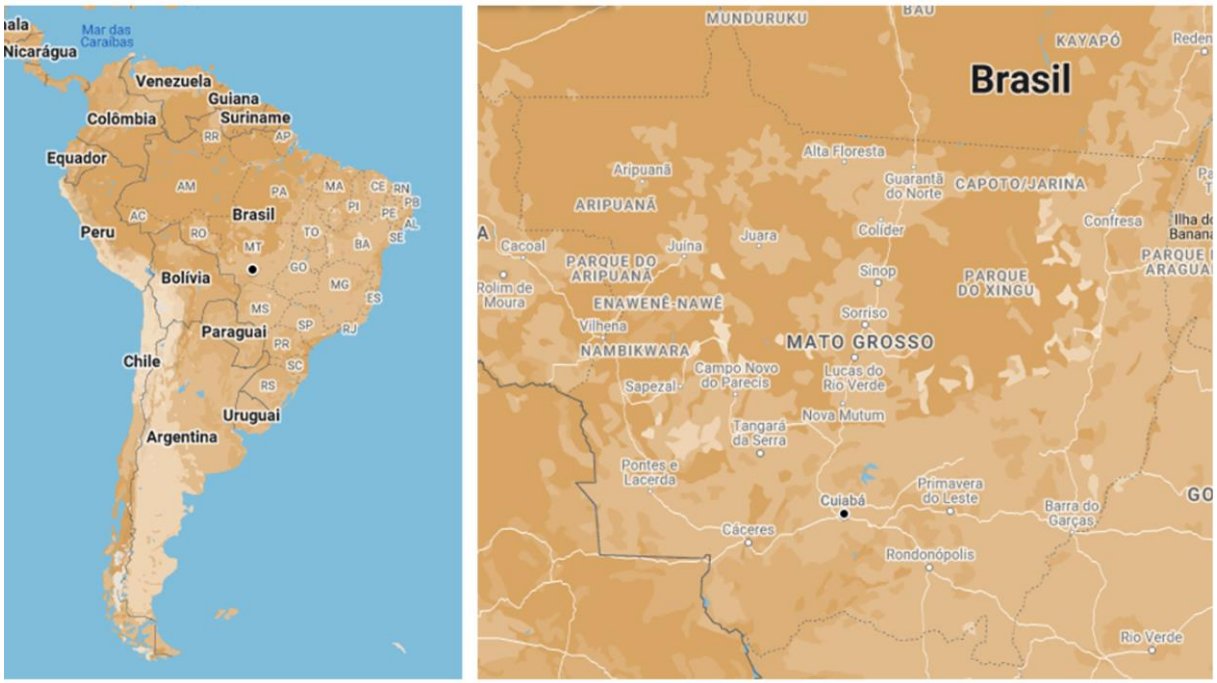


Imagem 1 - Localização de Cuiabá em relação à América do Sul e ao estado de Mato Grosso. Fonte: Google Maps, editado pela autora 2022.

Considerando a historicidade do núcleo urbano de Cuiabá, percebe-se que as tensões entre novo e velho foram acentuadas por acontecimentos de ordem política local e nacional, porém a partir da segunda metade do século XX os processos de modernização passaram a compor um cenário dramático de destruição do acervo arquitetônico e urbanístico da capital, com a demolição de marcos referenciais, como

a Igreja Matriz e o Palácio do Governo, inaugurando um processo de dilapidação do patrimônio edificado (CASTOR, 2013).

A função geopolítica de Cuiabá no contexto do desenvolvimento regional e nacional preconizada pelo ditadura civil-militar como a capital de um estado de vocação agrícola, cujo território era composto por "vazios demográficos"[10] influenciou na intensa chegada de migrantes vindos do sul e sudeste do Brasil em busca de oportunidades na capital e no interior a partir da década de 1970. Entre 1960 e 1990, a população residente em Cuiabá dobrou[11] a cada década.

Esse processo, favorecido pela integração rodoviária, resultou no aumento da população urbana e da demanda por área construída em localização privilegiada em Cuiabá, o que gerou pressões sobre o centro antigo de origem colonial. Nesse contexto da segunda metade do século XX, observam-se demolições e significativas alterações em seu conjunto arquitetônico, além do crescimento para novas áreas de expansão urbana.

Aqui interessa evidenciar as forças e interesses envolvidos nos processos urbanos que resultaram em renovações no Centro Histórico, com a construção de novos edifícios e remodelação de espaços públicos. O processo ocorrido em Cuiabá pode ser classificado como um exemplo de modernização conflitual, caracterizado por processos que atingem apenas uma parte da sociedade e tendem à adesão do "moderno", resultando em conflitos intensos com as tradições existentes ou antigas (LE GOFF, 2003, apud CASTOR, 2013).

Em Cuiabá, os discursos pautados no desejo pelo progresso econômico alinhado à expansão das fronteiras do capitalismo resultaram em disputas por narrativas e territórios, no qual o patrimônio cultural urbano foi violentado visando abrir espaço para o "novo".

O processo de modernização conflitual de Cuiabá ocorreu envolvendo registros de posicionamentos diversos e contrários à destruição do patrimônio edificado. Algumas iniciativas buscaram equilibrar desenvolvimento e preservação através da expansão urbana, como é o caso da criação do Centro Político

[10] A ideia de vazio demográfico refere-se às áreas ainda não completamente integradas ao sistema capitalista. Sabe-se que a região central do Brasil era ocupada por dezenas de povos indígenas distintos e por comunidades tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos, antes do processo de integração iniciado no Estado Novo e intensificado durante a ditadura militar.

[11] Ano e população: 1950 - 25 065 hab; 1960 - 57 860 hab; 1970 - 100 870 hab; 1980 - 212 980 hab; 1991- 402 813 hab; 2000 - 483 346 hab; 2010 - 551 350 hab; Est. 2021 - 623 614 hab. Fonte: Censos demográficos do IBGE (1872-2010).

Administrativo - CPA, que dentre suas justificativas era aliviar as pressões imobiliárias através da retirada de órgãos públicos do centro histórico. O CPA é um complexo urbanístico construído no início da década de 1970 com o objetivo de reunir todo o aparato político e administrativo do Governo do Estado em uma única região, distante do Centro Histórico e com maior capacidade de atendimento das demandas futuras. Além dos órgãos públicos, o projeto do CPA foi composto por infraestrutura viária e conjuntos habitacionais.

Este capítulo trata Cuiabá no que tange a preservação de seu Centro Histórico, uma espécie de apresentação do cenário no qual os bens culturais estão inseridos com a identificação de agentes envolvidos e seus interesses. Com a perda de referenciais urbanos bastante marcantes, tiveram início dois processos paralelos: um de permissão para a continuidade da destruição, o que gerou perdas na paisagem urbana, e outro posterior, de surgimento de uma mobilização em favor da preservação. No entanto, os dois processos tiveram ritmos e articulações diferentes, o que resultou em perdas significativas no acervo arquitetônico e urbanístico da capital mato-grossense antes da preservação via tombamento federal.

Como instrumento de análise do contexto de Cuiabá, interessa acionar um termo desenvolvido por Pierre Bourdieu, a Violência Simbólica, que pode ser compreendida como uma forma mais branda de dominação que consegue ter anuência dos dominados. (BOURDIEU 1990, apud MAUGER, 2017) A Violência Simbólica é operada principalmente através da linguagem, contribuindo para as relações de força, adicionando sua própria força nestas relações. Ela depende do reconhecimento por parte do grupo dominado, através do reconhecimento da legitimidade do discurso dominante (seus “benefícios” e "vantagens") e depende da incorporação da dominação na estrutura social, ou seja, da naturalização da dominação.

Com vistas à compreensão dos processos de expansão e desenvolvimento urbanos empreendidos em Cuiabá e seus reflexos no centro antigo, adotamos a periodização proposta por Júlio de Lamônica Freire[12] (1997), pela capacidade de

[12] Júlio de Lamônica Freire (1937-2011) - Arquiteto e urbanista (UnB, 1970) cuiabano, mestre em educação (USP, 1988) foi professor fundador do curso de Arquitetura da UFMT, atuou nas áreas de patrimônio cultural, história da arquitetura e planejamento urbano. Foi autor de obras de referência sobre o patrimônio cuiabano como "Por uma poética popular da Arquitetura" e “Cuiabá: nosso bem coletivo”. Trabalhou em órgãos públicos de planejamento urbano do município e do estado, participou da criação do Centro Político Administrativo e elaborou junto com Maria Clara Migliacio a Instrução Normativa do CAUP-Cuiabá. Influenciou gerações de arquitetos de Cuiabá, e atuou incansavelmente

síntese de ciclos complexos de ordem geopolítica e de crescimento urbano atrelada a acontecimentos históricos. Freire trabalha com três ciclos: Mineração, Sedimentação Administrativa e Modernização. Outro autor importante na leitura da formação urbana é o historiador Carlos Alberto Rosa, que nos oferece através de suas Notas Históricas presentes no processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá[13] uma síntese dos processos de formação da cidade, apresentando elementos físicos existentes (construídos e naturais) no espaço urbano, a partir dos quais foram desenvolvidos mapas esquemáticos para favorecer a compreensão da formação do núcleo urbano. Outros autores foram utilizados na busca por uma narrativa sobre a modernização de Cuiabá, como Ricardo Castor (2013), Ludmila Brandão (1997) e Leilla Lacerda (2005).



Imagem 2 - Antiga Catedral e Palácio Alencastro. Cartão postal produzido na década de 1960. Fonte: Freitas (2011).

pela preservação de seu patrimônio arquitetônico e pela valorização do ofício dentro de diversas entidades de classe, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB.

[13] Processo 1180-T-85/Iphan. Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.

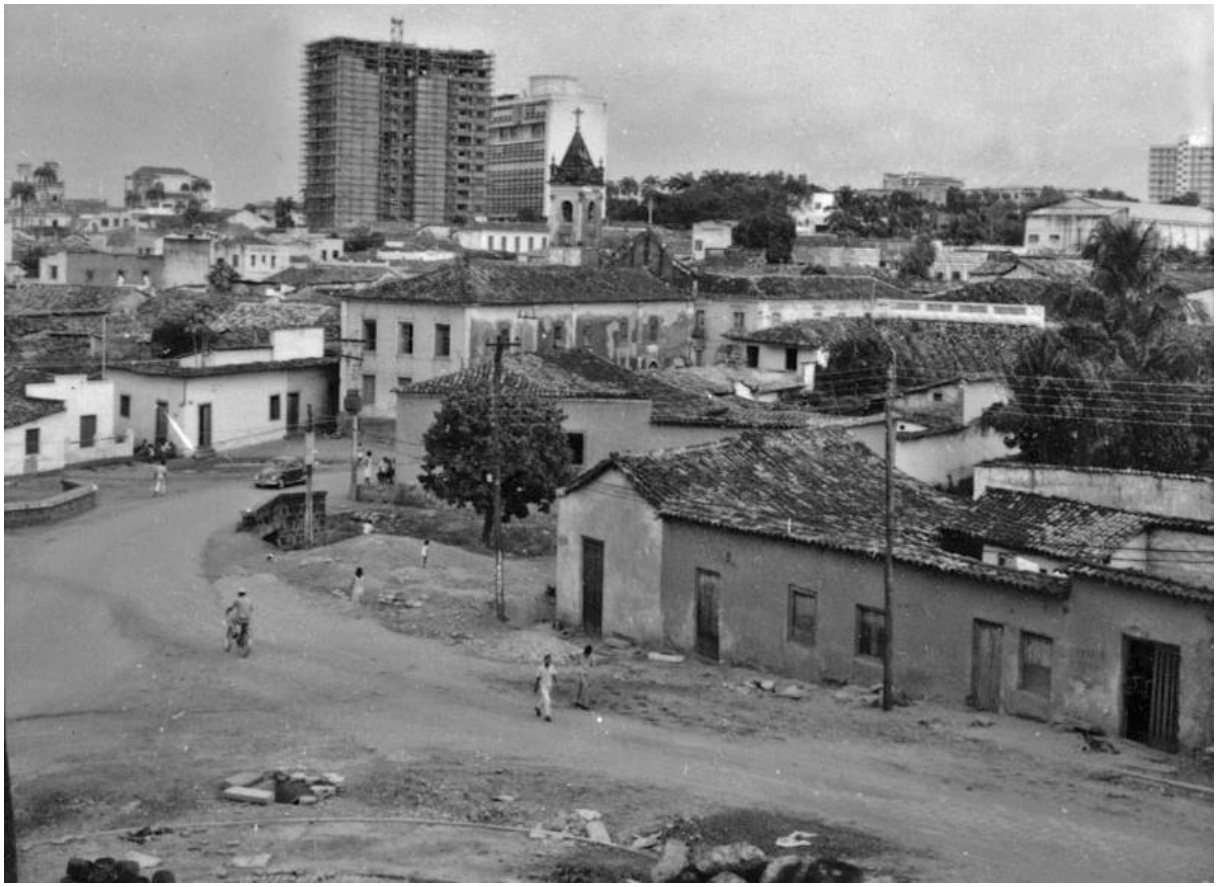


Imagem 3 Vista do Centro Histórico tomada do Morro da Luz, 1968. Fonte: Biblioteca IBGE.

1.1. CUIABÁ MINERADORA

Seguindo a periodização de Freire (1997), o Ciclo de Mineração abrange a fundação do Arraial da Forquilha, área nas margens do Rio Cuiabá, em 1719 e estende-se até 1820, quando houve a transferência da capital da província de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá. A questão do início da ocupação da atual região do Centro Histórico ainda é discutida, pois para Rosa (1985) a descoberta do ouro de aluvião no Córrego da Prainha se deu em 1722, desencadeando o processo de ocupação da área. Este primeiro século é caracterizado pela expansão descontínua do núcleo urbano, organizado em dois “polos de atração”, com desenvolvimentos e funções distintas: as minas do Rosário e Porto Geral (FREIRE, 1997), conforme mostra a imagem 4.

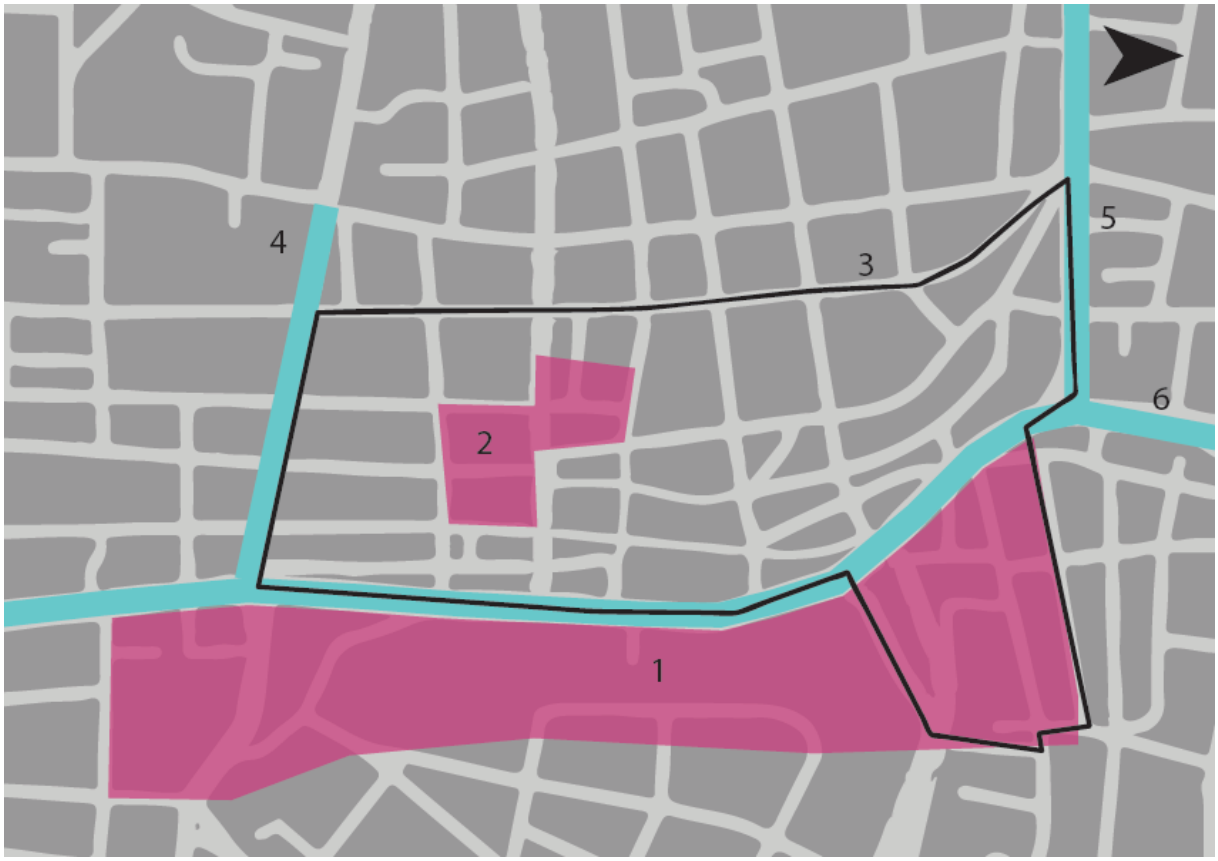


Imagem 4 “Plano da Villa do Cuyabá” de 1777. Fonte: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial - REIS FILHO, 2000.

O polo mais adensado, onde hoje configura-se o Centro Histórico, desenvolveu-se às margens do Córrego da Prainha. Na margem direita onde o terreno é mais plano foram estabelecidos os equipamentos públicos e templos das irmandades mais influentes da Igreja, bem como a parte mais abastada da população construiu suas moradias. Enquanto na margem esquerda, o terreno íngreme foi explorado pelas lavras de ouro, houve a implantação da capela do Rosário, acompanhada pela população mais pobre composta por trabalhadores livres e escravizados que ali instalaram suas moradas.

Ao analisar o espaço urbano de Cuiabá, considerando aspectos políticos e econômicos, Rosa (1985) propõe uma leitura sobre a formação do núcleo urbano pautada numa “bipolarização fundamental”, onde duas áreas divididas pelo Córrego

da Prainha exerceram funções distintas desde o início da ocupação do território: espaços de produção e de poder (Mapa 1). Para ele, nas primeiras décadas da ocupação do território, essa bipolarização foi responsável pelo estabelecimento do traçado urbano inicial, que teve maior adensamento na margem direita do Córrego da Prainha, balizada pela Igreja Matriz e pela região da Mandioca.



Mapa 1 Bipolarização fundamental, século XVIII.. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir de Rosa no processo de tombamento, em 2020
1. Espaço de produção (Lavras de ouro); 2. Espaço de poder (Matriz e sede do Governo); 3. Adensamento principal; 4. Córrego Cruz das Almas; 5. Córrego da Mandioca; 6. Córrego da Prainha.

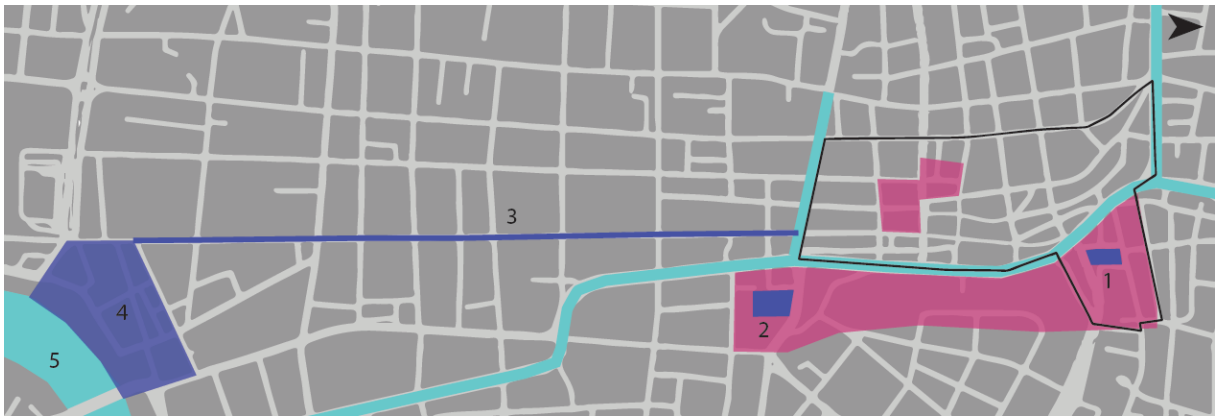
O **Espaço de Produção**, à margem esquerda, nas encostas do que viria a ser chamado de Morro da Luz, “duas capelas constituíram-se em polos de atração e posterior expansão: A de N. Sra. do Bom Despacho (existente já em 1726) e a de N. Sra. do Rosário e São Benedito (possivelmente nos anos 1730)” (ROSA, 1985).

O eixo Mandioca-Rosário possui marcante presença negra desde o início da formação da cidade, pois foi o local onde a população negra livre fixou moradias no (PEREIRA, 2016) e em 1722 foi erguida uma capela em louvor a São Benedito configurando o “primeiro registro de culto e devoção ao santo na área urbana de

Cuiabá" (ROSA, 1976 apud MENDES, 2011, p. 87). A capela ruiu pouco tempo depois e foi posteriormente construída junto à Igreja Nossa Senhora do Rosário, outra irmandade de negros (livres e escravizados) e mestiços. As duas irmandades dividiram o mesmo templo, porém com territórios distintos (MENDES, 2011).

> Do ponto de vista da produção do espaço urbano, o resultado é expressão do barroco, tanto nos primeiros esboços do desenho urbano quanto na arquitetura. O Pelourinho, a Matriz, as igrejas do Rosário e Senhor dos Passos assentam os primeiros pontos de tensão em torno dos quais a vila se estrutura e se organiza. FREIRE, 1997, p 42

Simultaneamente à ocupação do Córrego da Prainha, começa a se formar, a sudoeste, um outro núcleo urbano, o Porto Geral, ponto de entrada e saída fluvial. Apesar de seu desenvolvimento ser contemporâneo ao centro, a ligação entre os dois aglomerados, conhecida como "caminho do Porto" só foi de fato adensada e incorporada ao restante da cidade na segunda metade do século XIX (Mapa 2). A região do Porto Geral possuía caráter comercial e popular devido à sua função, tendo o papel de entrada e saída das monções pela bacia do Paraguai que abasteciam a vila, cuja produção era incipiente (FREIRE, 1997).



Mapa 2 Polos de atração e expansão posterior no século XVIII. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora, 2020. 1. Capela N. Sra. do Rosário e S. Benedito; 2. Capela N. Sra. do Bom Despacho; 3. Caminho do Porto; 4. Porto Geral; 5. Rio Cuiabá.

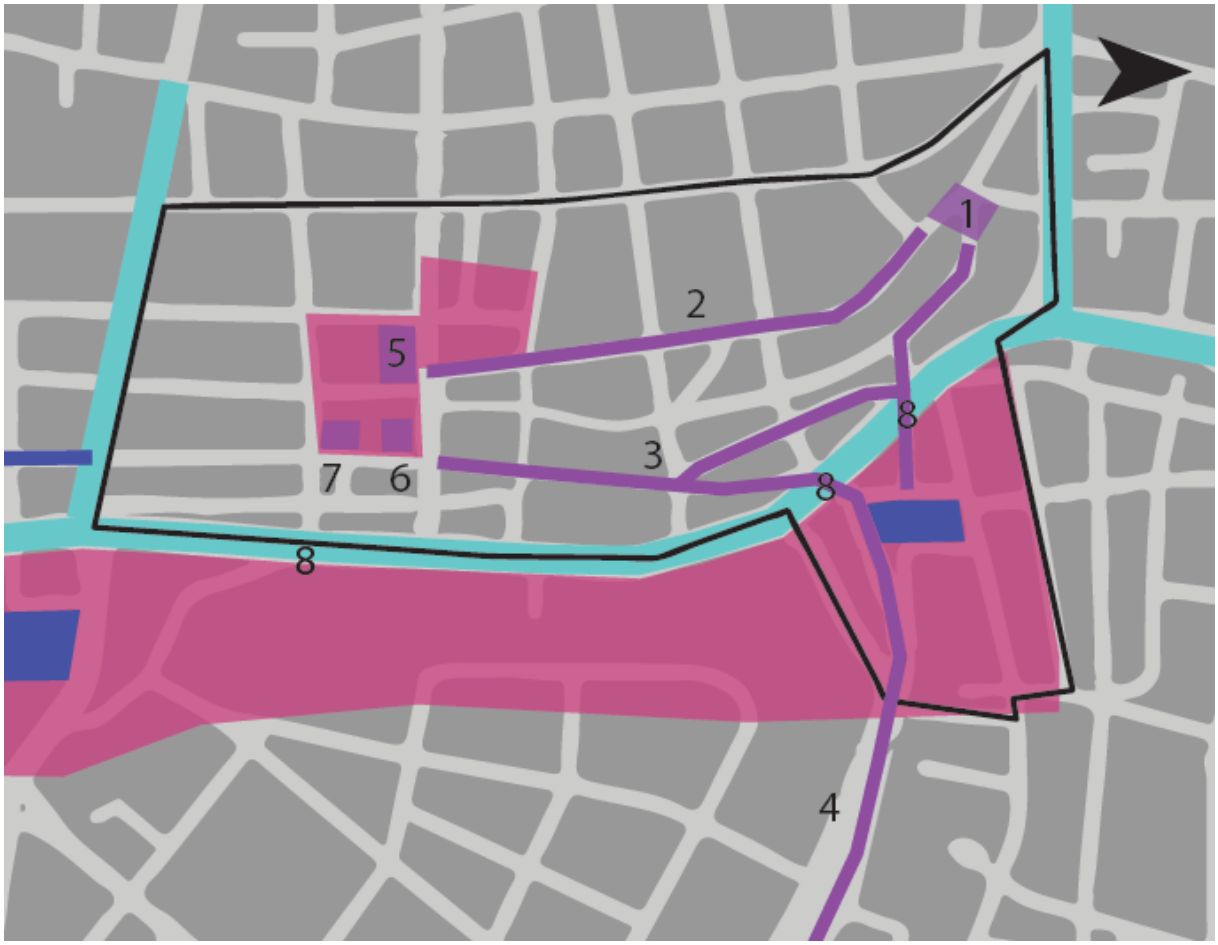
O **Espaço de Poder**, à margem direita do Córrego da Prainha, é configurado por uma ocupação de características de classes mais abastadas: além do casario mais imponente, ali se localizam os equipamentos religiosos e públicos, como a Igreja Matriz e o Palácio do Alencastro, sede do governo. Neste espaço, é evidente a disputa pela demarcação de poder, legível pelas diversas transformações realizadas ao longo

do tempo nos imóveis e nos espaços públicos[14].

Com a elevação do Arraial a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727, foram construídos equipamentos públicos e órgãos administrativos (Mapa 3), consolidando o Espaço de Poder nas imediações da Matriz, com a implantação do Pelourinho, as Casas de Câmara e Cadeia, a Residência dos Ouvidores/ dos Juízes-de-Fora. Na mesma ocasião, foi inaugurado no Largo da Mandioca o pelourinho (MENDONÇA, 1969), local de castigo físico público aos escravizados.

> Tal espaço [de poder] ligava-se ao Sítio da Mandioca (ou Bairro da Mandioca), ao norte, por duas vias, a Rua de Cima e a Rua de Baixo. Esta última, acompanhando o desenho do Córrego, dava acesso também ao espaço de produção. Em 1737, concluiu-se a abertura de um caminho terrestre para Goiás, com o que o Sítio da Mandioca tornou-se a 'porta Norte' da Vila e a Rua de cima o acesso privilegiado ao espaço de poder. (ROSA, 1985)

[14] A Igreja Matriz e o Palácio Alencastro (sede do governo) foram demolidos e substituídos por edifícios modernos no século XX. As praças da Sé (atual República) e Alencastro também passaram por intervenções que alteraram suas configurações no século XX.

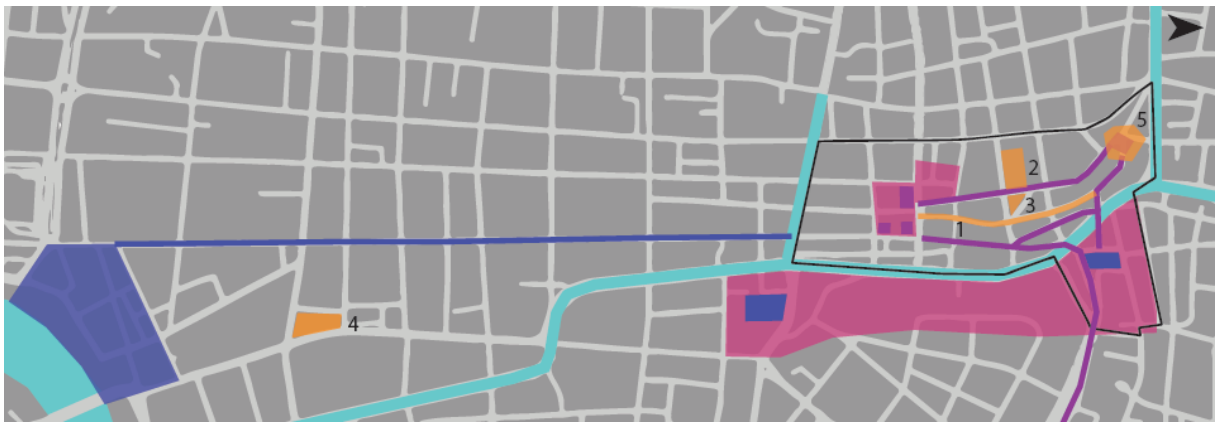


Mapa 3 Equipamentos públicos implantados após a elevação a Vila, em 1727. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, em 2020. 1. Sítio da Mandioca; 2. Rua de Cima; 3. Rua de Baixo; 4. Caminho para Goiás; 5. Igreja Matriz;

A região da Mandioca já teve várias denominações oficiais e populares: Largo ou Canto do Sebo, Largo da Mandioca, Praça Real e Praça Conde de Azambuja, seu nome oficial atualmente. No entanto, o nome mais conhecido é Praça da Mandioca. Não se sabe com certeza a razão do uso da mandioca como denominador, no entanto a hipótese mais provável é sobre o uso deste largo como um espaço de trocas comerciais desde o início da formação do núcleo urbano (ROSA, 1985), em que possivelmente havia a comercialização de alimentos produzidos na região. Outro uso bastante citado na bibliografia pesquisada é o uso de festividades no espaço público, como chegadas e aniversários de autoridades durante o período colonial (ROSA, 1996; MENDONÇA, 1969; MENDONÇA, 1975) e realização de festas populares, cavalhadas, teatros e até ópera (MENDONÇA, 1969).

A descoberta do ouro na bacia do Rio Guaporé por volta de 1730 desencadeou uma nova fase da exploração mineral na província, conferindo nova função à Vila de Cuiabá, que passou a desempenhar o papel de “metrópole” e ponto de apoio para a ocupação da região oeste da capitania de Mato Grosso, criada em 1748. A construção da nova capital Vila Bela da Santíssima Trindade[15] em 1752 “alterou radicalmente o papel administrativo e político da Vila do Cuiabá, embora sem conseguir transformar, na mesma proporção, seu amadurecimento econômico” (ROSA, 1985).

Esta mudança de papel administrativo refletiu em algumas transformações no núcleo urbano (Mapa 4). Logo após sua chegada em 1751 o primeiro governador e capitão-general da capitania D. Antônio Rolim de Moura Tavares ocupou um imóvel para sua residência no largo da Mandioca (Espaço de poder), estabelecendo em locais próximos a Casa da Intendência e Armazém Real, contribuindo para o adensamento e intensificação de uso das Ruas de Cima e de Baixo. A Rua do Meio foi aberta apenas em 1776, com uso predominantemente de serviço por pessoas escravizadas, conhecida como Rua das Pretas (BARRETO, 2015).



Mapa 4 Criação da Capitania de Mato Grosso, final do século XVIII. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, em 2020. 1.Abertura da Rua do Meio; 2. Quartel; 3. Armazém Real; 4. Capela de São Gonçalo; 5. Residência D. Rolim de Moura (localização aproximada).

Até o fim do século XVIII, a Vila adensou-se em direção ao sul, até o Córrego Cruz das Almas (Av. Generoso Ponce) e em direção Sudoeste nas proximidades da Igreja do Bom Despacho, conformando o Bairro do Mundéu que foi majoritariamente habitado por pessoas negras (PEREIRA, 2016).

[15] Distante cerca de 520 km a oeste de Cuiabá, localizada nas margens do Rio Guaporé, próxima à fronteira com a Bolívia. Desempenhou a função de sede da capitania de Mato Grosso entre 1752 e 1818.

Na região do Porto, houve o surgimento de outro pequeno núcleo nos arredores da Capela de São Gonçalo, em 1781 (Imagem 5). Rosa reforça a importância do Córrego da Prainha como eixo condutor da formação da cidade:

> Mas principalmente ocorreu o adensamento da Vila, que em 1786 contava com cinco vias paralelas ao Córrego da Prainha e cerca de dez, transversais. A Vila toda, aliás, acompanhou o desenho do Córrego, de tal forma que ao Norte, na região da Mandioca, a rede da Vila tendente ao xadrez contorce-se, delineando a feição até hoje peculiar àquela parte. (ROSA, 1985)

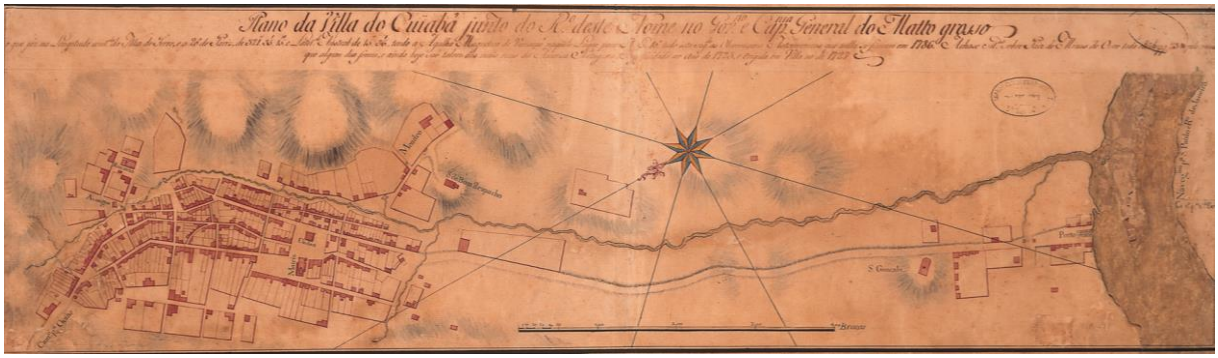


Imagem 5 Plano da Vila de Cuiabá em 1786. Fonte: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, REIS FILHO, 2000.

Freire (1997) caracterizou a arquitetura produzida neste momento: com fundações em pedra cristal ou canga e paredes em terra crua, as edificações não possuíam afastamentos frontais ou laterais (Imagem 6). Os limites posteriores dos lotes nem sempre eram demarcados, com exceção dos mais abastados, delimitados com muros de taipa socada, e os materiais disponíveis na região eram empregados nas construções, como terra, pedra e óleo de peixe (FREIRE, 1997). A economia girava em torno da exploração do ouro que atraia a população. A produção agrícola não era capaz de suprir o consumo básico, deixando a vila dependente de produtos advindos de outras localidades. Ao fim do século XVIII e começo do XIX, a cidade apresentava maior adensamento e contornos mais definidos (FREIRE, 1997).

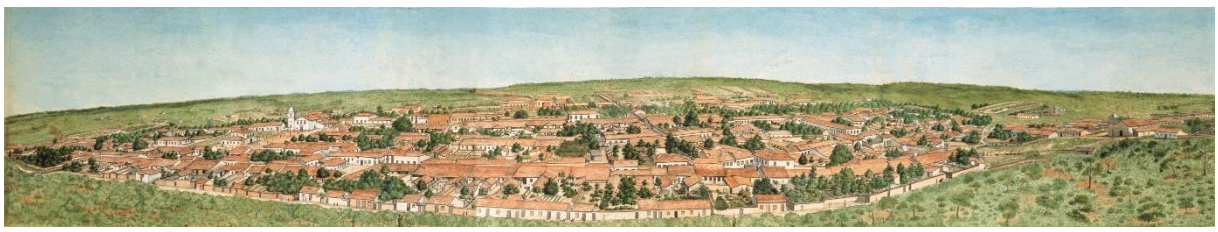


Imagem 6 Fonte: Prospecto de Cuiabá em 1790. Fonte: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, REIS FILHO, 2000.

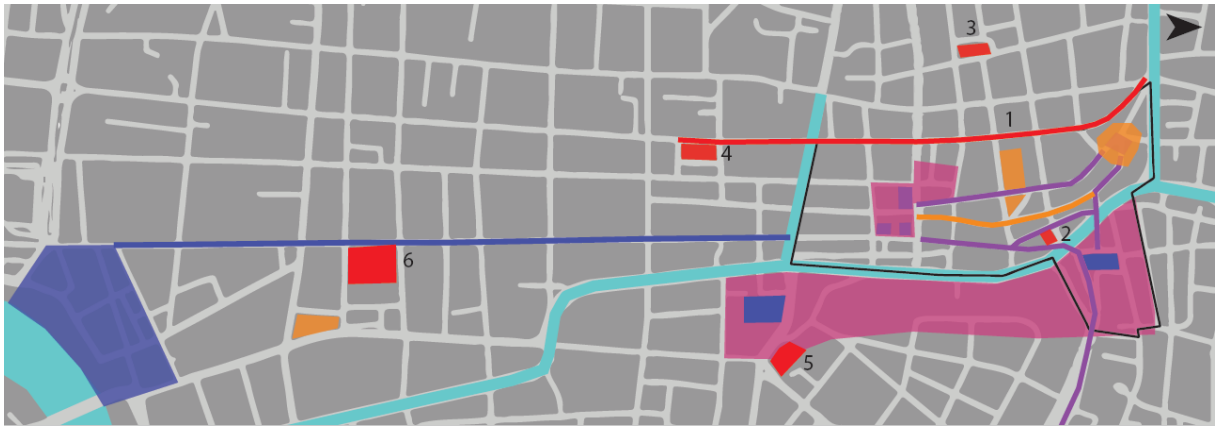
1.2. CUIABÁ CAPITAL

O declínio na produção do ouro associado à dificuldade de acesso e recorrentes epidemias resultou na transferência da capital da província de Mato Grosso de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá em 1818. Cuiabá passou então à função de capital da província e a cidade ganhou nova dinamicidade, recebendo população mais abastada composta majoritariamente por mineradores, fazendeiros, funcionários públicos e comerciantes.

O Ciclo de Sedimentação Administrativa de Freire é marcado pela ação do poder público na construção de edificações de maior porte e incorporação de elementos sofisticados como resultado da nova função geopolítica de Cuiabá, o que influenciou também na produção da arquitetura civil (FREIRE, 1997). Neste período, emergiu a necessidade de diversificação de fontes produtivas: as atividades de agropecuária começam sua substituição gradual do ouro como principal produto econômico.

Dentro deste período, Freire destaca três momentos diferentes de transformações urbanas: O primeiro localiza-se entre a “euforia” da nova função administrativa (1818) e a estagnação da mineração no fim do século XIX; O segundo compreende o “surto açucareiro” do fim do século XIX, a intensa produção de borracha no início do século XX, encerrando num período de “marasmo econômico” até a década de 1940; O terceiro momento é marcado pela ação do Estado Novo, que introduziu mudanças na feição da cidade, até a década de 1960, em que as transformações tomaram contornos mais marcantes do ponto de vista das mudanças urbanas.

Para comportar a função de capital, o espaço urbano de Cuiabá recebeu equipamentos públicos, como espaço para exercícios militares (Campo d’Ourique, atual Câmara de Vereadores) com ligação pela rua Linda do Campo (atual Rua Barão de Melgaço), Capela de N. Sra. da Boa Morte, Santa Casa da Misericórdia, Hospital de S. João dos Lázaros e Arsenal de Guerra. Estes novos equipamentos atuaram como pontos de atração do crescimento da cidade, conforme mostra o Mapa 5.

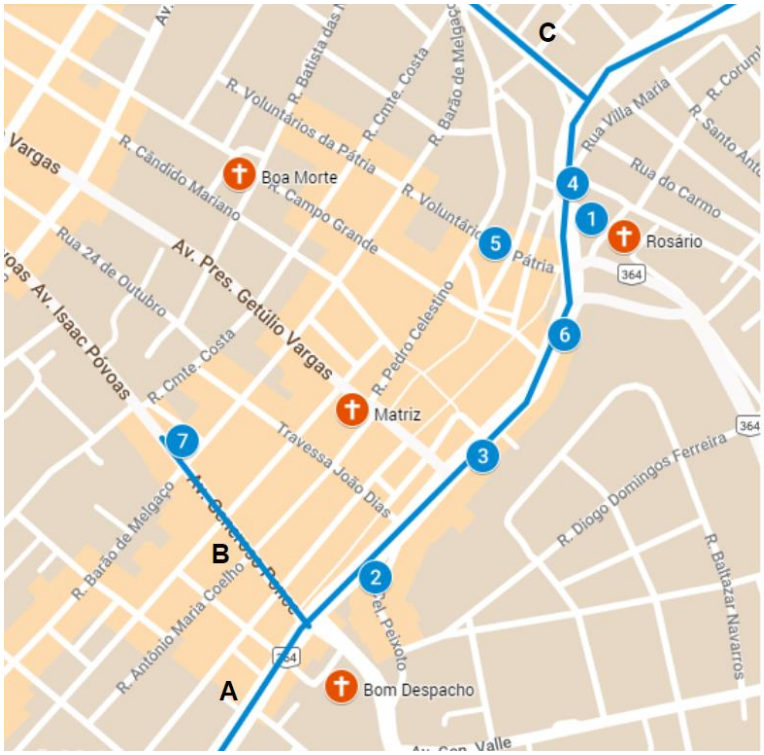


Mapa 5 Elevação a capital, século XIX. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, 2020. 1. Abertura da rua Linda do Campo; 2. Capela N. Sr. dos Passos; 3.Igreja N. Sra. da Boa Morte; 4. Campo d'Ourique; 5. Santa Casa de Misericórdia; 6.Trem / Arsenal de Guerra.

O primeiro momento é caracterizado pelo adensamento e maior definição do traçado urbano, com a formação de vias transversais às Ruas de Baixo, do Meio e de Cima, assim como o enriquecimento e diversificação do "repertório arquitetônico" como a construção de prédios públicos nos espaços de poder: Largo do Palácio, da Matriz e no caminho do Porto. (FREIRE, 1997 p 5-4). Para melhorar a comunicação com a região portuária, houve a instalação em 1891 de um bonde de tração animal, partindo do Largo da Mandioca. Durante a Guerra do Paraguai (1864-70), foi instalado no Porto um acampamento militar, seguido por outro similar e prisão militar do outro lado do rio Cuiabá, território hoje ocupado pela cidade de Várzea Grande[16].

Considerando a inexistência de um sistema de abastecimento de água, um fator importante na vida social na formação de Cuiabá foram as fontes públicas de água, que eram pontos de circulação, trabalho e socialização da população negra livre e escravizada (Mapa 6). No período colonial, Cuiabá tinha cerca de 7 fontes públicas de água que geravam preocupação nas autoridades que temiam a desordem e possíveis revoltas em razão do agrupamento de escravizados, forros e lavadeiras. A atividade de lavagem de roupas era feita pelas mulheres, sempre em grupos (PEREIRA, 2016).

[16] O município de Várzea Grande foi desmembrado de Cuiabá e teve sua emancipação em 1948. Atualmente é a segunda maior cidade do estado de Mato Grosso, com forte relação com a capital em termos de fluxo de pessoas, mercadorias, equipamentos públicos e serviços.



Mapa 6 Locais de acesso público à água, localização aproximada das fontes públicas no século XIX. Fonte: elaborado pela autora com base em Pereira, 2016 p 70.

O ordenamento social e a divisão do trabalho no período colonial eram pautados principalmente em aspectos raciais. Neste contexto, o espaço da rua, portanto público, era majoritariamente ocupado por pessoas não brancas: negros, indígenas e mestiços. Homens brancos circulavam a cavalo e as mulheres brancas permaneciam na esfera doméstica. Andar na rua, portanto, era destinado às classes subalternizadas, encarregadas de fazer circular mercadorias e bens.

> [...] consideramos a existência de uma "Cidade Negra", que foi paulatinamente construída pela população negra e marcada por relações sociais que ocorriam principalmente nas ruas, fontes e tavernas. Esses lugares delimitavam as fronteiras sociais e jurídicas (seria humilhante para uma pessoa não escrava buscar água nas fontes ou ficar perambulando pelas ruas da cidade). Os espaços negros eram delimitados pela presença física, pelo corpo ou melhor, pela cor do corpo. (PEREIRA, 2016, p.65-66)

O uso do espaço público, portanto naquele período, era realizado pela população marginalizada composta por trabalhadores livres e escravizados. Para Pereira, dois elementos da "Cidade Negra" são articulados no cotidiano: o

compartilhamento do espaço público “igualava escravos e livres (de diferentes origens)” (PEREIRA, 2016, p 74) e a disputa diária pela água nas fontes públicas.

> Nessas relações sociais disputa e sociabilidade se articulam num todo colaborando para que se formasse um domínio negro, ou melhor, um domínio dos negros sobre esse espaço público urbano: as fontes de abastecimento de água e a rua. (PEREIRA, 2016, p 74)

O fim do século XIX foi caracterizado pelo adensamento da mancha urbana, sem expansão significativa (FREIRE, 1997), conforme mostra a Imagem 7. Houve a introdução de novos modelos de arquitetura, através da abertura da navegação fluvial, após o fim da Guerra do Paraguai que permitiu a entrada de materiais e técnicas construtivas, trazidas por imigrantes europeus principalmente: sobre as fachadas coloniais das famílias mais abastadas houve a aplicação de decorações de gostos variados, entre geométricos e florais. Em alguns casos, houve a reconstrução das fachadas com tijolos cerâmicos visando a introdução de feição de influência europeia. As edificações são encimadas por platibandas decoradas, algumas com balaústres, capitéis, figuras antropomórficas e outras ornamentações. As construções novas ganham afastamentos laterais, jardins e alpendres, além da rica decoração externa.



Imagem 7 Planta comparativa da década de 1950. Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros, 1957. Processo 1180-T-85/Iphan Vol. 1 p 33.

A região portuária também ganhou adensamento e teve início um processo de integração com a localidade do Coxipó da Ponte, a norte, hoje distrito homônimo. A produção de açúcar rompeu com a estagnação econômica do período anterior, e foram construídas usinas de açúcar ao longo do Rio Cuiabá, cuja produção era escoada por via fluvial pela bacia do Paraguai (FREIRE, 1997).

> Assim, de 1870 aos anos 1920 a cidade e sua periferia ganharam equipamentos em que o ferro era componente decisivo; trilhos de uma pequena linha de bondes de tração animal ligaram o Porto Geral ao 'centro'; jardins públicos cercados por grades floradas e contendo chafarizes e coretos deram nova feição ao espaço urbano; a penetração de capitais e mercadorias europeias foi acompanhada por mão de obra qualificada e engenheiros e mestres de obras dotaram a cidade com edificações, fachadas, desenhos de praças, calçamentos que rompiam definitivamente com os modelos coloniais. O 'centro' ligou-se definitivamente ao Porto, já possuidor de residências em nada inferiores às da elitizada Rua de Cima. (ROSA, 1985)

Significativas mudanças no espaço urbano voltaram a ocorrer na década de 1940, com a política de interiorização nacional conhecida como "Marcha para o Oeste", empreendida no governo de Getúlio Vargas. Com a intenção de dotar Cuiabá

da infraestrutura necessária ao seu novo papel geopolítico de “Portal da Amazônia”, o espaço urbano já consolidado passou a comportar edifícios públicos de variadas funções ao longo da recém inaugurada Avenida Getúlio Vargas (Mapa 7). Nessas circunstâncias, apontam-se sinais do tão esperado progresso:

> Ao contrário do momento anterior, esse momento traz em seu bojo fixação de sólidos pontos de amarração do crescimento urbano. Por isso mesmo pode ser melhor visualizado no desenho da cidade, porque imprimiu traços indeléveis, novos marcos de urbanização que rompem com a fisionomia barroca tradicional e imprimem nova dinâmica ao traçado urbano. (FREIRE,1997 p 114)

Dentre as obras oficiais deste período, destacam-se equipamentos oficiais escolares, militares, de lazer e de infraestrutura, com destaque para a abertura da Avenida Getúlio Vargas e a ponte Júlio Müller, que ligava Cuiabá a Várzea Grande, desativando finalmente a balsa-pêndulo que realizava a transposição do Rio Cuiabá.



Mapa 7 Obras oficiais do Estado Novo. Fonte: Base Google Maps, editado pela autora a partir do processo de tombamento, em 2020. 1.Abertura da Av. Getúlio Vargas; 2. Cine Teatro e Grande Hotel; 3. Residência dos Governadores; 4. Secretaria geral; 5. Palácio da Justiça; 6. Colégio Estadual; 7. Abrigo Bom Jesus; 8. Ponte Júlio Müller.

Apesar do contraste com a escala e feição da arquitetura colonial, são acrescidos aos elementos do conjunto sem uma ruptura completa (Imagem 8) como a construção de novos edifícios dentro do núcleo urbano antigo e o prolongamento das vias existentes:

> O ‘novo’ é acrescido ao ‘antigo’; é o que podemos chamar de um crescimento sem ruptura, tanto a nível espacial quanto simbólico. É claro que o ‘moderno’ já está colocado, assim como seu sentido de ‘progresso’, ou seja, o que é moderno é veículo de progresso, entretanto não estão colocados como pares contraditórios de ‘antigo’ e ‘atrasado’ em que a afirmação de um depende da negação do outro. (Brandão, 1997, p 79).



Imagem 8 Vista aérea de Cuiabá, sem data. Provavelmente década de 1950. Fonte: Biblioteca IBGE.

Um dos pontos de direcionamento do crescimento urbano foi a implantação do primeiro conjunto habitacional construído pelo poder público conhecido como “Casas populares”, nas proximidades da região central no fim dos anos de 1940. O conjunto, construído através da Fundação Casa Popular, é considerado um “fato isolado” e um “presente” do presidente da república Eurico Gaspar Dutra para sua cidade natal. Presente pois não havia em Cuiabá uma demanda por habitação popular latente como em outras cidades (CANAVARROS, 2019). Apesar de ter sido uma ação sem continuidade, considerando que a política habitacional só tomaria força a com o incremento populacional a partir da década de 1960, o “fato isolado” gerou consequências: “a construção do conjunto trouxe um momentâneo impulso de

crescimento e transformou-se em um polo de atração para a ocupação da área oeste da cidade" (FREIRE, 1997, p 167).

Implantado em 1949, o conjunto "passou a produzir estímulos de definição mais clara das ruas próximas, de maior ocupação dos espaços e de melhor ordenamento das construções." (FREIRE, 1997 p 168). O conjunto, considerado uma forma de solucionar os problemas de populações ribeirinhas, foi implantado em região próxima ao Quartel do 16º Batalhão dos Caçadores, ainda apartada do núcleo adensado da cidade, desprovida de infraestrutura. As casas térreas e com isoladas no lote rompiam com o padrão das casas coloniais (CASTOR, 2013), e anunciam um padrão de habitação de interesse social que será reproduzido nas próximas décadas: tipologias que incorporam o padrão de casa higiênica defendido desde o início do século nos grandes centros (CANAVARROS, 2019).

Outro equipamento construído na época foi o Estádio Presidente Dutra, o "Dutrinha" (1950-52). Com arquitetura singela, o primeiro estádio esportivo da cidade localiza-se entre o Porto e o Centro, em frente ao antigo Arsenal de Guerra.

Os anos de 1940 e 1950 caracterizam-se pelas sucessivas investidas do poder público na introdução de obras de infraestrutura urbana e equipamentos públicos, com vistas ao reposicionamento de Cuiabá enquanto uma capital com influência regional. Estas ações tiveram reflexo na produção da arquitetura civil, marcando este período com linguagens arquitetônicas de transição, filiadas ao Art Déco e Modernismo.

De forma geral, a primeira metade do século XX foi marcada por uma modernização lenta, sem conflitos intensos, o que pode ser comprovado pela uniformidade da paisagem urbana de Cuiabá até final dos anos 1950 (CASTOR, 2013. p 212). O prelúdio deste momento de ruptura com a estagnação, tão aguardado pela população, é descrito por Freire: a construção de edifícios de vários pavimentos, "símbolos de modernidade" (Imagem 9) que conferiam a Cuiabá um "status de cidade grande":

> Por isso, Cuiabá passou a reivindicar o seu arranha-céu. Mais uma vez coube à administração pública a iniciativa de construção do primeiro edifício com vários andares. O novo Palácio do Governo, um projeto de boa construção, ergueu, orgulhosamente, sobre a horizontalidade da Baixada Cuiabana seus sete pavimentos, altaneiro sobre as copas das velhas palmeiras imperiais do Jardim Alencastro. Mas a cidade pagou alto tributo a esse signo de modernidade,

> despojando-se de um dos mais harmoniosos conjuntos da arquitetura oitocentista: o antigo Palácio, a Delegacia Fiscal e casarões vizinhos. (FREIRE, 1997 p 121)



Imagem 9 Vista aérea do Centro Histórico em 1965. Palácio Alencastro recém construído e parte posterior da nova matriz em construção. Fonte: acervo pessoal de Delormel Castor. Fonte: Castor 2013.

1.3. CUIABÁ MODERNA

O Ciclo de Modernização (FREIRE, 1997) começa a organizar-se no fim do período anterior, durante a década de 1960 com a construção de Brasília, que constituiu um importante estímulo ao crescimento e adensamento das cidades do Centro-Oeste, como Cuiabá e Goiânia. Freire, corroborando com outros autores como Aline Figueiredo, escolhe como divisor dos períodos o episódio da demolição da Igreja Matriz em 1968, que inaugura um processo de destruição de referenciais urbanos compreendidos como ultrapassados e obstáculos ao pleno desenvolvimento econômico desejado.

> Tudo o que fosse diferente do velho, muitas vezes independentemente de sua qualidade, infiltrou-se como expressão do novo, do moderno. A destruição do velho

> para garantir espaço à inserção autoritária do novo passou a ser o preço do progresso, pago pelos cuiabanos. A instalação do processo de modernização dolorosamente agressivo para Cuiabá, a espoliação de seus bens culturais, decorrentes da justa aspiração de desenvolvimento, manipulada pela política de expansão do capitalismo, implicaram num custo demasiado alto. (FREIRE, 1997 p 130)

A política de expansão empreendida pelo governo brasileiro após o golpe civil-militar de 1964 foi pautada na ocupação do território brasileiro principalmente da região amazônica, através da integração rodoviária e produção agropecuária. Neste contexto, Mato Grosso assumiu grande importância geopolítica vinculada à quantidade de terras agricultáveis e disponibilidade de água, o que levou à ocupação de regiões ao longo das rodovias ao norte do estado e na bacia do Araguaia, resultando em intensos conflitos por terra.

> As políticas de integração das áreas periféricas se definem a partir da ideologia da ocupação produtiva e dos 'espaços vazios'. **Considera-se 'vazio', portanto, qualquer espaço ainda não integrado ao modo de produção capitalista**, incluindo áreas historicamente ocupadas por povos indígenas ou por camponeses, uma realidade indesejável autoritariamente desconsiderada.
> (FREIRE, 1997 p 125) Grifo nosso.



Imagem 10 Vista aérea do centro de Cuiabá, década de 1960. Em primeiro plano está o Clube Dom Bosco, no topo do Morro da Luz. Em segundo plano, centro com destaque para Palácio Alencastro, e construção da porção posterior da nova Igreja Matriz. Fonte Biblioteca IBGE.

A década de 1960 inaugurou um processo de intensa migração, principalmente de grupos vindos do Sul e Sudeste, para o estado de Mato Grosso ainda indiviso[17]. Atraídos pelas ofertas de terras, pelos incentivos à produção agrícola e pelo aumento da demanda de serviços, uma parcela dos migrantes foi recebida nas duas principais cidades: Cuiabá e Campo Grande. Para Aline Figueiredo, a rivalidade com outras cidades do centro-oeste contribuía para a sensação de estagnação, na medida que estas passavam por processos de transformação e crescimento. A única saída deste contexto, era a modernização:

> **O moderno caracterizou-se pela aversão ao antigo que, imediatamente, passou a significar atraso, anacronismo, incapacidade de progresso.** [...] Na realidade o que se efetuava, neste momento, era a tentativa de integração e participação ativa das regiões marginalizadas do país no processo de crescimento. O surto desenvolvimentista despertava a possibilidade de uma alternativa, uma saída para problemas quase crônicos. De certa forma, tudo isso gerou uma inibição que levou o cuiabano a **esquecer a sua tradição** e importância, dando as costas para o passado no intento de receber uma imagem progressista e inovadora.

[17] A divisão de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi efetivada em 1977.

> **(**FIGUEIREDO, 1979, p. 174). Grifo nosso.

A sensação de isolamento e inércia experimentada pela cidade ao longo da década de 1950 favoreceu o desejo de progresso e modernização (LACERDA, 2005). O crescimento da região sul do estado aflorou “um enorme desconforto à longa tradição de domínio sociopolítico e cultural” na porção norte, resultando em uma rivalidade em relação a Campo Grande. Cuiabá era anunciada, por moradores de outras cidades e por grupos locais, como uma “cidade sem atrativos e sem progresso capazes de justificar o afluxo de visitantes” e tampouco capaz de atrair investimentos econômicos. Nesta leitura, a falta de atrativos está vinculada ao passado colonial, entendido como “sinônimo de atraso e ultrapassado, devendo, portanto, atrair o progresso para modernizar-se.” (LACERDA, 2005 p 36-37).

O processo de modernização no centro da capital foi iniciado pela construção de uma nova sede do governo às custas da demolição de casarões centenários do antigo Palácio Alencastro, Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e o Telégrafo Nacional (Imagens 11 e 12).

> Justifica-se a escolha do Palácio Alencastro, edifício-sede do governo estadual construído entre 1959-61, como marco inicial dessa escalada de intervenções potencialmente conflituosas. Foi o **primeiro edifício a romper com tecido antigo da cidade**, afirmando-se como um objeto autônomo na paisagem. [...] A partir daí procura-se demonstrar a que essa **fase da arquitetura regional foi marcada por contrastes entre o novo e antigo, o nativo e o adventício, o erudito e o popular.**” (CASTOR, 2013. p 215-216). Grifo nosso.



Imagem 11 "Um empreendimento que marca uma nova era de progresso" Propaganda do anteprojeto do Palácio Alencastro. Fonte: Freitas, 2011.

A nova sede foi erguida com sete pavimentos e evidente filiação arquitetônica modernista que viria a convencionar-se chamar de escola carioca. Os preceitos da arquitetura moderna de matriz *corbusiana* são evidentes: planta e fachada livre, pilotis, janelas em fita, *brise-soleil*, terraço jardim. Construído atrás do antigo, cabe mencionar o questionamento de Lacerda (2005) e Castor (2013) sobre a possível coexistência dos dois palácios (Imagem 12).

> Ninguém duvida que este marco pioneiro da arquitetura moderna mato-grossense inaugura, também, o processo de dilapidação sistemática do seu patrimônio antigo, mas o fato é que a **arquitetura do edifício não afronta o casario do entorno, tampouco pressupunha sua remoção.**" CASTOR, 2013 p 218. Grifo nosso.



Imagem 12 Novo Palácio Alencastro em construção, atrás do antigo, na década de 1960. Fonte: Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Museu Histórico-MT.

A onda de renovação modernizadora atingiu também o espaço público: a Praça Alencastro, em frente ao Palácio foi reformada, e teve alterado o desenho antigo e removidos mobiliário urbano e sua cobertura arbórea. A nova praça recebeu concreto em grande parte de sua superfície, uma fonte de água com luzes, e um novo coreto de concreto armado. Neste contexto, verifica-se na postura do Governo do Estado a afirmação de seu poder político e econômico, materializado na reconstrução de uma sede mais adequada ao discurso da modernidade, afirmando-se como um poderoso agente na produção e transformação do espaço urbano de Cuiabá.

Enquanto a Praça Alencastro foi modernizada, a Praça Ipiranga passou por intervenção que buscou reproduzir “padrões antigos”. Em 1974, “para lá foram levados os postes da Praça Alencastro que, em conjunto com o coreto e antigo chafariz,

compuseram, segundo acreditavam, o ‘espaço do antigo’, sendo denominada de o ‘Recanto da Saudade’” (BRANDÃO, 1997, p 127). Brandão aponta que esse desejo pelo retorno a uma condição anterior (que nunca existiu) demonstra uma

> [...] concepção anacrônica de preservação, que valoriza o ‘traço’ cultural (aqui representados pelos postes, coreto e chafariz) e desconsidera o ‘contexto’, uma vez que são transladados para outro espaço desprovido da significação do original. Ainda que essa ação tenha sido ‘interpretada’ como uma ‘recuperação’, ela expressa o processo de ‘folclorização’ da cultura [...] (BRANDÃO, 1997, p 127)

1.3.1. A demolição de uma Catedral

Apesar do impacto na paisagem causado pela substituição do Palácio Alencastro, conforme dito, alguns pesquisadores[18] convergem na ideia de que o monumento-mártir da preservação do patrimônio edificado foi a antiga Igreja Matriz do Bom Jesus de Cuiabá. A perda da Catedral em 1968 deu início ao mesmo tempo a um processo de destruição e de tomada de uma mobilização posterior em favor da preservação de bens culturais como identifica Ludmila Brandão (1997), surtindo efeitos nas décadas seguintes, com a estruturação do órgão estadual de preservação em 1976 e institucionalização municipal na década de 1980.

> Ao perder estes monumentos [Matriz, Palácio e Jardim Alencastro], carregados de memória, a **cidade encontrou o passe-livre para a descaracterização**. Sem essas referências, a sociedade foi desestimulada na preservação de sua cidade, suas casas e objetos. (FIGUEIREDO, 1979, p. 175.)

Desde o início da ocupação do núcleo urbano, a Igreja Matriz sempre ocupou o mesmo espaço, em frente a uma área livre (antigo Largo da Matriz, hoje Praça da República), próxima ao palácio do governo. Ao longo do tempo, a Igreja passou por sucessivas reformas e alterações tanto no interior como nas fachadas, sendo a última fachada datada da década de 1920 (Imagem 13).

[18] Ludmila Brandão (1997), Julio de Lamônica Freire (1997), Leilla Lacerda (2005) e Ricardo Castor (2013).



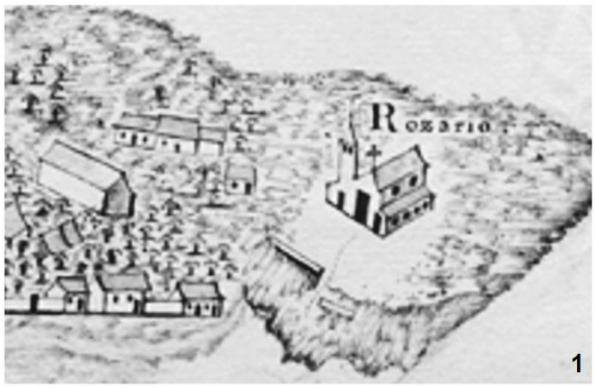
Imagem 13 As transformações da Igreja Matriz/ Catedral do Bom Jesus de Cuiabá.

1. Matriz século XVIII - Acervo Casa da Ínsua, Portugal. Fonte: Reis Filho (2001) apud Freitas (2011); 2. Matriz 1790 - Detalhe de 'Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuiabá' Acervo Museu Botânico Bocage, Portugal- Reis Filho (2001) apud Freitas (2011); 3. Matriz fim do século XIX e começo do XX. Fonte: Album Graphico (1914) apud Freitas (2011); 4. Matriz, década de 1940. Foto Orlando Nigro. Acervo Leopoldo Nigro. Fonte: Freitas (2011); 5. Avenida Getúlio Vargas, nova Catedral em construção, década de 1970. Foto Lázaro Papazian (Chau). Acervo: Ndihr/UFMT. Fonte: Freitas (2011); 6. Catedral de Cuiabá s/d. Fonte: Biblioteca IBGE.

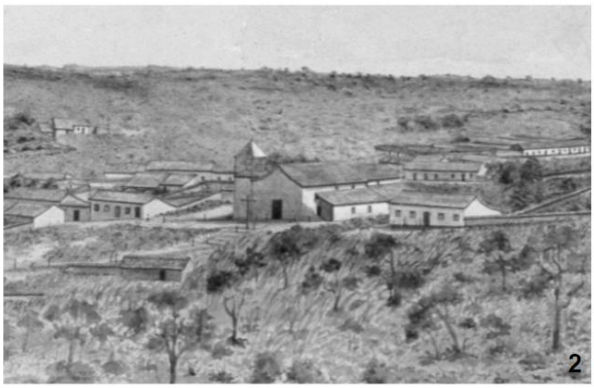
Cabe mencionar que no fim dos anos de 1950 se seu deu a primeira ação do Iphan em Mato Grosso. Em 1957 foi aberto o Processo de Tombamento nº 553-T-57 que previa o tombamento das igrejas: Matriz e Rosário em Cuiabá (apenas conjuntos de altares, imagens antigas e prataria) e Sé de Santana em Chapada dos Guimarães (imóvel e interior). Embora as três igrejas sejam parte do mesmo processo de tombamento, o tratamento dado a cada uma foi diferente. A Sé de Santana foi tombada ainda em 1957 e no mesmo ano foi comunicada à arquidiocese[19] a intenção de fazer a inscrição no Livros do Tombo das Belas Artes dos "altares, imagens antigas e peças de prata da Catedral Metropolitana do Sr. Bom Jesus e da Igreja N. Sra. do Rosário".

Sem resposta da arquidiocese o processo não foi concluído naquele período, não constando qualquer inventário ou arrolamento das peças tombadas, tampouco certidões das inscrições dos bens. Apenas em 1975 a Igreja do Rosário foi integralmente tombada e passou por uma reforma de fachada retornando a uma condição anterior, de características coloniais, de acordo com o que era valorizado como patrimônio nacional na época.

Essa postura técnica demonstra o esforço de homogeneização do Iphan dos bens tombados com seu entorno, bem como a valorização estilística em detrimento do valor documental. A partir de uma fotografia da década de 1910 (Imagem 14), a fachada teve seu aspecto colonial recriado, com o retorno no frontão triangular, torre lateral e capela.



1


2

[19] Notificação nº 782 de 14/01/1957. Processo nº 553-T-57.



Imagem 14 Transformações da Igreja do Rosário e São Benedito.
1. Igreja do Rosário e capela São Benedito século XVIII - Acervo Casa da Ínsua, Portugal. Fonte: Reis Filho (2001) apud Freitas (2011);
2. Igreja do Rosário e capela São Benedito 1790 - Detalhe de 'Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuiabá' Acervo Museu Botânico Bocage, Portugal. Fonte: Reis Filho (2001) apud Freitas (2011)
3. Igreja do Rosário e capela São Benedito 1910. Fonte: Album Graphico do Estado de Matto-Grosso. Corumbá; Hamburgo: S. Cardoso Ayala & F. Simon, apud Freitas (2011);
4. Igreja do Rosário e capela São Benedito século XX com fachada postiça, entre 1920 e 1975. Fonte: Fonte: Biblioteca IBGE.
5. Igreja do Rosário e capela São Benedito em obras na fachada durante a década de 1970. Fonte: Arquivo central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.
6.Igreja do Rosário e capela São Benedito durante a lavagem da escadaria, 2019. Fonte: autora, 2019.

Depois de demolida a Matriz na década de 1960, seus 4 retábulos laterais ficaram sob a guarda do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso e em 1999 o Processo de Tombamento foi retomado, resultando no Tombamento pelo Iphan apenas em 2011[20].

Não constam ofícios de solicitação de proteção por agentes externos ao Iphan, portanto pode-se concluir que, desde a década de 1950, a ideia da proteção

[20] Fonte: Processo de Tombamento nº 553-T-57 e nº 553-T-57 A, no Arquivo central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

desses bens foi uma iniciativa do próprio órgão. Segundo o documento técnico de abertura do processo,

> O interesse da inscrição destes monumentos nos Livros do Tombo justifica-se, a nosso ver, por constituírem os **melhores exemplares inventariados nessa área cultural, que é pobre em obras setecentistas** de cunho suntuário. Nos casos dos tombamentos dos conjuntos dos altares, **sugerimos que sem também mencionados os próprios edifícios das igrejas,** a fim de prevenir que obras futuras venham a prejudicar os ditos altares[21] (SILVA, 1957.) Grifo nosso.
> .

Verifica-se que o entendimento sobre identificação de bens culturais do Iphan à época considerava que as alterações arquitetônicas empreendidas na catedral foram tão significativas a ponto de não justificar seu tombamento a nível federal, somente seu acervo de bens integrados (LACERDA, 2014 p112).

[21] Carta do Chefe de Seção de Arte, Edgard Jacintho da Silva, ao Diretor Geral, Rodrigo M. F. de Andrade - 10/01/1957 - Processo nº 553-T-57

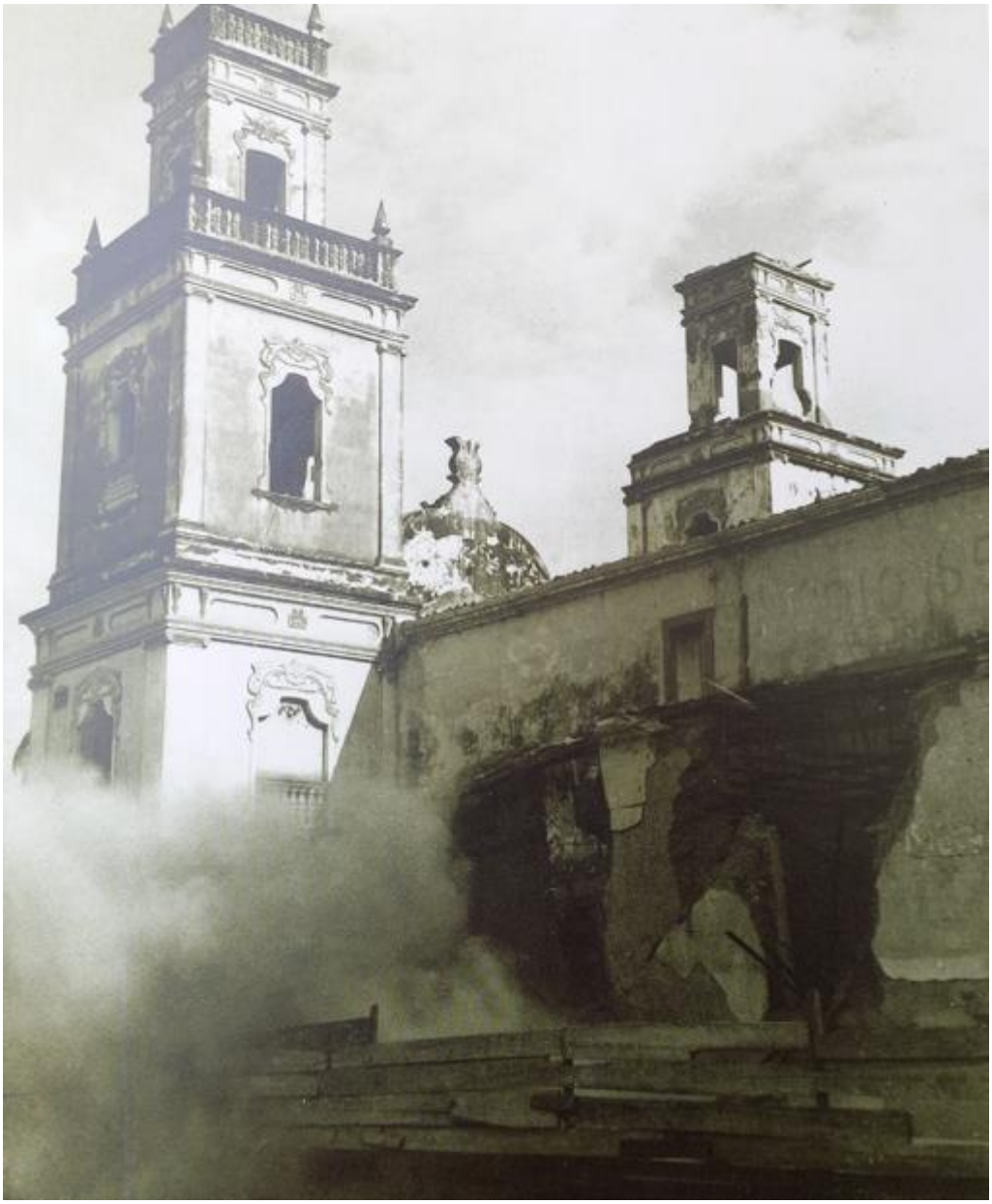


Imagem 15 Igreja Matriz em demolição, 1968. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - Coleção Família Rodrigues. Fonte: Lucidio, 2008.

A arquidiocese, através do arcebispo de Cuiabá Dom Orlando Chaves, passou a anunciar como única alternativa possível a demolição do templo, com base num laudo técnico elaborado por engenheiros contratados pela Igreja que atestava o estado precário de conservação do imóvel. Um fator apontado por Lacerda (2005) e Brandão (1997) foi uma vontade pessoal de Dom Orlando Chaves de imprimir no tempo e no espaço sua presença como representante da Igreja católica na cidade.

> Dom Orlando Chaves, substituto de Dom Aquino Corrêa, que para firmar e reafirmar sua identidade como condutor do rebanho católico mato-grossense, se viu premido a assumir posturas das mais variadas diante da nova conjuntura modernizante. Dom

> Orlando sentia-se pressionado pelo fantasma de seu predecessor, o "mitificado" Dom Aquino Corrêa, um personagem que construiu uma imagem forte que se sobrepunha às tarefas religiosas. (LACERDA, 2005, p 52).

Para afirmar-se como representante da Igreja Católica, Dom Orlando Chaves assumiu o discurso da modernização e passou a propor a construção de uma catedral adequada a esse discurso. Com isso, o arcebispo conquistou a elite cuiabana que rejeitara inicialmente e dotou Cuiabá de um moderno templo religioso (LACERDA, 2005, p.131)



Imagem 16 - Construção da nova catedral pelos fundos da antiga, década de 1960. Foto: Rápido Fotos, s/a. Acervo: Ademar Poppi. Fonte: Freitas, 2011.

A construção da nova Matriz teve início em 1956, pelos fundos da antiga (Imagem 16). Oito anos depois do início da construção do novo templo, a antiga Matriz foi implodida com dinamite no dia 14 de agosto de 1968. Além da destruição do edifício centenário, o acervo de bens móveis e integrados (prataria, imaginária, mobiliário, altares) foram, em sua maioria, vendidos pelo corpo eclesiástico para antiquários com conhecimento da população (LACERDA, 2005). O que restou de bens móveis e integrados está na Basílica do Bom Jesus de Cuiabá (catedral nova) e no acervo do

Museu de Arte Sacra de Mato Grosso, inclusive os 4 retábulos laterais tombados pelo Iphan.

> A dinamitação da velha Matriz ganhou força de signo, pelo conteúdo simbólico expresso nas tensões entre o velho e o novo, o provinciano e o metropolitano, o conservantismo e o progressista, o tradicional e o moderno que antagonizavam a sociedade cuiabana. (FREIRE, 1997 p 127)

Personalidades públicas, intelectuais e formadores de opinião reforçaram o discurso a favor da demolição do antigo templo estimulado pela Igreja Católica, dentre os quais destacam-se Luis Phelippe Pereira Leite[22] (coordenador da campanha pelo novo templo) e historiador Lenine Póvoas[23]. Lacerda identifica, no discurso de Póvoas, a tentativa de compartilhamento de responsabilidade com a população, justificada pela consulta pública (LACERDA, 2005, p 46). Merece destaque, entretanto, o fato de a consulta não estar centrada na restauração ou outro tipo de intervenção de conservação no antigo templo, e sim na sua substituição por um exemplar moderno. A decisão sobre o destino da Catedral já havia sido tomada pela Arquidiocese e pela elite política e cultural. À população coube apenas a escolha do estilo da fachada do novo templo através do voto pago: clássico ou moderno (Imagem 17). Curiosamente, a primeira opção foi a vencedora.

[22] Luis Phelippe Pereira Leite (1916-1999): Advogado, escritor, exerceu diversos cargos públicos na área jurídica, foi deputado estadual e tabelião do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá a partir da década de 1950. Foi membro da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

[23] Lenine Campos Póvoas (1921-2003). Jurista, professor e político cuiabano, ocupou diversos cargos públicos, membro do IHGMT e foi autor de diversos livros e publicações acerca da história mato-grossense, afirmando-se como um dos principais historiadores do estado. Foi a favor da demolição da Matriz, justificada pelo dano estrutural incontornável, associado à descaracterização da igreja.

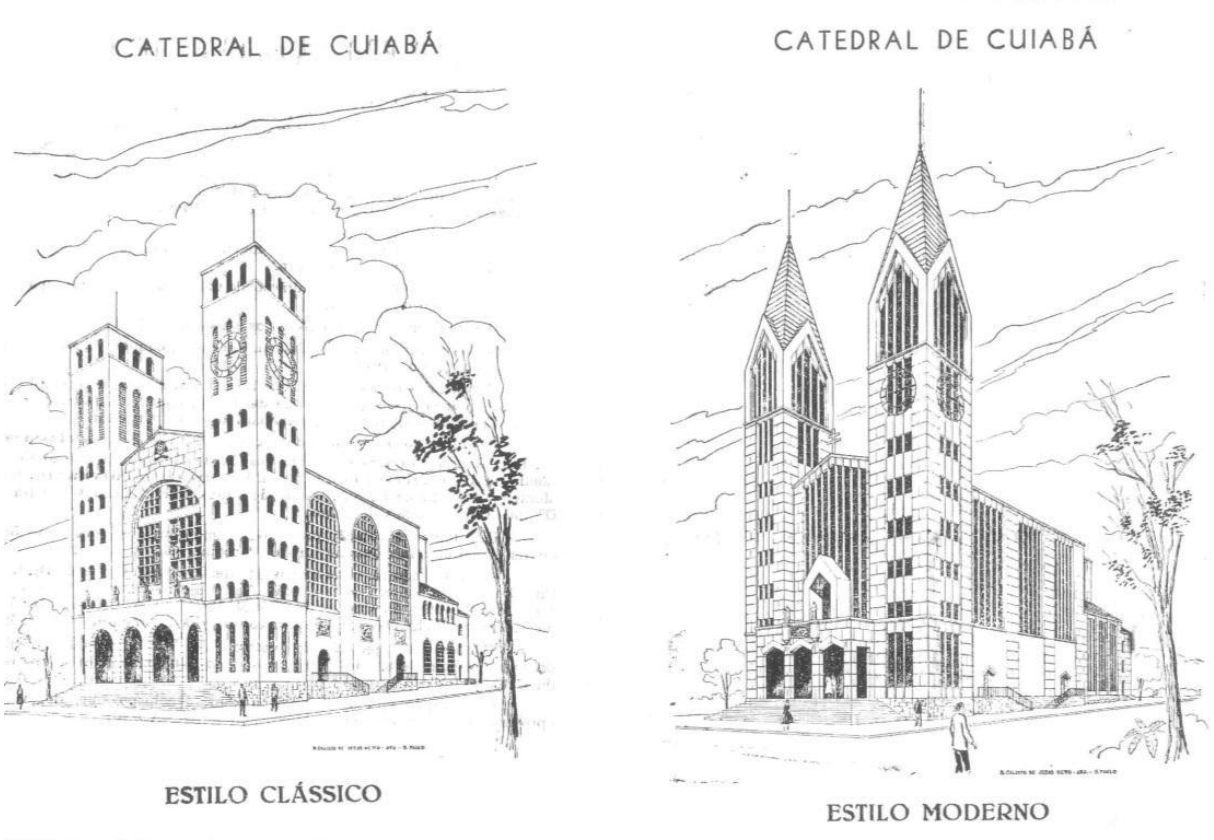


Imagem 17 Folheto do plebiscito para escolha do estilo da nova Catedral de Cuiabá. Fonte: Freitas (2011).

A consulta não representou uma participação popular no processo de tomada de decisão diante de um dano estrutural:

> Contrariando a argumentação do professor Lenine, **uma parcela pouco significativa da população Cuiabá participou**: aqueles que podem comprar os votos votaram, participando, portanto, da escolha relativa ao estilo da construção, não da demolição da igreja. **Essa, já havia sido decretada pela igreja e pela intelectualidade.** Por essa razão, não vejo como atribuir-lhes a responsabilidade que o referido professor [Lenine Póvoas] lhe confere. (LACERDA, 2005, p 47) Grifo nosso.

Este episódio configura um significativo ato de "Violência Simbólica"[24] em relação à cidade e sua memória, através do qual agentes poderosos de campos diversos (religioso, político, econômico) afirmam sua hegemonia nas decisões sobre os bens culturais e sobre a própria cidade. O convencimento da população sobre a necessidade da renovação do templo foi ao longo do tempo sendo construído por

[24] Utilizando a noção desenvolvida por Pierre Bourdieu (BOURDIEU 1990, apud MAUGER, 2017).

membros das elites e pela própria Igreja Católica, ganhando adesão de parte da população. Para Brandão, a demolição também materializa a brutalidade do avanço do capitalismo.

> A derrubada da Catedral surge, então, como a representação máxima do potencial destruidor do processo de expansão capitalista, que aqui se deflagrou nesse final de década, cuja violência, o que é mais sério, é abafada, mascarada por **produções ideológicas altamente eficientes que, além de imobilizarem a população, anestesiando-a ao nível da consciência de si mesma contra o rude golpe, envolveram-na em uma fantasia de futuro promissor**, da chegada do progresso que arrebatará a todos numa avalanche de benefícios e bem-estar social. (Brandão, 1997, p 101) Grifo nosso.

A pesquisa bibliográfica sobre este episódio apresenta lacunas quanto às manifestações contrárias à demolição. Não houve, pelo que se saiba, mobilização social em favor da manutenção do templo, somente um "pequeno movimento de insatisfação, por parte de algumas pessoas na sociedade" (LACERDA, 2005: 70). Um ponto levantado por Lacerda é o questionamento sobre as reais possibilidades de manifestação da população em geral quanto à discussão, manipulada por seus principais representantes e figuras públicas a aderir ao argumento "oficial".

> **A população já tinha sido trabalhada para acreditar que a igreja estava caindo.** Como é que o povo, **em plena ditadura militar**, período em que imperava a supressão da palavra, onde não havia instituições que pudessem conscientizar a população dessa atrocidade e, ainda, onde o representante maior da Igreja afirmava que ele estava caindo, como é que esse povo poderia imaginar que se trava de um engodo? (LACERDA 2005, p 70). Grifo nosso.

Em termos de representações legislativas, Lacerda (2005) identifica a conivência e silêncio por parte de parlamentares, que poderiam instruir projetos de lei voltados à preservação do patrimônio. Para Freire, a aprovação ou omissão da população neste caso não significava necessariamente

> desrespeito ao passado, já que os **cuiabanos não dispunham, no clima da época, de um referencial de bens culturais capaz de lhes permitir instrumentos atualizados de avaliação de seu patrimônio**. O desrespeito ao passado está embutido, na realidade, no modo selvagem e devastador como o capitalismo se expande. (FREIRE, 1997, p 130-131). Grifo nosso.

Logo após a demolição da Catedral, começaram algumas manifestações sobre o episódio. A presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga escreveu dois artigos para jornais, um no Estado de São Paulo e outro no Estado de Mato Grosso com o questionamento “Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico - onde estás?”[25]. Verifica-se a responsabilização do Iphan nesta perda significativa.

A notícia da dinamitação da Igreja Matriz de Cuiabá chegou à direção geral do Iphan, que foi provocado a se pronunciar pela Associação Promotora do Interesse Coletivo - APINCO[26]. Consta no processo de tombamento um recorte do jornal[27] sob a manchete “Dinamite não consegue derrubar a velha catedral”, onde é citada a “teimosia” da Igreja após a aplicação de diversas cargas de explosivos. O texto tem tom neutro, não assume posicionamento contra ou a favor da renovação, e faz um breve histórico das modificações da igreja ao longo do tempo. A notícia, no entanto, identifica a divisão de opiniões na sociedade cuiabana.

> Grande parte da estrutura da velha Catedral de Cuiabá continua a resistir a poderosas cargas de dinamite, prolongando, com esse desafio aos seus demolidores, a pendência que divide a população da Capital mato-grossense. Entendem uns que a demolição é condenável, por desfalcar a cidade de uma relíquia histórica e religiosa, defendendo outros com igual empenho a derrubada, sob a alegação que a tradicional igreja já não mais poderia enfrentar a ação desagregadora do tempo. [...] Todos os dias, populares agrupam-se diante do templo para apreciar as investidas dos demolidores, até agora infrutíferas. JUCÁ, 1968[28].

Em resposta à solicitação da APINCO, o diretor do Iphan Renato Soeiro lamentou o ocorrido, informando que em 1955 o Iphan verificou que a capela-mor havia sido destruída “descaracterizando, assim, irreparavelmente, a construção original, restando apenas parte da respetiva obra de talha” e esclarece que a matriz não estava sob proteção federal

[25] Lucia Piza Figueira de Melo Falkenberg. “Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico - onde estás?” Jornal O Estado de Mato Grosso, 06/10/1968. LACERDA, 2005: 70.
[26] Carta da Associação Promotora do Interesse Coletivo - APINCO, em 04/11/1968, após a publicação de reportagem no “O Estado de São Paulo”. Processo 0553 A-T-57, p 6.
[27] Jornal O Estado de São Paulo, 03/10/1968, “Dinamite não consegue derrubar a velha catedral”, Pedro Rocha Jucá. Processo 0553 A-T-57, p 7.
[28] Jornal O Estado de São Paulo, 03/10/1968, “Dinamite não consegue derrubar a velha catedral”, Pedro Rocha Jucá. Processo 0553 A-T-57, p 7.

> por lhe faltarem, no âmbito nacional, as características de valor excepcional que justificassem a medida, uma vez que em 1868 passou por grandes reformas que lhe desfiguraram gravemente sua antiga feição exterior.[29]

Soeiro informou que o arcebispo de Cuiabá foi notificado, na época, da determinação do tombamento dos bens móveis e integrados, porém não obteve resposta, e comunicou que o Iphan realizaria uma vistoria nas peças para verificar a possibilidade de tombamento dos altares, concretizado décadas depois, em 2011, conforme mencionado. Em correspondência[30] ao diretor do Iphan, Edgard Jacintho da Silva (arquiteto chefe de Seção de Arte), informou a visita de um arquiteto a Cuiabá para averiguar "o que possa sobrar de alguns sobrados antigos e característicos", pois não havia exemplares de arquitetura civil protegidos na cidade.

Em ofício ao técnico encarregado da vistoria, Soeiro solicitou avaliação da possibilidade de tombamento dos altares da Matriz demolida, assim como a identificação de imóveis "documentados por volta de 1950, que lhe pareçam dignos de tombamento"[31]. Não houve, naquele momento, preocupação com o conjunto arquitetônico do Centro Histórico, somente com bens isolados que possuíam características de excepcionalidade, conforme a prática do período.

[29] Ofício nº 1825 de 01/11/1968. Processo nº 553-T-57.
[30] Correspondência de 31/10/1968. Processo nº 553-T-57.
[31] Ofício 1844 de 06/11/1968. Processo nº 553-T-57.



Imagem 18 Demolição da antiga Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá deixa um vazio na paisagem, 1968. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Ndihr/UFMT. Fonte: Freitas, 2011, p252.

O novo e moderno templo, a Basílica do Bom Jesus de Cuiabá, foi concluído em 1973, *coincidentemente* ano do jubileu de prata do arcebispo Dom Orlando Chaves. Lacerda interpreta a demora na conclusão do novo templo como um "ato elaborado e arquitetado pelo representante maior da Igreja local" com a intenção de marcar "sua passagem pelo território cuiabano" (LACERDA, 2005 p 78).

Ao investigar a repercussão na sociedade cuiabana em relação à modernização e à mobilização em favor da preservação, Ludmila Brandão (1997) analisa os discursos[32] veiculados em jornais de maior circulação em Cuiabá entre as décadas de 1960 e 1980 e os divide em três grandes grupos caracterizados por:

1. lamentação - resumem-se a "chorar" a destruição, comparar a cidade "nova" com a "antiga" (suas qualidades perdidas), referindo-se ao passado sob uma perspectiva romântica de passado idealizado.

[32] A maior parte das notícias de jornal e artigos de opinião elencados por Brandão não possuem identificação de autoria. Dentre os autores identificados, destacam-se intelectuais, artistas, políticos, ou seja, membros das elites econômicas, políticas e culturais que tinham trânsito mais fácil nos meios de comunicação.

2. pela crítica externa - ainda que muitas vezes também se revista de lamentação, tende a situar as causas do problema e, de um modo geral, atribui ao Poder Público a exclusiva responsabilidade pela perda de controle dos processos socioculturais, de quem exige providências. Em ambos os discursos (lamentação e crítica externa), os seus autores se colocam fora do processo, escamoteando sua participação "passiva" enquanto sujeito histórico, e portanto, enquanto cidadão;
3. pelo papel pedagógico-denunciante - têm, de um modo geral, uma visão mais articulada e menos fetichizada do processo em curso, denunciam as consequências desse processo e já se colocam, seus autores, no interior do mesmo, dispostos a intervir nele num exercício pleno de cidadania. (BRANDÃO, 1997, p 106-107)

No centro dos discursos dos dois primeiros grupos surge uma noção de progresso, compreendida como quase uma entidade autônoma, cuja ação inexorável resulta em uma consequência irreversível: preço a ser pago pelo progresso é a destruição do patrimônio cultural, sobretudo urbano (BRANDÃO, 1997, p 125). Os discursos passam a incorporar uma ideia de ameaça de perda da "identidade cuiabana", fazendo aflorar um desejo preservacionista que "apesar de ser uma forma de consciência, não denota a postura do que se situa como sujeito histórico, permanecendo nos limites de uma participação 'passiva', continuando a ser caracterizada por uma 'crítica externa'." (BRANDÃO, 1997, p 115).

Ainda, os discursos apesar de indignados passam a expressar "uma idealização do passado, bem ao gosto do romantismo" (BRANDÃO, 1997, p 119) o que justifica ações que buscam o retorno a uma condição física anterior, como o caso da Praça Ipiranga, mesmo que essa condição não tenha de fato existido.

A ameaça da perda da "cuiabania", ou seja do modo de vida específico de Cuiabá estreitamente relacionado às famílias tradicionais, geralmente parte da elite econômica, cultural e política (BRANDÃO, 1997), era materializada pelas transformações urbanas que levariam a uma homogeneização da cultura em virtude das contribuições de grupos recém-chegados. Esta lógica se aproxima da ideia da Retórica da Perda, explorada por Gonçalves (1996), em que a justificativa para a preservação está pautada no risco de perda iminente de bens culturais.

Como contraponto às posturas passivas, Brandão apresenta um agente importante no fortalecimento do discurso de caráter pedagógico-denunciante, o Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento Mato Grosso (IAB-MT). Essa associação civil manteve um espaço periódico a partir de 1977 no Diário de Cuiabá

denominado “Coluna do Arquiteto” no qual se discutiram questões urbanas. Verifica-se o papel pedagógico do IAB-MT através do levantamento de problemáticas e sugestão de soluções de forma sistemática à população geral, além da apresentação de novas e mais abrangentes concepções de patrimônio cultural, como a preservação de bens em conjunto ou paisagem urbana, superando a noção de preservação de imóveis isolados (BRANDÃO, 1997, p 131-132).

Além do IAB-MT, órgãos de preservação (Iphan e Fundação Cultural de Mato Grosso) também se manifestaram através de seus representantes em matérias e entrevistas de jornais locais, buscando elucidar questões relativas às competências dos agentes envolvidos (BRANDÃO, 1997).

A verticalização do centro da cidade tomou força com a construção do edifício Maria Joaquina, o primeiro condomínio vertical da cidade (térreo comercial e 14 pavimentos residenciais), implantado na Praça Alencastro (Imagem 19). O edifício construído entre 1965 e 1969 com filiação modernista delimitou definitivamente a “posição da Praça Alencastro como marco zero do processo de verticalização urbana da capital” (CASTOR, 2013 p.228), influenciando em construções de mais pavimentos ao longo da avenida Getúlio Vargas que “servirá de vitrine das novas tendências” arquitetônicas, agora sob a influência de Brasília: foram construídos ali edifícios públicos e privados valendo-se dos elementos e soluções introduzidos pela escola carioca (CASTOR, 2013 p.231). Em Cuiabá, a linguagem moderna da arquitetura passa a ser compreendida como porta-voz de novos tempos, de progresso e modernidade, rompendo definitiva e irreversivelmente com o passado colonial:

> **Privado de conteúdo social, as construções modernizantes disseminaram-se pela cidade como símbolo de uma prosperidade meramente econômica**. Destituído de dimensão histórica como todo formalismo, o novo estilo passa a confrontar-se aos antigos, agora vistos, por oposição, como uma espécie de herança maldita. **Boa parte do patrimônio histórico da cidade sucumbirá ao avanço das construções de gosto moderno.** (CASTOR, 2013 p 267). Grifo nosso.



Imagem 19 Palácio e Praça Alencastro recém inaugurados, e edifício Maria Joaquina em construção, 1968. Fonte: Biblioteca IBGE.

.

O desejo pela modernidade permeava diversos segmentos da sociedade cuiabana, imprimindo suas marcas de formas diferentes. Desde 1959, a Associação Comercial de Cuiabá, representando os interesses de grupos econômicos comerciais e industriais, expressou interesse na construção de uma nova sede, como forma de integrar-se ao processo de modernização necessário a Cuiabá. A partir de 1970 a justificativa muda: a construção é justificada pelo péssimo estado de conservação da antiga sede (LACERDA, 2005). Em 1975 foi inaugurado o Palácio do Comércio, primeiro edifício comercial de concreto armado com 18 pavimentos, consolidando-se como o impulso decisivo para a verticalização da cidade (CASTOR, 2013, p 309).

Num recorte geográfico relativamente pequeno, restrito às primeiras quadras da Avenida Getúlio Vargas, em menos de duas décadas quatro grandes poderes ergueram seus monumentos aos novos tempos: Igreja, Governo, comércio e mercado imobiliário, cada um com seu novo palácio, marcaram a paisagem urbana, numa evidente demonstração de poder político e econômico (Imagem 20).



Imagem 20 Vista aérea do centro de Cuiabá, com destaque para o Palácio do Comércio e nova Catedral em construção, início da década de 1970. Acervo: Oscar Arine. Fonte: Castor 2013.

Neste contexto, Freire observa um processo de “mudança de fisionomia” do centro da cidade, caracterizado pela perda de exemplares arquitetônicos significativos e pela mudança das funções do centro, concretizada na diversificação e refinamento do comércio, expansão da rede bancária e concentração de serviços. (FREIRE, 1997)

Outras mudanças importantes na escala urbana ocorreram dentro do recorte geográfico do Centro Histórico. A canalização e posterior cobertura do Córrego da Prainha e abertura de pistas de veículos iniciada na década de 1960 (Imagem 21) foi a resposta encontrada pelo poder público para o problema de saneamento, consolidando o eixo da Prainha como um importante corredor de tráfego ligando o centro ao Porto. A Prainha foi transformada naquele momento em avenida e sua continuação em direção ao rio Cuiabá, Av. 15 de Novembro, também passou por transformações na infraestrutura viária.

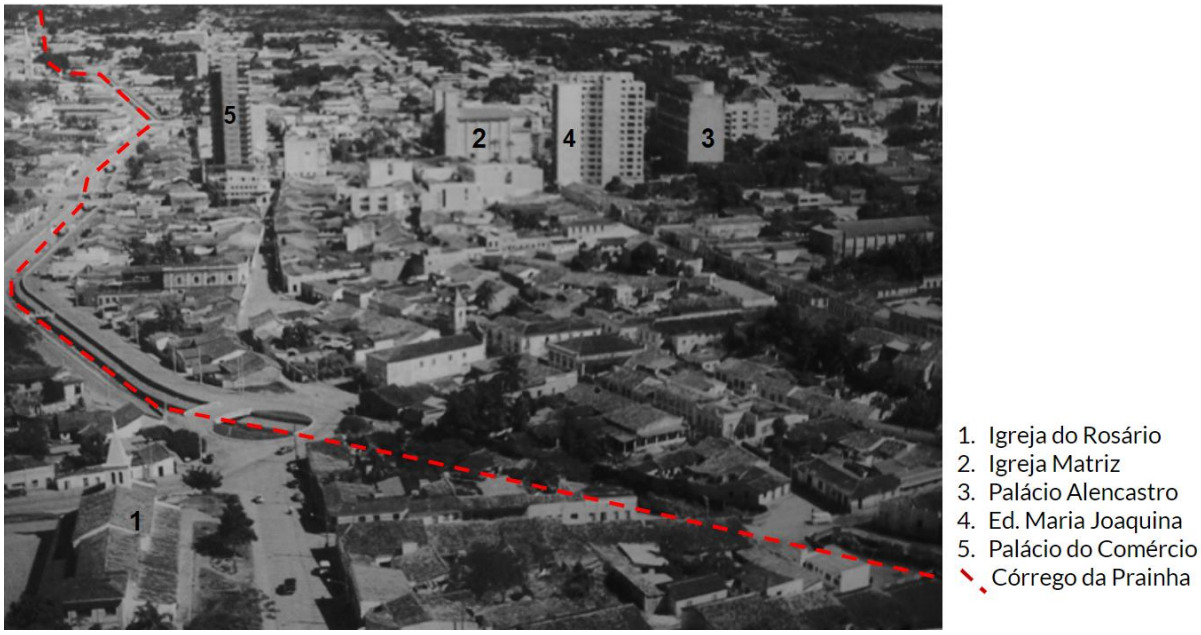


Imagem 21 - Vista aérea do Centro Histórico: Córrego da Prainha canalizado, década de 1970. Foto: Pierre Marret (postal). Acervo: Arquivo Público de Mato Grosso. Fonte: Siqueira et al, 2006, editado pela autora, 2022.

A década 1970 marca a implantação de dois novos eixos de expansão urbana norteados por complexos de uso público. A implantação da Cidade Universitária em 1970 foi o impulso definitivo para o crescimento da cidade em direção ao Coxipó, córrego na região sul. A expansão da infraestrutura necessária à Universidade Federal de Mato Grosso estimulou o surgimento de comércios, conjuntos e loteamentos residenciais ao longo da sua via de ligação com o centro e nos arredores do campus.

Outro eixo de expansão foi impulsionado pela construção do Centro Político Administrativo - CPA, em 1971. A uma distância de 5km do Centro Histórico, o CPA teve o objetivo de concentrar os órgãos públicos (principalmente estaduais) e entidades de classe numa mesma região, onde seria oferecida infraestrutura adequada para seu funcionamento e futura expansão. Sua localização a nordeste do centro, através do prolongamento da Av. da Prainha, norteou o crescimento da cidade: além do Centro Político, foram construídos pela Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso (COHAB-MT) quatro conjuntos habitacionais, entre 1977 e 1987. O deslocamento dos órgãos administrativos da região central para uma área nova foi uma estratégia de preservação do centro antigo, segundo Freire (1997): O Centro Histórico, já não mais comportando a demanda do serviço público, passaria a abrigar

somente o centro comercial e de serviços, o que favoreceria a preservação do patrimônio, uma vez que as pressões seriam menores.

Estas duas novas cidades, uma administrativa e outra universitária, resultaram num aspecto descontínuo da ocupação urbana, com a produção de novas áreas distantes das já consolidadas, gerando vazios urbanos e regiões com potencial de valorização, suscetíveis à especulação imobiliária. Esta ocupação intermitente gerou uma série de pressões sobre a área urbana e o valor da terra, além do aumento da demanda por infraestrutura necessária urbana, executada pelo poder público.

> Uma característica marcante do desenho da cidade de Cuiabá é o caráter "espalhado" de seu sítio. Desde o início ele se esparrama em áreas de ocupação descontínua. Como a densidade de ocupação do sítio urbano sempre teve um caráter intermitente, a pressão demográfica encontra espaços disponíveis nos interstícios das áreas de maior ocupação. (FREIRE, 1997 p 149)

Foi na virada da década de 1970 para 1980 que as demandas sociais em favor da preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico atingiram uma nova proporção. A notícia da realização de um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Brasília, UnB, com o objetivo de identificar e registrar monumentos da região gerou repercussões em Cuiabá. Estudo realizado em 1979 por uma comissão de arquitetos da UnB chefiada por Muhdi Koosah resultou em uma exposição fotográfica em Brasília "Cuiabá: A Cidade - A fotografia a serviço da História", entre 8 e 20 de julho de 1980 no Centro de Criatividade da Fundação Cultural do Distrito Federal. A exposição buscava apresentar um panorama visual das transformações urbanas de Cuiabá e teve algumas mesas de debate com a participação de representantes da Prefeitura Municipal de Cuiabá e Universidade Federal de Mato Grosso, além de Aloísio Magalhães e outros servidores e pesquisadores do Iphan (BOLETIM SPHAN, nº 7, 1980, p. 19).

O resultado desta pesquisa, segundo o coordenador do projeto, seria encaminhado para Prefeitura Municipal de Cuiabá, visando o tombamento federal das áreas de interesse cultural e em caso de aceite, a UnB disponibilizaria técnicos para estudos mais aprofundados "transformando Cuiabá em um ponto de estudos paisagísticos, arquitetônicos e artísticos" (BRANDÃO, 1997, p 134). A participação técnica da UnB não consta na documentação do processo de tombamento federal,

porém contribuiu para o amadurecimento da discussão sobre a preservação do Centro Histórico de Cuiabá, pois contou com a participação de duas importantes figuras para a preservação em Cuiabá: o historiador Carlos Rosa, naquela ocasião representante da Prefeitura Municipal e que depois contribuiu nos estudos de tombamento do Centro Histórico e foi chefe do Iphan/MT nos primeiros anos, e o arquiteto e urbanista Júlio de Lamônica Freire, na ocasião representante da UFMT, posteriormente servidor da Prefeitura Municipal, membro ativo do IAB-MT, pesquisador e um dos autores da Instrução Normativa do Iphan para o Centro Histórico de Cuiabá.

A preservação do patrimônio passou a ser abordada a partir do instrumento do tombamento, termo que foi em alguma medida popularizado, sendo acionado em matérias e artigos de jornais e deixando de estar circunscrito em ambientes técnicos dos órgãos de preservação (BRANDÃO, 1997, p 135).

Os discursos superaram a lamentação pelas destruições e passaram a mobilizar conhecimentos sobre os instrumentos de preservação e a exigir ações específicas do poder público, como a participação popular na elaboração do Plano Diretor, sendo a Prefeitura e a Câmara Municipal de Vereadores os principais alvos de críticas quanto à atuação na preservação (BRANDÃO, 1997, p 136).

É neste contexto de intenso crescimento populacional e profundas transformações urbanas que surgiu uma mobilização em favor da preservação, ou um “movimento citadino” como descreve Brandão (1997), a partir da década de 1980, composto por agentes dos campos da cultura e educação.

A demanda ao poder público, principalmente ao Iphan, foi fortalecida na década de 1970, culminando no início dos anos 1980 em ações municipais (tombamentos de bens isolados, tombamento provisório do Centro Histórico, lei de restrição de intervenções) e no pedido de tombamento federal, solicitado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá em conjunto com o Governo do Estado, conforme será apresentado no capítulo 2.

2. PRESERVAÇÃO DE UM SÍTIO URBANO NO CENTRO DO BRASIL

Durante a elaboração desta pesquisa, entre 2018 e 2022, dez imóveis sofreram sinistros reportados no Centro Histórico de Cuiabá[33]. Cada um carrega, além de informações importantes sobre a formação da cidade, trajetórias diferentes que levaram ao mesmo destino. Diante desse cenário de degradação, esse capítulo propõe a discussão das políticas públicas voltadas à preservação do Centro Histórico de Cuiabá a partir das primeiras movimentações na década de 1980. Tal contexto pode ser problematizado a partir do processo de tombamento federal, das ações de planejamento urbano e das medidas urbanísticas que impactaram o Centro Histórico.



Imagem 22 Gráfica Pepe no dia da ruína, janeiro de 2019. Foto: Autora, 2019.

Para evidenciar a trajetória de preservação do Centro Histórico de Cuiabá, é necessário retroceder um pouco no tempo e apresentar um panorama do campo do

[33] Desabamento de fachadas e paredes internas: Rua Sete de Setembro nº 349 - Gráfica Pêpe (2019), Rua Pedro Celestino nº 360 (2019), Rua 27 de Dezembro s/n (2019), Rua Pedro Celestino nº 471 (2020), Rua Campo Grande nº 179 (2021), Rua São Francisco nº 19 (2022), Praça Antônio Correa nº 150 (2022); Desabamento total de paredes e telhados: Av. Prainha s/n - Casa Singer (2022); Desabamento de paredes internas por obra irregular: Rua Ricardo Franco nº 600 (2020); Incêndio na rede elétrica com danos ao telhado: Largo do Rosário s/n (2018).

patrimônio cultural no Brasil. Esse foi estruturado com o objetivo da construção de uma identidade nacional, na qual a valorização da arte e arquitetura coloniais consideradas expressões legitimamente brasileiras desempenhavam papel fundamental (CHUVA, 2017).

Em 1937 o Iphan foi criado com o objetivo de identificar e salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro. Através de seu principal instrumento, o tombamento, definido pelo Decreto-Lei 25/1937, a atuação do órgão durante as primeiras décadas foi centrada em cidades de origem colonial, principalmente em Minas Gerais, e monumentos nas grandes cidades litorâneas, com destaque para Igrejas e imóveis considerados exemplares pelos agentes do campo do patrimônio. Na época, os valores orientadores da identificação de bens culturais eram a monumentalidade e excepcionalidade, além de uma forte valorização da arquitetura religiosa católica. Cabe observar que o conceito de monumento era flexível, aplicado a bens sem monumentalidade, como foi o caso de cidades históricas em Minas Gerais, consideradas cidades-monumento, segundo a classificação de Márcia Sant'Anna (2015).

Embora Cuiabá fosse uma cidade mineradora, com as características coloniais valorizadas pelo Iphan desde sua fundação, a região onde se situa, no centro do Brasil, apenas foi objeto de pesquisas da instituição a partir da década de 1950. A cidade, portanto, ficou fora do circuito principal das políticas de proteção - no litoral e Minas Gerais - o que a deixou vulnerável às transformações das décadas de 1960 e 1970 (MARINS, 2016), conforme exposto no capítulo anterior (Itens 1.2. Cuiabá Capital e 1.3 Cuiabá Moderna).

A partir das décadas de 1960 e 1970, a ditadura civil-militar passou a incorporar em suas políticas públicas a integração nacional e o desenvolvimento regional, dentro da qual o patrimônio cultural passou a ser inserido com foco no uso turístico. No mesmo período, houve uma ampliação dos critérios de identificação do patrimônio, ultrapassando sua dimensão arquitetônica e passando a incluir a integração entre patrimônio construído e seu contexto natural, o valor paisagístico associado ao entorno dos bens tombados.

> [...] a partir dos anos 1960, a cidade-patrimônio, deixou de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo jus ao nome de 'cidade histórica'. Aos antigos valores histórico e artístico agregou-se o valor paisagístico como critério

> predominante na seleção de áreas urbanas. A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganhava então maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão puramente arquitetônica. (SANT'ANNA, 2015, p 239)

No que se refere à integração nacional e desenvolvimento regional o tombamento da Igreja do Rosário pelo Iphan, em 1975, e as obras na fachada para retornar a sua feição colonial, poderiam ser interpretadas como uma ação política para seu atendimento. O Centro Histórico de Cuiabá, no entanto, somente pode ser valorizado diante do esforço de revisão dos valores e critérios de identificação e proteção de bens culturais, a partir de 1979, quando discursos de inclusão da diversidade cultural e das Referências Culturais foram trazidos para o Iphan, por Aloísio Magalhaes, vindo do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)[34] e em contexto da chamada "abertura política" do governo militar, com o final do Ato Institucional número 5 (AI-5)[35]. A partir destes avanços, na década de 1980, Cuiabá pode ser valorizada por documentar a ocupação do território brasileiro, e não por sua dimensão puramente arquitetônica e urbanística, ou seja, independentemente das transformações ocorridas e da perda de sua uniformidade de cidade de origem mineradora.

> Já não era mais possível empregar os critérios de preservação dos sítios históricos predominantes na Instituição nos primeiros anos de sua atuação, quando as pressões de crescimento não eram tão grandes e se valorizava a uniformidade estilística dos imóveis de conjuntos urbanos de características coloniais e considerados excepcionais. (MOTTA, 2012 p 49-50)

[34] Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi criado em 1975 como um programa do Ministério da Indústria e Comércio, e no ano seguinte foi objeto de um convênio interinstitucional entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Fundação Universidade de Brasília e Fundação Cultural do Distrito Federal. O CNRC foi dirigido pelo artista plástico, designer e figura pública Aloísio Magalhães, que assumiu a direção do Iphan em 1979. No mesmo ano houve a incorporação do CNRC na estrutura do Iphan (DUTRA, 2017). O CNRC trabalhava a partir da noção de Referência Cultural, na qual o valor dos bens culturais reside na dinâmica de atribuição de valor a partir dos detentores, em oposição à noção já consagrada de que os valores culturais eram intrínsecos aos bens. Nesse contexto de inclusão de diferentes grupos brasileiros, pôde ser formulada a ideia de cidade-documento, também, como recurso para incluir centros históricos que careciam de uniformidade ou de características estilísticas coloniais ou consideradas pela historiografia europeia.

[35] Ato Institucional nº 5, AI-5, foi um decreto promulgado em 13 de dezembro de 1968 e vigorou por dez anos. O AI-5 marcou o acirramento do caráter autoritário e o período mais duro da ditadura-civil militar brasileira, e produziu efeitos duradouros, como o fechamento do congresso, aumento do poder do presidente, possibilidade de cassação de cargos e mandatos e permissão para violações de direitos de opositores do regime.

Foi necessário, portanto, o desenvolvimento de novas narrativas de atribuição de valor aos sítios urbanos, diferentes das tradicionalmente utilizadas pelo Iphan até então. Desde o começo da década de 1980, alguns estudos de tombamentos foram desenvolvidos sob nova perspectiva, a partir da qual foi formulado o conceito de cidade-documento[36], "considerando valor de patrimônio aquilo que as cidades podiam propiciar de conhecimento sobre a história, a partir da leitura da morfologia urbana." (MOTTA, 2012, p 250). Neste contexto, foram valorizados outros aspectos destes sítios e suas transformações ao longo do tempo, como a relação do sítio com o território, traçado urbano, parcelamento do solo, padrões de ocupação e adensamento, e aspectos arquitetônicos como volumetria, tipologias e características estilísticas (MOTTA, 2012). A nível internacional, estas diretrizes constam na Carta de Washington - Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios - ICOMOS) de 1986[37].

Em 1985, houve o pedido de tombamento federal do Centro Histórico de Cuiabá pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Em razão de seu intenso crescimento populacional e pressões imobiliárias decorrentes, Cuiabá não estava tão bem preservada como as cidades mineiras, em termos de homogeneidade arquitetônica, o que gerou dificuldades de aceitação das medidas de proteção por gestores e segmentos da sociedade. A partir de um trabalho conjunto entre História e Arquitetura e Urbanismo, os critérios de delimitação da área a ser preservada foram orientados pela compreensão da cidade como um fato histórico, compreendendo o traçado urbano, a homogeneidade da escala e concentração de imóveis significativos (MOTTA, 2012).

Neste contexto, Cuiabá foi abordada como uma cidade-documento, na qual foi considerado seu valor enquanto testemunho da ocupação do território brasileiro durante o período colonial.

[36] O termo cidade-documento surge no Iphan em um parecer do arquiteto Luiz Fernando Franco em 1984 para o tombamento de Laguna/SC, considerado "marco fundador" do conceito no Iphan (MOTTA, 2012, p 259).

[37] A Carta de Washington parte da consideração do valor documental dos sítios urbanos, considerando aspectos o traçado urbano, relações entre áreas edificadas e áreas livres, aspectos arquitetônicos, relação da cidade com seu contexto natural e vocações (usos) da cidade adquiridas ao longo do tempo. Considera também como essencial o envolvimento dos habitantes da cidade nos processos de preservação, visto que são os principais beneficiários de quaisquer melhorias ou intervenções (ICOMOS, 1987)

> Não se tratava, portanto, da preservação de um conjunto arquitetônico observando-se apenas as qualidades estéticas e de uniformidade estilística dos imóveis. Mas da preservação do sítio histórico, considerando-se, também, o processo de ocupação do território, do qual as edificações participam. (MOTTA, 2012, p 260).

Períodos de interesse da gestão pública municipal na preservação foram intercalados por narrativas contrárias, orientadas pelo capital financeiro. Durante as décadas de 1980 a 2000 houve a estruturação de um sistema municipal de planejamento e desenvolvimento urbano, com a criação de um órgão técnico específico, objetivando a formulação de diretrizes de crescimento e obras públicas adequadas às suas demandas da cidade. Esta estruturação foi praticamente toda desmobilizada na última década (2010-2020), com extinção de órgão de planejamento municipal e execução de intervenções urbanas operadas pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado com impactos na área tombada. Este período torna ainda mais evidente o uso do patrimônio cultural para a legitimação de processos agressivos de especulação imobiliária associada a intervenções urbanas. O patrimônio cultural foi capturado pelo discurso governamental como um recurso a ser explorado pela atividade turística e cultural que resultaria em desenvolvimento econômico, devendo ser adaptado a padrões internacionais.

Na prática, verifica-se um processo de degradação da estrutura física e esvaziamento da região central. De forma geral, a atuação do governo municipal de Cuiabá demonstra em diversos momentos uma postura de atribuição de responsabilidade sobre a preservação exclusiva ao Iphan. Isso é perceptível através da incorporação das diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa de 1994, nas leis urbanísticas, e na tendência ao favorecimento de interesses privados em escalas variadas, desde vagas de estacionamento a grandes intervenções urbanas.

Neste último decênio (2010-2020), um programa federal inédito em Mato Grosso (Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas - PAC-CH) destinou recursos para intervenções em imóveis e espaços públicos, cuja realização dependia de uma boa articulação entre Iphan e Prefeitura, que resultou em obras inacabadas, paralisadas ou de qualidade projetual questionável.

Através da análise da atuação governamental em suas diversas escalas, busca-se compreender em qual medida a preservação do Centro Histórico foi incorporada na gestão pública, através de instrumentos de preservação (como o

tombamento federal), legislação urbanística (Planos Diretores, Zoneamento) e nas intervenções urbanas (obras e projetos).

Neste capítulo cabe refletir sobre os usos deste patrimônio: de obstáculo a ativo econômico, de problema a atrativo turístico, o Centro Histórico de Cuiabá foi distanciado da dimensão cotidiana de seus habitantes pelas políticas públicas e por mudanças nos modos de vida. Observa-se no discurso oficial e nas ações governamentais uma tendência à promoção da atividade turística ou/e cultural ao centro da cidade, em detrimento de usos cotidianos como habitação e serviços básicos.

2.1. O TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

O Processo de Tombamento, 1180-T-85, do Centro Histórico de Cuiabá é extenso e permeado por conflitos e litígios de ordem legal e institucional principalmente entre o Iphan/MT e a Prefeitura Municipal de Cuiabá[38]. Isso pode ser explicado por ter ocorrido durante um período crítico do ponto de vista da expansão urbana na capital de Mato Grosso, em razão do crescimento populacional das décadas de 1980-90 e o consequente aumento da demanda por imóveis, sobretudo comerciais na região mais adensada e antiga da cidade. As fases marcantes do processo como os estudos, o tombamento provisório, as impugnações, os conflitos e a homologação foram utilizados como norteadores da organização deste capítulo.

Aqui, interessa evidenciar os conflitos de interesse, relações de força e disputas de narrativas entre os agentes envolvidos, considerando suas bases conceituais acionadas para a condução do processo e tratamento dos problemas identificados. Ainda, interessa aqui identificar os valores atribuídos a este Conjunto, do ponto de vista técnico-político do Iphan, através de sua então Coordenação de Proteção.

Conforme dito, o processo de tombamento a nível federal foi aberto em 1985, tendo como requerente a Prefeitura Municipal de Cuiabá em conjunto com o Governo do Estado, e seu estudo inicial foi conduzido por uma comissão técnica formada por representantes das secretarias municipais de educação e planejamento, UFMT,

[38] O processo foi desenvolvido entre 1985 e 1992 e é composto pelos Volumes I e I-A e pelos Apensos I, II e III.

Fundação Cultural de Mato Grosso (que posteriormente se tornaria Secretaria de Estado de Cultura) e Iphan, por meio de Escritório Técnico. Este grupo propôs inicialmente o tombamento de duas áreas, uma no centro e uma no porto, englobadas por uma área de entorno contínua. A proposta visava a proteção da área ocupada no século XVIII e consolidada no XIX, compreendendo elementos arquitetônicos e urbanísticos testemunhos das fases de ocupação da cidade. Esta noção permeia toda a atribuição de valor nos anos seguintes.

Conforme mencionado no capítulo anterior (Item 1.3.1. Demolição de uma Catedral), o desenvolvimento do estudo da UnB e exposição fotográfica sobre Cuiabá em 1979 e 1980 geraram repercussão sobre o patrimônio cultural cuiabano (BRANDÃO, 1997). No início da década de 1980 houve a inclusão da preservação de bens edificados na legislação municipal, como será explorado no item 2.2: Planejamento urbano: estruturação institucional e legislativa. Ainda, foi realizado o tombamento provisório a nível municipal de duas áreas (Centro e Porto) como forma de frear a destruição dos bens, para a elaboração dos estudos necessários ao tombamento federal, que resultou na proteção temporária das duas áreas entre 1985 e 1989. Verifica-se, portanto, a incorporação do tema patrimônio cultural pela gestão municipal antes do tombamento federal.

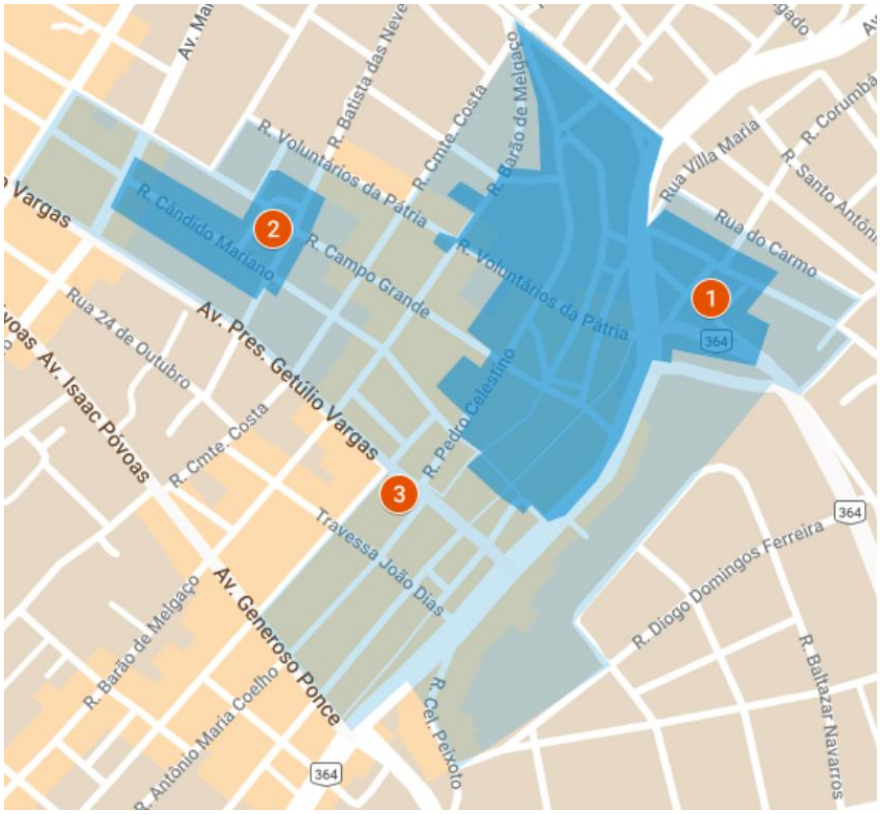
O processo de tombamento federal tem início com estudo do historiador Carlos Rosa, relatado no capítulo 1, apresentando uma análise histórica e o rebatimento das informações no espaço urbano (Mapa 8), onde são identificadas as áreas de interesse para o tombamento, onde ainda seriam legíveis os sinais da ocupação inicial, do século XVIII e XIX, balizadas por equipamentos religiosos e espaços públicos:

> Apenas no polígono proposto podem ser sustentados parâmetros referenciais como: traçado e calhas originais das ruas, travessas e becos; homogeneidade predominante de escala; maior densidade de espécimes arquitetônicos expressivos; historicidade da área e seus equipamentos. Nesse conjunto estão as ruas mais antigas de Cuiabá e equipamentos que documentam momentos marcantes da história da cidade desde o colonial até as primeiras décadas deste século.
> ROSA, 1985. Processo 1180-T-85, vol.1.p 35.



Mapa 8 Áreas indicadas para tombamento. Fonte: Google Maps, editado pela autora com base no processo 1180-T-85.

A partir do estudo de Rosa, são identificadas pelas técnicas do Departamento de Proteção do Iphan as áreas prioritárias para o tombamento, correspondendo a dois tipos de ocupação sucessivos e em certa medida paralelos: o núcleo inicial da cidade onde há maior “acervo da arquitetura” dos séculos XVIII, XIX e início do XX, e uma área considerada uma extensão deste núcleo, próximo à Igreja da Boa Morte, onde se encontram os exemplares mais significativos da arquitetura do XIX e início do XX. Esta proposta previa duas áreas de tombamento, ligadas por uma área de entorno, conforme mostra o mapa 9.



Mapa 9 Primeira proposta de tombamento, 1985. Elaborada a partir da descrição dos perímetros. Fonte: Autora, 2022.

O primeiro estudo técnico[39] elaborado pelo Iphan em 1986, e em diálogo com a pesquisa de Rosa, evidencia que "a trama urbana, constituída entre os séculos XVIII e XIX, encontra-se praticamente intacta", e identifica que há uma "desconexão entre o trabalho histórico-analítico e a proposta final", expressa na minuta de tombamento de duas áreas distintas, uma vez que "o aspecto arquitetônico, ressaltado como relevante para a demarcação das áreas não conta com uma análise que possa identificar as tipologias e relacioná-las com a formação urbana de Cuiabá". Em linhas gerais, são estabelecidos dois aspectos norteadores da proposta de tombamento:

> Do ponto de vista histórico, dentro de uma escala territorial, enfocando a ocupação inicial do Centro-oeste e, inserindo Cuiabá neste contexto, perceber as **implicações e representações dos fatores socioeconômicos e culturais na formação física do espaço** urbano da cidade de Cuiabá; do ponto de vista material, o rebatimento desta análise de forma a **identificar a correlação** daqueles fatores com as **formas de parcelamento e ocupação** da área e os exemplares arquitetônicos como

[39] Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 71-75 "Centro Histórico de Cuiabá - Relatório", elaborado por Márcia Regina R. Chuva (historiadora) e Helena Mendes dos Santos (arquiteta) - Coordenadoria de Proteção do Iphan.

> resultantes deste processo. (CHUVA, SANTOS, 1986.[40]). Grifo nosso.

Seguindo a atribuição de valor com base em espaços constituídos no século XVIII e consolidados no XIX, a ligação entre centro e Porto ainda foi considerada "pois esta área, farta de representações e informações para compreendermos a Cidade hoje, pode ser entendida como a base de implantação de Cuiabá."

Esta proposta foi reavaliada, considerando que a conformação dos espaços constituídos no início da formação da cidade encontra-se praticamente inalterado, a função original das áreas (Centro e Porto) permanece, e a "existência de aspectos formais na arquitetura e paisagismo representativos de diferentes épocas". A intenção de preservar o núcleo inicial e sua ligação com a região portuária permaneceu, porém as técnicas do Iphan argumentam que "a especificidade da ocupação e padrão arquitetônico da área do Porto, contrastam, de forma bastante evidente, com a área que estamos chamando de núcleo original". O tombamento da área toda seria impedido pelo contraste de uso e arquitetônico das duas áreas. Foi definida uma diferenciação fundamental para a análise técnica e decisiva para a exclusão da região do Porto e sua ligação com o centro no tombamento:

> Definimos 'centro histórico', conceitualmente, como um **complexo de elementos que representam materialmente o processo de evolução urbana de uma cidade,** diferentemente de um 'conjunto arquitetônico', definido, genericamente, como um somatório de edificações a serem preservadas, tendo em vista a relevância de suas características de construção. (CHUVA, SANTOS 1986[41]. Grifo nosso.

A argumentação, desde o início do processo, foi no sentido da identificação do conjunto como um documento histórico, compreendido como um objeto capaz de conter informações que permitam possíveis compreensões da realidade atual. Sobre este objeto deveria recair a preservação. Considerando esta definição referencial, foram estabelecidos os espaços reconhecíveis a partir do confronto da análise histórica e material e imóveis expressivos, em que podem ser estabelecidas relações inter relações entre os espaços, norteados pela arquitetura. A proposta de tombamento em duas áreas (núcleo inicial e Igreja da Boa Morte) foi definitivamente

[40] Centro Histórico de Cuiabá - Relatório 2. Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 71-75.
[41] Centro Histórico de Cuiabá - Relatório 2. Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 71-75.

excluída, uma vez que de acordo com a conceituação utilizada, o entorno da Igreja da Boa Morte se enquadrou como um conjunto arquitetônico, sendo sugerida a abertura de um processo de tombamento específico.

Identificado o objeto de proteção, os estudos avançaram[42] para o estabelecer de conceitos e critérios tendo em vista as características espaciais de Cuiabá, com foco em "todo o espaço solidificado nos setecentos", incluindo ainda a região portuária, pela presença de representações e informações entendidas como base da implantação de Cuiabá. O aprofundamento das diretrizes do tombamento e área de entorno contou com a colaboração de outros profissionais, evidenciando a procura por uma abordagem interdisciplinar, através do contato com o conselheiro do Iphan Gilberto Velho (antropólogo que viria a ser relator do processo de tombamento), com o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro (coordenador do Escritório Técnico do corredor cultural no Rio de Janeiro) e com a arquiteta Jurema Arnaut (Coordenadoria de Proteção Iphan).

A metodologia proposta naquele momento visava a identificação de dados que possibilitassem a leitura da cidade como um documento histórico, ressaltando a importância da diversidade a partir de uma "perspectiva relativizadora"[43] considerada uma contribuição fundamental trazida pela Antropologia. A partir de uma noção de cultura que considera "as complexas relações entre o que permanece e o que muda"[44], a abordagem interdisciplinar "contribui para a compreensão de nosso objeto de estudo, não como soma de vestígios do passado, mas como um objeto complexo passível de leitura pelo homem do presente"[45] A partir do entendimento de centro histórico como "testemunho material da consolidação de determinada organização social, numa dada época"[46], o Centro Histórico de Cuiabá foi definido como:

> Aquilo que representa a heterogeneidade que caracteriza a cidade, levando-se em conta as diferentes relações socioculturais expressas num espaço bastante definido historicamente que veio se solidificando, ao longo do tempo, como núcleo urbano e, por isso mesmo, como realidade complexa.

[42] Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 107-117 "Centro Histórico de Cuiabá - Relatório", elaborado por Márcia Regina R. Chuva (historiadora) e Helena Mendes dos Santos (arquiteta) - Coordenadoria de Proteção da Sphan.
[43] Idem.
[44] Idem.
[45] Idem.
[46] Idem.

(CHUVA, SANTOS, 1986. Processo 1180-T-85 Vol. 1 p. 107-117 “Centro Histórico de Cuiabá - Relatório 2”. Grifo nosso.)

Nesta perspectiva, o tombamento deveria ser aplicado aos elementos vinculados à implantação da cidade, enquanto a área de entorno está relacionada ao que contribui e interfere na leitura do bem tombado. A área de tombamento foi identificada a partir da possibilidade de recuperação de relações que podem permitir a compreensão da formação do espaço constituído no século XVIII e solidificado no XIX, em termos de edifícios e espaços livres. A área de entorno foi considerada como uma “consequência da leitura do documento, pela conexão que mantém com a constituição do núcleo”.

Uma questão que chama atenção ao comparar os mapas da bipolarização fundamental estabelecida por Rosa (ver mapa 1, capítulo I, 1.1. Cuiabá mineradora) e as propostas de poligonais de proteção é a exclusão das Praças Alencastro e da República da área de tombamento. As praças são espaços de poder desde o início da ocupação da cidade, permanecendo ainda hoje como pontos referenciais de equipamentos institucionais, como a sede do Governo Municipal e a Catedral. Com a alteração destes equipamentos, que dão materialidade à representação do poder, através de reformas sucessivas e substituição de imóveis, observou-se uma ruptura com a estrutura urbana antiga em termos de parcelamento e ocupação do solo, implantação, disposição e escala das edificações ali presentes. Por este motivo, esta porção do espaço de poder não foi incluída na poligonal de tombamento: identificadas as interferências trazidas pelos edifícios mais recentes, que contrastam com seu entorno em termos de volumetria e implantação, estas áreas permanecem como “forças de composição do ambiente”.

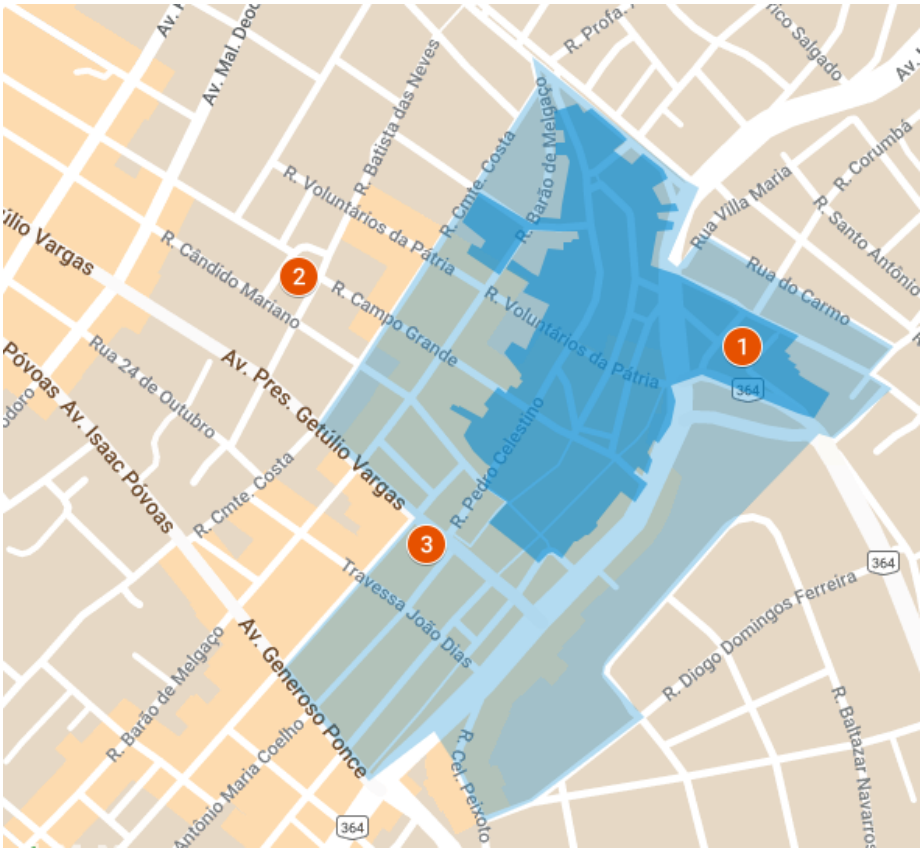
Dois anos depois, em 1989[47], uma nova poligonal de proteção foi proposta, a partir de levantamentos e estudos técnicos. Nesta proposta que foi tombada provisoriamente houve a exclusão da Igreja da Boa Morte e seu casario vizinho[48](Mapa 10). Novamente é evidenciada a importância da estrutura urbana como um dos pontos fundamentais para a compreensão da formação e expansão do

[47] Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 118-134 Informação nº 38 14/07/89, elaborado por Márcia Regina R. Chuva (historiadora) e Helena Mendes dos Santos (arquiteta) - Coordenadoria de Proteção da Sphan.
[48] A Igreja da Boa Morte e seu casario vizinho foram excluídos da poligonal de tombamento provisório realizado em 1987. No tombamento definitivo houve uma revisão dos limites da proteção e a Igreja e imóveis vizinhos foram incluídos como área de entorno, setor Boa Morte.

núcleo urbano, o que justifica a inclusão das ruas mais antigas, constituídas nos séculos XVIII e XIX e no entorno da Igreja do Rosário na área de tombamento.

A diversidade de espaços livres e arquiteturas a serem preservados são resultantes das diferentes formas de ocupação e construção, relacionadas à estrutura socioeconômica da população ao longo do tempo. É reforçada a necessidade do tratamento em conjunto dos imóveis, mesmo com a presença de características e configurações diversas:

> Todos são fundamentais, não como um somatório de edificações, mas, ao contrário, juntamente com outros elementos da estrutura urbana (rua, praças, etc) **compõem, complementam e ampliam as possibilidades de leitura e interpretação** do Centro Histórico. (CHUVA, SANTOS, 1989. Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 118-134)



Mapa 10 Proposta de tombamento provisório, 1989. Poligonal de tombamento e de entorno. 1 Igreja do Rosário, 2 Igreja da Boa Morte, 3 Igreja Matriz. Elaborado pela autora em 2019 com base no mapa do Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 129 (Informação nº 38 14/07/87).

Reforçando o caráter de urgência e o interesse da Prefeitura Municipal na preservação do conjunto através do tombamento provisório[49] até o término dos estudos técnicos para proteção definitiva, foi informado o contato entre a Coordenação de Proteção e Sociedade de Amigos da Rua da Carioca (SARCA) a fim de discutir a experiência do Corredor Cultural no Rio de Janeiro. Verificam-se, portanto, esforços na aproximação com outros agentes através do estudo de experiências de conciliação da preservação de conjuntos e usos compatíveis.

2.1.1. Impugnações e outras disputas

Em seguida, foi aberto o volume I-A do processo de tombamento que teve início com uma série de pedidos de impugnação com texto padronizado, enviados ao Iphan cerca de dez dias após a publicação do edital de notificação aos proprietários. De forma geral, argumenta-se contra a legalidade do tombamento a partir do não reconhecimento da vinculação de Cuiabá a fatos memoráveis da história do Brasil, como estabelece o Decreto-Lei 25/37. Questiona-se também o valor arquitetônico do conjunto, considerando o número diminuto de prédios com algum significado arquitetônico, visto que a imensa maioria dos imóveis não teria valor arquitetônico, com exceção das igrejas. Questionado o valor histórico e arquitetônico do conjunto, resta tão-somente o valor paisagístico do sítio para justificar seu tombamento: o conjunto é aqui compreendido como desprovido de feição notável que justificaria sua proteção. Uma alternativa proposta versa sobre a manutenção das características através política de zoneamento urbano, e não por meio do tombamento, uma vez que se concorda, que a área possui características próprias e peculiares, não de interesse nacional, ou sequer regional, quiçá de interesse local (Processo Iphan 1180-T-85, Vol. IA).

Verifica-se que houve mobilização de um grupo contrário ao tombamento que solicitou ao Iphan a impugnação do tombamento a partir de um texto padronizado, provavelmente redigido pelo mesmo advogado, no qual as noções de valoração de bens culturais são ligadas à monumentalidade e heterogeneidade tipológica, comum à prática brasileira das primeiras décadas do Iphan. A argumentação também se

[49] O tombamento federal provisório foi publicado através de edital de notificação a proprietários na imprensa local e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 01/10/87.

baseia na restrição do direito de propriedade imposta pelo instrumento, considerada como um obstáculo ao uso comercial, como a restrição de aberturas nas fachadas para implantação de vitrines.

A monumentalidade e heterogeneidade tipológica foram objeto da resposta formulada pelo Iphan aos pedidos de impugnação do tombamento, esforçando-se para esclarecer o conceito adotado e a importância de Cuiabá como referência da ocupação do território nacional. Pode-se destacar o texto das servidoras que trabalharam nos estudos para o tombamento, referindo-se ao valor do sítio como um fato histórico que produziu consequência e documenta a ocupação do território brasileiro. Segundo elas:

> Fato pode ser definido como o fenômeno material, produto de um acontecimento ou de um processo na vida social, localizado no tempo e no espaço. Cabe-nos ressaltar, porém, que nem todos os fatos são históricos; o que os diferencia é o tempo da História, que é, em essência o tempo da mudança, onde um fato se torna histórico na medida em que produz consequências no processo social. Dessa forma, interessa à História, e também à preservação, não o fato isolado, descritivo e estanque, mas todo o processo gerado num tempo e espaço determinados, gerador de consequências e/ou mudanças. Interessa, portanto, identificar o processo de produção, uso e transformação do homem sobre a natureza; a obra de uma sociedade que agencia a natureza em sua volta, o espaço em que vive, conforme seus interesses e necessidades, estando inserida em determinada estrutura social que a torna possível.
> No caso específico de Cuiabá, a formação do núcleo foi entendida como fato histórico porque produziu, entre outras consequências, o avanço da América portuguesa sobre a espanhola, constituindo-se em um polo irradiador para a ocupação do interior e demarcação futura do território brasileiro
> (CHUVA e MENDES, 1995, p. 119-120).

Sobre a ideia de bens culturais ligadas à monumentalidade e heterogeneidade tipológica, dos cidadãos que pediram a impugnação, as servidoras se referem ao que foi valorizado, afirmando que:

> não foram ressaltadas as características individuais das edificações; ao contrário, (privilegiou-se) a associação de cada uma das unidades que, assim relacionadas, contribuem para a formação de uma nova “entidade coletiva”, sendo esse o caráter que determina o seu valor. A questão básica em relação à preservação de centros históricos é a paisagem urbana. Assim, as características arquitetônicas contribuem para a leitura do espaço urbano organizado, como uma parcela desse espaço (CHUVA e MENDES, 1995, p. 121).

A imprensa cuiabana noticiou o tombamento como uma possibilidade de preservação alinhada ao desenvolvimento da cidade, com entrevistas de representantes do Iphan/MT. De modo geral, são elucidados aspectos relativos aos efeitos do tombamento, como a obrigatoriedade de autorização para intervenções, restrição relativa do direito de propriedade, e possibilidade de obtenção de recursos do governo federal, e à gestão do conjunto, como a importância de alinhamento entre esferas governamentais e da elaboração de um Plano Diretor. Apesar do apoio mais ou menos explícito à proteção do Centro Histórico, observa-se que a imprensa cuiabana ainda tinha uma certa desconfiança em relação à eficácia do tombamento, bem como sobre a capacidade de gestão do órgão federal de preservação. Verifica-se também, por parte do Iphan, o esforço na inclusão da preservação na gestão urbana, através do reforço sobre a importância da inclusão do tema preservação no Plano Diretor.

> A partir de agora não vai ser fácil demolir ou mesmo fazer qualquer alteração nos prédios históricos de Cuiabá.[...] Maria Lucia [Pardi, chefe do Iphan/MT na época] diz que a partir do desenvolvimento de projetos já definidos, como o Plano Diretor da Prefeitura Municipal, a população ganhará mais espaço para transitar ou mesmo para lazer no centro, assim como será interrompido esse processo de afogamento que em breve tornaria a área central num local impossível de se transitar. "Uma derrota da especulação imobiliária: Ninguém pode mais ameaçar os casarões da capital". Jornal do Dia de 29/10/1987: [50]

> O tombamento do centro histórico de Cuiabá pode, e deve ser, o primeiro passo para que a preservação dos patrimônios históricos e culturais venham a acontecer, na prática. É preciso que esse processo seja levado adiante, por parte das autoridades, da população e da classe empresarial - que sempre está visando o lucro em primeiro lugar - espera-se a conscientização de que preservar a história é preservar a memória, é valorizar o passado. Isto, infelizmente, ainda não é compreendido no Brasil, que apesar das exceções, já perdeu muito de seu patrimônio.
>
> "Preservar a história", Diário de Cuiabá, sem data.[51]

O parecer conclusivo do conselheiro relator Gilberto Velho, publicado em 1988, consolida o tombamento provisório realizado no ano anterior. O valor histórico

[50] Processo 1180-T-85, Vol 1A, p 239-240.
[51] Processo 1180-T-85, Vol 1A, p 243.

de relevância nacional (referente aos fatos memoráveis da história nacional) do conjunto se dá por seu "papel fundamental na ocupação do Centro-Oeste desde o século XVIII, no ciclo da mineração, tendo tido também papel fundamental como reaglutinadora de forças em episódios de Guerra do Paraguai"[52], consolidando-se como importante entreposto comercial, e ocupando "um lugar importante dentro da História política e social do país"[53]. Para o conselheiro, apesar das perdas de exemplares arquitetônicos e elementos urbanos ao longo do tempo, a cidade ainda apresenta "um conjunto arquitetônico de valor apreciável com elementos dos séculos XVIII e XIX que merece ser preservado"[54]. Em relação ao uso da área central, Velho afirma que trata-se de um centro comercial "objeto de vontade de preservação das autoridades municipais, estaduais e dos representantes da Sphan na cidade."[55] Neste sentido, ressalta o caráter original e democrático do trabalho da Iphan local: em diálogo com os comerciantes locais, a equipe buscou apresentar as vantagens do tombamento, trazendo experiências bem sucedidas no Rio de Janeiro. Além do alinhamento com os comerciantes locais, o parecer relata a aceitação da por parte da população, expressa pelo número diminuto de impugnações apresentadas.

> O parecer técnico destaca, com muita propriedade, as **noções de conjunto e de processo histórico-cultural**, justificando o tombamento pela demonstração da importância da 'história do país na região' com seus testemunhos arquitetônico e paisagístico.
>
> Este tombamento é exemplar na medida em que **incorpora a atividade econômica e produtiva da cidade**, valorizando a iniciativa que em lugar de ser vista como inibidora e paralisante, pode ser encarado como revitalizadora e dinamizadora das atividades já existentes. Longe de causar prejuízos, o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá valoriza a cidade, reforçando sua identidade de Centro importante no processo histórico brasileiro. Velho, 1988. Grifo nosso. Processo 1180-T-85 Vol 1-A, p 258-259.

Fica evidente o valor enquanto documento histórico do conjunto, cuja leitura permite a compreensão dos diversos processos de crescimento urbano ao longo do tempo impressos no espaço: traçado urbano, edificações, padrões de ocupação do terreno, espaços livres. A incorporação da vocação de uso (centro de comércio e

[52] Processo 1180-T-85 Vol 1-A, p 258-259.
[53] Processo 1180-T-85 Vol 1-A, p 258-259.
[54] Processo 1180-T-85 Vol 1-A, p 258-259
[55] Processo 1180-T-85 Vol 1-A, p 258-259

serviços) da área no tombamento reflete o entendimento que a proteção viria a contribuir para o impulsionamento das atividades já desenvolvidas, sem a pretensão de mudar os usos existentes.



Imagem 23 Boletim Sphan/FNPM nº 43, de 1988, anunciando o tombamento de Cuiabá. Fonte: Biblioteca Nacional.

2.1.2. Investidas contra a homologação do tombamento

Uma vez aprovado pelo Conselho do IPHAN, em 1988, o Processo seguiu para a Homologação pelo Ministro da Cultura para posterior inscrição nos livros de tombo. Nessa ocasião, a relação de cooperação entre Iphan e Prefeitura Municipal de Cuiabá teve fim com a troca de prefeito em 1989, dando início a um processo desgastante do ponto de vista institucional e destruidor para os bens arquitetônicos já protegidos. O clima de conflito direto pode ser verificado através de um relatório do arquiteto do Iphan José Leme Galvão onde relata as tratativas para regulamentação

da área tombada na legislação municipal. O prefeito recém-eleito Frederico Campos (gestão 1989-1992) expressou seu desacordo com o referencial técnico-político utilizado na identificação do Centro Histórico Cuiabá e informou que no que lhe coubesse, nada seria feito pela preservação. Para ele, a proteção do conjunto somente serviria à obstrução do progresso do comércio e somente alguns imóveis isolados mereciam proteção. O desconhecimento e descaso deste gestor sobre a legislação federal e até municipal ficam evidenciados ao longo do processo, com argumentos ligados ao impedimento da Prefeitura Municipal na administração livre da área central e responsabilização do Iphan sobre o abandono e degradação.

Nesta ocasião, o tombamento provisório havia completado dois anos e, desde o início do processo, o Iphan trabalhou em conjunto com a Prefeitura visando à compatibilização da administração e gestão local com o tombamento e com a realidade cotidiana de Cuiabá. A mudança da gestão municipal alterou completamente o alinhamento entre as esferas, gerando perdas significativas ao conjunto, principalmente na década de 1990.

Se pelo lado do Iphan havia uma corrida para a homologação do tombamento, pelo lado da Prefeitura de Cuiabá a corrida era pela revogação do tombamento provisório. Verificam-se várias correspondências diretas para o Ministro da Cultura com a solicitação de suspensão do tombamento do conjunto em que são identificados alguns pressupostos norteadores da atuação do prefeito, como a crença no impedimento do uso comercial, na restrição completa da administração local sobre a área, e na ausência de valor cultural que justificasse a preservação do conjunto, bem como desconfiança quanto à competência dos técnicos do Iphan. Campos ainda argumenta que a isenção de IPTU dos imóveis tombados causaria danos ao erário público. No entanto, trata-se de uma legislação municipal publicada em 1985, não tendo qualquer tipo de relação com o tombamento. Além disso, a isenção se aplicada a todos os imóveis da área tombada chegaria a cerca de 0,5% dos imóveis tributários do imposto[56].

A resposta do Iphan veio por meio da retomada quase exaustiva dos valores atribuídos ao conjunto e pela elaboração do Plano Diretor, considerado um instrumento de planejamento urbano capaz de conciliar a necessidade indiscutível de

[56] Segundo o prefeito Frederico Campos, Cuiabá à época tinha cerca de 90 mil imóveis regularizados tributários do IPTU. A área de tombamento tem cerca de 500 imóveis.

crescimento com o dever da preservação dos bens culturais. Observa-se o esforço de criação de correspondência e complementaridade entre o tombamento e a legislação urbana. Ainda, verifica-se o desejo por uma reformulação da prática de preservação vigente:

> que tem se caracterizado pela **desinformação, divergência conceitual e técnica, improvisação, falta de respaldo técnico-institucional, falta de recursos** financeiros e materiais, além de uma, ainda muito **alta dose de autoritarismo** por parte dos executores da preservação. Este tem sido o recurso mais usado face à inexistência de outras alternativas técnicas.[57] Vera Bosi Almeida, 1989. Grifo nosso.

Verifica-se um movimento de dentro do Iphan em direção ao estabelecimento de critérios mais transparentes e uniformização da atuação institucional. Quanto à proteção de conjuntos, é identificado um esforço na definição de critérios de intervenção a partir de levantamentos a serem desenvolvidos.

A partir da posse de Campos, a Prefeitura passou a licenciar (verbalmente e oficialmente) obras na área tombada e de entorno sem anuência do Iphan, além de compartilhar informações falsas sobre a excessiva exigência do órgão. Diante disso, a chefia do ET/MT informou esforço no aumento de contato pessoal com a população e relatou fragilidades institucionais relacionadas à falta de autonomia do ET/MT quanto à aplicação de sanções jurídicas.

> Aqui a situação é crítica, se multiplicam as propostas de suborno e todo nosso tempo se esvai em esclarecimentos pontuais por **falta de verba para divulgação em massa** (leia-se publicação da carta à Cidade de Cuiabá); para tentar tornar **justos e objetivos, critérios arquitetônicos** que ainda não existem e disfarçar nossa impotência jurídica. Necessitamos de **apoio urgente e/ou recursos e total autonomia** (leia-se a criação da DR).[58] Maria Lucia Pardi, 1989. Grifo nosso

Um relatório das atividades[59] desenvolvidas pelo Iphan/MT ao longo do ano de 1989 informa sobre a atuação diversa, abrangendo ações continuadas em diversas áreas como arqueologia, patrimônio indígena, afro-brasileiro e natural. É perceptível

[57] Vera Bosi Almeida, Diretora da 8ª Diretoria Regional do Iphan. Ofício nº 118 de 22/11/1989. Processo 1180-T-85, vol 1A, pgs 293-296.
[58] Maria Lúcia Franco Pardi. Chefe do Iphan/MT. Comunicado interno 26/10/1989. Assunto: Solicita embargos e orientação. Processo 1180-T-85, vol 1A, p 297-301
[59] "Patrimônio histórico, artístico e cultural em Mato Grosso - Avaliação e subsídios para continuidade de uma ação cultural" de 13/03/1990. Pareceristas Maria Lúcia Franco Pardi e Paulo Afonso Lima Soares. Processo 1180-T-85, Vol 1A, pgs 330-344.

o posicionamento técnico consciente dos servidores do Iphan enquanto mediadores de um processo de preservação mais amplo, fundamentado na autonomia dos grupos envolvidos, em consonância com uma corrente de atuação que tomava força dentro do Iphan na época, buscando o afastamento da imposição autoritária característica de uma primeira fase de atuação e mais focada na escuta dos agentes locais para identificação dos bens culturais. A partir da noção de referência cultural, apesar do termo não aparecer com frequência nos documentos, o foco era na atribuição de valores a partir do olhar dos sujeitos locais.

2.1.3. A intensificação dos conflitos

Findo o volume I-A, o Apenso 1 é composto por fotografias do Centro Histórico que evidenciam o estado geral de preservação. A partir do Apenso 2, verificamos a intensificação dos conflitos entre Prefeitura e Iphan. A estratégia adotada pelo Prefeito Frederico Campos foi pautada na deslegitimação do Iphan através do ataque direto e pessoal à chefe do Iphan/MT Maria Lúcia Pardi, chegando inclusive a solicitar ao secretário de cultura a remoção da servidora. Outra ação foi a cobrança indevida de IPTU sobre imóveis na área tombada, mesmo contra lei municipal e parecer contrário do Iphan.

Diante do licenciamento de obras sem autorização do Iphan, consta no processo de tombamento uma ação cível movida pelo Ministério Público contra o Prefeito e o Município com base nos alvarás de demolição expedidos pela Prefeitura. O resultado foi uma liminar proibindo o município de conceder alvarás de demolição e reforma sem a autorização do Iphan/MT[60]. Consta no texto da liminar[61] a informação de diversos alvarás expedidos anexos ao processo, porém são identificados objetivamente somente dois, um na rua Sete de Setembro esquina com Travessa Cabo Agostinho e a demolição de maior impacto, a do Hotel Centro América em 1990 (Imagens 24 e 25).

[60] Jornal A Gazeta de 26/07/90: “Liminar obriga prefeito a respeitar tombamento” Alda Zorman; “Frederico promete que vai apresentar defesa” Redação; “Fim dos alvarás agrada representante da Sphan” Redação. Processo 1180-T-85 Apenso II, p 05.
[61] Processo 1180-T-85, Apenso II, p 55-70.



Imagem 24 Hotel Centro América, provavelmente na década de 1970. Em primeiro plano, casarões coloniais em processo de demolição para a construção do Palácio do Comércio. Fonte: Biblioteca IBGE.



Imagem 25 - Terreno do Hotel Centro América após demolição, 1990. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Fonte: Freitas, 2011.

O Hotel foi inaugurado em 1954, em terreno de esquina voltado para a Praça da República, possuía seis pavimentos e foi o primeiro edifício da cidade a ter elevador. Foi um dos principais exemplares de arquitetura Art Déco de Cuiabá e possuía uma relação formal harmônica[62] com a agência de Correios e Telégrafos no outro lado da Praça, da mesma filiação arquitetônica (CASTOR, 2013).

A partir deste episódio, o posicionamento contrário à atuação do Iphan e os ataques a seus servidores por parte do Prefeito Frederico Campos se intensificaram. Além da desconsideração completa dos estudos e valores atribuídos pelo tombamento, a noção limitada de patrimônio combinada ao desconhecimento da legislação federal e da própria legislação municipal resultaram em uma gestão marcada pela falta de diálogo, pela atuação autoritária e comprometida fundamentalmente com rendimentos econômicos. Este posicionamento, avesso à preservação e a favor de um determinado ideal de progresso, causou perdas de exemplares arquitetônicos no conjunto já protegido.

A situação crítica resultou em uma visita da representante regional do Iphan responsável pela atuação em Mato Grosso, Vera Bosi de Almeida, para condução das tratativas, resultando em uma série de recomendações: retomada das relações entre o Iphan/MT e a Prefeitura, através da contratação de um técnico em Preservação Arquitetônica e, se possível, um Assessor Jurídico; Estabelecimento de condições para a discussão, proposição e implantação de um “Plano de Ação para o Centro Histórico”; Reavaliação dos tombamentos na região, principalmente do conjunto de Cuiabá, objetivando a compatibilização de legislações concorrentes e instrumentos legais do município.

Observa-se novamente a urgência por uma transformação na prática de preservação a nível institucional, sobre a necessidade de regulamentação do Decreto-Lei 25/1937 e a atualização de procedimentos técnicos com vistas à preservação de núcleos históricos, considerando seu caráter complexo, atrelado às dinâmicas sociais,

[62] Ricardo Castor faz uma análise importante sobre a composição arquitetônica das fachadas do Hotel Centro América e sua relação com o os imóveis vizinhos: “A série de varandas convexas desse hotel ajudava a enquadrar a antiga Praça da Sé de Cuiabá, produzindo um efeito de horizontalidade direcionada à Matriz - movimento reforçado simetricamente pelas linhas, também de inspiração art déco, da Estação dos Correios e Telégrafos construída anos antes na esquina oposta da praça. Intencional ou não, o efeito de enquadramento sugerido pelo prédio vizinho dos Correios ajuda a explicar a convivência pacífica do primeiro edifício elevado da cidade com sua primeira igreja de adobe” (CASTOR, 2013, p 203).

econômicas e culturais das cidades, bem como a importância de uma uniformização dos critérios também aparece com força.

Um documento que merece destaque nesta análise, por evidenciar os conflitos de interesse e divergências de entendimento entre setores da sociedade sobre o assunto preservação é um recorte de jornal não identificado em que são noticiadas opiniões sobre a "Cuiabá, na próxima década", o que nos leva a considerar sua publicação por volta do fim de 1989. São expostas considerações de representantes do comércio e indústria[63], com forte apelo à industrialização e progresso econômico atrelado ao agronegócio: é explícito o desejo de Cuiabá transformar-se em uma grande metrópole, um polo de desenvolvimento regional, influenciando outras cidades do interior, atraindo e impulsionando indústrias, destacando-se a produção de grãos. Destacamos dois depoimentos[64] que fazem menção, em alguma medida à (não) preservação do centro antigo:

> Visualizando Cuiabá uma cidade com tecnologias novas e uma **expansão do seu perímetro** porque não há como concentrar a prestação de serviço no centro. É muito difícil pensar numa cidade reformulada devido aos altíssimos custos… **Pode ser que se crie uma grande avenida e que ainda sejam derrubadas mais algumas casas que o SPHAN não quer que derrube**.
> Frederico Campos - Prefeito - Grifo nosso

> Daqui a dez anos **Cuiabá terá mais shoppings**, lojas de departamento e uma abertura de firma que chegue na ordem de crescimento em torno de 200%. Isto se houver crescimento da cidade. **Se houver uma mudança na legislação do SPHAN para ser mudado o perfil do centro da cidade é possível que o setor também sofra alteração caminhando para uma modernização**.
> Jamil Boutros Nadaf - Presidente da Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso - Fecomércio - Grifo nosso.

Para o Prefeito, a expansão do perímetro urbano foi uma forma de descentralização da prestação de serviços, seguindo parcialmente uma lógica introduzida pela criação do Centro Político Administrativo - CPA na década anterior. Ao sinalizar a possibilidade de derrubada de imóveis tombados, Frederico Campos

[63] Roberto Carvalho de Almeida - presidente da Associação Comercial de Cuiabá; Ari Wojcik - Presidente da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso; Frederico Campos - Prefeito; Jamil Boutros Nadaf - Presidente da Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso.
[64] "Cuiabá, na próxima década…" jornal não identificado. Processo 1180-T-85, apenso II, pg 39.

reafirma sua posição deliberada e publicamente contrária ao tombamento, associando a estagnação econômica à preservação do conjunto e justificando sua destruição em favor de um ideal de progresso. O presidente da Fecomércio, por sua vez, afirma que o crescimento da cidade e mudança de perfil do comércio estaria vinculado a uma alteração da legislação federal. Mesmo defendendo-se a expansão horizontal da cidade, baseada na construção de grandes vias de fluxo de veículos e centros comerciais, as restrições impostas pelo tombamento ainda são apontadas como entrave ao progresso, o que nos parece uma justificativa inconsistente, considerando as diminutas dimensões da área protegida em comparação com o perímetro urbano da época.

Para estes homens, é necessária a mudança de perfil do Centro Histórico para caminhar para uma "modernização" e o Iphan aparece nominalmente como um obstáculo ao pleno desenvolvimento econômico. Ao longo do processo de tombamento, é expresso o caráter comercial e de serviços da área protegida. O comércio local varejista de pequeno porte, ainda predominante na região, segundo esta lógica deveria ser substituído por lojas maiores e franquias de escala nacional, mais adequados à noção de progresso meramente econômico defendida pelo governante e representantes de órgãos comerciais e industriais.

Um contraponto publicado na mídia local foi defendido por Maria Clara "Caia" Migliaccio em 1990. A técnica do Iphan/MT defende um movimento popular em favor da preservação e expõe que a perda significativa do Hotel Centro América, que deu lugar a um imóvel de arquitetura contemporânea, representou a massificação e perda da identidade cuiabana. Migliaccio responsabiliza autoridades competentes e empresários que não cumprem a lei pela degradação do conjunto e ainda argumenta que em outras cidades a iniciativa privada já reconhece o valor do patrimônio edificado, conduzindo o debate para o alinhamento entre preservação e desenvolvimento. O texto de Migliaccio é construído com forte apelo à população, sem o uso de vocabulário técnico e ressalta a dimensão da preservação do patrimônio enquanto direito coletivo, garantido por lei, a ser defendido pela população.

> Onde tínhamos um belo edifício agora temos um caixotão! Após demolir o primeiro edifício de Cuiabá, o Hotel Centro América, belo representante do Art Déco nesse nosso singelo centro-oeste, as Lojas Riachuelo ergueram uma placa no agora vazio terreno exibindo o desenho do novo prédio a ser ali construído. A mim lembrou

> aquela clássica cena das guerras de conquista, em que o conquistador ergue sua bandeira sobre os escombros do massacre. [...]
>
> Num momento em que pelo mundo afora e mesmo nas cidades do leste brasileiro a iniciativa privada reconhece o valor de seu patrimônio cultural, e os empresários recuperam edifícios antigos adequando-os aos seus novos usos, aqui em Cuiabá, mais uma vez assistimos à destruição de mais um de nossos monumentos. [...]
>
> **Os empresários que aqui vem investir, em busca de lucros, devem respeitar nossa cidade, acatando a preservação do nosso patrimônio histórico e cultural:** assim devem mostrar que respeitam nosso povo!
>
> MIGLIACIO, 1990[65].Grifo nosso.

A partir da situação crítica de descaracterização dos imóveis do Centro Histórico e das políticas públicas para a cultura de forma geral, houve mobilização da sociedade civil e organizações relacionadas à cultura para reivindicação ao poder público por ações e esforços na divulgação dos bens culturais cuiabanos.

Neste contexto, destaca-se o grupo Muxirum Cuiabano[66], fundado em 1989, foi formado por pessoas da elite econômica e intelectual, com trânsito em veículos de imprensa e com influência na política local, como membros de famílias tradicionais cuiabanas, artistas, professores, pesquisadores, estudantes e outros trabalhadores de áreas ligadas à cultura. Parte considerável de seus integrantes eram membros da Academia Mato-grossense de Letras e Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso. O Muxirum partia de uma noção de cultura dinâmica, com contribuições diversas, e buscava a valorização das manifestações culturais da terra, como as festas de santo, danças, músicas e demais manifestações artísticas, além do patrimônio arquitetônico e urbanístico. Pela circulação em esferas de poder, possuía significativa capacidade de articulação entre poder público e empresas. Além da atuação junto aos órgãos de preservação na pressão pela homologação do tombamento, realizou ações de fomento à cultura, como a promoção de eventos e participação na mídia local, chegando a ter um programa de televisão durante alguns anos.[67] (IRMÃOS CALHAO E O MUXIRUM CUIABANO, 2021)

---

[65] MIGLIACIO, Caia. “Cuiabá, viva Cuiabá”. Jornal do Dia - caderno Domingo Cultural 03/06/90. Processo 1180-T-85, Apenso II, p 40.

[66] A palavra Muxirum vem da pronúncia de mutirão dentro do linguajar cuiabano e denota um sentido de esforço e trabalho coletivo.

[67] O Muxirum Cuiabano encerrou suas atividades em 1996 em razão do sucesso nos encaminhamentos das demandas, que para os membros significava o “cumprimento da missão”. Em 2018 o grupo voltou a ser mobilizado e a atuar na reivindicação pela preservação do patrimônio e valorização da cultura local (IRMÃOS CALHAO E O MUXIRUM CUIABANO, 2021).

Na virada da década de 1980 para 1990 houve um período de instabilidade institucional no Iphan a nível nacional através da extinção do sistema Iphan e Fundação Nacional Pró Memória, cujas atribuições passaram a ser realizadas pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC)[68]. Em Cuiabá, verificou-se um hiato na atuação do Iphan[69]Durante a licença de Maria Lúcia Pardi, então chefe do Iphan/MT, a unidade ficou fechada e sem servidores. Diante da situação crítica que ocorria na cidade, em 1991 o arquiteto Fernando Madeira foi enviado em missões para Cuiabá para dar continuidade às ações de preservação, dentre elas análise de projetos de intervenção parados e reuniões com agentes para retomar o diálogo.

Os relatórios de viagem documentaram as questões mais urgentes a serem tratadas e as movimentações em andamento sobre a preservação pelo poder público. O texto de Madeira contextualiza as dinâmicas urbanas em Cuiabá: pressão imobiliária sobre o centro, aumento na densidade demográfica e tendências de verticalização. Identifica também os grupos opostos, um a favor do progresso e demolições e outro preservacionista que ocupou espaço na imprensa. Em sua visão, a questão do patrimônio foi discutida pela sociedade: "Realmente a preservação domina junto com as eleições os noticiários locais".

Buscando relatar junto à administração central do Iphan o complexo cenário de Cuiabá, Madeira atuou na retomada do diálogo e articulação com as autoridades locais e agentes envolvidos e elencou uma série de ações a serem tomadas, como as condições mínimas de funcionamento de uma representação regional do Iphan com corpo técnico mínimo, novo diretor com capacidade técnica e capacidade de articulação, recuperação e retomada do inventário já iniciado, recursos para fiscalização, atendimento aos habitantes (assistência técnica e conscientização). Por

[68] Durante o governo de Fernando Collor (1990-1992), houve um desmonte das políticas e aparatos institucionais da cultura a nível federal, com a extinção do Ministério da Cultura e criação de uma Secretaria de Cultura subordinada diretamente à Presidência da República. Em 1990, houve a supressão do sistema Sphan e FNPM e a dissolução do Conselho Consultivo, bem como a redução de recursos e capacidade operacional para políticas públicas de patrimônio, o que resultou em um período de poucos avanços no campo da preservação. No final de 1991 o Conselho Consultivo foi recriado e em 1994 o IBPC foi extinto e foi recriado o Iphan.

[69] O processo de tombamento não informa muito bem a dinâmica e cronologia dos servidores do Iphan em Mato Grosso. De 1984 a 1986 o Iphan/MT foi chefiado por Carlos Rosa. Em 1987, a arqueóloga Maria Lúcia Pardi assumiu a chefia e a equipe técnica foi composta por Maria Clara Migliacio (arquiteta e arqueóloga cedida da Funai) e Gabriel de Mattos (arquiteto contratado pela FNPM). Mattos saiu pouco tempo depois. Em dezembro de 1990, Pardi saiu de licença maternidade, e sem apoio do Iphan em sua substituição, a unidade do Iphan foi fechada. A primeira missão de Fernando Madeira a Cuiabá foi em abril de 1991, a documentação informa que em 1992 Migliaccio estava na chefia do Iphan/MT e a frente das obras de recuperação da futura sede do Iphan no Centro Histórico.

fim, menciona o fato do imóvel destinado à sede da unidade de Mato Grosso estar em péssimo estado de conservação, sendo inclusive um mau exemplo. Neste momento, teve início um processo de mobilização para elaboração do Plano Diretor, com comissão mista com representantes do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - IPDU, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e Iphan.

Madeira analisou pedidos de intervenção parados, que de forma geral eram reformas de baixa complexidade, enquanto os casos mais complexos do foram levados para Brasília para análise. Verifica-se uma atitude propositiva de Madeira, quase projetiva, na solução de alguns casos de alterações de fachada, com o uso de croquis, e orientações técnicas, verifica-se esforço em nortear os projetos arquitetônicos e solicitações de intervenções (Imagens 26 e 27).

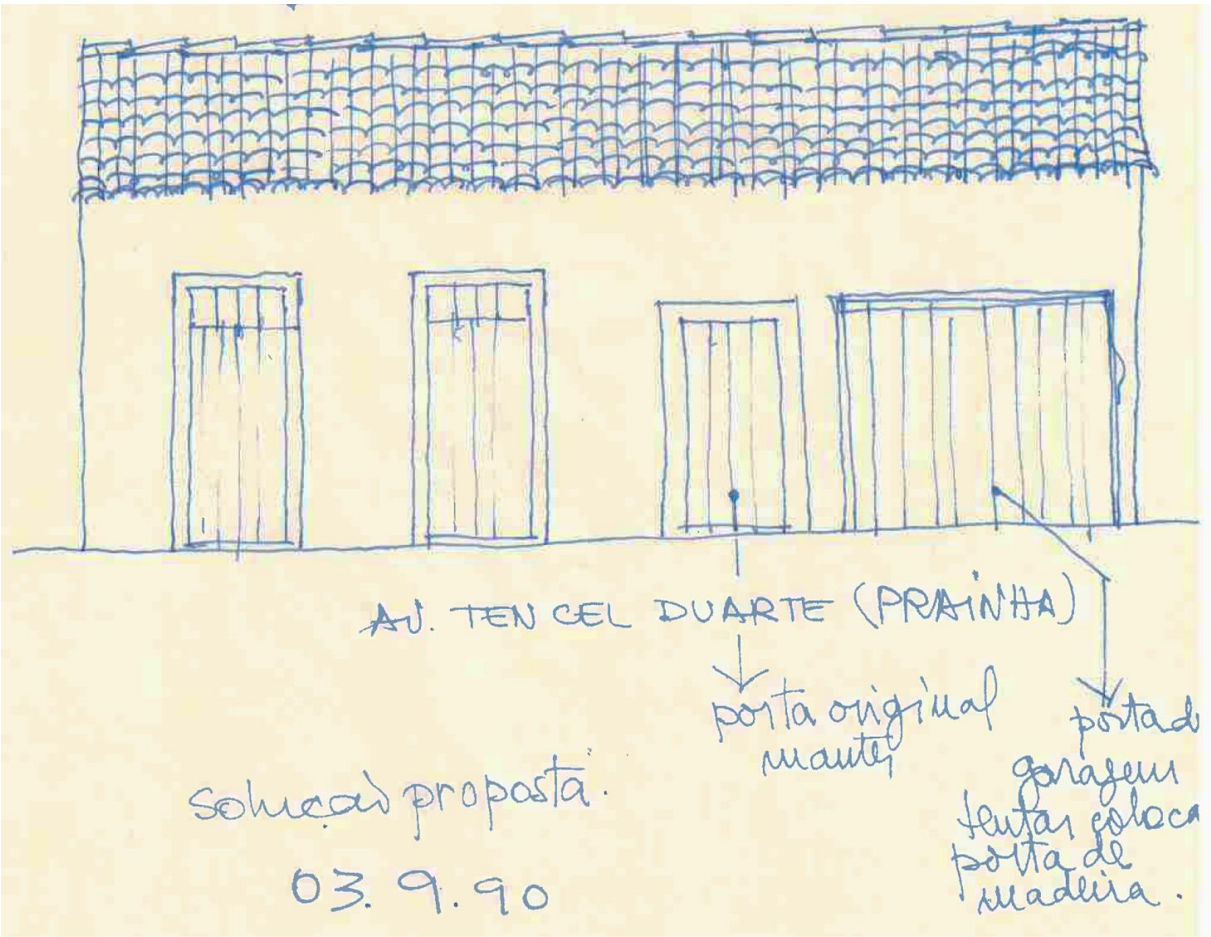


Imagem 26 Croqui de José Fernando da Costa Madeira, 1990. Na tentativa de compatibilizar a necessidade por uma garagem interna ao imóvel, foi sugerida a utilização de um portão de madeira, seguindo a altura de porta existente. Fonte: Processo Iphan 13966-1990: Arquivo do Iphan/MT.

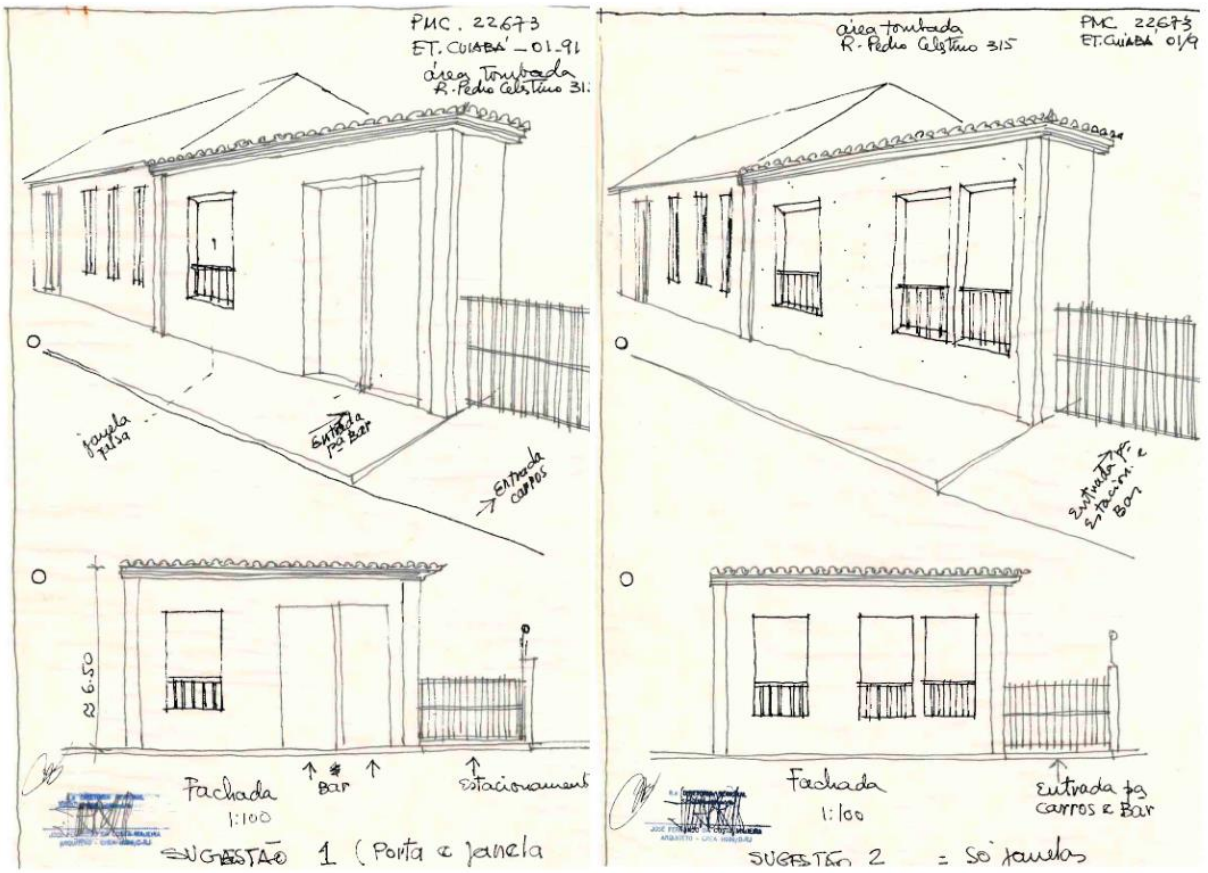


Imagem 27 Opções de fachada para imóvel em área tombada. Croqui de José Fernando da Costa Madeira, 1991. Fonte: Processo Iphan 22673-1991. Arquivo do Iphan/MT.

No mesmo período houve manifestações oficiais da Prefeitura e um grupo economicamente poderoso, a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Mato Grosso, contra a preservação através de correspondências solicitando ao Ministro da Cultura o cancelamento do tombamento em conjunto. Por outro lado, o Ministro também passou a receber ofícios da sociedade civil, poder legislativo estadual e órgãos públicos de cultura aumentando a pressão pela homologação do tombamento e estruturação da unidade do Iphan na cidade como forma de frear o processo de degradação.

Após análise do processo pela assessoria jurídica, que não verificou pendências legais, o processo seguiu para homologação do Ministro da Cultura, que ocorreu em 1992, sendo registrada pela portaria Iphan 010 de 04/11/92, com indicação posterior para inscrição em três Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico e Belas Artes (Imagem 28).

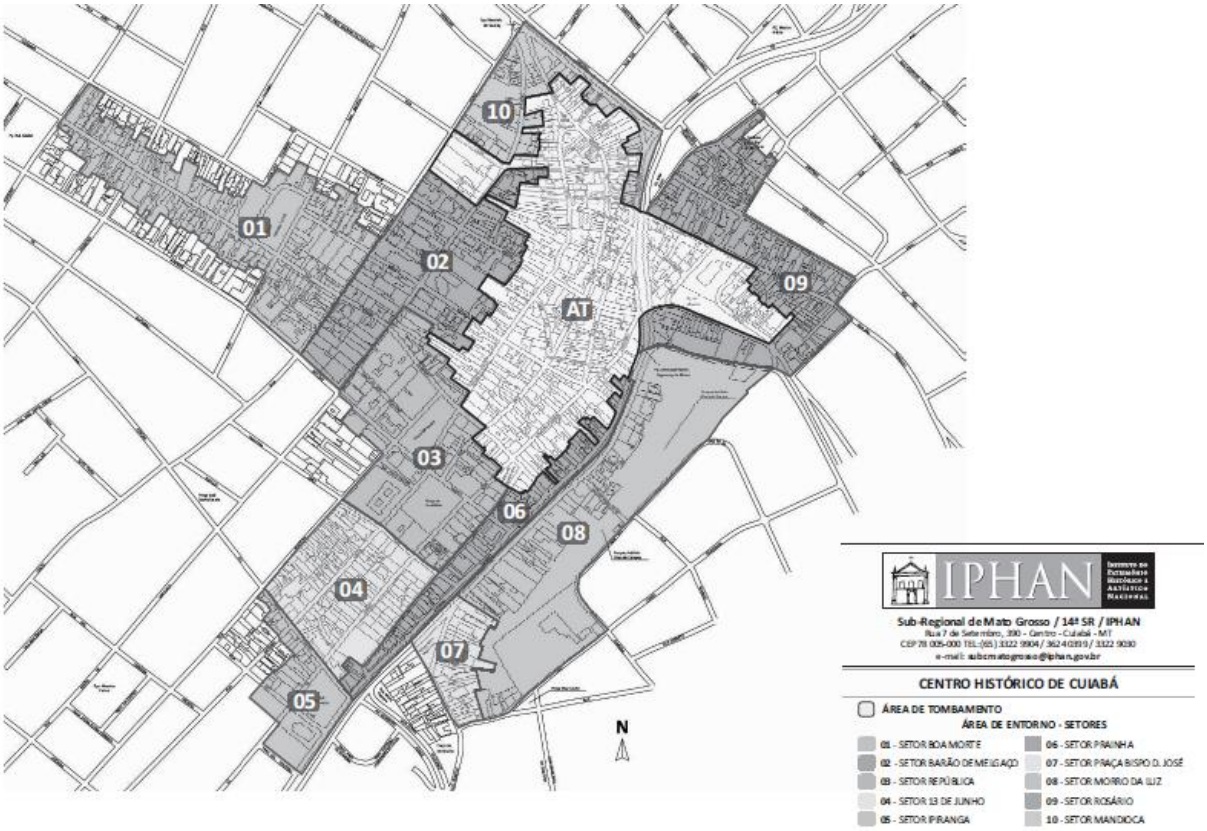


Imagem 28 Delimitação da área tombada e setores de entorno do CAUP-Cuiabá. Fonte: Iphan/MT, 2011.



Imagem 29 Vista panorâmica do Centro Histórico de Cuiabá a partir do Morro da Luz. Fonte: Processo 1180-T-85.

.

2.2. PLANEJAMENTO URBANO: ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL E LEGISLATIVA

Embora a Prefeitura Municipal de Cuiabá na gestão de Frederico Campos (1989-1992) tenha tido os conflitos descritos anteriormente, a relação com a preservação nem sempre foi assim, valendo compreender ações desenvolvidas em Cuiabá, contando com o poder local.

A demanda pela preservação do patrimônio cultural urbano em Cuiabá, apresentada pela sociedade civil, entidades de classe e instituições de ensino (UFMT, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-MT), teve respostas do poder público municipal antes do início do processo de tombamento federal. Conforme dito anteriormente, a década de 1980 marca o início de um processo de estruturação administrativa voltada ao planejamento urbano e à preservação de áreas de interesse cultural, fortalecido na década seguinte. Segundo Azevedo e Guedes (2017), a partir de demandas sociais apresentadas pela sociedade civil, por vezes representada por organizações de classes relacionadas à cultura, houve a criação de mecanismos administrativos do poder público municipal para a gestão urbana e para a inclusão do assunto patrimônio cultural urbano nas políticas desenvolvidas.

> Ao longo dos anos de 1980 muitos se indignavam com as condições do Centro Antigo, em um forte processo de descaracterização. Mas o estado de perplexidade sobre as mudanças na Cuiabá Antiga que conheciam ganha densidade com as manifestações, preocupações encabeçadas por grupos de arquitetos, entre outros profissionais, reunidos nas mais diferentes associações e instituições.
> (AZEVEDO, GUEDES, 2017)

2.2.1. As primeiras medidas de proteção do Centro Histórico de Cuiabá pela Prefeitura Municipal (1982 a 1992)

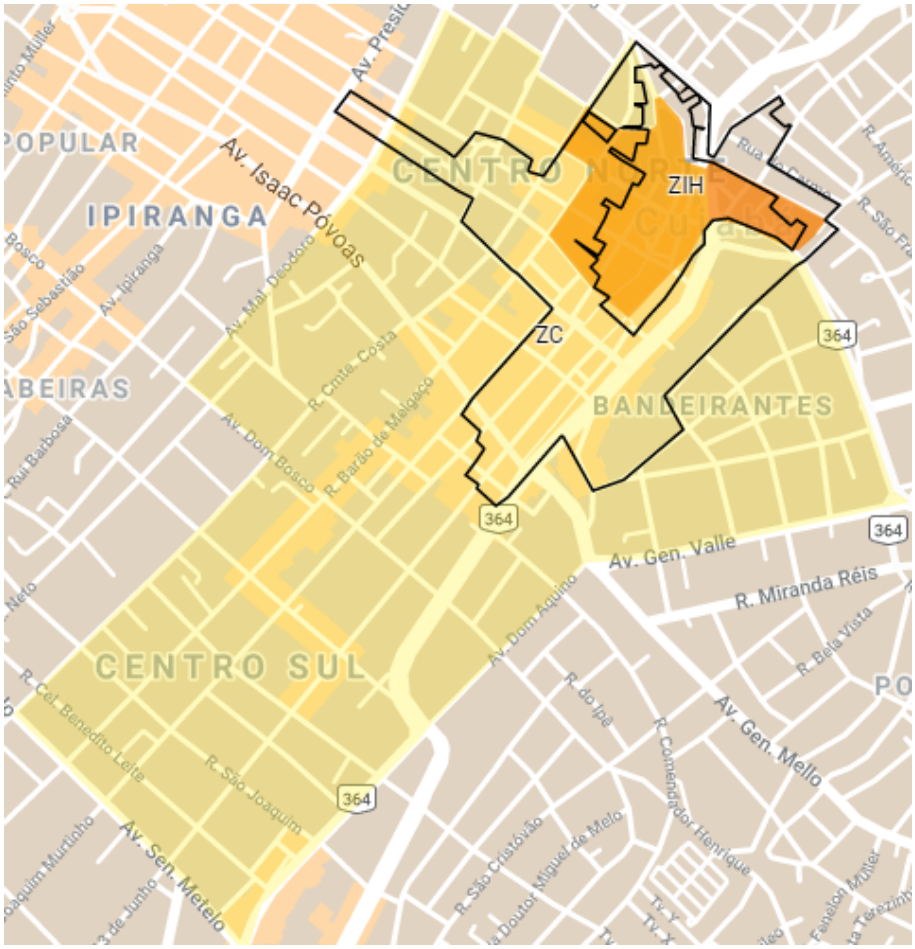
Neste subcapítulo, serão exploradas as ações e iniciativas da Prefeitura Municipal de Cuiabá voltadas à preservação do Centro, como a criação de uma Comissão Municipal de Tombamento, criação de um órgão específico para o planejamento urbano (IPDU), publicação de legislação de regulamentação de uso e ocupação do solo e Plano Diretor.

As pressões pela preservação dos bens culturais, sobretudo edificados na região central e no Porto, resultaram numa série de desdobramentos na gestão municipal de Cuiabá. Como mencionado anteriormente, em 1982, foi publicada a primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo de Cuiabá - LUOS/82[70] que dispunha sobre o zoneamento urbano da capital (Mapa 11). Em relação à área central onde está o Centro Histórico, o texto jurídico estabeleceu três zonas, uma de Interesse Histórico (ZIH), uma Central (ZC) e uma de Proteção Ecológica 2 (ZPE2).

A ZIH possuía uma demarcação muito similar à área que viria a ser tombada a nível federal alguns anos depois, englobando as ruas mais antigas e o Morro do Rosário. A Zona Central compreendia uma parte significativa dos bairros Centro Norte e Centro Sul, estendendo-se em direção ao Porto, além de ser sobreposta a quase toda área que viria a ser protegida pelo Iphan, com exceção da região atrás da Igreja do Rosário. Na região do Morro da Luz, foi demarcada uma Zona de Proteção Ecológica 2, onde há a limitação de área *aedificandi* na parte frontal dos terrenos e preservação da topografia e vegetação.

Verifica-se a identificação de valores urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos nesta demarcação, que possuem correspondência com a valoração contida nos estudos técnicos do tombamento federal desenvolvido poucos anos depois. A exceção ficou com o entorno da Igreja do Rosário, Espaço de Produção, desconsiderada como de interesse histórico e/ou central. Pode-se atribuir este não reconhecimento ao caráter popular de sua arquitetura, sem exemplares dotados de excepcionalidade, oriundo da camada mais pobre da população. No entanto, a lei não estabelece índices urbanísticos ou diretrizes que poderiam servir à preservação da sua ZIH. De forma geral, houve o reconhecimento do valor cultural da área central sem o estabelecimento de limitações de uso e intervenções. A maior limitação refere-se ao Morro da Luz, em razão da preservação de sua dimensão natural ou valor paisagístico.

[70] Lei nº 2.023 de 09 de novembro de 1982: Dispõe sobre o uso do solo urbano no município de Cuiabá e dá outras providências.



Mapa 11 Zoneamento da área central conforme a LUOS/82: Zona de Interesse Histórico ZIH em laranja, Zona Central ZC em amarelo, poligonais de proteção do Iphan (tombamento e entorno) em preto. Fonte: Autora, 2020, com base na lei nº 2.023/1982, editado em Google My Maps.

No início da década de 1980, poucos anos antes da abertura do processo de tombamento federal, a Prefeitura Municipal - visando a diminuição do acelerado ritmo de destruição dos bens culturais - criou uma Comissão de Tombamento Histórico da Prefeitura Municipal de Cuiabá subordinada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, composta por representantes de secretarias municipais, UFMT, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT, Iphan e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-MT. A Comissão tinha por objetivo a sugestão de estudos técnicos, abertura de processos de tombamento e deliberação de questões de gestão de bens culturais, como procedimentos em intervenções e demolições. Ludmila Brandão que atuou como membro desta Comissão como representante da Secretaria Municipal de Planejamento relata que

> longe do que se poderia supor à primeira vista, dada sua composição, formada por representantes institucionais, a rigor interessados no Patrimônio Cultural de Cuiabá, e evidentemente na sua preservação, paradoxalmente, foi palco de acirradas discussões e conflitos irreconciliáveis, uma vez que nela emergiram diferentes concepções de Cultura, de Patrimônio Cultural e, evidentemente, de 'bens' culturais, 'dignos' de ações preservacionistas. Permeando todos os conflitos, estava a concepção de 'progresso' e a ambiguidade da reação com esse fenômeno. BRANDÃO, 1997, p 138.

A partir deste testemunho, verifica-se que mesmo quando houve convergência de interesses - neste caso pela preservação do patrimônio - novos conflitos emergiram a partir de discordâncias de ordem conceitual sobre a identificação de bens culturais a serem protegidos. É possível lançar uma hipótese sobre a dificuldade no estabelecimento de uma narrativa oficial (visto que se tratava de uma Comissão mista com representantes de diversas instituições públicas) que contemplasse simultaneamente, através do instrumento do tombamento, a problemática entre preservação e progresso e o desenvolvimento de uma argumentação a favor da preservação de bens desprovidos de características excepcionais ou homogêneas em termos de conjunto.

Destacam-se alguns resultados importantes da Comissão de Tombamento: em 1983 houve três tombamentos municipais[71] no Centro Histórico (Morro do Seminário e imóveis do entorno, Parque Antônio Pires de Campos "Morro da Luz" e imóveis do entorno, Praça da República e imóveis do entorno). Em 1985 surgem dois importantes dispositivos: a publicação de uma lei[72] de restrições a demolições de imóveis de valor histórico e um tombamento provisório[73] em duas áreas (Porto e Centro) que teve o objetivo de frear o processo de destruição enquanto os estudos para o tombamento federal eram elaborados.

O decreto do tombamento provisório estipulava 180 dias para elaboração de inventário de imóveis, a ser realizado pela Casa da Cultura (ligada à Secretaria

[71] Além dos três tombamentos em 1983, foram tombados pelo Município os seguintes bens: Estádio Pres. Eurico Gaspar Dutra - Dutrinha, 1990; Morro da Caixa d'Água Velha, 1991; Cemitério Pascoal Ramos, 1993; Clube Esportivo Dom Bosco, 1993; Escola dos Jesuítas (Distrito da Guia), 1993; Mixto Clube Esportivo (demolido), 1993; Palmeira Gogó de Siriema, 1998; Monumento dos Direitos Humanos Universais, 1999; Foz do Rio Coxipó, 2003. Fonte: IPDU, 2013

[72] Lei 2.297 de 16 de julho de 1985 - Estabelece normas para demolição de prédios, mudanças de características urbanísticas de prédios, considerados históricas na cidade de Cuiabá , e dá outras providências

[73] Decreto Municipal 1013 de 10/03/1985.

Municipal de Cultura), e ao fim do estudo deveria ser definido o “tombamento definitivo daqueles bens ou conjunto de bens considerados merecedores de serem integrados ao Patrimônio Histórico o Artístico Municipal” (BRANDÃO, 1997, p 154).

Apesar da proteção provisória compreender áreas urbanas, verifica-se que as mesmas funcionam com uma espécie de “mancha de maior potencial de patrimônio”, visto que o objetivo era a identificação e proteção de bens isolados ou em conjunto dentro destas áreas. O tombamento provisório foi renovado anualmente entre 1986 e 1989 pelo então Prefeito Dante de Oliveira. Após a posse de Frederico Campos em 1990, o decreto não foi renovado e a proteção deixou de ter efeitos.

A lei de restrição a demolições de imóveis de valor histórico estabelecia que a Comissão de Tombamento Histórico da Prefeitura Municipal de Cuiabá seria responsável pela avaliação sobre o valor histórico dos imóveis, concessão de alvarás de obras e fiscalização das intervenções. O texto estabelece critérios de atribuição de valor aos imóveis relacionados às famílias tradicionais cuiabanas, arquitetura colonial, valor urbanístico e deixa aberta a possibilidade de definição de critérios pela Comissão. Um ponto bastante importante refere-se ao artigo 5º que estabelece a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU nos imóveis considerados de valor histórico.

Esses dispositivos demonstram o entendimento do valor cultural das edificações, sobre as quais há restrições de intervenções similares ao instrumento do tombamento, ao mesmo tempo que oferecem subsídio para os proprietários na conservação através da isenção do Imposto. No entanto, neste momento, a preservação era destinada a imóveis isolados, selecionados a partir de critérios amplos[74], não havendo, portanto, um tratamento enquanto um conjunto diverso, como foi melhor estabelecido no tombamento federal.

Dando continuidade ao processo de estruturação administrativa para o planejamento, em 1987 foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU) como órgão técnico de assessoramento, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação “com objetivo de propor e implementar uma política de promoção, orientação, controle e intervenção no desenvolvimento urbano municipal”

[74] Lei 2.297 de 16 de julho de 1985: Art 4º - Para efeito desta Lei, prédio histórico é todo aquele que abriga em si, ao longo dos anos a tradição de famílias cuiabanas, representam a marca e símbolo da arquitetura colonial, riqueza urbanística dos séculos passados ou ainda à critério da Comissão. (CUIABÁ, 1985).

(CUIABÁ, 1987). No ano seguinte, sua estrutura institucional foi regulamentada e criada a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, com instrumentos como o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano. Neste contexto, caberia ao IPDU a função de órgão orientador e coordenador das políticas urbanas, além da função de pesquisa e documentação. A implantação do órgão técnico de planejamento urbano municipal e seu respaldo normativo a partir dos anos de 1980 permitiram a consolidação de uma estrutura administrativa voltada ao atendimento de demandas daquele período.

Uma importante transformação urbana de impacto positivo na preservação do Centro Histórico foi a transformação de vias em calçadões de uso exclusivo de pedestres no fim dos anos de 1980, por iniciativa da Prefeitura Municipal. Nestas vias estão localizados comércios e serviços com intenso fluxo de pessoas durante o horário comercial, sendo até hoje uma importante centralidade na capital (Imagens 30 e 31). Através da restrição do tráfego de veículos e da abertura de vias antigas para pedestres, interpretamos que houve esforço da gestão municipal no sentido de melhoria das condições físicas para o uso existente, reforçando o caráter cotidiano no uso do patrimônio. Nesta narrativa, o patrimônio cultural urbano serviria ao uso da população no seu dia a dia e como fator de desenvolvimento econômico para o comércio local, caracterizado por empreendimentos de pequeno porte.



Imagem 30 Calçadão da Galdino Pimentel (Rua de Baixo) em agosto de 1985. Fonte: Divisão de Registro e Documentação - Iphan. Processo 1180-T-85, Apenso I p 28.



Imagem 31 Calçadão da Galdino Pimentel (Rua de Baixo) em 2019. Foto: autora, 2019.

2.2.2. O primeiro Plano Diretor de Cuiabá e suas transformações

Os trabalhos do IPDU resultaram na publicação do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 1992, em que são estabelecidas diretrizes para preservação do Centro Histórico (à época já tombado pelo Iphan) através do uso cultural, com estreita relação com a exploração turística. No entanto não havia menção aos tombamentos municipais ou fortalecimento da política municipal de patrimônio. As diretrizes da cultura e do turismo foram apresentadas juntas, contendo referências ao incentivo de produções artísticas, manifestações culturais e conservação de documentos históricos, incentivo à iniciativa privada e terceiro setor na preservação do patrimônio, promoção de pesquisas de identificação de bens culturais para aproveitamento turístico, e adequação física de espaços para uso turístico, dentre outros.

Chama a atenção a disposição sobre a criação de um Centro de Tradições Cuiabanas (que não chegou a ser implantado), demonstrando que em um momento de intensa chegada de migrantes do Sul e Sudeste, a tentativa de valorização da cultura imaterial ou popular da região da baixada cuiabana repercutiu políticas públicas de valorização, através do fortalecimento de uma noção de cultura local.

A partir da diretriz de adequação de espaços públicos para atividades turísticas, na mesma década de 1990 foi executada uma série de intervenções de grande escala na região do Porto. Estas transformações influenciaram significativamente nas políticas a serem implementadas posteriormente em outros locais da cidade. Possivelmente por não ter proteção na época[75], pode-se afirmar que o Porto foi um lugar de experimentações em escala urbana, passando por renovações e sendo capturado por diversas gestões municipais sob a justificativa de valorização da cultura e preservação ambiental em diferentes períodos. O antigo Mercado Público foi transformado em Museu do Rio, com a transferência de sua tradicional feira para local próximo, em um edifício novo. Anexo ao antigo Mercado, foi construído um aquário municipal com finalidade educativa na sensibilização sobre a biodiversidade do Rio Cuiabá.

[75] O Conjunto Arquitetônico do II Distrito de Cuiabá, antigo Distrito de Dom Pedro II, no bairro do Porto, foi tombado em 2007 (Portaria nº035/SEC/2007) a nível estadual e possui uma área de entorno.

Esta intervenção evidencia um entendimento, por parte do poder público e apoiada por setores da sociedade, de que os bens culturais materiais, especialmente edifícios e espaços públicos, possuem como principal uso possível e fator de sustentabilidade econômica o que Menezes chama de “usos culturais do patrimônio” (MENEZES, 2009). Os bens culturais edificados, sejam isolados “casarões” ou em conjunto “centro histórico”, receberam ao longo do tempo projetos e intervenções para adequação a atividades culturais, como museus e centros culturais, ou para abrigar órgãos públicos[76]. Questões relativas ao uso habitacional, de interesse social ou não, por exemplo, chegam a aparecer nos textos legislativos, entretanto na prática, que se sabe, nunca houve qualquer política pública de incentivo à moradia na região central ou portuária.

Dez anos após a primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo, foi publicada sua revisão (Lei complementar 044/1997 complementada pela Lei Complementar nº103/2003). Em relação ao zoneamento, são mantidas as áreas já demarcadas. Dentre os parâmetros urbanísticos, destacamos que os coeficientes de ocupação e de permeabilidade são os mesmos dispostos na Instrução Normativa de 1994, que será explorada a diante. Apesar da compatibilidade nesse aspecto, a área permeável não significa área arborizada: os antigos quintais com espécies frutíferas e medicinais são um elemento citado no processo de tombamento, como parte da paisagem urbana e modo de vida que se desejava preservar. Pode-se justificar a perda desta massa vegetal pela necessidade de área construída, através das sucessivas ampliações dos imóveis e impermeabilização de quintais. A lei estabelecia um ponto importante e geralmente esquecido quando se trata das restrições impostas ao patrimônio que é a Transferência do Potencial Construtivo de imóveis tombados em qualquer instância para outros imóveis.

Concordando com Azevedo e Guedes (2017) quando afirmam que o tráfego intenso de veículos é um dos maiores problemas a ser tratado na região, verifica-se que a pressão por vagas de estacionamento foi incorporada à LUOS/97. Em seu artigo

[76] Alguns exemplos são: Palácio da Instrução, que foi sede da Fundação Cultural de Mato Grosso e posteriormente abrigou a Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça; Antigo Thesouro do Estado foi transformado em Museu Histórico; Antiga Residência dos Governadores foi transformada em Museu. No nível municipal, houve a conversão do antigo Clube Feminino em Casa da Cultura, sede da Secretaria Municipal de Cultura.

36, a Lei previa a concessão de incentivos fiscais para estacionamentos rotativos e edifícios garagem na Zona de Área Central (ZAC), por meio de lei específica.

> [...] por definição, a Zona de Área Central, configura-se por função que polariza atividades diversas e que contemplam o principal Centro Comercial adjunto a área tombada e seu entorno, definidos pelo Iphan (Art. 17, item I). Entendemos que, com essas previsões, a ZAC desempenhava o papel de uma área de amortecimento e ainda suporte para algumas atividades incompatíveis com a estrutura física da ZIH, p. ex., edifícios garagens ou estacionamentos nos espaços livres públicos. Por consequência, poderia reduzir a circulação de automóveis privados e melhorar as condições de caminhabilidade e permanência de pedestres na ZIH. (Azevedo eGuedes, 2017).

A questão de assessoria técnica para atendimento de população de baixa renda chega a ser definida nos termos da lei, mas não houve regulamentação posterior, nem mesmo na lei complementar 103/2003, criada para regulamentar padrões de uso e ocupação das zonas.

Quanto às ZIH, são divididas em dois grupos: ZIH 1 se refere à área de tombamento federal e entorno, e a ZIH 2 compreende um trecho do bairro do Porto. Em relação ao uso do solo, fica estabelecido para as ZIH a proibição de licenciamento de atividades e empreendimentos de Alto Impacto, cabendo ao Iphan aprovação em casos não enquadrados nas categorias estabelecidas.

Ainda, a LC103/2003 tinha a previsão de incentivos fiscais para imóveis dentro do Centro Histórico desde que com características arquitetônicas preservadas, e para empresas estabelecidas no Centro Histórico que adotarem horário de funcionamento alternativo, ambos benefícios regulamentados através de legislação específica que não foi publicada posteriormente. Os artigos deixam margem para interpretações na medida que não definem os incentivos fiscais, o que se entende por preservação de características arquitetônicas e qual seria o horário alternativo de funcionamento.

Aparece pela primeira vez uma diretriz relacionada à substituição da rede de energia aérea por rede subterrânea no Centro Histórico num prazo de 3 anos, o que nunca chegou a ser efetivado.

Foi estabelecida limitação de circulação de veículos de carga dentro da ZIH: para tráfego de veículos com capacidade entre 8 e 16 toneladas, a proibição é em

período comercial e para veículos com capacidade superior a 16 toneladas, a circulação é proibida.

Sobre o número de vagas de estacionamento, a definição é deixada a cargo do Iphan-MT. Na Instrução Normativa de 1994 não há esta definição, somente a proibição de demolição de imóveis para aproveitamento do terreno como estacionamento de veículos na área de entorno.

> A LUOS 044/1997 e sua complementar 103/2003 foram elaboradas ao longo de processo de rica reflexão sobre o ordenamento do território de Cuiabá, sob a égide do IPDU e inúmeros colaboradores, entre eles o IPHAN, como registrou Claudio Conte. Ao resgatarmos a Lei 103/2003, verificamos a atenta leitura sobre a estrutura urbanística do Centro Antigo, incluída na ZIH. (GUEDES, 2017. p 69-70)

De forma geral, a lei apresenta definições um tanto abrangentes, deixando espaço para entendimentos variados. Nas zonas que tratamos (ZIA e ZIH), não são tratados aspectos importantes para a preservação do conjunto como gabarito e recuos. É deixado a cargo do Iphan a definição de índices urbanísticos e definições que não são de sua competência. Neste entendimento, o Iphan funcionaria como uma espécie de Prefeitura setorial, cuja atuação substituiria a Prefeitura Municipal em suas atribuições, como a questão da definição de vagas de estacionamento e na aprovação de usos de alto impacto dentro da área tombada.

Em 2007 houve a revisão do Plano Diretor, em relação às diretrizes para cultura, não houve grandes mudanças, e as disposições gerais mantiveram-se as mesmas: uso turístico aliado à preservação dos bens edificados, criação de equipamentos de apoio (centro de tradições), e promoção de roteiros de visitas.

Em 2009 houve a assinatura de um Acordo de Cooperação entre Prefeitura e o Iphan/MT, com o objetivo de promover a cooperação no gerenciamento do Centro Histórico para que de forma articulada e permanente fossem realizadas ações de fiscalização e aprimoramento da sistemática de aprovação e licenciamento de obras (LACERDA, 2014, p 101).

O Plano Diretor é um instrumento fundamental para o planejamento e desenvolvimento urbano, no entanto seus efeitos se desenvolvem num processo mais demorado, levando anos para serem percebidos. Não cabe a esta dissertação uma avaliação sobre a eficácia do Plano Diretor, no entanto pode-se questionar: em qual medida a inclusão do assunto preservação na legislação municipal de fato influenciou

na real preservação do Centro Histórico? Sabe-se que ao inserir o assunto no texto do Plano Diretor, o município reconhece sua importância e assume para si parte da responsabilidade sobre a preservação. No entanto, como será apresentado no capítulo seguinte, mesmo havendo a incorporação da preservação nas normativas municipais, ainda se verificam apropriações do patrimônio visando a legitimação de processos de exclusão e adaptação a modelos internacionais, cujos interesses são alheios aos interesses da comunidade local.

2.3. INSTRUÇÃO NORMATIVA DO IPHAN PARA O CENTRO HISTÓRICO

Conforme consta no processo de tombamento, foi discutido no âmbito do Iphan a necessidade do estabelecimento de critérios objetivos e transparentes referenciais para orientação das intervenções em conjuntos protegidos. A publicação da Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá em 1994 (IN-94) marca o trabalho conjunto entre Prefeitura e Iphan[77] no estabelecimento de tais critérios. A IN-94 está vigente desde sua publicação e é utilizada na rotina do Iphan/MT na análise de pedidos de intervenção e emissão de pareceres técnicos. Analisaremos aspectos referenciais do documento, com alguns exemplos de sua aplicação prática, através da análise de alguns processos de pedidos de intervenção. O objetivo aqui é apresentar o instrumento usado pelo IPHAN- normas urbanísticas em forma de Instrução Normativa - na preservação de áreas urbanas para reflexão sobre seu alcance e resultados e os elementos que são considerados possíveis de controle pela instituição, independente do plano diretor ou outras normativas municipais.

Em consonância com os valores identificados nos estudos técnicos, a Instrução Normativa/94 estabelece elementos materiais aos quais é imposta a preservação, como o “meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma dos períodos históricos da cidade de Cuiabá, desde 1722, com a descoberta das minas do Rosário, até os dias de hoje” (IN-1994, Art.1). A Normativa assegura a possibilidade e deixa a cargo do Iphan/MT o estabelecimento de critérios específicos em casos especiais, visando a melhor preservação do Conjunto.

[77] A IN-1994 foi elaborada pelos arquitetos Maria Clara Migliacio (Iphan/MT) e Júlio De Lamonica Freire (IPDU- Prefeitura Municipal de Cuiabá).

A proteção recai sobre a área tombada e área de entorno, com “características complementares por sua proximidade, compatibilidade, ou como componente da leitura espacial e ambiental, ou, ainda, como referência do contexto histórico-cultural de Cuiabá” (IN-1994, Art.1). Em toda a área de preservação são protegidos elementos materiais constitutivos da região ocupada durante os séculos XVIII, XIX e XX (implantação no terreno, arruamento, alinhamento frontal das edificações, sistemas e materiais construtivos), além dos elementos geomorfológicos que influenciaram na ocupação do núcleo urbano inicial apropriados pela ação humana.

O entorno é compreendido como a área vizinha, de características complementares e/ou compatíveis, que influencia na leitura e apreensão da área tombada, podendo oferecer referências materiais do contexto histórico-cultural.

A IN-94 estabelece que a preservação do Conjunto deve ser assegurada através da “proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade” existentes nos elementos valorados. Ainda, estabelece responsabilidades complementares - “competências concorrentes” - entre as três esferas do poder público e estabelece o Iphan como o órgão analisador e licenciador de intervenções em edificações e áreas públicas ou privadas.

> Artigo 3º - Para os efeitos desta Instrução Normativa serão preservados dentro da **área de Tombamento federal:**
>
> Parágrafo 1º - O **traçado urbano**, tal como se encontra desde 01.10.87, data da notificação aos proprietários e à Prefeitura Municipal pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN);
>
> Parágrafo 2º - A **topografia natural do conjunto**, enquanto somatório da topografia dos terrenos e implantação das edificações originárias dos séculos dezoito e dezenove;
>
> Parágrafo 3º - As **edificações em sua integridade**, compreendidos os elementos de composição arquitetônica, tais como fachadas, telhados, paredes, pisos, técnicas construtivas e implantação no terreno;
>
> Parágrafo 4º - As **áreas privadas e não edificadas**, ou *non aedificandi*, compreendidos os quintais e jardins de uso privado ou controlado, que deverão ser preservados em suas características presentes, inclusive as espécies vegetais de grande porte;
>
> Parágrafo 5º - Os **logradouros** - ruas, praças, jardins públicos, becos e demais espaços livres, públicos ou non aedificandi, deverão ser preservados em sua feição tradicional;

> Parágrafo 6º - A **integridade visual dos espaços de uso público**, referenciados pela soma das fachadas ou limites das propriedades com os logradouros. (IN-1994, grifo nosso)

Estes artigos evidenciam o reconhecimento de elementos constituintes do núcleo urbano a serem preservados, podendo ser divididos em duas dimensões. A primeira, diz respeito a aspectos urbanos, como os logradouros, traçado urbano, topografia e apreensão visual a partir da rua. Outra dimensão preservada trata de elementos construtivos, como técnicas e materiais não somente das fachadas, e também do interior dos imóveis, proporções de áreas edificadas e não edificadas, especialmente quintais e espaços livres públicos e privados.

São estabelecidas as categorias possíveis de intervenção, com diferentes graus de complexidade e procedimentos administrativos para obtenção de licença. Serviços de Manutenção são compreendidos como pequenos reparos e ações de rotina aos quais não é necessária a apresentação de projeto, somente declaração do usuário sobre os serviços a serem executadas e posterior aprovação pelo Iphan. Serviços de Conservação são definidos como ações que visam a recuperação da estabilidade e uso. Obras de Restauração são ações de recuperação da integridade física e de características arquitetônicas e urbanísticas, sejam arruinadas ou obstruídas por elementos instalados na edificação ou logradouros. Obras novas são compreendidas como obras em terrenos vazios ou acréscimos às existentes. Para as últimas três categorias, é necessário projeto que evidencie quais são os materiais e técnicas envolvidos. O estabelecimento de procedimentos administrativos para solicitações dentro da IN-94 foi uma resposta à ausência de definições unificadas quanto aos procedimentos de aprovação e de diferentes tipos de intervenção no Iphan à época, o que veio a ser regulamentado a nível nacional posteriormente, na portaria do Iphan 420/2010.

> São as restrições impostas à área tombada dispostas no Artigo 5º:
>
> - Proibição de desmembramentos dos terrenos, com a possibilidade de existências de mais de uma unidade construída, desde que mantido o mesmo uso.
> - Movimentações de terra são permitidas somente se recuperarem a topografia original do terreno.

- Alterações em edificações são permitidas desde que recuperem a integridade e feições originais. São estabelecidos três tipos possíveis de intervenção (manutenção, conservação ou restauração). É estabelecido que os materiais e técnicas tradicionais, sem definição do que é considerado tradicional, e caso sem insuficientes para estabilização das edificações, poderão ser empregadas técnicas modernas;
- Serão proibidos usos que constituam poluição de qualquer tipo.

Além disso, elementos temporários e acessórios, como toldos, e equipamentos publicitários são regulados por anexo específico no qual são estabelecidos modelos, cores, formatos, materiais e tamanhos admissíveis.

Cabe ao Iphan a determinação de opções admissíveis de pinturas e acabamentos. Esta flexibilidade permite análises caso a caso, visto que o conjunto possui características heterogêneas. Na prática, não são permitidos revestimentos nas fachadas (azulejos, placas cimentícias, alumínio composto etc), bem como não são autorizadas pinturas com cores chamativas (como tons neon, com brilhos e tinta preta), pinturas murais, como *grafitti*, e texturas.

Compreendemos que a restrição quanto ao desmembramento dos lotes visa conservar o antigo parcelamento do solo, visto que a implantação dos imóveis nos terrenos é um elemento valorado no processo de tombamento. Quanto à restrição de unidades autônomas dentro de um mesmo terreno com usos iguais, foi verificado na prática que essa concordância de usos não acontece.

Considerando que a topografia é um dos valores atribuídos, as movimentações de terra são permitidas somente em caso de recuperação da topografia original. É possível que esta medida derive também do fato do CAUP-Cuiabá ter sido inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, considerando o alto potencial arqueológico do núcleo urbano inicial.

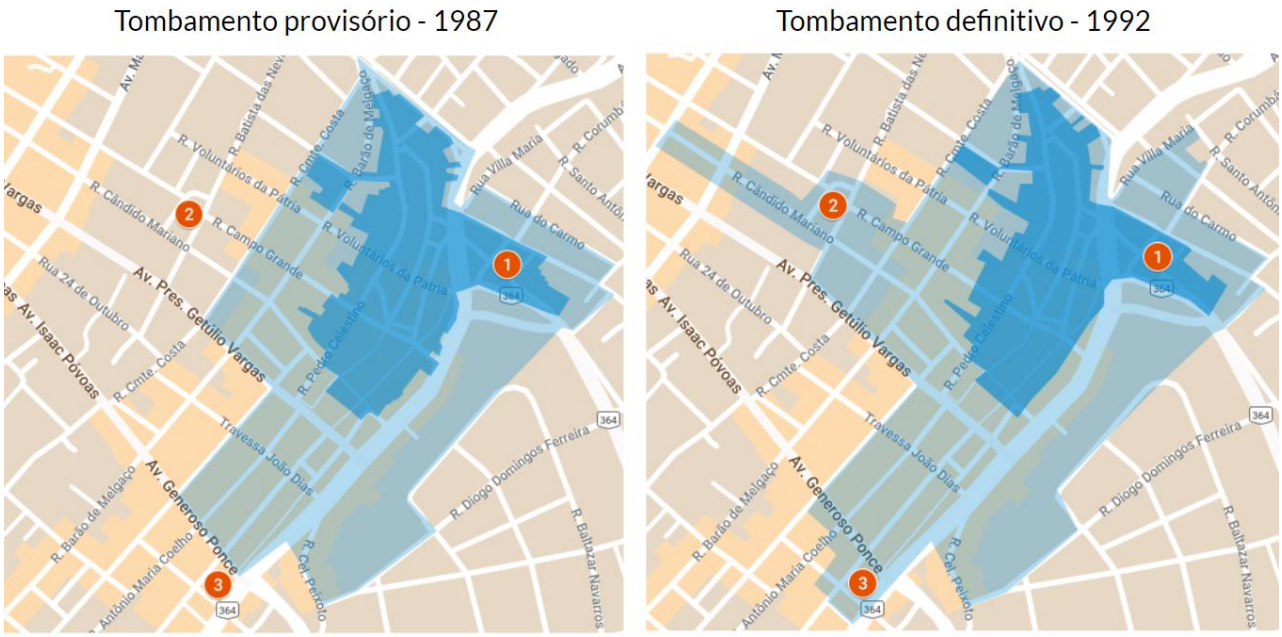
Quanto às intervenções, definidas em categorias, são permitidas quando objetivarem o resgate de condições originais. O texto expõe o uso preferencial de materiais tradicionais, no entanto, sem definir o que se entende por tradicional. Na prática, trata-se do uso de materiais similares aos existentes, como adobe/taipa, madeira e telhas cerâmicas. O uso de materiais equivalentes, mesmo que com idades diferentes, favorece a preservação na medida em que há compatibilidade entre as

propriedades físico-químicas dos materiais e técnicas. Ainda, o texto deixa margem para inovações tecnológicas para consolidação da edificação, desde que a eficácia seja comprovada.

Para construções novas, são dispostos critérios mais objetivos, quanto a taxa de ocupação e permeabilidade. São autorizadas edificações térreas, no máximo com mezanino, desde que não apresentem características de sobrado visíveis a partir do logradouro, cujos coroamentos e tratamentos de fachada serão definidos pelo padrão representativo do logradouro. A exigência de compatibilizar a construção nova com as antigas a partir de características existentes no contexto imediato deveriam nortear os critérios para esta categoria de intervenção. O padrão representativo do logradouro definirá os materiais, volumetria, composições dos telhados, e a proporção de áreas de aberturas e paredes. Há restrições quanto aos limites dos planos de fachadas e alturas máximas de soleiras.

2.3.1. O entorno

A área de entorno foi delimitada durante o processo de tombamento, no entanto, como mencionado anteriormente, houve alteração de sua delimitação entre o tombamento provisório e o definitivo, como mostra o mapa. Verifica-se que as vizinhanças da Igreja da Boa Morte, Igreja do Rosário e Praça Ipiranga foram incluídas como parte do entorno somente a proteção definitiva (Mapa 12).



Mapa 12 Comparação entre a delimitação do tombamento provisório e do definitivo. Fonte: elaborado pela autora com base no Processo Iphan 1180-T-85, 2022.

Em relação à área de entorno, são elementos a serem preservados:

- Traçado urbano: logradouros e espaços livres públicos;
- Volumetria: visando evitar o impedimento ou redução visual entre as áreas;
- Proporções de ocupação do solo existentes: visando compatibilizar novas construções e usos e constituir a área de entorno como uma faixa de transição entre a área de preservação máxima e as áreas onde é permitida renovação.

Para toda a área de entorno são estabelecidas algumas diretrizes gerais como taxa de ocupação máxima dos terrenos, uso de telhas cerâmicas tipo colonial e proporções de aberturas nas fachadas referenciadas na tipologia colonial. Em relação às duas últimas, verifica-se a intenção de uniformizar a área de entorno a partir de elementos da arquitetura colonial, o que pode ser problemático do ponto de vista da leitura de conjunto, visto que há trechos onde não há homogeneidade tipológica, havendo edificações de períodos diversos com características distintas (Imagens 32, 33 e 34), não cabendo, por exemplo, o uso de telhas cerâmicas. Esta diretriz pode

influenciar na reprodução de arquiteturas que falseiam elementos antigos. Ainda, para área de entorno, a categoria reforma foi acrescida às intervenções permitidas.



Imagem 32 Imóveis na área de entorno, em frente à Praça Alencastro, Setor República. Foto: Autora, 2019.



Imagem 33 Imóveis na área de entorno em frente à Praça Ipiranga, setor Ipiranga. Foto: Autora, 2019.



Imagem 34 Terrenos vazios ou subutilizados na área de entorno, setor Mandioca Foto: Autora, 2019.

Na área de entorno, tanto intervenções quanto obras novas estão sujeitas às diretrizes: Compatibilidade com a tipologia representativa do logradouro, preservação de quintais e jardins privados, implantação faceando os limites frontais do terreno, conciliação da ordenação de espaços internos e integridade das estruturas sem necessidade de atendimento de exigências relativas a medidas mínimas, circulação e ventilação. É permitida a demolição, desde que condicionada à aprovação de projeto da obra que irá substituir a demolida.

Os critérios de intervenção são referenciados nas características tipológicas dominantes em cada setor resultando em recomendações para reprodução de elementos existentes, como implantação, fachadas, volume, telhado e alinhamento frontal, devendo as intervenções serem identificáveis como contemporâneas. Observa-se, no entanto, em algumas obras novas um apelo à imitação de características, sem uma distinção evidente entre o novo e o antigo, induzindo o observador ao erro.

A área de entorno é dividida em dez setores (Imagem 35), agrupados por características morfológicas, históricas, tipológicas e/ou de uso. Cada setor possui critérios específicos, considerando seus contextos, acrescidos às recomendações da IN. Os setores são: Morro da Luz, Praça Bispo Dom José, Prainha, Rosário, Mandioca, Boa Morte, Barão de Melgaço, Praça da República, 13 de Junho, e Praça Ipiranga.

Cada setor possui uma breve caracterização de sua forma e história e recomendações quanto ao gabarito, alinhamentos, cotas de soleira, dentre outros.

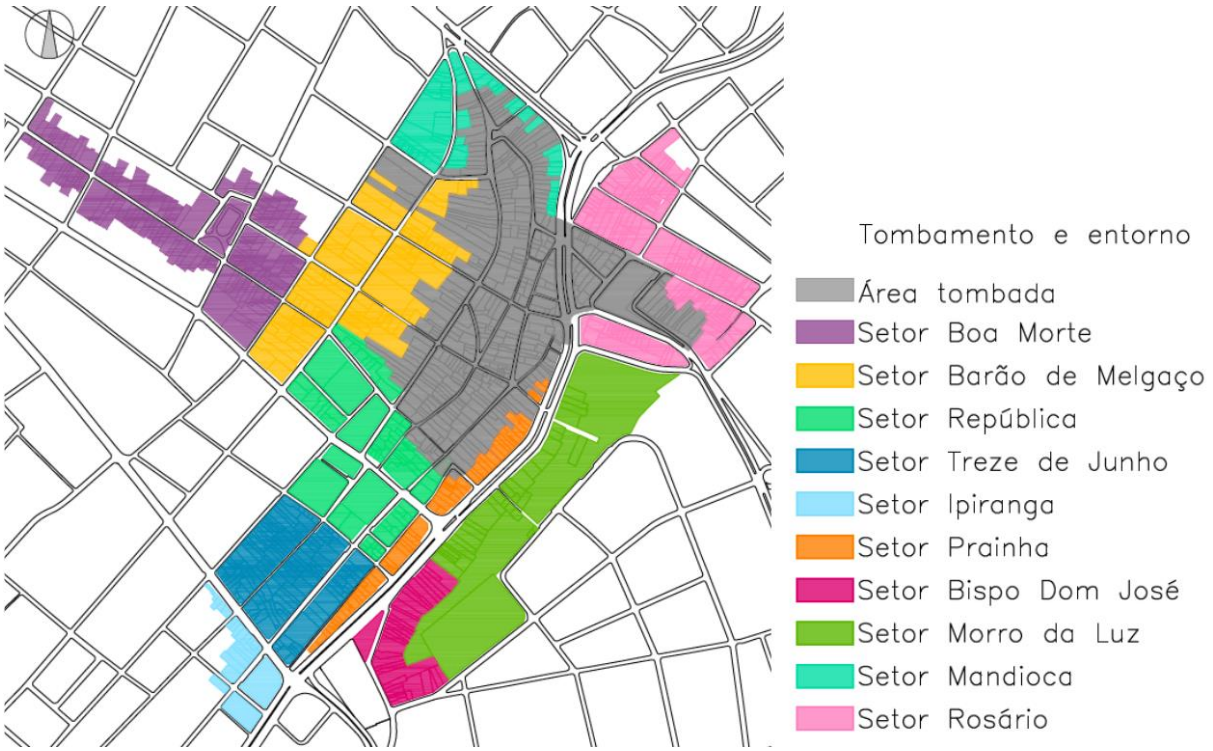


Imagem 35 Delimitação da área tombada e setores de entorno do Centro Histórico de Cuiabá. Fonte: Iphan/MT 2011, editado pela autora 2019.

Para o setor Morro da Luz, inclusive por tratar-se de uma Zona de Interesse Ambiental, as alterações de perfil de terreno só poderão ser realizadas se vierem a reconstituir a topografia antiga, assim como só é permitido edificações na área plana no sopé do Morro, com ocupação máxima de 50% da área do terreno. É definido que os imóveis deverão ser implantados de forma a facear a testada do lote. No momento da escrita do documento, é possível que tais características fossem predominantes, no entanto atualmente não há predominância de alinhamento e/ou tipologia arquitetônica que justifique esta exigência.

O setor Praça Bispo Dom José é caracterizado por imóveis térreos, com trechos de tipologia colonial. O item mais relevante é referente ao tratamento de fachada de construções novas, que deverão “adotar as características da tipologia colonial térrea pelo menos nos seus aspectos externos”. Novamente, a Normativa induz à reprodução de arquiteturas referenciadas na tipologia colonial, o que

dependendo do projeto pode resultar em acréscimos que não colaboram com a leitura do Conjunto.

O setor Prainha é caracterizado pelas edificações mais recentes, e intenso uso comercial e de serviços, sem uma tipologia arquitetônica definida. Para este setor, os projetos deverão apresentar estudos de adaptação à vizinhança, devendo as construções novas serem compatibilizadas ao seu contexto pré-existente. Considerando que a ocupação da Avenida da Prainha aconteceu após a década de 1960, os imóveis nela localizados não possuem características da arquitetura colonial e eclética. Para este setor, os critérios buscam orientar uma inserção cuidadosa com o entorno, e com a área tombada, ao invés da reprodução de elementos existentes em outros locais.

Os setores Rosário e Mandioca são caracterizados como áreas com diversidade de tipologias e períodos e uso misto, sendo elencadas limitações de altura e cotas de soleira somente. De fato, os dois setores apresentam diversidade em termos de tipologia, porém as predominâncias de usos mudaram. Enquanto no setor Rosário o uso é mais residencial, o setor Mandioca tem apresentado maiores taxas de uso comercial e se serviços, o que gera inclusive pressões imobiliárias.

O setor da Boa Morte possui forte relação com a Igreja de mesmo nome e possui relativa uniformidade arquitetônica, com algumas inserções mais recentes de tipologias variadas. O setor Barão é compreendido como uma transição entre o Centro Histórico e a expansão urbana do século vinte, com diversidade de usos, especialmente comércio e serviços, e exemplares arquitetônicos de épocas e tipologias variadas. Para ambos setores, são estabelecidas alturas máximas e cotas de soleira.

O setor Praça da República abrange além da praça de mesmo nome, a Praça Alencastro e quadras adjacentes. Sua caracterização traz informações importantes quanto a suas transformações e usos. O “centro do centro” comporta funções institucionais importantes, como a sede da Prefeitura Municipal e Igreja Matriz, além de ser local de intensa circulação de pedestres e veículos. O texto ainda comunica os episódios de destruição dos bens edificados citados anteriormente, como “reflexos, respostas imediatas à suposta ameaça de anacronismo que muitos pensavam, e

ainda pensam, enxergar na estrutura urbana secular do Cuiabá". No caso de substituições de edificações, o gabarito deve seguir a altura máxima definida ou a altura da edificação existente, o que for menor. Aqui, fica evidente o cuidado com a não obstrução visual, o que justifica a proibição de criação de volumes maiores que os existentes.

O setor 13 de Junho é caracterizado pelo intenso comércio varejista que na época de publicação da Instrução Normativa/94 já havia impresso marcas de difícil reversão, como alteração de aberturas para amplos vãos, além de alterações com alguma possibilidade de retorno à condição anterior, como elementos sobrepostos às fachadas e equipamentos publicitários. O texto afirma que "Não há condições de infraestrutura mínima para crescimento vertical das edificações" do setor. Assim como no setor República, no caso de novas edificações em substituição às existentes o gabarito deverá ser o menor entre a altura máxima estipulada ou a altura da edificação existente.

O último setor, Ipiranga, é classificado como uma delimitação histórica do limite urbano da cidade até o fim do século XIX, sendo um ponto de início do Caminho para o Porto, caracterizado pela "continuidade do traçado urbano do Centro e pela resistência de um conjunto de edificações da primeira década do século vinte com elementos *art déco,* pela presença de palmeiras imperiais, coreto e chafariz na Praça Ipiranga". O setor possui uso comercial que reflete na condição dos imóveis: abertura de grandes vãos nas fachadas, com uso de portas de enrolar metálicas e vitrines, e a subdivisão de imóveis para distinção de estabelecimentos comerciais.

Um item importante a ser ressaltado é o artigo 10º que estabelece que para edificações especiais na área de entorno, fica a critério do Iphan, a preservação das edificações em sua integridade (fachadas, telhados, paredes, pisos, técnicas construtivas e implantação no terreno). Este artigo evidencia o entendimento de níveis diferentes de preservação dentro da área de entorno, cuja aplicação de tratamento semelhante à área tombada fica a critério do Iphan/MT. Neste caso, a IN-94 informa que na área de entorno existem edificações de maior relevância cultural, no entanto não identificadas, que podem ser preservadas de maneira análoga à área tombada. Este procedimento pode gerar conflitos de ordem conceitual visto que os valores

identificados a serem preservados nas duas áreas (tombamento e entorno) são diferentes e devem ser aplicados critérios diferentes, de acordo com os valores atribuídos a cada uma. Observamos que edificações importantes na área de entorno devem ser preservadas de acordo com as diretrizes do setor em que se inserem e não devem ser impostas a elas as restrições da área tombada.

2.3.2. Alguns resultados de intervenções sob a Instrução Normativa

Através da leitura da Instrução Normativa/94, somada a pesquisa no arquivo do Iphan/MT e observações em campo, ficou evidenciado que algumas características relacionadas às tipologias e usos tiveram alterações desde 1994. O uso residencial tem perdido espaço para usos comerciais e de serviços e além da alta taxa de imóveis vazios. A pressão por verticalização em razão da necessidade de mais área construída, principalmente para comércio, pode levar a intervenções inadequadas, como a elevação de telhados, resultando em alterações de proporções em imóveis de difícil reversão, como o caso deste imóvel no Beco Torto (Travessa 21 de Abril), na área tombada (Imagens 36 e 37).



Imagem 36 Área tombada: Beco Torto na década de 1980. Fonte: Processo 1180-T-85, Iphan.



Imagem 37 Área tombada, Beco Torto: Imóvel com alteração de altura, nota-se janelas no segundo pavimento nas laterais. Foto: Autora, 2019.

As limitações quanto ao alinhamento e proporções de abertura e paredes também são itens que podem levar à construção de imitações que desvalorizam o conjunto. Um exemplo é um imóvel na área tombada na Rua Ricardo Franco (Rua do Meio), no qual verificamos a alteração da relação entre rua a interior do imóvel, visto que as unidades residenciais estão voltadas para o interior do lote, sendo o acesso principal através do portão de garagem e não por um acesso principal direto ao logradouro público, mesmo com a manutenção da implantação alinhada ao limite frontal do terreno (Imagem 38). .



Imagem 38 Imóvel residencial novo na Rua Ricardo Franco, área tombada. Foto: Autora, 2019.

Algumas intervenções resultaram em configurações de fachada que buscam reproduzir elementos da arquitetura colonial, mesmo que ausentes nas edificações existentes. A imagem 39 evidencia um caso de 2008[78] de uma nova fachada construída, com avanço da implantação no limite frontal do terreno e ritmo de aberturas buscando compatibilização com o entorno imediato. No entanto, verifica-se uma laje plana sob o telhado cerâmico, denunciando o caráter recente da edificação.

[78] Processo Iphan-MT nº438551-3/2008.



Imagem 39 Imóvel objeto de intervenção em 2008, com avanço da fachada dentro da área tombada. Foto: Autora, 2019.

O mesmo esforço de retorno a uma condição anterior foi verificado neste caso de 2013[79] de imóvel na área tombada onde a configuração proposta foi baseada em registro iconográfico antigo (imagens 40 e 41). Considerando o estado de preservação das características deste imóvel, a recuperação das feições anteriores foi, a nosso ver, benéfica na medida em que se buscou melhor compatibilização com os imóveis do entorno e foi norteado pela documentação.



Imagem 40 Área tombada: Imóvel na Rua Pedro Celestino, 316 em 2014. Fonte: Google Maps.

[79] Processo Iphan-MT nº 01425.000365/2013-39.



Imagem 41 Área tombada: Imóvel Rua Pedro Celestino, 316 em 2019. Fonte: Autora.

Um ponto crítico não tratado na Instrução Normativa/94 é a questão da segmentação de edificações por usos distintos. Verifica-se que especialmente nos imóveis de uso comercial existe a tendência de separação por pinturas e até revestimentos distintos para identificação de cada unidade. Esta divisão dificulta a leitura dos imóveis como um todo, resultando em fachadas com intensas alterações de vãos e até perda de elementos decorativos, restando por vezes somente as platibandas ou coroamentos como testemunho do imóvel original (Imagens 42 e 43).



Imagem 42 Imóvel na área tombada, Rua Pedro Celestino, divido em três partes com aplicação de revestimento na fachada. Foto: Autora, 2019.



Imagem 43 Imóvel na área tombada, Rua Pedro Celestino, divido em três partes com alterações de fachada. Foto: Autora, 2019.

A exigência do uso de telhas cerâmicas coloniais também na área de entorno é um ponto bastante crítico da redação. Entende-se como uma forma de manutenção da ambiência da área tombada, porém em muitos casos o uso da telha cerâmica não é compatível com a tipologia arquitetônica em questão, o que gera situações de difícil contorno na prática.

Conforme mencionado no início deste capítulo, por estar no centro do Brasil Cuiabá não foi incluída nas primeiras ações de preservação do Iphan, embora seja uma cidade colonial de origem mineradora. A ampliação conceitual relacionada à identificação e proteção do patrimônio desenvolvida a partir da década de 1970 permitiu que o Centro Histórico de Cuiabá fosse tombado a nível federal. No entanto, na época de seu tombamento, o Centro Histórico já havia passado por transformações, com substituição de imóveis representativos, pressão por verticalização e obras de infraestrutura, tendo sua homogeneidade arquitetônica comprometida. O tombamento do Centro Histórico de Cuiabá a partir da noção de cidade-documento abriu caminhos para a proteção deste bem considerando seu caráter diversificado, em que é possível verificar processos históricos sucessivos materializados no espaço urbano.

Verifica-se que a Instrução Normativa de 1994 atende aos valores atribuídos ao bem cultural como a preservação do traçado urbano, topografia original dos terrenos, implantação, volumetria e proporção entre áreas edificadas e áreas livres. A divisão da área de entorno em setores reforça o entendimento da diversidade tipológica do Centro Histórico, com diretrizes específicas para cada setor de acordo com as características predominantes. Alguns pontos são passíveis de revisão, como a obrigatoriedade do uso de telhas cerâmicas tipo capa-canal ou colonial e o tratamento de fachadas referenciados na tipologia colonial. Compreende-se que as novas edificações ou alterações das edificações existentes devem buscar a compatibilização com sua vizinhança imediata, no entanto, em alguns casos as intervenções resultam no apelo estético ao passado com tratamento cenográfico das fachadas.

3. AS GRANDES INTERVENÇÕES URBANAS E OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO CUIABANO

Os avanços institucionais na estrutura municipal construídos a partir dos anos 1980 foram sucessivamente desarticulados em um momento crítico do desenvolvimento urbano de Cuiabá. Ações de enfraquecimento da estrutura do planejamento municipal resultaram em um cenário de intensas transformações na dinâmica e na paisagem urbana e uma espécie de “regime de exceção” no qual a prioridade foi a qualificação de Cuiabá para atendimento das demandas do torneio mundial.

Deflagrou-se em Cuiabá uma nova onda de renovações. A apropriação dos espaços de valor cultural para consumo visual, como o Centro e o Porto, passou a compor a agenda do Governo de Mato Grosso e da Prefeitura Municipal. A comunidade foi excluída, e em alguma medida o Iphan/MT também, das discussões sobre as possibilidades de intervenções sob a justificativa do prazo para execução das obras. Novamente, o discurso do progresso, agora atrelado ao aproveitamento do mercado global, especialmente do turismo, foi amplamente difundido.

Interessa, neste capítulo, discutir as medidas de apropriação dos bens culturais, principalmente sítios urbanos, em Cuiabá para ingresso no mercado de consumo global. São analisadas intervenções empreendidas em Cuiabá para a Copa do Mundo e episódios posteriores sob a ótica do modelo globalizado, que é vinculado a uma ideia de uniformização da imagem das cidades, como pré-requisito para ingresso no processo de globalização. Nesta lógica, mais uma vez Cuiabá deveria se modernizar, e adequar-se aos padrões externos para receber os benefícios almejados: atração de investimentos.

Neste contexto, o poder público atuou como um “produtor de um valor que tira partido das transformações que vêm ocorrendo em virtude da globalização da economia e da cultura” (MOTTA, 2000, p 260). O patrimônio passou a ser tratado como mercadoria que serviria à qualificação de Cuiabá frente ao mercado e à competição com outras cidades.

> Ao invés de o poder público cumprir seu dever de garantir ao cidadão o acesso à cultura, investindo no patrimônio como fonte de conhecimento, ele colabora para a construção de valores que interessam ao capital especulativo. MOTTA, 2000 236

A realização da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá teve papel decisivo neste processo de apropriação de bens culturais para consumo, que foram isolados de seus contextos e esvaziados em seus conteúdos simbólicos.

O anúncio das cidades-sede da Copa do Mundo em 2009 repercutiu no ano seguinte na capital de Mato Grosso. Através de uma lei, o IPDU foi extinto[80] e suas atribuições foram deslocadas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), em uma reestruturação da administração pública municipal na gestão de Francisco Galindo. Justamente num período de preparação para um grande evento que aconteceria em 2014, Cuiabá passou por diversas obras de infraestrutura viária e obras para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, o principal órgão municipal de planejamento urbano (IPDU) foi extinto, deixando a coordenação das ações e intervenções urbanas a cargo do Governo do Estado, através de um órgão extraordinário específico, primeiramente uma Agência - AGECOPA - substituída em seguida por uma Secretaria - SECOPA.

Em seguida, houve a publicação de uma nova regulamentação de Uso e Ocupação do Solo através da lei complementar 231/2011 (a primeira desde 2003) que repete os parâmetros urbanísticos da LC 103/2003 e traz algumas novidades.

> Art. 23 - § 1º Será permitida a **reutilização de prédios urbanos**, para fins de **moradia ou declarados de interesse público para fins de desapropriação**, subutilizados na Zona de Interesse Histórico (ZIH I), para implementar a revitalização da área central da Capital. [...]
>
> § 2º Poderão ser exigidas vagas de garagens de acordo com a disponibilidade de espaço dos prédios urbanos reocupados, **não sendo requisito impeditivo** para a aprovação do objeto.
>
> (Lei Complementar 103/2003. Grifo nosso)

A reutilização de imóveis para fins de moradia de interesse social aparece de forma vaga, sem definição de termos como ‘subutilizado’ e ‘revitalização’. O texto também não define critérios de escolha dos imóveis a serem desapropriados, tampouco estabelece mecanismos jurídicos para a desapropriação, o que seria necessário ser regulamentado por legislação específica posteriormente. Foi mantida a determinação de isenção de IPTU para imóveis tombados em bom estado de conservação. Ainda, houve a previsão de concessão de incentivos fiscais para

[80] Somente em 2014 através da Lei Complementar nº. 359, uma nova estrutura administrativa municipal passou a vigorar, e foi recriado o IPDU como uma Superintendência vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento.

empreendimentos dentro da área tombada que adotassem horário alternativo de funcionamento. Não houve regulamentação destes incentivos, restando somente a isenção do IPTU como incentivo financeiro para os imóveis do Conjunto. Na prática, cabe ao Iphan emitir, mediante solicitação do usuário e vistoria, um parecer técnico atestando o bom estado de manutenção e a preservação das características do imóvel. Este incentivo, no entanto, é bastante questionado pelos usuários por se restringir apenas à área tombada e pela necessidade de requerimento anual.

Talvez o ponto mais crítico desta legislação seja relacionado às vagas de estacionamento: para a ZIH serão permitidas vagas de estacionamento a uma distância máxima de 500m da edificação, sendo necessária comprovação documental. Esta exigência causou pressão para a demolição e adaptação de imóveis para funcionamento de estacionamentos (Imagem 44), resultando em danos de difícil ou impossível reversão. Não são estabelecidas alternativas de locais que potencialmente poderiam abrigar estacionamentos, como áreas vizinhas ao conjunto, terrenos vazios, previsão de edifícios garagem sem prejudicar sua integridade.



Imagem 44 Imóvel na rua Comandante Costa (área de entorno) parcialmente demolido para instalação de estacionamento. Foto: Autora, 2019.

Por fim, a lei define que os índices urbanísticos devem ser “estabelecidos pelo órgão responsável pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além do Coeficiente de Ocupação estabelecido por esta Lei.” Caberia ao Iphan/MT definir índices como potencial construtivo, limite de adensamento, gabarito e coeficientes de ocupação e permeabilidade. Estes índices estão diluídos no corpo da Instrução Normativa/94 do Iphan, sendo definido para a área tombada e de entorno: taxa de ocupação máxima de 75% da área do terreno e os 25% restantes de área permeável, com exceção do setor de entorno Morro da Luz, com ocupação máxima de 50%. Na Instrução Normativa, é estabelecido que os quintais e jardins privados devem ser preservados, respeitando a taxa de ocupação, na área tombada e de entorno.

A referência ao projeto de substituição da fiação aérea por rede subterrânea num prazo de dois anos, como consta na Lei Complementar 103/2003 e no Plano Diretor de 2007, foi retirada do texto.

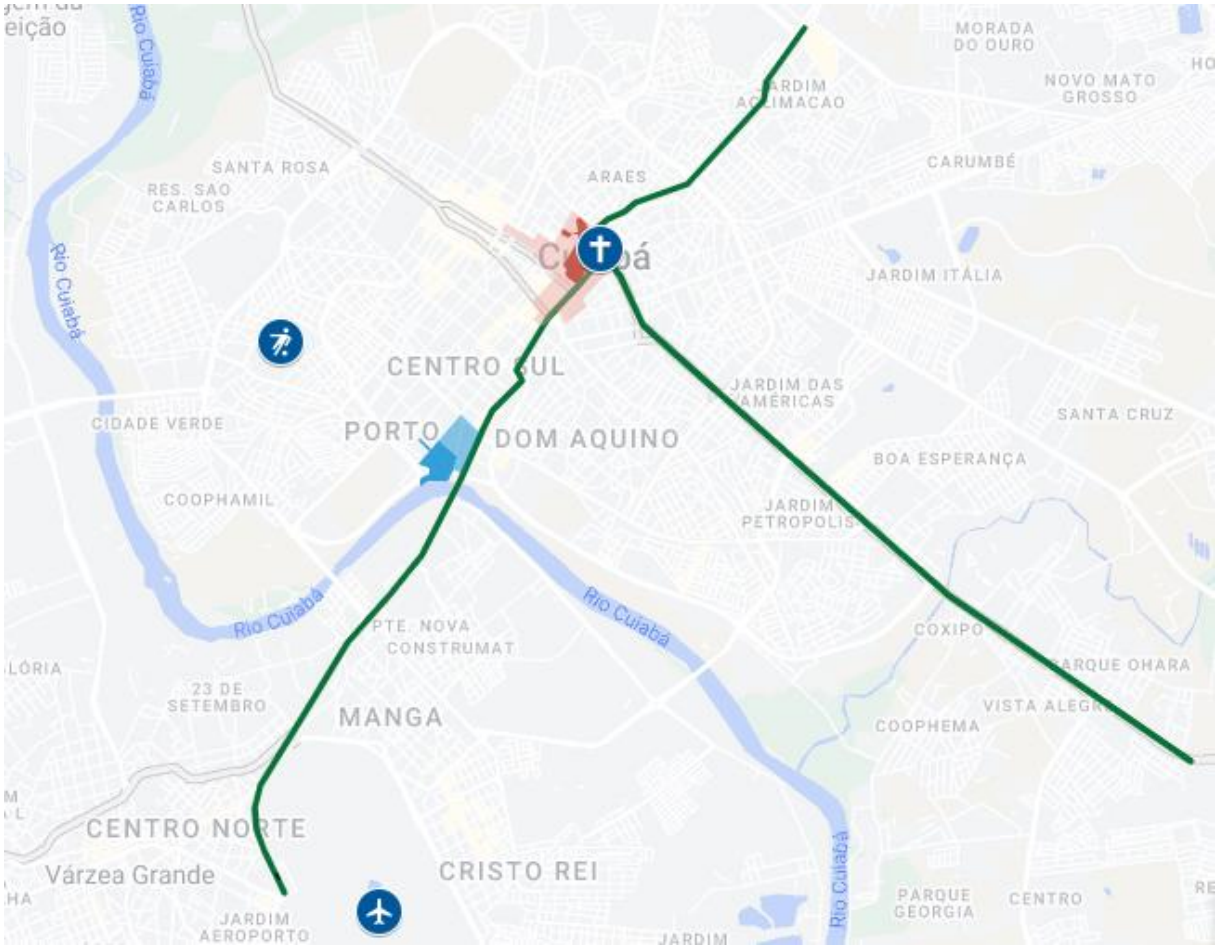
Durante a preparação para os quatro jogos a serem realizados na “Capital do Pantanal e do Agronegócio"[81] Cuiabá virou um grande canteiro de obras por anos, com dezenas de intervenções em escala urbana executadas ao mesmo tempo, principalmente de infraestrutura. Não cabe neste trabalho um aprofundamento sobre os efeitos perversos[82] da Copa em Cuiabá, pois aqui nos interessa os impactos diretos no Centro Histórico. Além das obras de infraestrutura, a estratégia de reposicionamento de Cuiabá num cenário nacional e internacional contava com a criação de atrativos turísticos.

3.1. O FANTASMA DO VLT E SEUS ESCOMBROS

[81] Esta denominação foi lançada em 2013 no Plano Estratégico do Município de Cuiabá 2013-2023. A partir de então este termo passou a ser utilizado amplamente na mídia e pela Prefeitura Municipal como uma espécie de *slogan* da cidade, visando a atração de investimentos e posicionamento da cidade no mercado global como lugar de uma coexistência harmoniosa entre o agronegócio e a preservação do meio ambiente, o que na prática não se verifica.

[82] No Centro Histórico, destacam-se as obras inacabadas, como a implantação do VLT e a demolição de uma quadra para passagem do modal de transporte. Para uma análise mais aprofundada na escala urbana, ver: SIQUEIRA, Frankes Márcio Batista. Megaeventos esportivos, capital financeiro e espaços urbanos: uma análise sobre impactos da Copa do Mundo 2014 em Cuiabá/MT. 2019. 290 f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá, 2019.

A intervenção mais agressiva prevista no Centro Histórico foi a execução das obras para implantação do VLT através de consórcio do Veículo Leve Sobre Trilhos, nunca finalizada mesmo com orçamento superando 1 bilhão de reais. No projeto, os trilhos do modal reforçariam dois eixos viários já consolidados: um eixo integraria o aeroporto no município de Várzea Grande ao bairro do CPA através do córrego da Prainha e outro ligaria a área central à região do Coxipó, nas imediações da UFMT (Mapas 13 e 14).



Mapa 13 Eixos do VLT em verde, ícones em azul aeroporto, estádio Arena Pantanal e Igreja do Rosário. Em azul, a área do Porto tombada em conjunto pelo Estado e em rosa, área de proteção federal. Fonte: Google My Maps, editado pela autora, 2021.

.



Mapa 14 Área tombada e de entorno em rosa, eixos do VLT em verde, quadra demolida em laranja e Igreja do Rosário no ícone. Fonte: Google My Maps, editado pela autora, em 2021.

O antigo desejo pela modernização, associado à necessidade de melhoria do transporte coletivo, resultou em danos irreparáveis às duas cidades vizinhas (Cuiabá e Várzea Grande) que tiveram trechos dos trilhos licitados separadamente, resultando em canteiros em diversos estágios de finalização nas avenidas principais. Este corte no meio da área tombada, através da via que estrutura a cidade desde o início de sua formação, previu a intersecção de dois eixos dos trilhos e implantação de uma das estações de parada em frente à Igreja do Rosário, sendo necessária a demolição de

uma quadra inteira e movimentações de terra. O VLT não foi implantado a tempo para a Copa, mas seu projeto persistiu em ações e discursos[83].

A Copa passou e seu legado de ânsia por modernização a qualquer custo continuou presente na tônica das gestões municipais. Em 2016, foi apresentado ao Iphan-MT um projeto de reurbanização temporária da quadra em frente à Igreja do Rosário, elaborado pela Secretaria de Estado de Cidades, e após longa tramitação o pedido de demolição dos imóveis foi aprovado, assim como a transformação da quadra em uma grande praça provisória, sob a justificativa de futura implantação do VLT. Foram 3 pareceres técnicos favoráveis à intervenção com solicitações de complementações. O primeiro parecer, de 2016, caracteriza a quadra da seguinte forma:

> A área [...] possui imóveis de construção do início do século XX, com fachadas art decó [sic], vários já descaracterizados, imóveis de construção e tipologia contemporânea, e imóvel de grande relevância cultural, conhecido como Casa Singer. Vários imóveis encontram-se em estado de ruína e abandono, o que tem contribuído para a invasão de pessoas em situação de rua e usuários de drogas Além disso, a **atual situação da área tem prejudicado a ambiência do Conjunto** Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá e do entorno da Igreja de Rosário e São Benedito, bem protegido individualmente pelo IPHAN. [...][84] Grifo nosso.

O projeto então apresentado propunha, após a demolição dos imóveis (Imagem 45), a criação de uma praça, recuperando a topografia original, e tratamento paisagístico ao terreno. A intervenção foi inicialmente aprovada, mas devolvida para adequações relacionadas à acessibilidade e pequenas mudanças no projeto paisagístico.

> O IPHAN-MT posiciona-se favoravelmente à proposta visto que trata-se de intervenção em área do entorno da área tombada, já bastante **descaracterizada**, e atualmente, **em virtude da desocupação de boa parte dos imóveis, vandalizada, em estado de arruinamento e abandono**. A intervenção **não prejudica a ambiência nem a visibilidade dos bens** protegidos, sejam o conjunto ou a Igreja

[83] Atualmente, discute-se a nível de Governo do Estado a implantação de BRT (Bus Rapid Transit) no mesmo traçado destinado ao VLT. Até a finalização desta pesquisa não havia confirmação de implantação do novo modal de transporte.
[84] Parecer técnico nº109/2016 de 15/04/2016, processo 01425.000397/2016-87.

do Rosário e São Benedito, pelo contrário, ampliam a visibilidade dos mesmos."[85] Grifo nosso.

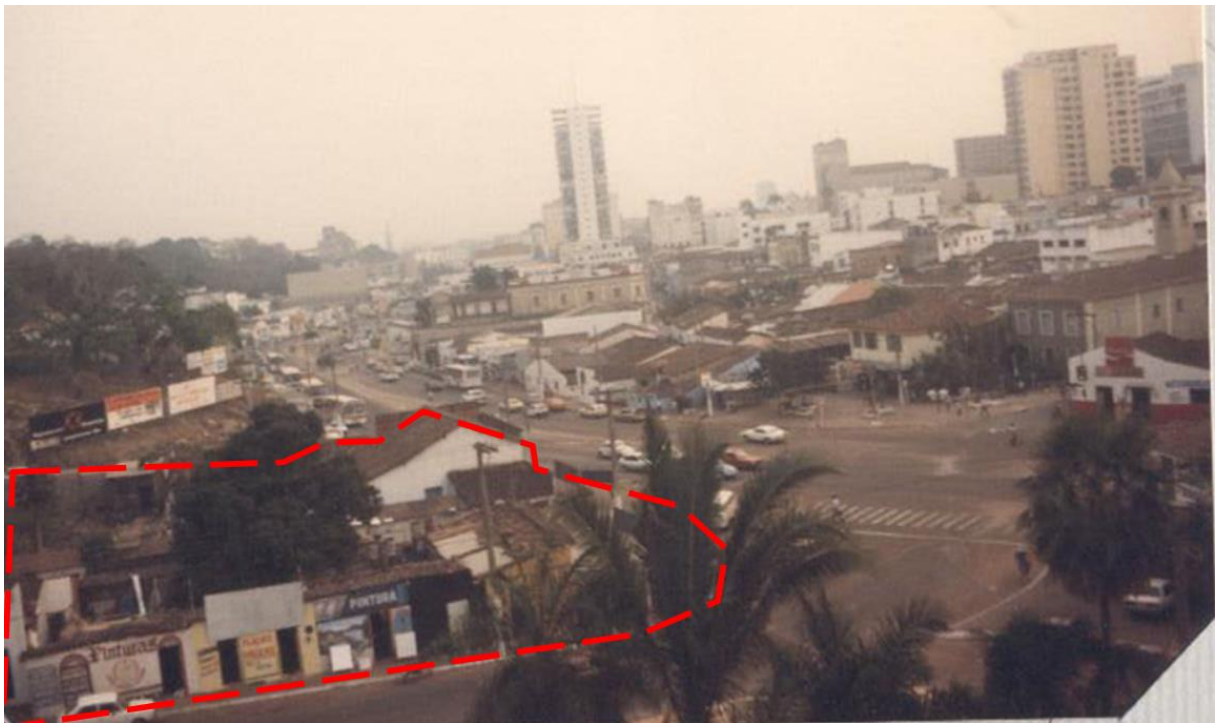


Imagem 45 Vista do Centro Histórico a partir do Morro do Rosário em 1985. Área demolida em 2016 marcada em vermelho. Fonte: Processo 1180-T-85, apenso I, editado pela autora, 2022.



Imagem 46 Vista do Centro Histórico a partir do Morro do Rosário. Foto: Autora, 2022.

Nesta leitura, a condição física da quadra anterior à demolição parcial estaria prejudicando a apreensão do conjunto e do bem tombado isoladamente (Igreja do

[85] Parecer técnico nº109/2016 de 15/04/2016, processo 01425.000397/2016-87. .

Rosário, tombada pelo Iphan em 1975). A aprovação foi justificada pela descaracterização e estado precário dos imóveis da quadra, mais recentes em relação à área tombada. Na análise técnica do Iphan/MT são desconsiderados valores históricos relacionados à diversidade de linguagens e temporalidades, que constam como elementos de conferência de valor no processo de tombamento. Como mencionado anteriormente, o Centro Histórico foi caracterizado por uma diversidade de elementos físicos, construídos e naturais, que são passíveis de leitura enquanto documentos testemunhos de seu processo de ocupação e que oferecem informações para interpretação e produção do conhecimento sobre Cuiabá. A quadra em questão já era edificada na época do tombamento e mesmo com imóveis em processo de descaracterização, a nosso ver, não se justifica a demolição completa da área, pois é uma parte constituinte do bem tombado. A desconsideração destas arquiteturas singelas do século XX desprovidas de características excepcionais evidencia uma leitura limitada sobre os valores atribuídos no tombamento. Quanto ao argumento relativo ao avançado grau de descaracterização da quadra, caberia a recuperação da mesma, através da recomposição de elementos referenciais e manutenção dos imóveis, e não o licenciamento para demolição.

A área, conforme a classificação[86] de Carlos Rosa no início do processo de tombamento (ver capítulo 1), está dentro do Espaço de Produção, caracterizado pela ocupação de classe de menor renda. Na Instrução Normativa de 1994, é aceita a renovação (demolição de imóveis) na área de entorno, por se tratar de uma faixa de transição do Centro e do resto da cidade, porém permanece protegido seu traçado urbano compreendido pelos logradouros, ruas, praças e demais áreas públicas. Portanto, o traçado urbano é um dos elementos protegidos pelo tombamento e sua Instrução Normativa, assim como o perfil natural do terreno, o que foi desrespeitado, visto que a demolição da quadra visava adequar a topografia para passagem dos trilhos, alterando o traçado das vias existentes, e não previa a recuperação do perfil natural do terreno, conforme é estabelecido da Instrução Normativa/94.

[86] O estudo de Carlos Rosa foi o primeiro documento técnico do processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá. Rosa caracteriza o núcleo urbano inicial em duas partes de uma "bipolarização fundamental": na margem esquerda do córrego da Prainha, no lado do Morro da Luz e Igreja do Rosário está o Espaço de Produção, enquanto na outra margem, ao longo das primeiras ruas entre a região da Mandioca e o Largo da Matriz (atual Praça da República) está o Espaço de Poder. Ver capítulo 1, subcapítulo 1.1.

Segundo o parecer técnico 2016 a quadra encontra-se na área de entorno e era constituída por imóveis mais recentes, das décadas de 1960-70, sem características coloniais, sendo possível sua substituição. Em junho de 2017 foi iniciada a demolição dos imóveis, executada pelo Governo do Estado através da SECID, e até o término desta pesquisa em 2022 não foi finalizada, que resultou em uma quadra de escombros em local de intensa circulação de pessoas e veículos (Imagens 47 e 48). Chama a atenção o fato de a demolição ter ocorrido mesmo sem aprovação de um projeto definitivo, o que também vai contra a Instrução Normativa/94, que estabelece a obrigatoriedade de aprovação do projeto de substituição antes de demolições na área de entorno. O local, após desapropriações de quase todos os imóveis, foi ocupado parcialmente por pessoas em situação de rua para abrigo. Frequentemente citado como justificativa para a demolição, este uso não cessou de existir com a retirada da população ocupante da área: o “problema” mudou de lugar e atualmente o Morro da Luz é um local de ocupação irregular com barracas e tendas.



Imagem 47 Escombros do Largo do Rosário e em segundo plano Igreja do Rosário e São Benedito. Foto: Autora, abril de 2019.

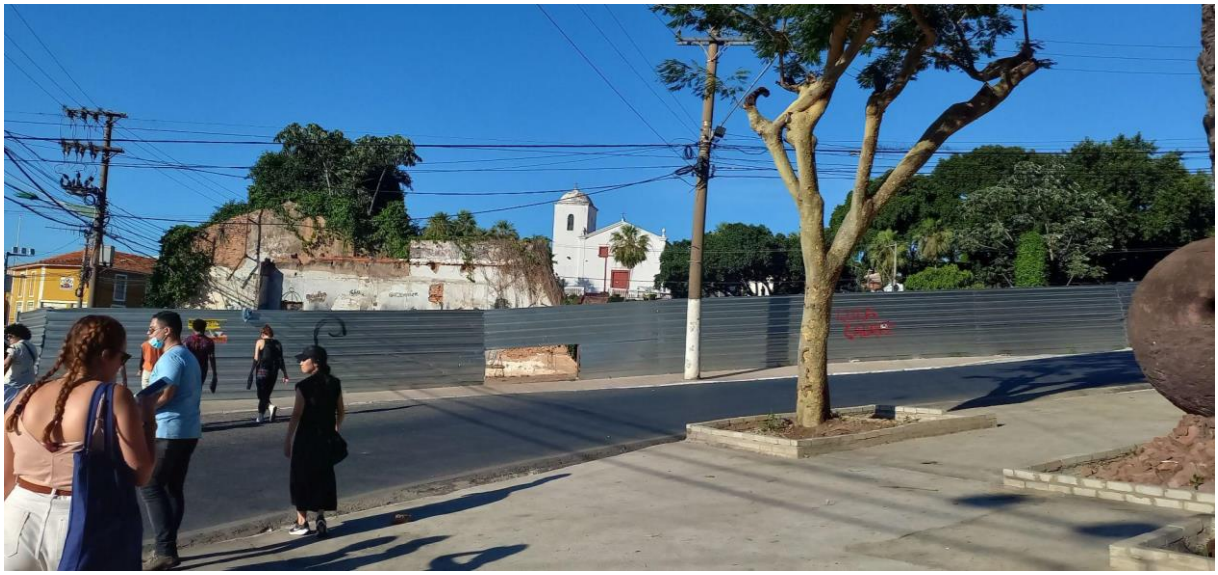


Imagem 48 Largo do Rosário com tapumes. Foto: autora, 2022.

3.2. O PAC DAS CIDADES HISTÓRICAS

Iniciado em 2007 por iniciativa do governo federal, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC tinha por objetivo a execução de obras de infraestrutura em pontos estratégicos do território nacional visando o desenvolvimento econômico. Em 2013, houve um desdobramento do Programa: o PAC-CH foi direcionado exclusivamente a sítios e/ou bens urbanos tombados pelo Iphan. O recurso na ordem de 1,9 bilhão foi distribuído em 20 estados brasileiros com apoio técnico da Caixa Econômica Federal. Coube ao Iphan a elaboração do Programa e a sua execução depende da cooperação com outros agentes locais, como Prefeituras Municipais (IPHAN, 2020[87]).

Foi a primeira vez que Cuiabá recebeu recursos federais de programas destinados à recuperação de imóveis de valor histórico[88]. assim como todas as subsedes da Copa do Mundo de 2014. Para a execução do pacote de obras na ordem de 10 milhões de reais, o Iphan/MT contratou e acompanhou consultoria que realizou oficinas comunitárias e técnicas que subsidiaram a elaboração de um Plano de Ação voltado à reabilitação do Centro Histórico (AZEVEDO, GUEDES, 2017). O estabelecimento desse Plano marcou o início do processo e um pacto entre o Iphan/MT e a Prefeitura de Cuiabá para sua realização. No entanto, conforme citação

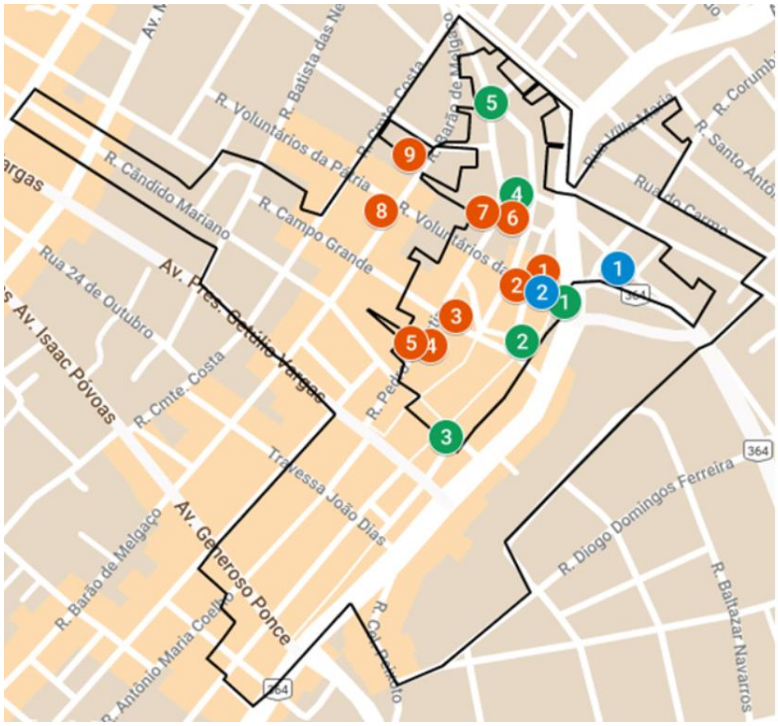
[87] Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pac-cidades-historicas Acesso em 01/11/2022.
[88] Os dois programas federais anteriores, o Programa das Cidades Históricas – PCH – iniciado na década de 1970 e o programa Monumanta, iniciado na década de 1990, não contemplaram Cuiabá.

abaixo constata-se que o trabalho foi praticamente ignorado, com a troca do Prefeito em 2013.

> O Plano de Ação, apresentado no final de 2012, foi o documento que embasou a formalização da parceria com a Prefeitura de Cuiabá, para implementação das propostas. Entre o fim de uma gestão municipal e início de outra, a troca de Prefeitos em 2013 marca mais um período de mudança na condução das ações políticas, pautada apenas nos desejos do Gestor Municipal da época. [...] O "Plano de Reabilitação" apresentado pelo Iphan/MT e pactuado com a Prefeitura de Cuiabá, na gestão anterior, foi praticamente ignorado e transformado em "Projetos de Requalificação" propostos pela Prefeitura Municipal ao Ministério da Cultura, em 2013, aprovados e contemplados com recursos na ordem de R$ 10 milhões. (AZEVEDO, GUEDES, 2017)

No plano inicial, foi considerada a dinâmica urbana como um todo, extrapolando os limites do tombamento federal e incluindo a região do Porto (LACERDA, 2014). Na época, objetivava-se que os investimentos do governo federal impulsionassem a recuperação da região central de forma ampla. De plano de reabilitação em escala urbana a pacote de obras pontuais, o PAC-CH em Cuiabá contemplou a contratação de 14 obras e 2 projetos em imóveis públicos ou de uso público, dentre os quais 6 referem-se a áreas livres públicas. Na prática, coube à Prefeitura Municipal, através da frágil estrutura técnica e administrativa de sua Secretaria de Cultura[89], elaborar os projetos e termos de referência e contratar, através de licitação, empresas para a execução das obras, e ao Iphan-MT, coube a aprovação dos projetos e fiscalização das ações do Município (LACERDA, 2014). Mesmo com recursos em caixa desde a formalização da parceria em 2013, a Secretaria Municipal de Cultura não obteve êxito na elaboração de projetos e na contratação de empresas para execução, visto que das 16 ações contratadas, apenas 7 foram totalmente executadas até o fim de 2022 (Mapa 15).

[89] Esta fragilidade refere-se ao diminuto número de servidores da Secretaria em face da complexidade dos projetos a serem desenvolvidos. Ao todo, nove projetos de restauração deveriam ser elaborados simultaneamente a nível de projeto arquitetônico executivo para abertura de licitações para contratação da execução das obras.



PAC-CH em Cuiabá

Espaços públicos (verde): 1 Praça Dona Euphrosina/Beco do Candeeiro, 2 Praça Alberto Novis, 3 Praça Caetano de Albuquerque, 4 Escadaria do Beco Alto, 5 Praça da Mandioca

Obras de restauro (laranja): 1 Iphan/MT, 2 Misc Museu da Imagem e do Som de Cuiabá, 3 Pedro Celestino 16, 4 Pedro Celestino 55, 5 Pedro Celestino 79, 6 Casarão de Irmã Dulce (nova sede do Iphan-MT), 7 Casa FUNAI, 8 Casa Barão de Melgaço, 9 Casa de Bembem

Projetos (azul): 1 Largo do Rosário, 2 Igreja N. Sr. dos Passos.

Mapa 15 Obras do PAC-CH em Cuiabá. Fonte: Google My Maps, editado pela autora, 2022

Não cabe a esta pesquisa um estudo aprofundado sobre o PAC-CH em Cuiabá, o que pode e deve ser investigado em outras oportunidades. Aqui, nos interessa evidenciar as relações de força e poder que resultaram no quadro atual de resultados do programa. O objetivo principal vislumbrado no início da implantação do programa - uma recuperação integrada da região central - não foi alcançado, visto o estado de conservação e esvaziamento da área, conforme demonstram dados levantados em campo (ver capítulo 4. Item 4.1. Novos velhos problemas). Ficou evidente que o investimento em imóveis públicos isolados não favoreceu nem estimulou proprietários particulares na conservação de seus imóveis e que a requalificação de espaços públicos não promoveu a reativação de seus entornos de forma a reverter o quadro de esvaziamento e desvalorização deflagrado no centro.

Os projetos desenvolvidos pela equipe da Prefeitura deixam a desejar na qualidade técnica, o que evidencia a dificuldade na produção de projetos de arquitetura e paisagismo em áreas de interesse cultural. Os exemplos mais evidentes são os dos espaços públicos, dentre os quais vale mencionar que se encontravam em relativo bom estado de conservação, cujo elemento mais marcante é o uso do mesmo tipo de revestimento em todos os espaços públicos, inadequado para ambientes externos e extremamente escorregadio, o que compromete a acessibilidade e

segurança dos usuários. O revestimento foi utilizado também em outra obra pública de grande vulto, a Orla do Porto. Fica evidente que a gestão municipal buscou, mesmo com recursos alheios, imprimir sua marca nos espaços que intervém.

Na Praça da Mandioca (imagens 49, 50 e 51) houve a tentativa de criação de ambientes através introdução de elementos: balaústres de madeira com design que remete ao passado foram utilizados para delimitação de partes da praça, anteriormente em desnível e terraplanada durante a obra. Com a reconfiguração da topografia, houve a introdução de novas escadas, o que comprometeu a acessibilidade. Considerando que a topografia original do conjunto é um elemento valorado no processo e explicitamente protegido pela Instrução Normativa Iphan de 1994, essa movimentação de terra dentro da área tombada atenta contra a preservação do conjunto. Não foi encontrado registro de ter havido algum tipo de elemento como este no passado, na verdade a Mandioca desde o começo do núcleo urbano foi um espaço livre público numa configuração de largo e não praça. O projeto também desconsiderou o uso contemporâneo do espaço: além do uso boêmio, a Mandioca é local de grandes aglomerações, seja em períodos festivos ou durante eventos, a introdução de elementos delimitadores e escadas compromete a segurança e circulação dos usuários, além de criar barreiras visuais, segmentando o espaço que sempre foi aberto, de livre circulação.



Imagem 49 Praça da Mandioca em 2014, antes da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View.

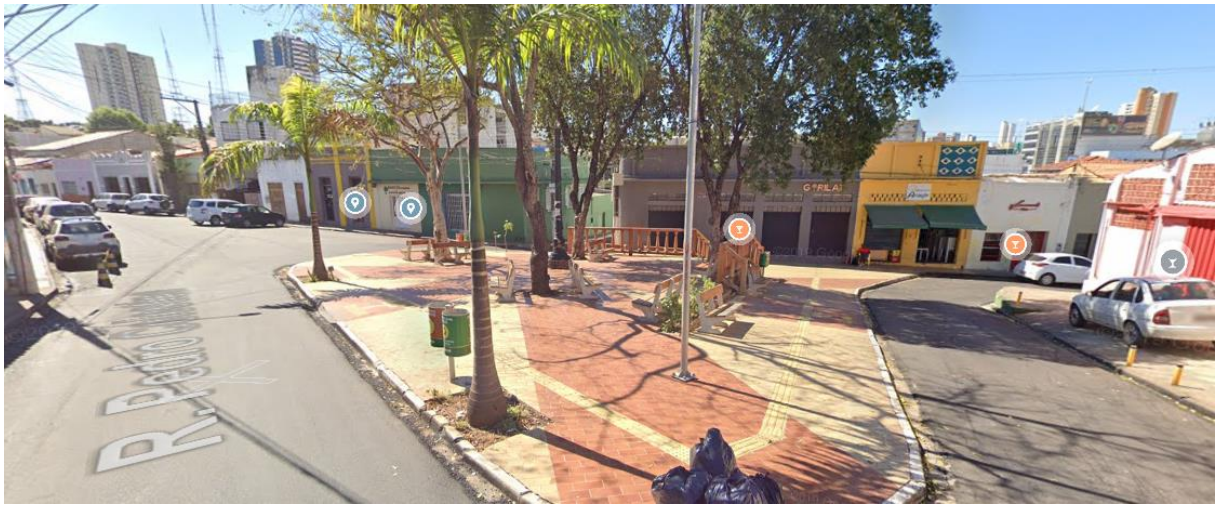


Imagem 50 Praça da Mandioca em 2019, depois da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View.



Imagem 51 Praça da Mandioca em 2022. Fonte: autora, 2022.

Próximo à Praça da Mandioca, foi executada a intervenção a nosso ver mais agressiva dentre os espaços públicos contemplados pelo PAC-CH. A escadaria do Beco Alto, como é conhecida, é uma via de pedestres que liga a Rua Pedro Celestino (Rua de Cima) à Rua Ricardo Franco (Rua do Meio), vencendo considerável desnível (Imagens 52 e 53). Antes da intervenção, havia espécies arbóreas frutíferas e medicinais e o desnível era vencido por suaves degraus em concreto simples. A reforma retirou toda a vegetação existente e alterou o perfil natural do terreno, com a introdução de três patamares ligados por escadas. Durante as obras, foi encontrado o calçamento do século XIX sob o concreto, feito de pedras cristal. Foi solicitado pelo Iphan/MT à Prefeitura a adequação do projeto, incorporando o achado arqueológico,

o que resultou na inclusão de duas “janelas”. Na prática, foram inseridas algumas das pedras na superfície (o calçamento antigo foi encontrado a cerca de 50 cm abaixo do solo) dispostas sem informações sobre seu significado ou origem. Novamente, a movimentação de terra não buscou a recuperação da topografia original (que era uma ladeira originalmente), e sim a introdução de uma configuração nova, o que é vetado pela Instrução Normativa/94.



Imagem 52 Escadaria do Beco Alto em 2014, antes da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View.



Imagem 53 Escadaria do Beco Alto em 2020, depois da intervenção do PAC-CH. Fonte: Google Street View

O caso mais dramático da série de obras do PAC-CH é sem dúvida a Casa de Bembem (Imagens 54 a 57). O imóvel possui grande valor histórico e cultural[90] e recebeu maior recurso dentre as outras obras, cerca de dois milhões de reais, e seu uso seria destinado a implantação de uma escola de música. Após formalização do contrato com a empresa que executaria sua recuperação e adaptação, em razão de atrasos no repasse de recursos, o imóvel teve sua cobertura retirada e a obra paralisada, em pleno período chuvoso. Apesar das notificações do Iphan/MT e da Secretaria de Estado de Cultura destinadas à Secretaria Municipal de Cultura, gestora e fiscal do contrato, a obra não foi retomada a tempo, resultando no colapso de cerca

[90] A Casa de Bembem é um imóvel privado e está cedido em através de um termo de Comodato com o Estado de Mato Grosso, que por sua vez cedeu o uso a uma instituição filantrópica de ensino de música. O imóvel possui relevância cultural em dois aspectos distintos. Um se refere à dimensão arquitetônica, pois trata-se de um casarão de taipa que conserva grande parte de suas características antigas, como os sistemas construtivos, implantação e disposição dos ambientes internos. Outro aspecto se refere ao uso coletivo do quintal da casa, que pertenceu Nho Nho de Manduca e depois a sua filha Constança Figueiredo, a Dona Bembem, conhecida pela sua receptividade. A casa, mesmo sendo uma propriedade privada, era caracterizada pelo uso coletivo durante festividades e recepção constante de convidados. O quintal chegou a abrigar as festas de São Benedito e Senhor Divino durante a década de 1970. O imóvel está dentro da área de tombamento federal e foi tombada isoladamente pelo Governo do Estado em 1998, portaria SEC/10/1998. Fonte: Processo de tombamento “Casarão Nho Nho de Manduca/ Dona Bembem”. Arquivo da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico e Museológico da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso.

de um terço do casarão de adobe e taipa em dezembro de 2017. Após a ruína, o contrato foi suspenso, o Iphan/MT executou um escoramento emergencial e sobre cobertura e foi aberto uma ação civil pública no Ministério Público Federal para apuração das responsabilidades.

Por determinação judicial, atualmente a Prefeitura executou com recursos próprios a reconstrução das partes colapsadas, para retomada da obra a partir do ponto anterior à ruína. A obra foi entregue em agosto de 2022. A empresa contratada responsável pela obra não foi responsabilizada.



Imagem 54 Casa de Bembem durante obra do PAC-CH, sem telhamento. Fonte: Google Street View, 2017.



Imagem 55 Casa de Bembem no dia da ruína, novembro de 2017. Fonte: autora, 2017.



Imagem 56 Casa de Bembem com escoramento emergencial, 2019. Fonte: Google Street View, 2019.



Imagem 57 Casa de Bembem após primeira etapa de reconstrução. Foto: Autora, 2022.

Um caso semelhante à Casa de Bembem aconteceu em outro imóvel contemplado pelo PAC-CH, na rua Pedro Celestino nº 79, de propriedade da Prefeitura: a estrutura interna ruiu, restando somente a fachada principal.

Dentre as possíveis razões da dificuldade de execução do programa em Cuiabá, podemos lançar algumas hipóteses. A desarticulação entre esferas governamentais, Iphan/MT e Prefeitura, resultou em litígios de ordem administrativa, jurídica e política. Considerando que, quando o recurso foi aportado o Iphan/MT possuía equipe técnica extremamente reduzida, sendo necessária a articulação com outro agente para execução do programa. O parceiro possível, a Prefeitura através da Secretaria de Cultura, também possuía corpo técnico pequeno e não contratou novos servidores para a elaborar os projetos, termos de referência e realizar a gestão das licitações. Essa dificuldade é observada nos resultados preliminares do programa, 8 anos depois de seu lançamento: somente 7 das 16 obras ou projetos foram entregues, o que representa apenas 26% do recurso total (Tabela 1).

PAC-CH em Cuiabá					
Imóvel		Destinação de uso	Valor destinado		Situação (2022)
			Projeto	Obra	
1	Casa de Bembem	Eq. cultural: Escola de música		R$ 1.800.000,00	Parado
2	Casa Barão	Eq. cultural: IHGMT, AML		R$ 720.000,00	Entregue
3	Casarão Irmã Dulce	Órgão público: Superintendência Iphan/MT		R$ 1.130.000,00	Parado
4	Museu Imagem e do Som	Eq. cultural: Museu		R$ 460.000,00	Entregue
5	IPHAN - Sete de Setembro, 390	Eq. cultural: Iphan/Casa do patrimônio		R$ 640.000,00	Parado
6	Pedro Celestino, 79	Órgão público: Escritório de gestão do Centro Histórico		R$ 559.100,00	Parado
7	Pedro Celestino, 16	Creche pública		R$ 530.000,00	Parado
8	Pedro Celestino, 55	Órgão público: Procon		R$ 809.460,00	Parado
9	Casa Funai	Órgão público: Funai		R$ 430.000,00	Parado
10	Ig. Senhor dos Passos	Templo religioso	R$ 115.000,00	R$ 1.200.000,00	Parado
11	Pc. Alberto Novis	Espaço público		R$ 340.000,00	Entregue
12	Pc. Caetano de Albuquerque			R$ 334.000,00	Entregue
13	Pc. Mandioca			R$ 320.000,00	Entregue
14	Pc. Senhor dos Passos			R$ 296.000,00	Entregue
15	Escadaria Beco Alto			R$ 270.000,00	Entregue
16	Largo do Rosário		R$ 60.037,60	R$ 480.000,00	Parado

Total Projeto	Total obras	Total total
R$ 175.037,60	R$ 10.318.560,00	R$ 10.493.597,60

	Entregues	Paradas
Número de intervenções	7	9
Recurso financeiro destinado	R$ 2.740.000,00	R$ 7.753.597,60
Recurso financeiro destinado em relação ao total	26,11%	73,89%

Tabela 1 Quadro comparativo das obras do PAC-CH em relação a recursos e estágios de execução. Fonte: Iphan/MT, editado pela autora, 2022.

Quanto ao PAC-CH que foi considerado uma oportunidade de valorização do conjunto como um todo, os resultados oito anos após a implantação do programa em Cuiabá não são animadores. Considerando a divisão de atribuições pactuadas entre o Iphan e Prefeitura, fica evidente uma série de dificuldades enfrentadas derivam da capacidade de gestão dos recursos financeiros, em razão do número reduzido de funcionários em ambos os órgãos. A Prefeitura, no entanto, divulga as “obras do PAC” como se fossem realizadas com recursos próprios, mencionando o Iphan/MT como um parceiro e não como agente financiador e articulador do programa.

Conforme mencionado anteriormente, menos da metade do recurso inicialmente destinado ao programa foi empregado em obras totalmente finalizadas. As obras paradas, sem previsão de entrega, geram descrédito da população em relação aos órgãos públicos e às políticas de preservação, além de problemas relacionados ao esvaziamento da região central, que enfrenta problemas de ordem social, fundiária e econômica. Uma das obras do PAC-CH contempla a manutenção da sede do Iphan/MT, em obras desde março de 2019, sem previsão de entrega. Por conta da obra, a Superintendência foi transferida temporariamente para um imóvel cedido pelo município, relativamente distante do Centro Histórico, dificultando ainda mais as ações de fiscalização e o contato entre o órgão e os cidadãos. Desde a

década de 1990, quando foi adquirido o imóvel na rua 7 de setembro, o Iphan/MT nunca saiu do Centro Histórico. Sua ausência concreta e simbólica reforça o distanciamento entre órgão, lugar e população, favorecendo a noção comum de que o tombamento foi a principal razão do esvaziamento e degradação do Centro.

3.3. CUIABÁ DEPOIS DA COPA

Após a Copa, o IPDU foi recriado em 2015 como uma Superintendência ligada à Secretaria Municipal de Planejamento. No mesmo ano, a LUOS 2011 foi revogada após ser considerada inconstitucional, pois não foram respeitadas as etapas de participação popular no seu desenvolvimento, o que exigiu um novo processo de revisão da Lei no ano seguinte. O desenvolvimento da revisão da LUOS 2015 contou com a participação de instituições de classe e ensino, que desenvolveram oficinas junto à população, em busca da combinação de leituras técnicas e comunitárias (Azevedo, Guedes 2017). Estas contribuições foram ignoradas na versão final da Lei, que no que tange o Centro Histórico, praticamente replica os mesmos itens da LUOS anterior (de 1997) no que se refere à Zona de Interesse Histórico: índices urbanísticos, reutilização de imóveis subutilizados para moradia, mesmos incentivos fiscais, e a mesma exigência de vagas de estacionamento a no máximo 500m do imóvel.

Mesmo após sua recriação, o IPDU não foi fortalecido tecnicamente, não possuindo mais a mesma autonomia e recursos financeiros e humanos de períodos anteriores. De órgão de Pesquisa e Planejamento, pouco restou na prática. O IPDU funciona com quadro técnico reduzido e insuficiente para demandas gerais da Prefeitura e secretarias correlatas. Após a aposentadoria de servidores da primeira geração do IPDU, não houve concurso ou contratação de novos arquitetos e urbanistas. Numa capital, com população estimada em 618 mil habitantes[91], e mais de 1 milhão de pessoas[92] considerando a região metropolitana, o órgão de planejamento urbano encontra-se completamente destituído de suas funções.

Outro ponto importante em relação ao planejamento urbano: desde 2019, a Prefeitura Municipal, através primeiramente do IPDU e mais recentemente através de

[91] IBGE 2020
[92] IBGE 2019

uma empresa contratada, tem desenvolvido uma revisão do Plano Diretor[93]. A participação da sociedade, organizada em coletivos representativos ou indivíduos, e de órgãos públicos relacionados à preservação do patrimônio edificado (em nível federal e estadual) é restrita ao formato de audiências públicas, ao qual cabem críticas quanto à real participação e incorporação de contribuições dos participantes. Dificuldades na obtenção de informações sobre o cronograma de reuniões setoriais e sobre a metodologia e etapas de construção do Plano deixam evidente que o processo de construção da política pública não é participativo, tampouco preza pela contribuição de diferentes segmentos.

Neste contexto, e sob o mote das comemorações dos 300 anos da fundação de Cuiabá, a Prefeitura municipal realizou uma série de obras e lançou projetos não executados voltados à promoção da cultura e seu aproveitamento turístico. As obras e projetos coordenados por uma Secretaria Municipal específica, a Secretaria dos 300 anos. Nessa medida, cabe discutir algumas obras realizadas dentro da área tombada e setores de entorno. O clima comemorativo do tricentenário de Cuiabá somado às obras executadas através do PAC-CH resultou em intervenções em praticamente todas as praças e espaços livres públicos do Centro Histórico e em intervenções em outras áreas, como a região do antigo Porto e nas proximidades de bens tombados pelo governo estadual.

Nas praças mais importantes e de maior fluxo de pessoas (Alencastro, Ipiranga e Bispo Dom José) foram instaladas estações de ônibus padronizadas: estruturas com fechamento em chapa metálica simulando *containers* de carga, portas de vidro adesivado, ar condicionado, televisores, e placas solares.

Aqui não se questiona a demanda por melhoria no transporte coletivo, que é real e deve ser encarada como uma prioridade na gestão municipal. A crítica é referente às políticas públicas para mobilidade urbana, que ao mesmo tempo que propõem intervenções bastante agressivas na paisagem, não revisam o sistema como um todo, tampouco partem de dados reais para tomada de decisão, como as dinâmicas de fluxos de pedestres nas trocas de ônibus e travessias de vias. Os projetos de arquitetura representam imenso impacto na paisagem, visto que introduzem elementos edificados em locais onde historicamente não havia

[93] Até ao final desta pesquisa (novembro/2022), o Plano Diretor revisado não havia sido publicado.

edificações, ou onde ocorreu um processo de remoção[94] de elementos construídos para pretensa melhoria da qualidade do serviço de transporte. Os projetos, além de possuírem forte influência de modismos (o que pode explicar a preferência por vedações tipo container), claramente usam de elementos marcantes para propaganda da gestão, como o uso de cores, materiais e elementos decorativos inspirados em referências culturais locais, como a Viola-de-Cocho e a Igreja do Rosário, sem a capela de São Benedito.

Em 2017 na Praça Alencastro foi construída uma estação junto à Avenida Getúlio Vargas (Imagens 58 e 59), obstruindo totalmente a visão para a praça e segmentando ainda mais o eixo Alencastro - República, caracterizado pela intensa circulação de pedestres. A introdução de um elemento construído representa uma violência à paisagem urbana, na medida em que interfere na leitura dos espaços e obstrui visual e fisicamente as praças que são espaços livres de edificações desde a gênese da cidade. Além da remoção de árvores para construção de uma estação com ar condicionado e vidro, a reforma da praça alterou sua fisionomia de forma significativa, com a introdução de guarda-corpos, além do uso do mesmo material de revestimento de piso empregados em outros locais, claramente inadequado para ambientes externos. Não houve mudanças nas faixas de pedestres e adequações de acessibilidade, somente a introdução a estação.

[94] É o caso da Praça Bispo Dom José que foi por décadas uma estação de integração de linhas de ônibus, e possuía estrutura fixa na praça, resultando em um local de intensa aglomeração de pessoas. A estação foi desativada em 2005, quando o atual prefeito de Cuiabá (Emanuel Pinheiro) era secretário de Trânsito e Transporte Urbanos. Após a remoção da estação de integração, a Praça Bispo passou a ter alguns pontos de ônibus comuns. Com as novas estações de ônibus, a dinâmica de estação de integração retornou à Praça.



Imagem 58 Praça Alencastro em 2014, antes da implantação da Estação Alencastro. Fonte: Google Street View.



Imagem 59 Praça Alencastro em 2020, já com a Estação Alencastro. Fonte: Google Street View

A Praça Bispo Dom José recebeu projeto parecido (Imagens 60 e 61). Ali, ainda existe um bem tombado a nível estadual, o Chafariz do Mundéu, último chafariz público existente em Cuiabá. As estações e gradil que as conectam obstrui a visão da praça e do referido bem, influenciando na leitura do espaço livre. Como medida compensatória pela implantação da estação, a Prefeitura contratou o restauro do Chafariz.



Imagem 60 Praça Bispo Dom José em 2011, sem a Estação. Fonte Google Street View.



Imagem 61 Praça Bispo Dom José em 2022, com a Estação Bispo Dom José. Fonte Google Street View.

Na Praça Ipiranga, a intervenção foi ainda mais violenta (Imagens 62 e 63). Executada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá, a obra teve início sem autorização do Iphan, tampouco da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT, pois a praça representa o entorno imediato de um bem tombado a nível estadual (Antigo Quartel da Força Pública). Após solicitação de paralisação da obra pela SECEL/MT, e repercussão negativa em meios de comunicação, foi instaurado um Inquérito Civil pelo Ministério Público Estadual, Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Natural e da Ordem Urbanística em 2017. O

Parecer Técnico[95] desenvolvido para subsidiar as decisões judiciais evidencia diversas dimensões da problemática de intervenções inadequadas em espaços livres públicos.

Até a escrita do referido parecer, havia sido construído um sanitário público numa lateral da praça e havia sido demolido parcialmente um chafariz provavelmente do final do século XIX, que foi transferido da Praça Alencastro para a Ipiranga na década de 1970. O sanitário, de telhado em duas águas referenciado em elementos da arquitetura colonial, foi demolido posteriormente, por recomendação do Parecer (AZEVEDO; MIRANDA, 2018). O chafariz, cuja demolição foi justificada pelo Secretário de Meio Ambiente em razão do espelho d'água ser usado por pessoas em situação de rua, teve sua base reconstruída em concreto. Os canteiros foram remodelados e foi implantada a "Estação Ipiranga", nos moldes das outras estações.



Imagem 62 - Praça Ipiranga em 2012. Fonte: Google Street View.

[95] Parecer técnico 001/2018 - Análise Paisagística como Subsídio para Avaliação dos Impactos da Obra de Reforma da/na Praça Ipiranga e Entorno, desenvolvido por Doriane Azevedo e Claudio Miranda, professores do curso de Arquitetura e Urbanismo e pesquisadores do Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA/UFMT.



Imagem 63 Praça Ipiranga em 2020, com a Estação Ipiranga. Fonte: Google Street View.

Nenhuma destas estações instaladas foi acompanhada de mudanças nas condições de mobilidade do transporte coletivo. Foram reforçados os mesmos eixos de circulação, com alterações apenas nos locais de espera e troca de ônibus. O Centro Histórico é um local de cruzamento de fluxos de veículos, linhas de ônibus e pedestres, o que faz da travessia de vias um desafio.

As Praças da República e Boa Morte passaram por intervenções relativamente mais simples, sendo a primeira com maior impacto na paisagem. A intervenção começou pela remoção do piso de pedra portuguesa, sem autorização do Iphan (BARBOSA, 2019), resultando na paralisação da obra em 2019, que ficou abandonada[96]. Atualmente, uma faixa da Praça teve seu calçamento de pedras substituído por concreto e é utilizada como estacionamento durante as missas da Igreja Matriz; o recinto central também perdeu seu calçamento antigo (Imagem 64).

[96] PREFEITURA de Cuiabá abandona obra da Praça da República e local se torna "lixão". O bom da notícia. 12/08/2020.



Imagem 64 Praça da República: a porção lateral teve calçamento retirado e substituído por concreto onde é usada como estacionamento durante as missas na igreja Matriz. Foto: Autora, 2021.

Uma intervenção propagandeada como um “*case* de sucesso” pela Prefeitura foi a "revitalização" do Beco do Candeeiro, que na realidade trata-se do cumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta junto ao MPF, em razão da (ir)responsabilidade da Prefeitura no evento do colapso da Casa de Bembem, embora esta informação não seja divulgada pela assessoria de imprensa do Município. O Beco está dentro da área tombada, é uma das primeiras vias formadas em Cuiabá e é um local bastante sensível, onde as intervenções deveriam ser ainda mais criteriosas, em razão do uso há décadas pela população em situação de rua e vulnerabilidade social. O projeto de “revitalização” foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e aprovado pelo Iphan/MT.

O apelo à composição cenográfica está presente nesta reforma. A “revitalização” das fachadas contou com pintura colorida, inclusive criando fachadas falsas pintadas sobre muros cegos, instalação de postes que remetem esteticamente a postes antigos, colocação de placas metálicas nas três entradas do Beco, pinturas murais artísticas, acesso por rampa e instalação elétrica embutida no solo (Imagens 65 a 68). O policiamento é frequente e houve a cessão de uso de um imóvel para uma associação de artesanato para comercialização de produtos. Além da intervenção física no espaço, a intervenção teve impacto na dinâmica social do centro, especialmente em relação à população em situação de rua que ocupava o local

anteriormente. A Prefeitura afirmou que haveria atendimento à população em situação de rua, porém não foi divulgado qualquer plano de reabilitação das pessoas. Atualmente, o Beco do Candeeiro é difundido como uma ação de preservação do Centro Histórico e é palco de eventos culturais organizados pela Secretaria Municipal de Cultura.



Imagem 65 Beco do Candeeiro, sem data. Provavelmente década de 1960 ou antes de 1975, à esquerda, terreno vazio em razão de uma ruína de casarão. Ao fundo Igreja do Rosário. Foto Cesar Lima. Acervo Museu Histórico de Mato Grosso. Fonte: Siqueira, 2006.



Imagem 66 Beco do Candeeiro antes da intervenção. Fotos: Autora, 2019.



Imagem 67 Divulgação da “revitalização” do Beco do Candeeiro em maio de 2021. Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá, disponível em: https://verdademt.com.br/noticia/beco-do-candeeiro-ganha-novo-visual-235



Imagem 68 Beco do Candeeiro, foto Junior Silgueiro, 2022.

A intervenção do Beco do Candeeiro exemplifica de forma didática a violência da adoção do modelo globalizado de intervenções em sítios urbanos de valor cultural. Denominada “revitalização”, a ação possui caráter exclusivamente cenográfico. A população frequentadora da área foi considerada indesejada e inadequada, pela associação à dependência química e situação de rua, e foi excluída de todas as etapas da implantação do projeto.

Chama a atenção a implantação de portais metálicos com o nome do local nas entradas da rua, como forma de sinalizar ao observador a existência da intervenção e de demarcar no espaço uma espécie de regime diferenciado de apropriação do espaço. A Prefeitura de Cuiabá deliberadamente criou um espaço voltado ao consumo exclusivamente visual, sem sequer propor novos usos que poderiam favorecer a atração de público e transformação das dinâmicas sociais ali existentes, visando a preservação dos imóveis.

Todo o valor histórico de uma das ruas mais antigas da cidade foi desconsiderado em termos práticos: a "revitalização" teve início e fim em si mesma, sem qualquer articulação com ações de pesquisa ou estudos. Era necessário marcar a atuação da gestão municipal diante dois principais problemas, a degradação do Centro Histórico e a população em situação de rua, e de preferência rapidamente.

3.3.1. A nova Orla do Porto

Além das intervenções realizadas no Centro Histórico, a leitura extrapola os limites da poligonal de tombamento federal e aborda outras regiões de valor cultural por sua importância na compreensão de um quadro mais amplo da problemática de intervenções executadas pelo governo municipal.

Como mencionado anteriormente na década de 1990 o bairro do Porto foi local de experimentações da Prefeitura Municipal sobre usos culturais a partir de obras de infraestrutura e equipamentos culturais, com a transformação do Mercado Público em Museu, construção de um aquário municipal e um novo mercado. A escolha por essa parte da cidade para intervenções possivelmente deriva de seu significado histórico, por ser uma região tão antiga quanto o Centro, e pelo fato de não haver tombamento federal na área, somente estadual[97] desde 2007, além da demarcação como Zona de Interesse Histórico.

Para a Copa do Mundo, uma segunda onda de renovação atingiu a região portuária, com a construção de mais um aquário (nunca finalizado), ampliação do mercado existente e construção da "Orla do Porto". Apesar da similaridade entre as

[97] O tombamento do "Conjunto arquitetônico do antigo distrito de D. Pedro II" corresponde a uma parte do bairro do Porto e foi efetivado através da portaria SEC/MT/35/2007. A partir da experiência como servidora no órgão de preservação estadual, verifico que não há atuação de forma sistemática voltada para a preservação do conjunto, como o estabelecimento de diretrizes gerais para intervenções tanto nos imóveis quanto nos espaços livres.

ondas de intervenções, chama a atenção a baixa qualidade dos técnica dos projetos e da execução da Orla, com problemas de concepção geral e acabamentos[98].

A Orla do Porto, inaugurada em 2016, consiste em um equipamento público de lazer, resultado da execução de um calçadão com cerca de 1,2 km na margem do Rio Cuiabá, com bares, pista de skate, ciclovia e local para realização de eventos. Apesar da existência da mata ciliar[99], o calçadão suprimiu parte da cobertura arbórea, oferecendo um espaço árido, com poucas sombras aos usuários.

Além dos impactos ambientais e na paisagem urbana às margens do Rio Cuiabá, o que mais chama a atenção foi a construção de um cenário com réplicas de casarões antigos em madeira processada em 2016. Três anos após a inauguração do novo "cartão postal[100]" o cenário denominado "Vila Cuiabana" (Imagens 69, 70 e 71) começou a ruir e após interdição por risco de desabamento, a Prefeitura resolveu dar uma solução definitiva: confeccionar em alvenaria uma cópia da réplica dos casarões, como ação de preservação e promoção do patrimônio cultural[101]. A obra foi executada com recursos próprios do Município e foi entregue no final de 2021. Durante estas intervenções, não constam ações voltadas à promoção da sustentabilidade econômica do comércio existente ou participação comunitária nas decisões. Quanto ao antigo Mercado Público não abriga mais a função de Museu. Sob gestão da Prefeitura, segue subutilizado com cessão de dois espaços comerciais.

[98] Refiro-me à baixa qualidade da execução das obras, que apresentam uma série de patologias como rachaduras na parte aterrada e destacamento do revestimento de piso. Quanto ao projeto, buscou-se utilizar materiais que remetessem à gestão do então prefeito Mauro Mendes, como o revestimento utilizado em todas as obras do PAC-CH nos espaços públicos, além da reprodução de modelo de intervenção bastante comum em regiões desvalorizadas: equipamentos culturais (museu), aquário e calçadão.

[99] A vegetação na margem do Rio Cuiabá na região do antigo Mercado Municipal foi recuperada na intervenção no Porto na década de 1990 e foi retirada nos anos de 2010.

[100] Diante da escassez por espaços públicos de lazer na cidade e da localização privilegiada do novo equipamento, a Orla e o cenário foram amplamente apropriados e utilizados pela população cuiabana e visitante.

[101] A obra "Reforma da réplica dos casarões em estrutura convencional de concreto armado e alvenaria - Cenário Orla Porto" foi licitada pelo valor de um milhão cento e cinquenta e um mil reais, pela Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos (Limpurb).



Imagem 69 Cenário da Orla do Porto em 2018. Foto: Autora, 2018.



Imagem 70 Cenário da Orla do Porto com tapumes em 2019. Foto: Autora, 2019.



Imagem 71 Cenário da Orla do Porto após a inauguração da estrutura em alvenaria. Foto: Autora, 2022

As intervenções na Orla do Porto foram divulgadas com forte apelo à retomada do contato com o Rio Cuiabá, o que é justamente impedido pela construção do referido cenário. Além da problemática envolvida na reprodução de réplicas simplificadas, bidimensionais, fora de escala e retiradas de contexto, criou-se pelo

discurso oficial uma noção de que intervenções como esta são de fato ações de preservação[102]. De fato, existe a visitação de públicos diversos ao calçadão da Orla, porém cabe questionar que ideia de patrimônio é informada ao cidadão observador. A ideia de que os bens culturais edificados são importantes e valiosos portanto devem ser preservados, ou a noção de estes podem ser reproduzidos em outro lugar de mais fácil acesso e prontos para a fruição estética?

Cabe mencionar que o objetivo de recolocação da imagem de Cuiabá num cenário internacional de turismo permaneceu enquanto discurso oficial e políticas urbanas (como parte dos planos de desenvolvimento estratégico) e tomou força com as comemorações dos 300 anos.

3.3.2. Cuiabá 300 anos

Em 2017 foi anunciado pela Prefeitura Municipal um pacote de obras comemorativas dos 300 anos de Cuiabá, a ser celebrado dois anos depois, orçadas em cerca de 500 milhões de reais. Os tipos de intervenções são variadas, dentre obras de infraestrutura, reformas de praças, criação de parques e atrativos turísticos. No entanto, nem todas as intervenções propostas foram executadas.

Para execução do pacote, o prefeito Emanuel Pinheiro buscou empréstimo bancário na Cooperação Andina de Fomento, na ordem de 115 milhões de dólares. Segundo a Prefeitura, o empréstimo dolarizado seria mais ágil e vantajoso, pois não houve outra instituição brasileira que contemplasse os interesses da Prefeitura. Mesmo com parecer negativo da comissão setorial de orçamento do município, por conta de falhas na documentação do projeto de lei, a câmara dos vereadores aprovou a proposta de empréstimo, que até a finalização desta pesquisa aguardava decisão do Senado Federal[103].

[102] BARBANT, Maria. Vila Cuiabana: um resgate histórico e cultural; Veja Fotos. Prefeitura de Cuiabá. 31/12/2021. Disponível em https://www.cuiaba.mt.gov.br/empresa-cuiabana-de-zeladoria-e-servicos-urbanos/vila-cuiabana-um-resgate-historico-e-cultural-veja-fotos/26223.

[103] COMISSÃO aponta irregularidades, mas vereadores aprovam empréstimo de R$ 500 milhões para investimento nos 300 anos de Cuiabá. G1 MT. 20/12/20018.Disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/12/20/comissao-aponta-irregularidades-mas-vereadores-aprovam-emprestimo-de-r-500-milhoes-para-investimento-nos-300-anos-de-cuiaba.ghtml

Encontramos certa dificuldade de encontrar a divulgação do pacote de obras no site da Prefeitura, portanto elencamos algumas intervenções[104] propostas para a região do Centro Histórico não executadas.

- Requalificação do Morro da Luz: O projeto de autoria de técnicos do IPDU chegou a ser apresentado para análise no Iphan e foi reprovado por impacto na paisagem[105]. A intervenção previa um edifício garagem multipavimentos, três passarelas metálicas para pedestres sobre a Avenida da Prainha e uma torre de 120m de altura sobre o Morro da Luz com um restaurante giratório no topo (Imagem 72)
- Times Square Cuiabana: Uso de telões com iluminação e propagandas na Praça Alencastro, buscando ambientação semelhante à famosa praça nova iorquina. Quanto à justificativa, nas palavras do prefeito: “Se Nova York tem, por que Cuiabá não pode ter?” (WALISSON, 2018)
- Caminho das Igrejas: Passarelas elevadas conectando Igrejas na região do Centro Histórico.(Imagem 73)

[104]Os projetos dos 300 anos foram publicados em veículos de comunicação da cidade e em algumas notícias do site da prefeitura, porém não houve uma publicação oficial do pacote de obras. Algumas notícias que trazem informações: WALLISON, José. Conheça todas as 20 obras que estão no projeto dos 300 anos de Cuiabá. Circuito MT, 05/08/2017. Disponível em http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/115307-conheca-todas-as-20-obras-que-emanuel-apresentou-para-os-300-anos.html#:~:text=%E2%80%9CSe%20Nova%20Iorque%20tem%2C%20porque,%E2%80%9D%2C%20disse%20o%20prefeito%20Emanuel..
PROJETO do edifício garagem e torre de 180m é rejeitado. Gazeta digital, 08/04/2019. Cidades. Disponível em https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/projeto-do-edifcio-garagem-e-torre-de-180-m-rejeitado/573755.

[105] Refiro-me à experiência pessoal na análise e auxílio na emissão do parecer técnico negativo deste projeto.



Imagem 72 Torre Cuiabá 300 sobre o Morro da Luz. Foto: divulgação Prefeitura, disponível em Torre Cuiabá 300 sobre o Morro da Luz. Foto: divulgação Prefeitura, disponível em https://cuiabamt300.com.br/prefeito-aguarda-liberacao-de-verba-para-construcao-da-torre-dos-300-anos/

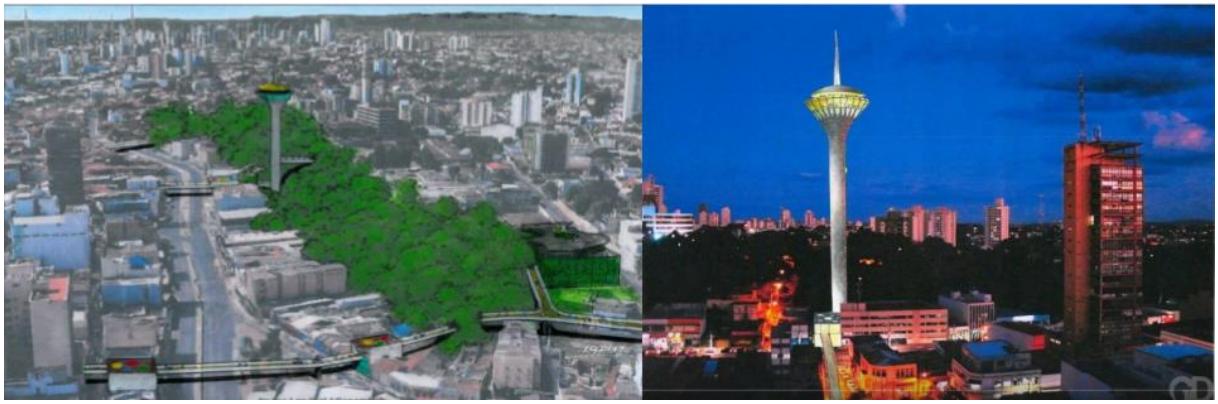


Imagem 73 Croqui da intervenção no Morro da Luz e Torre Cuiabá 300 sobre o Morro da Luz. Foto: divulgação Prefeitura, disponível em http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/projeto-do-edifcio-garagem-e-torre-de-180-m-rejeitado/573755

Outros projetos sem mais informações foram divulgados como: Museu dos 300 anos, Museu de Cera, Cais do Porto, Horto Florestal, etc. Uma ação divulgada e executada durante alguns meses foi o serviço (pago) de turismo “Bus Tour” (Imagem74) , através de Parceria Público Privada, sem custo para os cofres públicos. O modelo de atividade turística também é inspirado em experiência estrangeira: para

o prefeito “Se Londres tem o vermelhinho, a gente vai ter o verdinho” (WALISSON, 2018)



Imagem 74 Prefeito Emanuel Pinheiro no lançamento do “Bus Tour” em frente ao cenário na Orla do Porto batizado “Vila Cuiabana”, em 2018. Foto: Rogério Florentino. Fonte: MERCURI/Olhar Direto, 2018.

Fica evidente, através da análise dos Planos Estratégicos, das obras executadas e dos projetos divulgados, a intenção de posicionar Cuiabá no cenário global de turismo, considerando o legado da Copa do Mundo (CUIABÁ 2012; CUIABÁ 2013; CUIABÁ 2017). A expectativa de oportunidades de negócios e investimentos geradas pelo torneio somada ao esforço das gestões municipais[106] em marcar sua passagem no espaço urbano, através de obras em locais públicos de grande visibilidade, resultaram em intervenções com evidente impacto na paisagem e na dinâmica urbana de Cuiabá.

Desde a gestão de Galindo (2010-2012), passando por Mendes (2013-2016), depois Pinheiro (2017-2024), as demandas de cultura foram apresentadas atreladas ao desenvolvimento do setor do turismo (CUIABÁ 2012; CUIABÁ 2013, CUIABÁ

[106] Mauro Mendes (2013-2016, posteriormente eleito governador em 2019 e reeleito em 2022) e Emanuel Pinheiro (2017-2020, 2021-2024).

2017). A criação de atrativos turísticos antes e depois da Copa foi e ainda é uma pauta presente na agenda do governo municipal.

Chama a atenção, no entanto, a gestão de Pinheiro, que é caracterizada pelo apelo à simulação de forma contraditória: no Centro Histórico, simula-se uma condição anterior de forma simplificada (Beco do Candeeiro), e no Porto simula-se uma ambiência de um conjunto arquitetônico (Cenário Vila Cuiabana na Orla do Porto), ao mesmo tempo que são propostas obras marcantes na paisagem semelhantes a referências estrangeiras (Times Square Cuiabana e Torre dos 300 anos no centro).

Fora do escopo das obras dos 300 anos, porém com o objetivo de marcar a gestão de Pinheiro, elencamos uma intervenção em fase de projeto (mercado Miguel Sutil) e uma executada (Praça Oito de Abril). O Mercado Miguel Sutil edificação da década de 1960 (localizado em quadra vizinha ao fim da área de entorno), em fase de projeto em 2022, nos informa uma intenção de reprodução de uma dinâmica de espaços privados em espaços públicos, através da adoção de modelos utilizados em *shopping centers* e galerias comerciais, como estacionamentos cobertos, praças de alimentação, ambientes fechados e climatizados. Os projetos partem de uma aproximação estética e funcional com estabelecimentos privados de uso comercial, adotando suas estratégias como soluções para fragilidades deflagradas no centro. Nesta lógica, questões como acessibilidade, conforto ambiental e segurança são resolvidas através da produção de espaços controlados. Medidas como melhoria de calçadas, adequação de travessias, sinalização, arborização, incentivo a determinados usos e regulamentação de estacionamentos não são consideradas ou veiculadas como possibilidades de atuação pela Prefeitura Municipal.

Uma obra que causou protestos e comoção pública foi a da Praça 8 de Abril, algumas quadras a norte do Centro Histórico (Imagem 75). Ali havia duas obras de arte de figuras importantes em Mato Grosso e reconhecidos nacionalmente: a escultura “Árvore de Todos os Povos” de Wlademir Dias-Pino e um mural de Adir Sodré[107]. Durante uma reforma em 2019, o mural foi coberto com tinta verde e a

[107] Wlademir Dias-Pino (1927-2018) foi poeta e artista visual. Viveu em Cuiabá e foi um dos membros fundadores do movimento literário Intensivismo. Teve obras expostas em salões nacionais e internacionais. A escultura Árvore de Todos os Povos foi instalada na Praça 8 de Abril em 2008.
Adir Sodré (1962-2020) foi artista plástico, um dos principais expoentes das artes plásticas de Mato Grosso, expondo em mostras nacionais e internacionais. Com estilo irreverente e característico, deixou diversos murais em espaços públicos de Cuiabá.

escultura retirada e substituída por outra de qualidade artística questionável. Após denúncias e mobilização da classe cultural, o prefeito assumiu o compromisso de retornar uma réplica da obra e depois admitiu que a escultura havia sido perdida (MERCURI, 2020[108]). E ainda, o mesmo anunciou o tombamento da réplica[109] quando esta for instalada no local original e que seria contratado o restauro do mural de Sodré.



Imagem 75 Mural de Adir Sodré coberto por tinta e obra de Dias-Pino retirada e substituída, 2020. Foto: G1/TVCA/Reprodução.[110]

[108] MERCURI, Isabela; AGUIAR, Max. Prefeitura perdeu obra de Dias-Pino e anuncia que fará réplica para colocar na Praça do Choppão. Olhar Conceito. 04/10/2020.
Disponível em https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=19637&noticia=prefeitura-perdeu-obra-de-dias-pino-e-anuncia-que-fara-replica-para-colocar-na-praca-do-choppao&edicao=4 .
109LEONOR, Naiara. Monumento de Dias-Pino na Praça 8 de Abril será tombado como Patrimônio Oficial de Cuiabá. Prefeitura de Cuiabá. 2020.
Disponível em https://www.cuiaba.mt.gov.br/cultura-esporte-e-turismo/monumento-de-dias-pino-na-praca-8-de-abril-sera-tombado-como-patrimonio-oficial-de-cuiaba/21187
[110] RAMOS, Eunice. Obras de arte são retiradas durante reforma de praça e causa revolta em artistas de Cuiabá. G1 MT/ TV Centro América. 26/01/2020. Disponível em https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/26/obras-de-arte-sao-retiradas-durante-reforma-de-praca-e-causa-revolta-em-artistas-de-cuiaba.ghtml.

3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MODOS DE PRESERVAR DA PREFEITURA DE CUIABÁ

Com vistas à elaboração de um panorama, uma espécie quadro da preservação de Cuiabá, esta parte da dissertação tem por objetivo avaliar ações realizadas pela Prefeitura Municipal, internas e externas à área do Centro Histórico, orientadas pela captura dos assuntos preservação do patrimônio e promoção da cultura para finalidade de exploração turística, através de intervenções urbanas, frequentemente sem critérios em relação à escala e impacto nos bens culturais e paisagem urbana.

Conforme exposto, os projetos extrapolam a dimensão da intervenção física e interferem em dinâmicas de uso dos espaços em que se inserem: a “revitalização” Beco do Candeeiro, veiculado como caso de sucesso ao “resolver o problema” das pessoas em situação de rua, na realidade mascara, atrás de uma intervenção urbana precipitada de baixa qualidade técnica, uma forma violenta de tratamento questões sociais e de saúde pública.

Em algum momento, as intervenções passaram a ser justificadas pela melhoria na mobilidade urbana, como é o caso das estações de ônibus implantadas. O impacto evidente na paisagem contraria as determinações das legislações de preservação (Decreto-Lei 25/1937 e Instrução Normativa/94 do Iphan), pois as estações são edificações que diminuem e impedem a visibilidade dos bens tombados e áreas de entorno, assim como comprometem a integridade visual dos espaços públicos que deveriam ser livres de edificações. Além disso, são construídos equipamentos públicos em espaços historicamente livres de edificações, fragmentando e reforçando segmentações de tais espaços. A postura do poder municipal diante da impossibilidade de demolições para renovação é de edificar em espaços “vazios”. As soluções para questões urbanas no centro são apresentadas exclusivamente através da intervenção, seja em obras de infraestrutura, ou equipamentos públicos.

As propostas de melhoria na mobilidade não preveem alterações de rotas de ônibus e veículos individuais, somente reforçam trajetos já consolidados e sobrecarregados, especialmente os eixos Prainha-CPA e Getúlio Vargas. Sem proposição de rotas alternativas de veículos ou investimento em adequações para acessibilidade do pedestre, os antigos problemas de circulação permanecem, como

as travessias inseguras e as calçadas em mau estado, além da superlotação dos coletivos.

Quanto aos investimentos para preservação do patrimônio edificado, apesar de mais de 10 obras de recuperação paradas e projetos não contratados mesmo com recurso em caixa através do convênio do PAC-CH, a Prefeitura estabeleceu outras prioridades. A construção de um cenário que simula grosseiramente imóveis representativos e sua posterior reconstrução (ambos com recursos próprios) em material durável evidencia uma noção muito limitada de patrimônio cultural. Em um mesmo local, o visitante pode usufruir da estética do patrimônio de forma fácil, sem a necessidade de se deslocar pela cidade antiga e sem seus "incômodos".

Verifica-se um deslocamento da função do espaço público, que de ser considerado um espaço livre para apropriação cotidiana pelos indivíduos e é tratado como um suporte à atividade econômica instalada nas imediações.

Os projetos de obras grandiosas, fora de contexto e fora de escala, evidenciam a concretização de metas estratégicas de posicionamento de Cuiabá num cenário global de troca comerciais como a "Capital do Agronegócio"[111], através da reprodução de modelos de intervenções urbanas utilizados em diversos países (como a recuperação de regiões portuárias através do uso cultural) e da adoção de marcos urbanos e atrativos turísticos estrangeiros (Times Square de Nova York, ônibus turístico de Londres, torre de Seattle).

Os projetos e as obras executadas preveem "atrativos turísticos" de usos pouco variados, comércio varejista e serviços de alimentação e bebidas principalmente, restritos a segmentos específicos da população cuiabana que têm poder aquisitivo para este tipo de consumo. A criação e qualificação de espaços cuja principal atividade é o consumo resultam no uso de recursos públicos para estabelecimentos a serem explorados pela iniciativa privada, como os bares e restaurantes da Orla do Porto.

Retomando a abordagem do modelo globalizado, cabe uma reflexão sobre as etapas de diagnóstico que deveriam preceder as intervenções, porém que não cabem

[111] Refiro-me ao *slogan* apresentado no Plano Estratégico 2013-2023 e estampado em placas nas entradas da cidade colocados antes da Copa do Mundo "Bem vindo a Cuiabá - Capital do Pantanal e do Agronegócio, em substituição ao antigo "Cuiabá cidade verde".

no cronograma de entregas pretendido pelo poder público. Nesta lógica, é necessário adequar o patrimônio ao tempo da gestão.

> Na lógica do mercado, não cabe o tempo da construção dos sítios como documentos, o que exige estudos e pesquisas, assim como não interessam às fórmulas mais convenientes para o mercado as possíveis restrições e limitações ao uso ou à adaptação dos sítios, que muitas vezes resultam das conclusões dos estudos. Nessa lógica, o que interessa é aproveitar-se de um imaginário configurado pela ação paradigmática dos tempos iniciais do Iphan, de um patrimônio entendido pela estética, pelos estilos e pelo critério de antiguidade, e utilizá-lo como produto de consumo. **Essa ideia de patrimônio é adequada ao tempo do mercado**. (MOTTA, 2000, p 269)

Os termos “revitalização”, “requalificação”, “resgate da cultura” são frequentemente acionados pela Prefeitura Municipal como descrição ou justificativa de intervenções permanentes arbitrárias, de caráter puramente cenográfico, em áreas de interesse cultural, demonstrando uma mudança de sentido atribuído ao patrimônio cultural, principalmente edificado, em relação à época do tombamento, décadas de 1980 e 1990. Se antes a preservação do patrimônio, especialmente o Centro Histórico, fora considerada um entrave ao progresso, foi posteriormente compreendida como fator de desenvolvimento econômico e no contexto atual os bens culturais são encarados como potenciais atrativos turísticos e bens de consumo desejáveis à exploração financeira.

Verifica-se, além da total insensibilidade para questões urbanas e culturais, um profundo desejo de impressão de marcas de gestões no espaço urbano. Uma pauta que foi discutida sem a devida profundidade foi a regulamentação dos vendedores ambulantes no Centro Histórico, considerados por agentes do setor do comércio e com adesão do poder público como ameaça à ordem, devendo ser removidos. Questões como a inclusão destes trabalhadores no mercado formal não são consideradas, somente sua remoção. Uma lógica parecida é aplicada à população em situação de rua, porém com mais violência, inclusive policial.

A vaidade dos gestores municipais ao decidir, a partir de referências pessoais, quais medidas e intervenções tomar mostra o desprezo pelo saber técnico, pela paisagem cultural e principalmente pela população e suas referências culturais.

Neste “modo de preservar” da Prefeitura de Cuiabá, a lógica de atuação tem como princípio, meio e fim a intervenção física, na qual são descartadas etapas importantes de diagnósticos e estudo de possibilidades.

4. IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO CENTRO

Um tanto a margem do tempo
No descaminho do centro
Mas nunca atrasado
Chego trazendo notícias
Entre arroba e novilha
Arte aqui é mato

Banda Calorosa, Manifesto Calorista, 2021[112]

A preservação de um Centro Histórico é atravessada por fatores que extrapolam a dimensão do patrimônio. Dinâmicas urbanas, problemas sociais, processos políticos e outras questões influenciam diretamente na preservação de bens culturais urbanos. Diante do cenário complexo de Cuiabá, este capítulo objetiva a identificação de possibilidades de reversão ou amenização do quadro de degradação e desvalorização do Centro Histórico.

Tomando a liberdade de dialogar com as "Ideias para adiar o fim do mundo" de Ailton Krenak (2019), busca-se estabelecer alguns paralelos com as provocações do autor. Sua crítica é centrada no sistema capitalista e no modo de vida globalizado norteado pelo consumo que simultaneamente deriva e resulta na desconsideração de diferentes modos de vida. O custo do consumo é o dano à natureza, compreendida pela lógica capitalista como uma fonte inesgotável de recursos, que pode ser explorada para geração de riqueza. No caso de Cuiabá, seria o custo do progresso econômico a destruição dos bens culturais?

Na contramão da transformação de bens em mercadoria procuram-se similaridades entre a Mãe Terra de Krenak e o Centro Histórico de Cuiabá. Resguardadas as proporções, verificam-se uma tendência e um esforço por parte do poder público (municipal, estadual e mais recentemente federal) e alguns setores econômicos (principalmente comércio e mercado imobiliário) na conversão dos bens culturais, como imóveis, paisagem urbana e manifestações culturais, em produtos e mercadorias, visando a qualificação de Cuiabá e Mato Grosso como um destino turístico e polo de atração de investimentos. Esta lógica pautada no esvaziamento de

[112] Faixa 1 do EP "Pacu e Pequi". Composição: Augusto Krebs, Karola Nunes, Bruno el Joe, Paulinho Nascimento, Vini Barros, Larissa Sossai. Cuiabá, 2021.

sentidos dos bens culturais induz ao usufruto simplificado e deslocado de contexto. A busca passou a ser pelo reposicionamento de Cuiabá e Mato Grosso num cenário nacional e global de turismo e não pela melhoria das condições de vida da população ou pelo fortalecimento das manifestações culturais.

A recusa de Krenak em aceitar como um dado natural a conversão de tudo em mercadoria me inspirou a escrever as “Ideias para adiar o fim do Centro”, seguindo a mesma lógica. A experiência dentro do Iphan/MT durante as práticas supervisionadas (2018-2020) e depois no órgão de preservação estadual como servidora (2020-2022) deixaram evidentes uma leitura e um posicionamento bastante comuns nas tratativas com a sociedade civil e outras esferas da administração pública: raramente a perspectiva do morador e frequentador comum é considerada. As soluções apresentadas geralmente são pautadas no enobrecimento[113], e consequente expulsão de moradores ou frequentadores atuais, visando a atração de públicos com maior poder aquisitivo e introdução de novos usos que seriam “mais adequados” a esse público-alvo, preferencialmente turistas. Novamente, o consumo surge como fator chave para as renovações pretendidas, visto que o incentivo é para a fixação de comércios e serviços de padrão mais elevado em comparação aos estabelecimentos existentes. Nesta lógica, observo também um deslocamento da função do espaço público, que deixa de ser espaço passível de uso e apropriação cotidiana por qualquer pessoa e passa a ser encarado como um suporte qualificador da atividade econômica instalada ao seu redor.

Também a partir de experiência nos órgãos de preservação, verifico que as discussões sobre questões complexas e que extrapolam a dimensão do patrimônio, como por exemplo a regularização das atividades de vendedores ambulantes, resultam em discussões rasas, esvaziadas de critérios técnicos e atravessadas inclusive por preconceitos, especialmente racismo e xenofobia. Os trabalhadores informais são encarados pelo poder público, salvo raras exceções, a partir de uma lógica da remoção, apoiada e capitaneada por setores do comércio. Outro público

[113] O assunto enobrecimento de sítios urbanos de valor cultural não é o objeto de investigação nesta dissertação, porém é um tema explorado em outras pesquisas como no estudo comparativo de Peixoto e Leite (2009).

ainda menos desejado é a população em situação de rua, cujo tratamento pelo poder público e setores da sociedade é norteado pela repressão, expulsão e violência.

Mesmo com a verificação dos efeitos negativos do uso predominantemente comercial, como períodos de inatividade e pressão por estacionamentos, a argumentação para a intensificação deste uso ainda é forte no discurso do poder público e dos comerciantes. Verifico um desejo pela mudança do perfil do comércio, idealmente voltado para classes mais altas. O uso habitacional raramente figura dentre as pautas de possíveis caminhos de melhoria.

Ficou evidente a desconsideração pelos usos já existentes e suas características. O raciocínio do poder público e de setores dominantes financeiramente é reduzido à alteração de usuários no qual um público abastado seria mais adequado ao usufruto do Centro Histórico e influenciaria positivamente na preservação. Este posicionamento ajuda a legitimar e justificar a necessidade de mais vagas de estacionamento, mais vias de acesso, lojas mais sofisticadas e espaços higienizados. Diante desta observação, cabem questionamentos. E os cidadãos que utilizam transporte coletivo e fazem do Centro local de passagem e consumo de bens e serviços cotidianos? E os moradores do Centro que lá vivem por que querem e por que o Centro faz parte de suas vidas? E os estudantes que fazem do Centro local da circulação e socialização? E os pedestres que enfrentam obstáculos na circulação, por conta das calçadas inadequada e travessias inseguras?

Verifico, portanto, uma imensa limitação por parte do poder público e de setores economicamente dominantes na compreensão de outras formas de viver, morar, circular e consumir na cidade. As dinâmicas existentes são frequentemente desconsideradas e a noção de um uso “ideal” do Centro Histórico é constantemente veiculado como a solução dos problemas.

Cabe aqui sustentar a ideia de que a preservação do patrimônio cultural passa pelo fortalecimento de estruturas institucionais públicas, como o Iphan, e dos órgãos de planejamento e preservação e as instituições de ensino, cujas atuações devem ser pautadas no interesse coletivo. O principal argumento é a favor da promoção de políticas públicas que favoreçam a permanência dos moradores e usuários da região central, devendo ser priorizada a qualidade de vida dos habitantes da cidade através da melhoria de condições de habitação, infraestrutura e serviços públicos. Como já evidenciado, as etapas de pesquisa e diagnóstico (que podem ou não resultar em

intervenções físicas) são fundamentais para o sucesso destas políticas. Outro ponto importante é o tempo do patrimônio que não corresponde às expectativas de mudanças pretendidas pela gestão pública dentro dos períodos de mandatos eleitorais.

Inspiradas nas provocações de Krenak, estas “Ideias para adiar o fim do Centro” são pautadas na recusa de aceitar como a única solução possível a modificação da paisagem, a alteração do público frequentador e a adequação às demandas do mercado.

> Suspender o céu é ampliar nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, também existe uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vive-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. (KRENAK, 2019, p.32)

Estas ideias buscam, nas palavras de Krenak “suspender o céu”, defender outras formas de lidar com os bens culturais que não incluem a homogeneização e consequente perda das características intrínsecas para atendimento às demandas do mercado financeiro.

4.1. NOVOS VELHOS PROBLEMAS

> Todo um aspecto do trabalho do Patrimônio é conseguir a evolução mais lenta possível, mais suave possível. O trabalho do Patrimônio é uma luta contra o tempo: atrasar a ruína, atrasar a renovação. (HALÉVY, 1998, p 6)

As demandas de ordem urbanística em Cuiabá, como apresentado anteriormente, foram em alguma medida respondidas pelo poder público municipal através de uma estruturação institucional, administrativa e legislativa a partir da década de 1980, e significativamente nos anos 1990. A partir do regime especial decretado para a preparação para a Copa do Mundo de 2014, os avanços conquistados ao longo de três décadas foram sucessiva e rapidamente desestruturados.

Verifica-se um deslocamento do sentido atribuído ao patrimônio cultural nas políticas urbanas municipais. No início da estruturação institucional, no que se refere ao Centro Histórico, o planejamento do crescimento urbano e as melhorias das condições físicas dos espaços existentes tinham por objetivo oferecer condições mais adequadas para os usos existentes e incentivar usos adequados com a estrutura urbana do centro da cidade. Verifica-se essa postura através da delimitação da Zona de Interesse Histórico, da transformação de vias em calçadões e das diretrizes do Plano Diretor, por exemplo. O bem-estar e a fruição do morador da cidade, que se locomove, consome e vivencia o Centro Histórico, ou seja, o uso cotidiano desta parte da cidade foi o principal norteador das políticas públicas e das intervenções urbanas no Centro à época.

A partir da preparação para a Copa, o sujeito beneficiário das intervenções deixou de ser o habitante e passou a ser o eventual turista. A promoção de "melhorias" urbanas, como obras de infraestrutura e mobilidade e construção de equipamentos públicos, foram realizadas visando o uso turístico relacionado ao torneio mundial, mesmo havendo prejuízos[114] à população de Cuiabá, como transtornos e desvalorização de áreas por conta de obras.

Nesse contexto de exceção decretado para os preparativos para a Copa, observa-se uma dupla exclusão do morador: a ele foi negado o direito de decisão sobre as intervenções que viriam a afetar seu cotidiano e alterar significativamente a paisagem urbana, ao mesmo tempo em que ele não foi considerado como sujeito beneficiário de tais intervenções.

Isto posto, diante das narrativas e discursos observados após a Copa e que fazem parte, atualmente, das intenções governamentais (majoritariamente a partir do Município, em ressonância com a esfera estadual e federal), a crítica que se busca trazer é sobre o papel do habitante de Cuiabá nesse processo de qualificação urbana voltada a um reposicionamento da cidade num cenário nacional e internacional.

[114] Como habitante da capital, incluo meu depoimento pessoal sobre os transtornos causados no trânsito durante as "obras da Copa" que duraram mais de dois anos, algumas nunca acabadas. Os principais cruzamentos da cidade passaram simultaneamente por obras de construção de viadutos, exigindo a circulação por desvios improvisados, o que aumentava consideravelmente o tempo gasto tanto no transporte coletivo como individual. A reforma do Aeroporto Internacional Marechal Rondon durou mais que o esperado, causando transtorno para passageiros e trabalhadores aeroviários. Observamos também o fechamento de comércios nas áreas próximas a canteiros de obras, pela impossibilidade de circulação de veículos e pessoas.

A partir das ideias elucidadas por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009), o uso cultural da cultura “ao invés de estabelecer uma interação das representações e práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas” (MENESES, 2009, p 29), na medida em que o uso cotidiano, “existencial” e relacionado ao universo do trabalho é desconsiderado em tais intervenções. Apesar de não serem os usos cultural e cotidiano necessariamente excludentes, existem de fato conflitos entre as lógicas atuantes: a da cultura, relacionada à produção do sentido sobre as coisas, e a do mercado, norteada pelo imperativo do consumo e do lucro.

Neste contexto, valores atribuídos pelo usuário-fruidor primário (habitante) como valores afetivos e sentimento de pertencimento e identidade, são desconsiderados na política pública, visto que os bens culturais passam a ser encarados pelos produtores do espaço (nominalmente administração pública, indústria da construção civil e mercado imobiliário) como portadores de valores de troca ou recursos a serem explorados financeira e/ou especulativamente.

A partir do reconhecimento do papel fundamental do habitante em processos de transformações urbanas, busca-se diálogo com diretrizes de atuação já elaboradas por Freire para Cuiabá no contexto turbulento do fim dos anos 1980, visando evidenciar os “novos velhos” problemas deste Centro Histórico que persistiram apesar dos avanços e retrocessos nas últimas décadas.

Por contribuir na argumentação a favor do habitante como principal sujeito fruidor da cidade com foco no uso cotidiano, analisamos textos de Júlio de Lamônica Freire publicados entre 1987 e 1988 no jornal Diário de Cuiabá (posteriormente reunidos no livro “Cuiabá nosso bem coletivo” publicado em 1992). Aqui nos interessa a análise de alguns artigos que tratam do Centro Histórico, governança, espaços públicos e participação popular[115]. Freire buscou através de linguagem acessível ao público leitor apresentar questões urbanas emergentes à época, visando informar sobre competências institucionais, compartilhar o saber técnico e provocar reflexões acerca de questões coletivas urbanas.

O texto busca assumir parte da responsabilidade sobre o estado geral da cidade de Cuiabá, elucidando competências e sugerindo diretrizes de ação, o que Brandão (1997) identificaria como uma postura pedagógico-denunciante, por não se

[115] Cuiabá, nosso bem coletivo, EdUFMT, 1992. Artigos 1. Afinal, quem planeja a cidade?, 2. Será o estado o planejador da cidade?, 3. Centro "Core", coração de Cuiabá, 9. A preservação de nossos bens culturais, 15. Ruas e Praças, espaços de vida da cidade, 22. Participação popular.

limitar a lamentação e sim realizar críticas de forma fundamentada e propositiva, a partir de uma postura técnica e cidadã, colocando-se como um agente ativo no campo da preservação e planejamento urbano.

Freire iniciou sua série afirmando que a Prefeitura Municipal nunca se estruturou para desempenhar o papel de protagonismo no comando do crescimento urbano, por diversas vezes norteado por decisões do Governo do Estado que realizava a maior parte das intervenções urbanas[116], geralmente sem consulta ao município, gerando dispersão do tecido urbano consolidado e investimentos em infraestrutura. Neste contexto, mesmo com consulta, a ausência de estrutura institucional impediria um posicionamento adequado por parte do Município, desprovido de corpo técnico capaz de analisar os impactos urbanos das intervenções propostas pelo Governo do Estado. Foi reforçada a necessidade de um caráter contínuo e de longo prazo do planejamento, em oposição às intervenções pontuais descoordenadas que buscam resolver questões permanentes.

Quanto ao Centro Histórico, Freire denunciou a tendência pela verticalização cuja demanda por infraestrutura a região não tem condições de oferecer. Novamente numa postura propositiva, desenhou diretrizes de um "Projeto de Revalorização" a ser assumido pelo poder público em diversas esferas e pela sociedade, devendo este ser elaborado coletivamente por agentes relacionados ao Centro Histórico (Prefeitura Municipal, concessionárias de energia, água e telefonia, Associação Comercial, Clube dos Diretores Lojistas, Associação dos Vendedores Ambulantes, associação dos moradores do centro e outras associações existentes no Centro). As diretrizes são abrangentes, passando por ações relacionadas à estrutura física sem a exclusão de questões de governança e principalmente articulação entre agentes públicos e privados. São os pontos principais (FREIRE, 1992, p 16-23):

- Tratamento urbanístico dos calçadões, qualificados como espaços de permanência, socialização e fruição;
- Investimentos públicos e privados na qualificação física, tanto de espaços públicos como de imóveis, "animação de uso cultural" através do planejamento de ocupação do espaço público com atividades, assessoria técnica para orientação de intervenções arquitetônicas;

[116] Refere-se a dois assentamentos habitacionais implantados longe do tecido urbano consolidado: COHAB velha (hoje bairro Cidade Verde) em 1968 e bairro Tijucal em 1983, implantado fora do perímetro urbano o que forçou sua expansão nos anos seguintes.

- Melhoria do aspecto visual do Centro Histórico através da redução da poluição visual (fiação aérea, publicidade), descaracterização de fachadas, poluição sonora e limpeza dos espaços públicos.
- Avaliação dos espaços destinados a vendedores ambulantes;
- Capacitação para o comércio e debate sobre “animação comercial” visando o estímulo à modernização dos estabelecimentos e melhoria dos serviços (aspecto visual e funcional das lojas, estoques e vitrines);
- Apoio da imprensa na divulgação do Projeto, com foco na difusão dos resultados qualitativos na vida cotidiana, contribuindo para a comunicação e mobilização sobre questões urbanas da cidade;
- Elaboração de um código de posturas para a área central;
- Melhoria em mobilidade urbana, principalmente transporte coletivo;
- Reestruturação do serviço de limpeza;
- Estabelecimento de horários para carga e descarga;
- Instalação de bebedouros e banheiros públicos;
- Redesenho do mobiliário urbano e sinalização;
- Estudos de circulação e formas de uso das praças centrais para eventual redesenho;
- Projeto complementar de revitalização, com estímulo a estabelecimentos geradores de encontro e fluxo de pessoas;
- Estudo de viabilidade para horários de funcionamento alternativos.

Quanto à preservação dos bens culturais, diante da massificação dos costumes e incentivo ao consumo pelos meios de comunicação, Freire externaliza uma indagação interessante sobre o “centro de tradições cuiabanas"[117] em debate na época: “Mais perplexos ainda, cuiabanos desta e de tantas terras ouvimos a proposta de criação de centros de tradição cuiabana, como se a cidade, ela própria, já não fosse esse centro matriz de todas as nossas tradições” (FREIRE, 1992, p 51).

Dentre as mudanças de costumes e tradições cuiabanas, citou a descontinuidade das “festas de santo” (São Benedito, São João, Senhor Divino), que foram retomadas nos anos de 1990. Numa postura de reconhecimento das

[117] A proposta da criação deste centro de tradições chegou a ser incluída no Plano Diretor de 1992, mas não foi concretizada.

contribuições dos migrantes de outras partes do país, Freire buscou reforçar o caráter vivo e mutável da cultura, em contraponto a discursos de uma “cultura cuiabana legítima”:

> A cultura é dinâmica, o processo cultural é contínuo, e a superação do problema só ocorrerá com o entendimento de que os valores culturais são renováveis e se atualizam em cada novo contexto. Não se deve tentar o congelamento da cultura ou procurar colocá-la em uma redoma: seria uma farsa e de nada adiantaria. FREIRE, 1992 p 52.

Apoiado no estudo "Preservação e Desenvolvimento"[118] desenvolvido por Glauco Campello (Iphan), Freire buscou responder questões relacionadas à interação entre preservação e desenvolvimento da cidade. Para ele, a participação popular associada ao desenvolvimento do Plano Diretor deveria dispor das diretrizes iniciais. Outro ponto interessante levantado se refere ao objeto de preservação: o estranhamento por parte da população e gestores públicos em relação ao tombamento do Centro Histórico de Cuiabá instigou o autor na elaboração de uma argumentação pautada em seu valor documental, contribuindo para melhor elucidação dos valores atribuídos no ato do tombamento. Este trecho da cidade guarda marcas do processo cultural e "conta a história” da formação do núcleo urbano e das atividades desenvolvidas ao longo do tempo.

> Não poucas pessoas perguntariam, em relação ao centro histórico, porque (ou pra quê) preservar uma área já tão "mexida", tão alterada, "que já não tem mais nada de histórico", quase sem "nenhum caráter" [...]
>
> Como Glauco Campello, concluo que o que se deve preservar é a 'autenticidade do processo cultural' desenvolvido, e não, simplesmente, o casarão ou o monumento, ou mesmo toda a área, como objeto estético dissociado do seu contexto maior, a cidade, tendo sempre em vista 'o conflito entre a visão mais ampla do conceito de preservação e os interesses egoístas de um desenvolvimento de tipo especulativo’." FREIRE, 1992 p 52.

Em oposição à argumentação da proteção de bens isolados em detrimento da proteção em conjunto, Freire denunciou uma visão “idealista” que ignora as dinâmicas específicas do Centro Histórico e seus usuários, que “deve ser substituída pela compreensão dessa área como parte integrante real da cidade" (FREIRE, 1992 p 54).

[118] A referência correta deste estudo não consta no livro “Cuiabá nosso bem coletivo”. Até o término desta pesquisa, o referido estudo não havia sido localizado.

Em relação aos espaços livres públicos compostos por ruas e praças, Freire anunciou alguns projetos[119] em desenvolvimento à época pelo IPDU nunca executados. Estes projetos tinham como objetivo a integração de áreas livres, com a remoção de barreiras e limites físicos, buscando a qualificação física e a apropriação dos espaços pela população.

A participação popular nas decisões de gestão urbana aparece em dois questionamentos importantes: Como tornar a população sujeito concreto do planejamento urbano? Como assegurar a participação efetiva?

Por seu posicionamento em relação à função social da profissão, Freire nos faz pensar no papel do arquiteto urbanista como detentor do saber técnico, cuja atuação conjunta com a sociedade civil organizada pode resultar na incorporação de reivindicações por melhorias alinhadas às demandas reais da população. Neste contexto, para o autor, as associações de moradores têm capacidade de assumir o protagonismo no debate da gestão urbana, visto que através das reivindicações, "moradores revelam um saber prático sobre possibilidades urbanas e habitacionais de morar numa cidade" (FREIRE, 1992, p. 133). A assessoria técnica às associações de moradores, incluindo profissionais de áreas como engenharias, geografia, antropologia e sociologia, representa uma contribuição para a ampliação do saber prático dos habitantes, demonstrando o reconhecimento sobre a legitimidade de saberes diversos, técnicos e práticos. Através da apropriação do saber técnico por interesses coletivos, os moradores são melhor preparados para atuar junto às esferas de decisão como o Conselho Municipal de Desenvolvimento.

> Os técnicos detêm conhecimentos indispensáveis à tentativa de articular o plano urbanístico ao modo de vida e às expectativas da população. Mas não dispõe da energia social necessária à garantia de sua execução. (FREIRE, 1992, p 134)

Verifica-se que houve a atualização de algumas questões latentes no fim dos anos 1980 e o surgimento de outras problemáticas. Como mencionado anteriormente, o Governo do Estado permanece um poderoso agente produtor do espaço na capital,

[119] 1. Ligação entre Palácio Alencastro e antiga residência dos Governadores, através da remoção de muros e edificações anexas. 2. Praça Ipiranga, cuja ocupação desordenada por vendedores ambulantes causava pressões sobre sua estrutura física, poderia ser qualificada como um local de permanência e descanso, ao mesmo tempo que “daria suporte à paisagem” do Morro da Luz e Igreja do Bom Despacho. 3. Fora do Centro Histórico, integração da Praça Santos Dumont com o campo gramado do Colégio Estadual através da derrubada de muros e uso do equipamento esportivo e de lazer pela população geral.

deliberando sobre intervenções urbanas de alto impacto de forma vertical, sem os devidos cuidados em relação às fases preliminares de estudo, diagnóstico e exploração de alternativas técnicas viáveis. No caso da Copa, a atuação do Governo do Estado reproduziu as diretrizes federais de estruturação das cidades-sede do torneio, visando a adequação a partir de padrões internacionais.

Quanto ao Iphan, no fim dos anos 1980 houve o estabelecimento do Escritório Técnico em Cuiabá durante o tombamento do Centro Histórico. Como tratado no capítulo 2, a primeira fase do Iphan em Mato Grosso foi marcada pela escassez de recursos e servidores, pelos conflitos com gestores municipais e com a população, e somente no começo da década de 1990 houve a fixação de uma sede da autarquia no Centro Histórico. A situação nos anos 2020 mudou um pouco: há mais servidores, no entanto há mais demandas[120], com a diversificação dos bens acautelados e instrumentos de preservação, no entanto, tal como durante a gestão presidencial de Fernando Collor (1990-1992) houve uma desestruturação do Iphan a nível nacional operada durante o governo Bolsonaro (2019-2022). E assim como no fim dos anos 1980, o Iphan/MT está novamente sem sede no Centro Histórico e os conflitos com gestores públicos e população permaneceram.

Quanto à gestão municipal, verifica-se na postura do IPDU do fim dos anos 1980 a inclinação para qualificação de espaços existentes através da integração física e visual e incentivo ao uso dos espaços pela população em atividades cotidianas. As propostas de intervenção desenvolvidas na época têm impactos relativamente menores aos projetos e obras realizadas nos últimos anos[121], marcadas pelo caráter excludente e cenográfico.

A questão da poluição visual foi parcialmente resolvida com uma ação conjunta entre Iphan e Prefeitura Municipal no início dos anos 2000 que estabeleceu uma padronização de tamanhos dos equipamentos publicitários e toldos, bem como

[120] São bens acautelados em Mato Grosso: Tombamentos - Conjuntos Arquitetônicos Urbanísticos e Paisagísticos de Cuiabá e de Cáceres, Igreja Sé de Sant'ana (Chapada dos Guimarães), Igreja do Rosário (Cuiabá), Altares da antiga Matriz (Cuiabá), Lugares sagrados de Kamukuwaká e Sagihenku (Alto Xingu), Marco do Jauru (Cáceres), Ruínas da antiga Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade. Registros - Modo de fazer Viola-de-Cocho (região do Pantanal MT e MS), Ritual do Yaokwa dos Enawene Nawe (Terra Indígena Enawene Nawe, MT), Ritxòkò - Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá (Ilha do Bananal, MT, GO e TO) e Ofício dos Mestres e Roda de Capoeira (abrangência nacional). Há cerca de 1500 sítios arqueológicos cadastrados em Mato Grosso.

[121] Refiro-me especialmente aos projetos já mencionados dos 300 anos de Cuiabá: Torre e edifício garagem no Morro da Luz, passarelas elevadas sobre a Av. da Prainha e cercamento do Morro da Luz, desenvolvidos pelo IPDU. Outro caso de intervenção excludente foi a higienização do Beco do Candeeiro, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura.

realizou a retirada de materiais que obstruem as fachadas. No entanto, a problemática da divisão de fachadas em unidades autônomas (com cores e materiais diferentes) não foi revertida, sendo um dos principais problemas identificados em relação à leitura visual do conjunto.

Uma das pautas mais recorrentes nas escutas realizadas no Centro Histórico está relacionada à segurança pública e pessoas em situação de rua e vulnerabilidade, o que não é mencionado no texto de Freire. Lançamos a hipótese de que a questão da criminalidade e vulnerabilidade e aumento da população em situação de rua tenha sido consideravelmente intensificada durante os anos de 1990, chegando a seu ápice de violência em 1998, quando houve o assassinato de três menores de idade em uma das ruas mais antigas da cidade. A “Chacina do Beco do Candeeiro”[122], como ficou conhecido o episódio, reforçou o caráter marginalizado da região central, associada a usos “inadequados” e à violência.

Gabriela Rangel Silgueiro (2019) nos oferece uma leitura a partir da prática etnográfica no Centro Histórico através da identificação da “região moral do baixo centro” relacionada à ocupação pela população em situação de rua majoritariamente negra, que raramente é considerada como sujeito beneficiário de políticas públicas de assistência social e constantemente reportada como a principal causadora de prejuízos coletivos.

> Vê-se que não só na fala dos comerciantes, mas em uma cartografia imaginária da cidade há todo um “baixo Centro” onde, para além da ideia de desnível físico, o significante “baixo” torna-se metáfora de seus frequentadores. Para além de um espaço físico, "o Beco" [do Candeeiro] é uma região moral.
> (SILGUEIRO, 2019, p 90)

Esta região moral do baixo Centro (Mapa 16) está localizada geograficamente nas proximidades do Morro da Luz e nas ruas mais antigas entre o Beco do Candeeiro e o Largo da Mandioca, que coincide com a área de maior índice de imóveis vazios e em pior estado de conservação. Cabe mencionar que após a pesquisa de Silgueiro, houve a execução da obra de “revitalização” do Beco do Candeeiro, que causou a expulsão da população em situação de rua e vulnerabilidade. Parte dessa população migrou para o Morro da Luz e a outra parte dispersou-se no restante do Centro e Porto.

[122] O crime foi investigado e um dos executores foi julgado e absolvido. As investigações concluiram que o assassinato foi executado por policiais militares integrantes de um grupo de extermínio.



Mapa 16 Região Moral do Baixo Centro em azul. Área tombada e entorno em preto. 1 Beco do Candeeiro, 2 Largo da Mandioca, 3 Morro da Luz. Fonte: Autora, 2022, elaborado a partir de Silgueiro, 2019.

A participação popular e a assessoria técnica elencadas por Freire como imperativos para uma gestão democrática da cidade permanecem como diretrizes ainda não plenamente alcançadas. A Lei de Assistência Técnica (Lei 11.888/2008) trata do oferecimento de serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia para melhorias habitacionais para famílias carentes não foi aplicada na capital, mesmo não sendo necessária sua regulamentação a nível municipal. A Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS, é uma pauta defendida por uma parcela de arquitetos urbanistas junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso - CAU/MT, através do qual nos últimos anos houve algumas ações iniciais[123], no entanto sem a aplicação sistemática por parte do poder público em qualquer esfera.

A participação popular é assegurada nas audiências públicas durante o desenvolvimento de instrumentos regulatórios, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e Plano Diretor. Cabe, no entanto, a realização de uma reflexão sobre a real efetividade deste modelo de participação, no qual não há a aplicação de metodologias

[123] Refiro-me aos materiais informativos e editais publicados pelo CAU/MT para execução de ações de melhorias habitacionais, projetos participativos e regularização fundiária em 2021 e 2022.

participativas nos diagnósticos e proposição de diretrizes pela população. A distância entre gestores, técnicos e moradores reforça uma lógica excludente da produção do espaço, no qual compete aos técnicos, por vezes usurpados de suas funções por gestores autoritários, decidir os rumos da gestão urbana, restando à população somente a validação das propostas já prontas. A participação social mediada através de outras instituições como o IAB e a UFMT é um caminho possível, que, no entanto, já carrega experiências total desconsideração[124] das contribuições por parte da Prefeitura Municipal.

A ruína da Gráfica Pepe em 2019 desencadeou um incômodo na cidade sobre o estado do Centro Histórico, o que tornou o assunto preservação cada vez mais recorrente nos meios de comunicação e provocou a mobilização de indivíduos e instituições diretamente afetados pela degradação. Formado por comerciantes, proprietários de imóveis, pesquisadores e entusiastas, o grupo “Amigos do Centro Histórico de Cuiabá” tem participado ativamente de discussões e atuado na pressão ao poder público, principalmente municipal, para a aplicação de medidas de incentivo ao uso e preservação do patrimônio edificado. Com foco no uso comercial e cultural do Centro Histórico, o grupo tem considerável inserção nos meios de comunicação e alguma influência política, tendo conseguido realizar reuniões com gestores públicos do município. Seguindo a mesma lógica, o Muxirum Cuiabano retomou suas atividades em 2018, com estratégias e pensamentos similares: apelo à “identidade cuiabana”, promoção de eventos culturais, defesa do uso comercial e cultural, reivindicação ao poder público por melhorias, articulação com o setor privado e divulgação na imprensa local.

Verifica-se, portanto, que a sociedade cuiabana não tem assistido de forma passiva a decadência de seu Centro Histórico. Grupos com maior poder político e econômico têm de alguma forma solicitado ao poder público a execução de ações voltadas à preservação. Cabe sublinhar o caráter limitado das reivindicações destes

[124] Refiro-me às contribuições da UFMT na elaboração da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo publicada em 2015. Em parceria com o IAB-MT, foram realizadas oficinas temáticas nas regionais administrativas, utilizando metodologias participativas e inclusivas para verificar junto aos moradores as demandas reais. As diretrizes gerais identificadas Relatório são: melhoria na comunicação sobre as competências dos órgãos, reestudo da questão das vagas de garagem, remoção das vagas de estacionamento das vias públicas mais estreitas, aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade (regularização fundiária e desapropriação, em imóveis vagos, subutilizados ou precários/alto índice de adensamento), criação de uma Zona Especial de Interesse Social coincidente à Zona de Interesse Histórico (AZEVEDO, CANAVARROS, 2015)

grupos, orientadas a partir de valores afetivos da “velha Cuiabá” e de noções restritas ao uso cultural e reforço do uso comercial. Outras formas de estar e viver o Centro Histórico, bem como outros grupos, são desconsiderados nestas reivindicações.

Cabe na elaboração destes “novos-velhos” problemas do Centro Histórico de Cuiabá a realização de uma análise sobre estado físico e funcional identificadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa (2018-2022), como questões de uso e conservação, problemas na gestão e relação com a população.

A partir de levantamentos de campo realizados entre 2018 e 2019[125], buscou-se verificar informações visíveis que pudessem classificar os imóveis em categorias a partir do logradouro público. Analisaremos somente os levantamentos de uso e ocupação do solo e estado de conservação por trazerem informações que podem subsidiar análises mais objetivas do Centro Histórico como um conjunto.

Em relação a uso (Mapa 17), os imóveis foram classificados entre uso residencial, comercial e serviços, institucional, misto (residencial associado ao comercial ou serviço) e vazios. Verificou-se que tanto na área de entorno como tombada, há a predominância do uso comercial e de serviços, principalmente nos calçadões e nas vias de maior fluxo de pessoas e veículos. Dentre os estabelecimentos comerciais, predomina a presença de comércio popular varejista, geralmente de pequenas proporções, majoritariamente composto por redes de escala local, com relativamente poucas redes de escala nacional. Há ainda a concentração de comércios e serviços especializados em algumas vias, como a Rua das Óticas (Rua Cândido Mariano) e a Rua das Noivas (Rua Voluntários da Pátria). No geral, no Centro encontram-se lojas de calçados, roupas, enxoval/infantil, aviamentos, utilidades domésticas e importados em geral. Os comércios de alimentos e bebidas,

[125] Refiro-me aos Produtos Técnicos das Práticas Supervisionadas desenvolvidos durante o Mestrado cujo objetivo foi a elaboração de um quadro geral do estado de preservação, características e usos. Produto 1 - Levantamento do centro tombado: Fichas SICG dos imóveis e mapeamento de uso do solo, estado de conservação, tipologias arquitetônicas, preservação de características históricas, gabarito e riscos (abril/2019); Produto 2 - Levantamento da área de entorno do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá: Fichas SICG dos imóveis e mapeamento de uso do solo, estado de manutenção, tipologias arquitetônicas, preservação de características históricas e gabarito (novembro/2019). O levantamento de campo e cadastramento do Centro Histórico foi realizado entre novembro de 2018 e novembro de 2019 e contou com a colaboração de alunos da Universidade Federal de Mato Grosso, através do Programa de Extensão Épura, sendo uma ação denominada “Revisão da Instrução Normativa do Conjunto Tombado de Cuiabá-MT: ações de levantamento de dados, análises, discussões técnicas e participação da população”, sob coordenação da Profª. Dra. Luciana Pellaes Mascaro. Os estudantes são Gabriella Regina Santos Torres, Lucas de Matos Machiner, Senhorinha Licka Kazama, Thais Reis Mazine, Valéria de França Silva, todos discentes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

sejam restaurantes, lanchonetes, ambulantes e bares estão diluídos em toda a área de estudo, geralmente concentrados em locais de maior fluxo de pessoas, como pontos de ônibus. Dentre os serviços, os mais comuns são salões de beleza/barbeiros, reparos/consertos e clínicas médicas/odontológicas.

Podemos afirmar que a transformação de vias em calçadões exclusivos para pedestres feita na década de 1980 direcionou o uso comercial dos imóveis: o calçamento mais adequado e a ausência de veículos permitem que o pedestre circule livremente, favorecendo o comércio. Nestas vias de uso pedonal exclusivo, há poucos imóveis vazios, o que corrobora para a hipótese de que os calçadões beneficiam o comércio.

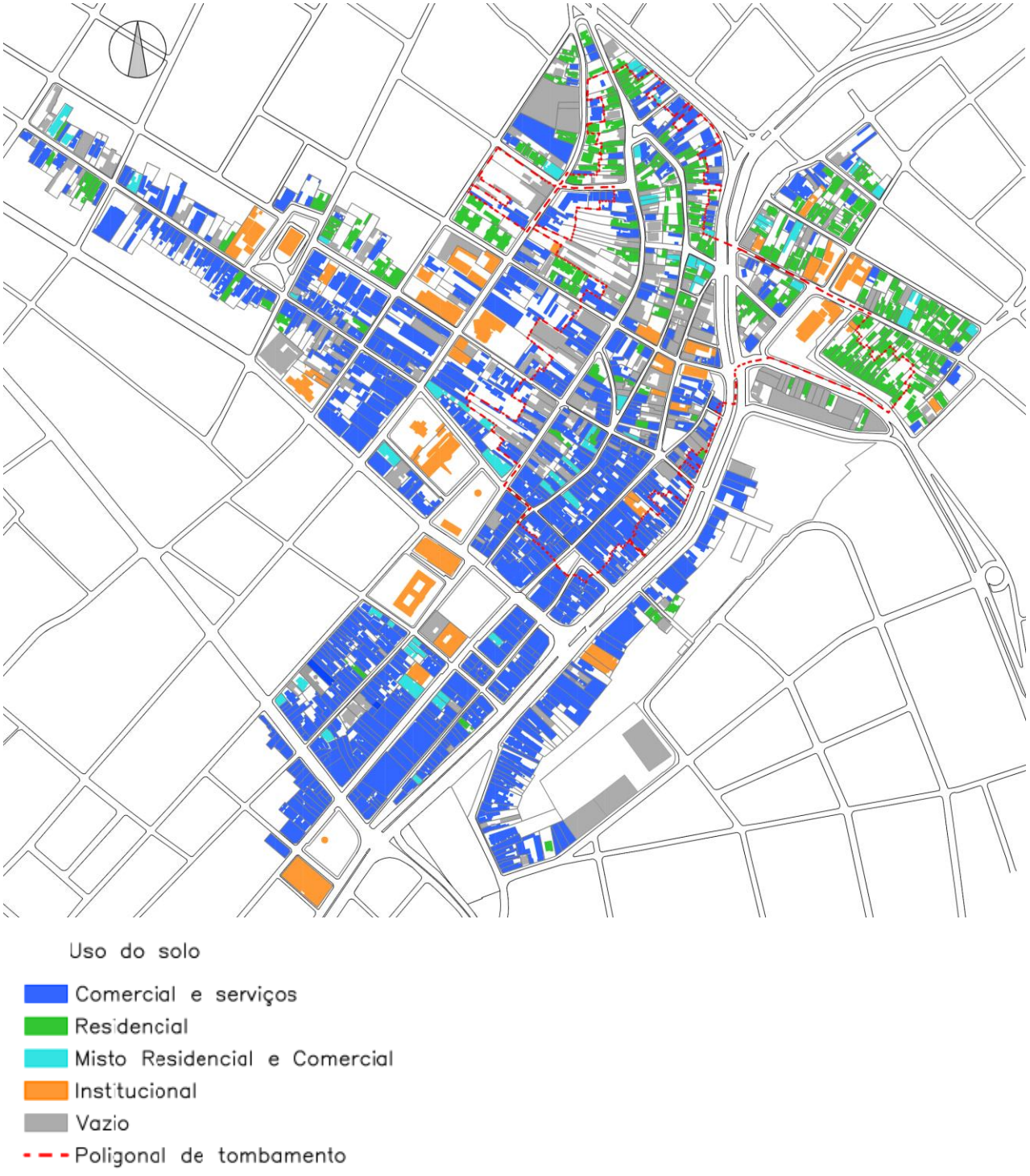
Quanto ao uso misto, é possível que o número de habitações em edifícios que classificamos como comerciais/serviços seja consideravelmente maior, visto que o levantamento considerou apenas informações visíveis do logradouro, sem interação com os usuários.

O uso residencial predomina nas imediações da Igreja do Rosário e na região entre a rua Voluntários da Pátria e o Largo da Mandioca, tanto na área tombada como na área de entorno.

O uso institucional[126] concentra-se nos espaços historicamente ocupados pelo poder público e Igreja Católica, nas proximidades das Praças Alencastro, República e Ipiranga e nos arredores das Igrejas da Boa Morte e Rosário. Verifica-se a presença de órgãos municipais nas proximidades da Prefeitura, ao longo da rua Barão de Melgaço. Alguns órgãos estaduais localizam-se no centro, com uso majoritariamente cultural.

Os imóveis vazios estão presentes em todo o conjunto, mais significativamente na área tombada: percebe-se uma área de esvaziamento nas vias mais antigas, especialmente nas ruas Ricardo Franco (Rua do Meio) e Pedro Celestino (Rua de Cima) entre o Largo da Mandioca e a Rua Voluntários da Pátria.
O uso residencial nas proximidades da Igreja do Rosário e Mandioca bem como o intenso uso comercial da região central como um todo foram mencionados nos estudos de tombamento e verificamos a manutenção destas características relacionadas ao uso neste levantamento de 2019.

[126] Consideramos uso institucional órgãos públicos, organizações religiosas e organizações não governamentais estabelecidos na área de estudo.



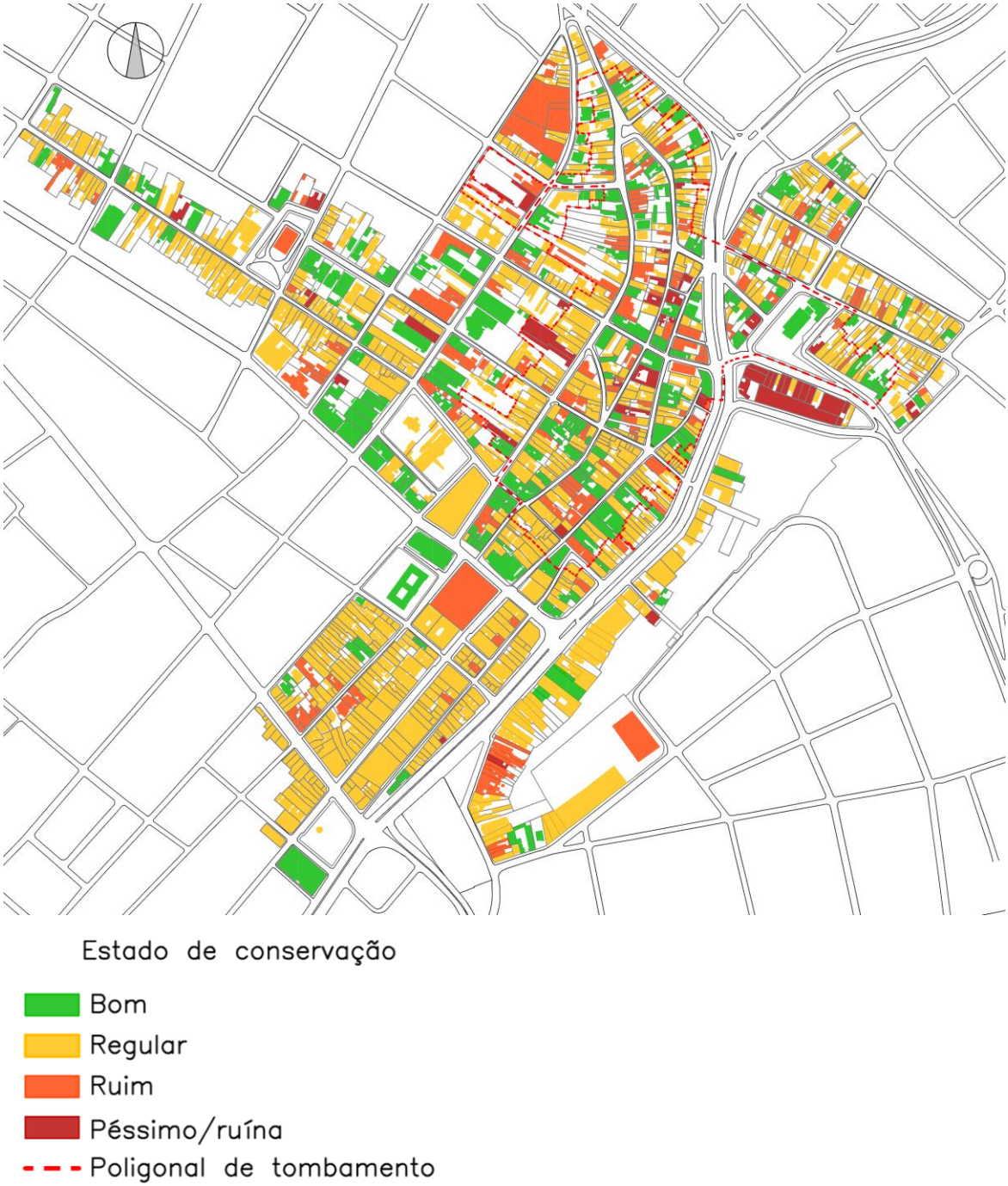
Mapa 17 Uso do solo do Centro Histórico de Cuiabá. Fonte: Autora, 2019.

A análise do estado de conservação (Mapa 18) dos imóveis foi feita de forma qualitativa, a partir de elementos visíveis do logradouro, como telhados e patologias nas fachadas. Os imóveis foram classificados entre bom, regular, ruim e péssimo. A

categoria regular é a mais comum, com predominância de condições mais precárias na Rua Ricardo Franco (Rua do Meio) e próximo à Praça Bispo Dom José. É notável também a relação entre o estado de conservação e o abandono de imóveis: de forma geral, os imóveis vazios estão em estado ruim ou péssimo, salvo raras exceções. Os imóveis em melhor estado de conservação estão diluídos no conjunto, sem uma região de predominância.

No mapeamento, foi identificada uma concentração de imóveis em pior estado na quadra do Largo do Rosário, objeto de intervenção do Governo do Estado para implantação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) onde houve a demolição de 10 das 15 edificações existentes, conforme mencionado no capítulo 2. Anos após o início das demolições da área, não houve término da ação, tampouco urbanização ou quaisquer intervenções na área.

No entanto, como mencionado, durante a elaboração desta pesquisa (2018-2022) cerca de 10 imóveis ruíram no Centro Histórico (principalmente na área tombada), o que reflete uma degradação geral do Centro Histórico. As ruínas, como mencionado, nem sempre são resultados do abandono e falta de uso, mas também por intervenções inadequadas e precariedades habitacionais relacionadas à baixa renda. Apesar do alarmante número de imóveis em más condições, o predomínio de imóveis em estado regular indica a possibilidade de reversão do quadro.



Mapa 18 Estado de Conservação do Centro Histórico de Cuiabá. Fonte: Autora, 2019.

Considerando as condições atuais do Centro Histórico, seu estado avançado de degradação física e considerável taxa de desocupação de imóveis, as ideias elaboradas por Freire, sobretudo elencadas no “Projeto de Revalorização”, ao nosso ver, respondem a questões de ordem urbana e cultural de forma satisfatória no contexto atual, carecendo de algumas atualizações de ordem metodológica.

Ações pautadas na mobilização social, cuja reivindicação ao poder público resultam em benefícios à coletividade, mediadas por técnicos conscientes das funções sociais de seus ofícios nos parecem adequadas ao contexto cuiabano. Cabe reforçar o caráter inovador das diretrizes de Freire na medida em que advoga por ações de baixo impacto na paisagem urbana, com intervenções pontuais, norteadas por estudos criteriosos, voltadas à melhoria das condições físicas de locomoção e permanência nos espaços públicos. O incentivo ao uso cotidiano, às atividades e apropriações existentes também são pontos bastante relevantes a serem defendidos, em face das recorrentes ações voltadas à modificação das dinâmicas de uso introduzidas por intervenções realizadas recentemente.

O contraste entre estas diretrizes e as políticas urbanas desenvolvidas no Centro Histórico e em outros sítios de valor cultural para uso turístico atualmente nos informa um retrocesso em esferas diversas, sobretudo em relação à capacidade de reflexão crítica de técnicos e gestores urbanos no que tange a mediação entre as demandas sociais e as limitações da gestão pública, e sobretudo, em relação aos impactos de intervenções urbanas no patrimônio cultural existente no Centro Histórico de Cuiabá.

4.2. INVENTÁRIO DE IDEIAS

Diante de um cenário complexo atravessado por questões de ordem urbana, cultural e social relacionadas à preservação do Centro Histórico de Cuiabá, este subcapítulo tem por objetivo apresentar caminhos possíveis de soluções ou, pelo menos, inícios de processos de enfrentamento das problemáticas identificadas. A partir da crítica aos modos de preservar operados em Cuiabá, fica evidente nosso posicionamento a favor das etapas de estudo e diagnóstico antes de quaisquer intervenções físicas, além da exploração de possibilidades diversas, voltadas à apropriação cotidiana dos sítios urbanos.

Verifica-se que a comunicação é um grande obstáculo à preservação, na medida em que a população em geral desconhece os efeitos do tombamento, os valores protegidos no Centro Histórico e os papeis de cada agente. Neste sentido, ações voltadas à comunicação são fundamentais para a preservação.

Em exemplo de ação de comunicação e educação para o patrimônio é o livro “Centro Histórico de Cuiabá: Patrimônio do Brasil” de Cláudio Quoos Conte e Marcus Vinícius de Lamônica Freire (2005), que trata dos principais assuntos sobre o tombamento federal. O livro traz um breve histórico da formação da cidade, as razões do tombamento, os valores atribuídos, características da arquitetura feita em Cuiabá, instrumentos de preservação e alguns procedimentos administrativos. A publicação tem texto de fácil compreensão, e possui pequenas dimensões o que favorece sua reprodução, e pode funcionar como uma espécie de guia introdutório ao assunto, bem como orientador de procedimentos administrativos e informações básicas sobre o Centro Histórico.

4.2.1. Apropriações do espaço público

Cabe neste “inventário de ideias” a identificação de atividades e dispositivos existentes e propostas de atividades ainda não executadas. Longe de propor uma análise sistemática das atividades desenvolvidas no Centro Histórico, elencamos algumas apropriações dos espaços públicos mais conhecidas e permanentes desenvolvidas por iniciativa popular, cuja continuidade e fortalecimento podem influenciar positivamente na preservação do Centro Histórico através do uso:

- Rota da Ancestralidade: Roteiro guiado com foco na identificação de espaços de ocupação negra antiga no Centro Histórico e reivindicação das narrativas e contribuições afro-brasileiras na formação de Cuiabá. O roteiro é realizado com alguma periodicidade pelo grupo Kizomba e agentes parceiros, dentre eles o Iphan/MT.
- Centro Cultural Casa das Pretas: O imóvel na Praça da Mandioca é ocupado desde 2020 como sede do Instituto das Mulheres Negras de Mato Grosso - IMUNE, que desenvolve atividades diversas de cunho cultural, artístico, assistencial e educacional, tanto no imóvel quanto na Praça.
- Projeto Psicanálise na Rua: O projeto começou em 2015 como parte da pesquisa de doutorado em psicologia da professora da UFMT Adriana Rangel e se transformou em um grupo de extensão em 2017, ligado à UFMT. O projeto disponibiliza atendimento psicanalítico para pessoas em situação de rua e ações de assistência social.

- Batalha de rimas (*Slam*) na Praça Alencastro e na Mandioca: Disputas de poesias organizadas semanalmente pelos participantes. O público predominante é de alunos das escolas públicas próximas ao Centro Histórico, jovens periféricos, *skatistas* e trabalhadores.
- Festa de São Benedito: Tradicional festa católica ocorre no mês de junho e é composta por celebrações religiosas e atividades artísticas. Desde 2017 a Festa tem sido iniciada com uma lavagem da escadaria da Igreja do Rosário (Imagem 76), manifestação de iniciativa de grupos de religiões de matriz africana.
- Circuito de bares na Mandioca: A proximidade entre os estabelecimentos atrai fluxo de pessoas no período noturno e aos finais de semana. A região da Mandioca é ocupada por bares há décadas e consolidou-se como um local de uso boêmio e de festividades, como o carnaval.



Imagem 76 Escombros do Largo do Rosário durante a Lavagem da Escadaria do Rosário em 2022. Verifica-se que nem todos os imóveis foram desapropriados, o que resultou em um cenário de degradação física e pressão pela retirada dos moradores da quadra. Foto: autora, 2022.

Quanto às propostas de atividades ainda não executadas voltadas à apropriação do espaço público, elencamos uma iniciativa que busca provocar reflexões sobre a lógica pautada exclusivamente na intervenção física como solução para problemas complexos. Trata-se de uma iniciativa nos oferece referências para a retomada dos rumos da vida no centro da cidade. O Jornal da Prainha foi desenvolvido coletivamente em 2021 sob coordenação do grupo de pesquisa e extensão Estudos

de Planejamento Urbano e Regional - Épura/UFMT e apresenta uma série de reflexões sobre o Centro Antigo[127] usando como eixo condutor das discussões e narrativas o Córrego da Prainha. Longe de ser um "muro de lamentações[128]", o Jornal propõe uma síntese de atividades e ações temporárias, com baixo custo de operação, visando a apropriação dos espaços livres públicos por populações diversas, e traz textos, fotografias e infográficos de pesquisadores e artistas de Cuiabá. Busca-se o reforço dos vínculos entre população (moradores, usuários, comerciantes, frequentadores) e o espaço público. As ações podem ser executadas por iniciativa popular, sem dependência do poder público, que, no entanto, pode apoiar as atividades.

São elencados a partir de eixos temáticos, apropriações temporárias possíveis de realização com pouca infraestrutura a partir das potencialidades dos lugares que compõem o Centro Histórico visando a estruturação de políticas públicas permanentes de valorização (Imagem 77).

[127] O Jornal utiliza a denominação Centro Antigo, que engloba a área tombada e regiões adjacentes, não se limitando à área tombada e de entorno.

[128] O projeto "Temporada Aberta da Prainha" foi contemplado pelo edital MT Nascentes/Lei Aldir Blanc, operado pela Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso em 2020. Participei das oficinas de elaboração do Jornal em 2021 como representante da referida Secretaria e como egressa do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT. Nas primeiras reuniões, era perceptível a tendência de lamentação sobre os problemas do Centro Histórico, no entanto os pesquisadores mediadores das oficinas buscaram permanentemente incentivar a identificação de potencialidades a partir dos usos e espaços já existentes e conhecidos pelos participantes.

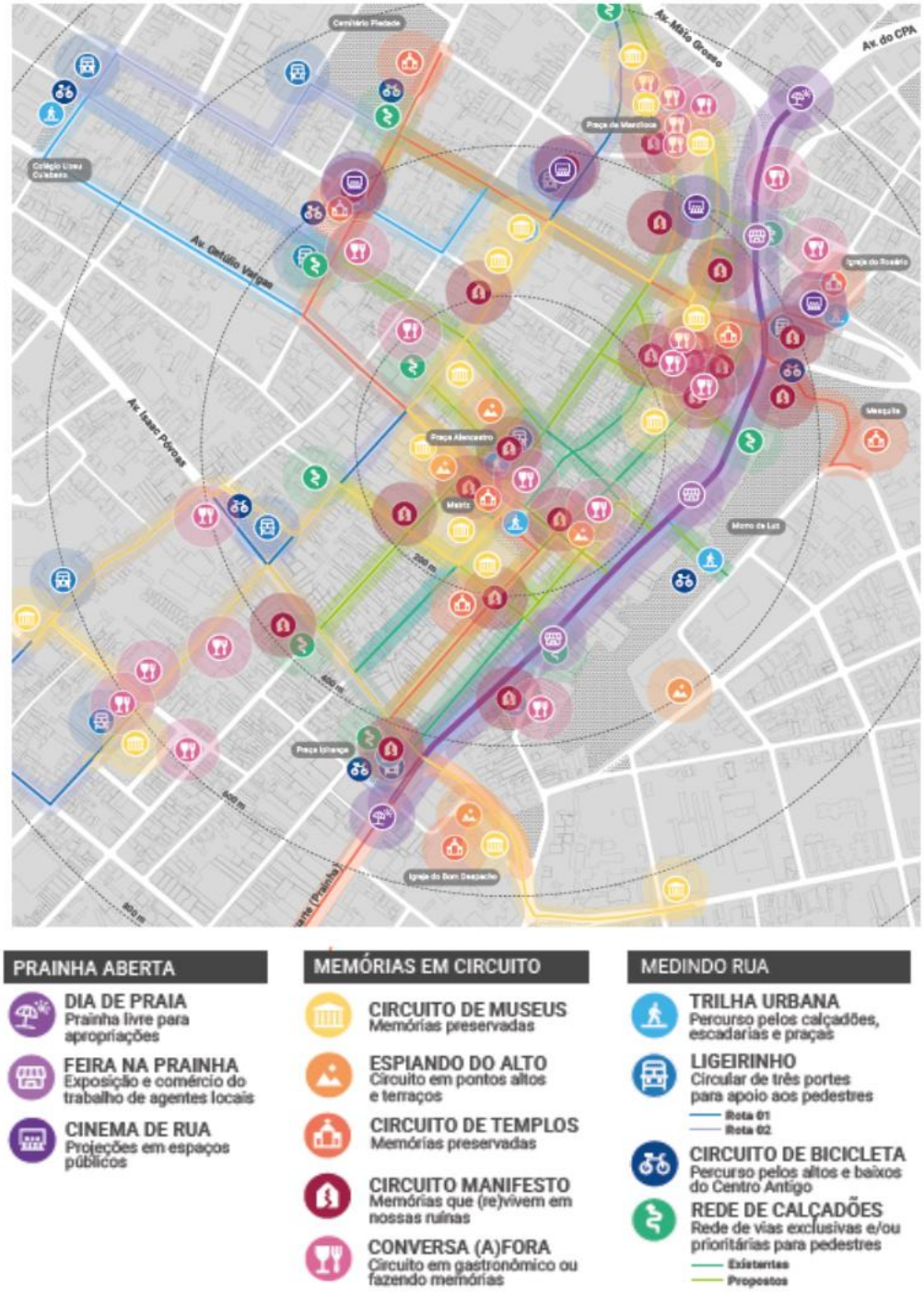


Imagem 77 Mapa síntese com propostas de intervenções temporárias sugeridas pelos participantes.
Fonte: Jornal da Prainha, AZEVEDO, FRIGERI, PERON, 2021.

Através do reconhecimento das singularidades materiais e imateriais do Centro Histórico e da valorização e promoção de ações colaborativas “com vistas à gestão democrática e desenvolvimento sustentável”, o projeto busca “potencializar as múltiplas atividades e apropriações” nos períodos de esvaziamento, como noturno e

finais de semana (AZEVEDO, FRIGERI, PERON, 2021). São propostas diversas atividades, dentre as quais destacamos: circuitos de atividades culturais (Imagem 78), atividades esportivas, feiras livres, abertura das vias para pedestres, dentre outros.



Imagem 78 Colagem para a proposta de Cinema Na Rua, na Igreja da Boa Morte e Escadaria do Beco Alto. Fonte: Jornal da Prainha, AZEVEDO, FRIGERI, PERON, 2021.

4.2.2. Possibilidades legislativas

Para além dos usos e apropriações, do ponto de vista legislativo, verificamos que nos últimos anos duas novas leis municipais publicadas trazem dispositivos passíveis de utilização no contexto do Centro Histórico, porém não foram aplicadas ou seus resultados ainda não são perceptíveis. A primeira é de 2017[129] e dispõe sobre o sistema tributário de Cuiabá, que estabelece a redução de 5% para de 2% do valor

[129] Lei Complementar Nº 435 de 25/09/2017 - Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 043, de 23 de dezembro de 1997, que trata do Sistema Tributário do Município de Cuiabá.

do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para empresas estabelecidas no Centro Histórico que funcionem no horário noturno. A mesma alíquota é oferecida a instituições de ensino de qualquer nível ou categoria estabelecidas no Centro Histórico e área de entorno. Verifica-se uma tentativa de aproveitamento da infraestrutura existente, visando o uso em horários geralmente vazios e incentivo à diversificação de atividades, através do uso educacional.

A segunda lei é de 2019[130], que dispõe sobre a arrecadação de imóveis urbanos abandonados. Em resumo, a lei pode ser aplicada quando o imóvel estiver vazio, sem uso e sem interesse do proprietário na sua manutenção, o que é verificado através da inadimplência do IPTU. No entanto, o imóvel só poderá passar à posse da municipalidade após um prazo de três anos desde a notificação ao proprietário, caso este não se manifeste. O município poderá destinar o imóvel a programas habitacionais, serviços públicos, ou cessão de direito de uso para entidades sem fins lucrativos. Além do prazo extenso entre a notificação e a arrecadação dos imóveis, uma fragilidade identificada é o fato dos imóveis arrecadados passarem para posse do município, a quem recairá sua gestão. Apesar da possibilidade de cessão de uso para entidades filantrópicas ou programas de habitação, diante do histórico da administração municipal é difícil considerar que o Município tenha condições de gerir de forma satisfatória mais imóveis sob sua responsabilidade. Outro problema está relacionado aos usos desses imóveis arrecadados: não há um sistema de habitação de interesse social estruturado a nível municipal para operar a política de moradia, especialmente através do uso de imóveis já existentes.

Outros instrumentos que poderiam ser aplicados ao Centro Histórico são dispostos no Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10/07/2001), dentre os quais destacamos: desapropriação, concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, usucapião especial de imóvel urbano, outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, transferência do direito de construir, operações urbanas consorciadas, regularização fundiária, assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, dentre outros.

[130] Lei Nº 6425 de 31/07/2019 - Estabelece normas para arrecadação de imóveis urbanos abandonados no Município de Cuiabá, e dá outras providências.

A assistência técnica gratuita em serviços de arquitetura e engenharia já é assegurada por lei[131] para famílias com renda de até 3 salários mínimos e poderia ser utilizada para melhorias habitacionais no Centro Histórico, como já mencionado, considerando as precariedades habitacionais identificadas.

Um grande obstáculo à utilização de imóveis vazios é a questão fundiária. Casos como o da Gráfica Pêpe[132] exemplificam bem a situação: imóveis antigos, cujos proprietários já são falecidos, frequentemente constam como bens em inventários, com herdeiros diversos, que na maioria das vezes não dispõem de recursos financeiros ou interesse para a preservação do imóvel, ou mesmo destinação de uso, como aluguel, venda ou cessão de uso. Com o passar do tempo, os imóveis continuam sem uso e a ausência de um responsável, ou um grupo de responsáveis, resulta no abandono e degradação. Há casos inclusive, de uma dificuldade imensa por parte do poder público em encontrar o proprietário para entrega de notificação, considerando a desatualização de dados cadastrais junto à Prefeitura Municipal.

Considerando a necessidade do desenvolvimento e aplicação de políticas públicas intersetoriais, integradas e contínuas adequadas às demandas reais da cidade, entre 2019 e 2021 foi realizado um trabalho que reuniu especialistas, gestores e população visando a definição das diretrizes de atuação voltadas à recuperação do Centro Histórico de forma ampla. O Plano de Gestão do Centro Histórico de Cuiabá foi estruturado a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Mundo (da Organização das Nações Unidas - ONU) e foi financiado pela Partnership for Action on Green Economy (PAGE), programa vinculado à ONU. Através de um convênio entre PAGE e o Estado de Mato Grosso, a UFMT foi responsável pela coordenação técnica e desenvolvimento dos trabalhos através da mobilização de professores, pesquisadores, servidores e alunos do departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escritório de Inovação Tecnológica, Faculdade de Economia e Faculdade de Engenharia.

Trata-se de conjunto de estratégias de gestão urbana com foco na regeneração econômica, física e social do Centro Histórico de Cuiabá. O principal objetivo do Plano de Gestão é “disponibilizar diretrizes aos poderes públicos

[131] Lei nº 11.888, de 24/12/ 2008 - Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

[132] Imóvel ruiu em 2019, e na época segundo levantamento do Iphan/MT, o casarão constava dentro de um inventário nunca finalizado, com dezenas de herdeiros.

(municipal, especialmente) para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas capazes de desencadear processo econômico gerador de empregos verdes" (SOUZA, 2007), p.10).

A metodologia do desenvolvimento do Plano de Gestão consistiu, resumidamente, na pesquisa da legislação vigente e uma série de levantamentos de campo, buscando evidenciar as condições do Centro Histórico considerando aspectos físicos, econômicos, sociais, habitacionais, culturais e urbanísticos. A partir dos dados, foram propostas diretrizes de soluções adequadas à realidade, posteriormente validadas pelos agentes envolvidos, considerando as estruturas institucionais já existentes.

A elaboração do Plano de Gestão contou com a participação de órgãos públicos em diferentes esferas, empresários, proprietários de imóveis, sociedade civil e demais agentes direta ou indiretamente envolvidos com o Centro Histórico. A partir das demandas apresentadas pelos participantes, o Plano de Gestão elenca diretrizes para os problemas identificados em dois eixos temáticos: Desenvolvimento econômico, sustentável e inclusivo, e Ambiente, patrimônio construído e infraestrutura.

O recorte geográfico principal é o Centro Histórico composto pela área tombada e de entorno, porém algumas diretrizes se aplicam também a bairros e vias vizinhas que podem abrigar atividades incompatíveis com o tecido urbano antigo. O Plano visa o estímulo ao uso misto e múltiplo, com foco no reuso dos imóveis vazios ou subutilizados, preferencialmente para usos habitacionais, educacionais, da economia criativa e empreendimentos de pequeno porte.

O Plano traz diretrizes organizadas em eixos, propostas e objetivos específicos. São as propostas: Integração intersetorial de políticas públicas, Criação de um núcleo de governança para gestão do Centro Histórico, Capacitação empresarial, Plano de segurança pública para o Centro Histórico, Centro de triagem de material reciclável e reutilizável, Políticas de promoção do uso múltiplo, Criação de fundo municipal para o Centro Histórico, Laboratório de capacitação de mão-de-obra, Sistema de informações geográficas (SIG), Plano urbanístico de desenvolvimento socioeconômico.

O Plano de Gestão foi publicado[133] e entregue à Prefeitura Municipal em 2021 e aguarda implementação pelo poder público. Sua estrutura estabelece ações intersetoriais passíveis de execução por diferentes esferas governamentais, divididas em ações prioritárias, contínuas e a médio prazo. Os problemas e suas soluções são elencados em objetivos, havendo inclusive uma estimativa de custos para investimentos em infraestrutura. Além do Plano de Gestão, foi lançado um site (Imagem 79) contendo o resumo das diretrizes, uma relação de fontes de financiamento e um mapeamento georreferenciado sobre as situações dos imóveis.

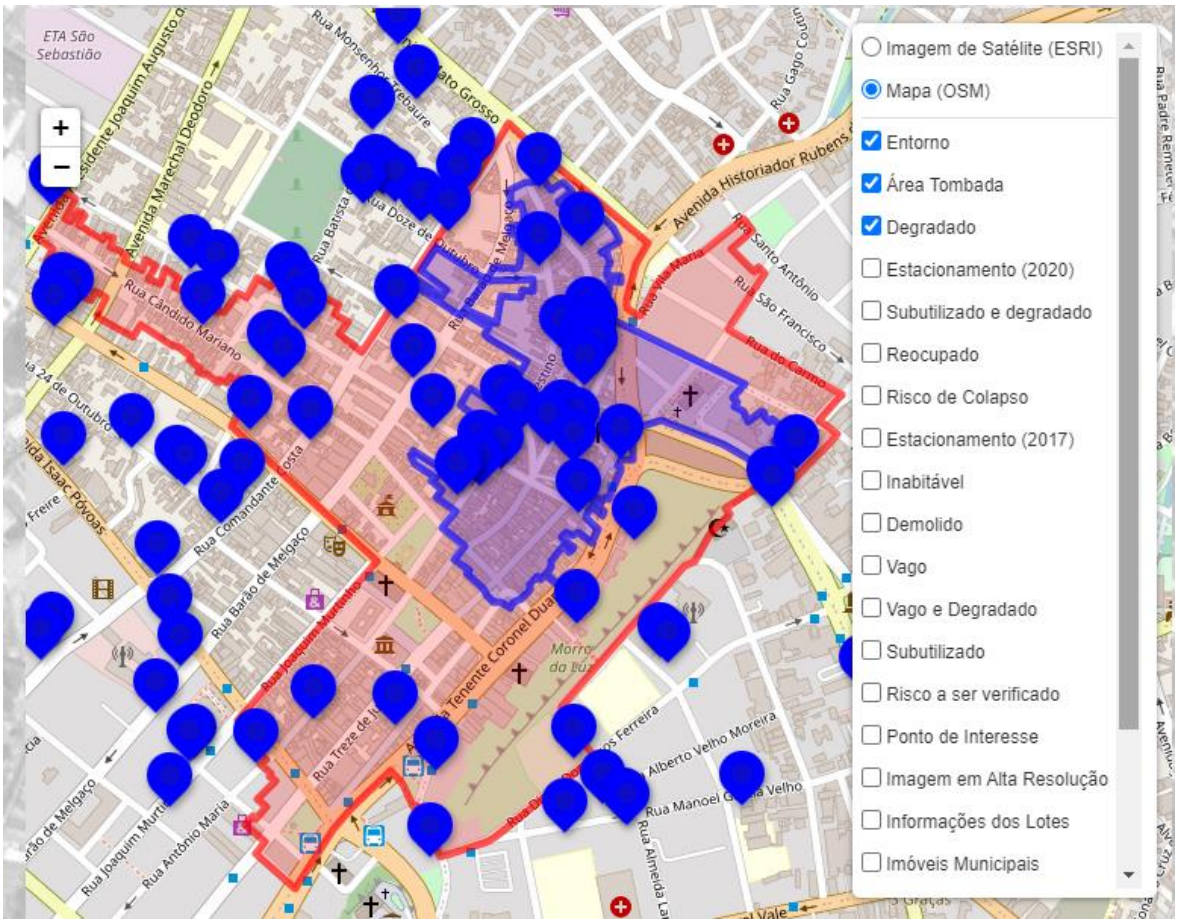


Imagem 79 Exemplo do mapeamento realizado para elaboração do Plano de Gestão (Imóveis degradados). A análise extrapola a área tombada e identifica imóveis na vizinhança imediata. Disponível em https://redecidadao.ufmt.br/mapas acesso em 21/09/22.

Os diagnósticos que compõem o Plano de Gestão identificam demandas já conhecidas como: tendência de abandono dos imóveis, esvaziamento da região

[133] O Plano de Gestão e as informações georreferenciadas estão disponíveis pelo site: https://redecidadao.ufmt.br/

central, predominância de uso único (comercial e serviços), problemas de infraestrutura e mobilidade, questões sociais relacionadas à população em situação de rua e em vulnerabilidade, segurança pública, precariedade habitacional, gestão de resíduos sólidos, e ausência de recursos financeiros para conservação dos imóveis.

O Plano de Gestão traz como centro das soluções a criação de um núcleo de governança para gestão do Centro Histórico, formado por representantes de órgãos públicos, instituições de ensino e sociedade civil, que tem por objetivo operar as ações intersetoriais visando o acompanhamento e aperfeiçoamento ao longo do tempo. Também é destacado a importância da continuidade da aplicação do plano, devendo ser encarada pelo poder público (sobretudo municipal) como uma atuação permanente de reabilitação urbana.

Cabe evidenciar o caráter conciliador de novos usos complementares aos já existentes, visando a geração de empregos e renda, e a fixação de população residente no Centro Histórico e suas imediações, o que favorece a reabilitação ou regeneração da área de estudo.

Verifica-se o esforço de buscar usos possíveis e adequá-los às limitações físicas impostas pelo tombamento, e não transformar o patrimônio cultural de Cuiabá sob os padrões globalizados, adequando-o a novos usos criados, com a construção de grandes empreendimentos com alto impacto voltados para a exploração turística, como ocorrido no contexto da Copa do Mundo. O foco na geração de empregos, diversificação de atividades sociais e econômicas e adensamento habitacional demonstra o entendimento de que o Centro Histórico deve voltar a ser gerido como parte do cotidiano da população cuiabana. A leitura da inserção do Centro Histórico na escala urbana também evidencia a maturidade das diretrizes, com a identificação de áreas vizinhas com possibilidade de adensamento e verticalização que podem servir de apoio e abrigar atividades incompatíveis com a estrutura urbana antiga. O Plano de Gestão evidencia que os desafios não são de ordem técnica, visto que ele já responde às questões técnicas. O desafio é de ordem política, ou seja, da implantação das diretrizes estabelecidas no Plano por parte do poder público municipal, estadual e federal.

4.3. O TEMPO DO PATRIMÔNIO

Um fator fundamental a ser considerado em qualquer proposta de recuperação ou reabilitação urbana é o tempo. A partir da experiência francesa e análise do caso brasileiro, o consultor Jean Pierre Halévy[134] nos oferece pistas para pensar os descompassos entre os tempos do patrimônio cultural e da gestão pública urbana. A partir da análise de casos de cidades brasileiras e francesas, Halévy reforça que os processos de recuperação urbana, ou em suas palavras revitalização urbana, levam tempo, décadas de trabalho contínuo para verificação de resultados. Tentativas de acelerar processos podem levar a resultados pouco satisfatórios: “Tivemos que aprender o tempo lento do Patrimônio” (HALÉVY, 1998, p 6).

A desconsideração do fator tempo, a nosso ver, é uma das principais problemáticas da preservação de Cuiabá: cada gestão municipal ou estadual busca imprimir suas marcas no território através de obras pontuais e desarticuladas sob a promessa de solução de antigos problemas. As gestões buscam “colher os frutos” em prazos reduzidos de 2 ou 3 anos como forma de preservar sua credibilidade junto ao eleitor. Na medida em que a gestão do patrimônio deixa de ser encarada como uma política de Estado, permanente e de longo prazo, e passa a ser desenvolvida com vistas à obtenção rápida de resultados, verificamos uma série de ações descoordenadas e sem efeito significativo em termos de preservação, que desgastam a imagem dos órgãos públicos e geram descrença sobre sua função e efetividade junto à população.

> O patrimônio corresponde ao longo prazo da Cultura, das Sociedades, ao que começou muito antes de nós e vai continuar muito depois. O Patrimônio é ligado ao Tempo, aos movimentos lentos de evolução das cidades, à “*longue durée”* dos historiadores. O Patrimônio não é apenas a saudade do que já foi. É a ideia de que nada se faz sem o tempo. Num momento onde as mudanças são tão rápidas, o Patrimônio aparece com o que resistiu ao tempo [...] (HALÉVY, 1998, p 6)

O “inventário de ideias” aqui proposto buscou reunir diretrizes, propostas, estratégias e mecanismos legais voltados à recuperação dos sítios históricos de

[134] As considerações de Halévy referem-se à sua missão como consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID cujo objetivo era analisar a atuação do Iphan na implantação do programa Monumenta, e resultou no documento “Programa BID e fortalecimento do Iphan: Relatório de fim de missão”, 1998, arquivo central do Iphan - Seção Brasília.

Cuiabá de forma abrangente, visando melhoria física dos imóveis e espaços públicos e principalmente a recuperação através do uso.

É necessário considerar os usos existentes e novos usos compatíveis. Os exemplos aqui tratados evidenciam o imperativo da coordenação entre ações governamentais em esferas distintas e principalmente a continuidade de ações, com possibilidade de verificação de seus efeitos e adequações quando necessárias.

Como mencionado, as políticas públicas de preservação em Cuiabá têm sido reduzidas a ações pontuais, desarticuladas e sem continuidade, que geram ciclos de expectativas e frustrações junto à população. O tempo das gestões públicas, dos investimentos e da expectativa de retorno é muito mais acelerado que o tempo do patrimônio.

O Plano de Gestão do Centro Histórico de Cuiabá oferece uma oportunidade ímpar de integração de ações a médio e longo prazo voltadas à recuperação da área central como um todo. Interessa reforçar a importância do fortalecimento das instituições públicas de ensino, como a UFMT, no processo tanto de elaboração como de implantação do Plano.

Cabe, ainda, uma crítica ao discurso oficial que visa a mudança dos modos de uso do Centro, através da substituição do público frequentador. A escolha pela palavra usar se refere ao princípio estruturador da relação pretendida entre pessoa e lugar: o consumo. O patrimônio urbano, tratado pelo viés da mercadoria, em que os espaços públicos, a paisagem urbana e imóveis são vinculados ao seu uso comercial, nesta lógica, só poderia ser acessado por um público detentor de recurso financeiro suficiente para tal. O uso *exclusivamente* cultural conforme tem sido executado opera um afastamento, na medida em que a visitação a este lugar passa a ser vinculada a um uso de exceção, apartado da vida cotidiana, como visita a museus e espaços culturais.

Defende-se nesta pesquisa a retomada dos sítios urbanos como documentos para a construção e fortalecimentos das múltiplas identidades que compõem a sociedade cuiabana. Seu uso deve ser vinculado às formas de viver o espaço urbano existentes, cabendo ao poder público orientar processos de melhorias para a população residente e usuária destes sítios, a partir de suas demandas reais. As intervenções, planos e projetos devem necessariamente focar na melhoria da qualidade de vida da população.

> [...] o patrimônio cultural vincula-se à condição de qualidade de vida e de cidadania - do amor pela própria história. É essa população que deveria condicionar os projetos de uso das áreas históricas: a população que já vivencia o lugar de algum modo, mesmo como visitante, e não como um público "cliente" ou “freguês", criado institucionalmente pelo poder público com base em interesses econômicos e financeiros, para consumir atividades que não tem relação com os processos sociais de apropriação e de produção do espaço. MOTTA, 2000, p 283

Na contramão dessa postura excludente operada pelo poder público, este “inventário de ideias” busca demonstrar outros caminhos possíveis, já elaborados por pesquisadores e legisladores (como exposto neste capítulo: 4.1. Novos velhos problemas; 4.2. Inventário de ideias), através da valorização do uso cotidiano, das apropriações existentes e da retomada do uso residencial. Defende-se aqui o incentivo às formas de viver o Centro Histórico ligadas a valores afetivos e uso cotidiano. Cabe à gestão pública do patrimônio mediar as mudanças e buscar equilibrar as novas demandas da sociedade aos valores identificados nos bens culturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, a narrativa e os rumos da preservação do Centro Histórico de Cuiabá foram disputados por agentes diferentes, por vezes com interesses conflitantes. Desde os primeiros esforços municipais empreendidos para a preservação da região central em 1982, passando pelos conflitos do processo de tombamento federal, e a estruturação e desestruturação institucional do Município (e em certa medida do Iphan na década de 1990 e recentemente nos anos 2020), o assunto patrimônio cultural foi acionado para legitimar investimentos principalmente em obras públicas de impacto em escala urbana. O patrimônio também foi utilizado para desonerar a Prefeitura dos desgastes políticos resultantes das limitações impostas pelo tombamento, bem como dos investimentos para a preservação, delegando ao Iphan esta função impopular.

O Centro Histórico passou de bem coletivo a ser salvaguardado a obstáculo ao progresso, depois a fator de desenvolvimento e, mais recentemente, a atrativo turístico. É preocupante o distanciamento deste bem cultural em relação a seus usuários, moradores e cuiabanos comuns.

Como mencionado, desde a década de 1970, Cuiabá experimentou intensos e sucessivos períodos de crescimento urbano inéditos: novas áreas de expansão, estruturação de eixos viários, obras de infraestrutura, equipamentos públicos de escala urbana. O tratamento dado ao patrimônio cultural, especialmente o Centro Histórico, entorno da Igreja do Rosário e bairro do Porto, também mudou. Enquanto na década de 1980 a preservação através do tombamento era vista por uma gestão municipal e por setores dominantes da economia como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, nos anos 1990 surgem com mais força discursos a favor da preservação dos bens materiais como suporte da memória e identidade cuiabanas e como fator de desenvolvimento social. Com o estabelecimento de instrumentos de planejamento e de preservação e com a consolidação da estrutura técnico-administrativa as políticas públicas nas diferentes esferas de governo passaram a operar de forma mais sistemática na realização de diagnósticos e propositura de instrumentos mais alinhados às demandas reais.

Entre 2010 e 2020, Cuiabá passou por violentas transformações em sua paisagem urbana, com disponibilidade de recursos financeiros, porém com dificuldades na gestão e execução, pois o investimento foi restrito à contratação da

execução de obras, sem aumento de corpo técnico. A fragilidade técnica das instituições, especialmente Prefeitura e Governo do Estado resultou em projetos de baixa qualidade em termos de diagnóstico e tomada de decisão. Conforme argumentado por Júlio de Lamônica Freire (1997), o Governo do Estado afirmou-se como um importante agente produtor do espaço através de intervenções em escala urbana, principalmente relacionadas à preparação para a Copa do Mundo, cujo maior impacto no Centro Histórico foi o VLT que nunca chegou a ser implantado.

Quanto ao Iphan, o cenário é sombrio: a superintendência está fora do Centro Histórico desde 2019[135], sem previsão de retorno. Apesar da injeção de servidores novos com o último concurso, a falta de recursos financeiros para realização das ações de rotina e a desestruturação a nível nacional que o Instituto atravessa resultam em um clima de desânimo e descrença em relação à sua atuação. Assim como no início de sua atuação, o Iphan é visto por muitos moradores, proprietários e gestores públicos como o responsável pela degradação e esvaziamento do Centro Histórico (Imagem 80).



Imagem 80 Protesto no tapume da sede do Iphan/MT. Foto: autora, novembro de 2019

A experiência na cidade e nos órgãos de preservação nos ensina que as fragilidades institucionais resultam em soluções pontuais, e muitas vezes precipitadas para problemas complexos que extrapolam a dimensão do patrimônio. As etapas de

[135] A sede da Superintendência foi uma das obras contempladas pelo PAC-CH e foi desocupada em março de 2019. A obra está parada por problemas na licitação, enquanto a unidade ocupa um imóvel cedido pela Prefeitura em um bairro vizinho, fora do Centro Histórico.

estudos e diagnósticos são ignoradas ou realizadas de forma insuficiente em comparação com a escala de intervenção e o vulto dos recursos financeiros a serem investidos. Sem corpo técnico estruturado, não há diagnóstico e as ações de preservação são pautadas exclusivamente em intervenções urbanas e obras de infraestrutura.

As dificuldades de articulação entre agentes principalmente públicos também é um fator que influenciou na execução de projetos amplo e integrados para o tratamento de questões que atravessam a preservação do patrimônio edificado, como assistência social, saúde pública, acessibilidade, mobilidade urbana e segurança pública. Sem o fortalecimento das instituições e a adoção de políticas permanentes de preservação, a preservação a longo prazo torna-se um desafio para os cuiabanos.

O estado crítico de degradação impulsionou certa movimentação na sociedade civil e a articulação entre órgãos públicos e instituições de ensino para a reversão do quadro, conforme abordado no capítulo 4. A ruína da Gráfica Pepe em janeiro de 2019 foi a gota d'água para a sociedade que assistiu a perdas sucessivas de seus bens culturais. O impacto na paisagem urbana gerou alguma mobilização social (mesmo que vinculada ao aproveitamento comercial da área) e o assunto patrimônio voltou a ter espaço na mídia local com reivindicações ao poder público para tomada de atitudes, tal qual ocorreu após a demolição deliberada do Hotel Centro América em 1990. Também como naquele momento, encontramos um Iphan enfraquecido, sem condições plenas de trabalho em Cuiabá e violentado a nível nacional. Resta saber se o ciclo será repetido e quais perdas o Centro Histórico vai sofrer.

Por fim, verifica-se que no caso de conjuntos urbanos somente o tombamento e a aplicação de normas urbanísticas não são suficientes para a reversão de quadros complexos que atravessam outras áreas da gestão pública. Articulação e principalmente a continuidade da cooperação entre agentes são as condições iniciais para uma gestão de cidades de interesse cultural, com foco na melhoria da qualidade de vida da população residente e frequentadora da área, devendo ser mobilizadas políticas públicas permanentes, de longa duração para resultados mais satisfatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PUBLICAÇÕES

AZEVEDO, Doriane; CANAVARROS, Andréa Figueiredo Arruda. **Oficinas de Leitura Comunitária nas Regiões Administrativas de Cuiabá/MT:** Contribuições para Elaboração de Anteprojeto da Lei de Uso, Ocupação e Urbanização do Solo do Município de Cuiabá /MT: Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA/UFMT: Instituto dos Arquitetos e Urbanistas - Departamento de Mato Grosso- IAB/MT. Relatório Síntese. Cuiabá, 2015. Arquivo ÉPURA/UFMT.

AZEVEDO, Doriane; GUEDES, Gabriela Silva Leite. A quantas Andam nossas Políticas de (des) Valorização do Patrimônio Cultural Material em Cuiabá/MT? In: CASTOR, Luciana Pelaes Mascaro; Ricardo Silveira (org.). **Patrimônio como política**. Cuiabá: Edufmt, 2019. p. 88-112. (Coleção Fronteiras do Patrimônio Cultural: preservação como fortalecimento das identidades e da democracia v.1). Disponível em: https://www.edufmt.com.br/product-page/patrim%C3%B4nio-como-pol%C3%ADtica. Acesso em: 04 maio 2020.

AZEVEDO, Doriane; MIRANDA, Claudio. **Análise Paisagística como Subsídio para Avaliação dos Impactos da Obra de Reforma da/na Praça Ipiranga e Entorno**. Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA/UFMT: Cuiabá, 2018. Arquivo ÉPURA/UFMT.

BARRETO, Neila Maria Souza. **Bicas, fontes, chafarizes, caixa d'água velha e a água de beber no espaço urbano de Cuiabá (1790-1886).** Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2015

BOLETIM SPHAN. Brasília: Iphan/Fnpm, v. 7, jul/ago 1980. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=437. Acesso em: 04 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Ludmila de Lima - **A catedral e a cidade: uma abordagem da educação como prática social.** EdUFMT, Cuiabá, 1997.

CAMPOS, Cristina. **O falar cuiabano**. Cuiabá: Carlini & Caniato editorial, 2014.

CANAVARROS, Andrea Arruda Figueiredo. **A consolidação de um tipo urbano e arquitetônico de moradia para os pobres:** velho modelo, novas periferias no espaço urbano mato-grossense. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

CASTOR, Ricardo. **Arquitetura Moderna em Mato Grosso:** diálogos, contrastes e conflitos. 2013. 456 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHUVA, Marcia. **Os arquitetos da memória: socio gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Márcia; SANTOS, Helena. Contra-razões às impugnações interpostas por proprietários de imóveis situados no conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico de Cuiabá. **Caderno de Documentos,** Rio de Janeiro, v. 2, p. 1, 1995.

CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius de Lamônica. **Centro Histórico de Cuiabá: Patrimônio do Brasil.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CUIABÁ. **Plano de Desenvolvimento estratégico 2013 – 2023.** Cuiabá: Capital do Pantanal e do Agronegócio, 2013

CUIABÁ. **Plano de Desenvolvimento estratégico 2013 – 2023.** Cuiabá: Capital do Pantanal e do Agronegócio, 2013

CUIABÁ. **Plano de Desenvolvimento estratégico Municipal 2012 – 2019.** Cuiabá 300 anos: Capital Moderna, de oportunidades e sustentável, 2012.

CUIABÁ. **Plano de Desenvolvimento estratégico Municipal 2012 – 2019.** Cuiabá 300 anos: Capital Moderna, de oportunidades e sustentável, 2012.

CUIABÁ. **Plano de Desenvolvimento estratégico Municipal 2017 – 2023.** 2017

CUIABÁ. **Plano de Desenvolvimento estratégico Municipal 2017 – 2023.** 2017

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Evolução do Perímetro Urbano de Cuiabá – 1938 a 2007.** IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá: 2007.74 p.

DUTRA, Maria Vitória de Moraes. **Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2017.

FIGUEIREDO, Aline. **Artes Plásticas no Centro Oeste**. Cuiabá, EdUFMT, 1979.

FREIRE, Júlio de Lamônica. **Cuiabá nosso bem coletivo**. Cuiabá: EdUFMT, 1992.

FREIRE, Júlio de Lamônica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, Maria Auxiliadora. **Cuiabá imagens da cidade:** Dos primeiros registros à década de 1960. Cuiabá, Editora Entrelinhas, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GUEDES, Gabriela Silva Leite - **O centro antigo e as políticas (urbanas) de reabilitação.** Trabalho de final de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

HALÉVY, J. P. **Programa BID e fortalecimento do Iphan: relatório de fim de missão**. Brasília: BID, 1998. Arquivo central do Iphan, seção Brasília.

ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. **Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas.** Washington, 1987.

IPDU - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO. **Patrimônio Histórico de Cuiabá**. Cuiabá, 2010.

Iphan. **PAC Cidades Históricas**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pac-cidades-historicas. Acesso em: 01 nov. 2022.

IRMÃOS CALHAO E O MUXIRUM CUIABANO. Direção: Leonardo Sant'ana. Produção: Leonardo Sant'ana, Ernani Calhao. Cuiabá: Terra do Sol Filmes, 2021. Plataforma digital (31 min). Disponível em: https://youtu.be/rM47UkgioyU Acesso em 01/11/22.

Jornal da Prainha [livro eletrônico] : temporada aberta / organização Doriane Azevedo, Ana Frigeri, Douglas Peron. -- Cuiabá, MT : Ed. dos Autores, 2021. PDF

KRENAK, Ailton**. Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, Leilla Borges. - **Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: Um olhar sobre sua demolição.** Cuiabá, Editora KCM, 2005.

LACERDA, Marina Duque Coutinho de Abreu - **O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá:** As demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico (1958-2013) – Cuiabá: UFMT, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini e Caniato: EdUFMT, 2008.

MAUGER, Gérard. Violência Simbólica. In: CATANI, Afranio; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 359-361.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil?: um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**: Patrimônios, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 09-28, abr. 2016.

MENDONÇA, Rubens de. **Roteiro histórico e sentimental da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.** Cuiabá, Edições Igrejinha, 1975.

MENDONÇA, Rubens de. **Ruas de Cuiabá.** Goiânia, Editora Cinco de Março, 1969.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas. Conferencia Magna, **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto.** IPHAN

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 256-287.

MOTTA, Lia. **O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura**. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: História e Patrimônio, Brasília, v. 34, p. 249-279, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

PEIXOTO, Paulo; LEITE, Rogerio Proença. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. **Cadernos Metrópole**: cidade, cidadania, governança democrática, São Paulo, v. 21, p. 93-104, jun. 2009.

PEREIRA, Antuterpio Dias. **O viver escravo em Cuiabá/MT:** Relações sociais, solidariedade e autonomia (1831-1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2016.

Plano de Gestão para o Centro Histórico de Cuiabá-MT [recurso eletrônico] organizado por Luciana Pelaes Mascaro... [et al.] Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2021. 74 p. il. ; PDF ; 31.423 KB.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo, EdUSP, 2000.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá:** Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROSA, Carlos Alberto. **Notas históricas.** Processo de tombamento Iphan 1180-T-85. Cuiabá, 1985.

SANT'ANNA, Márcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990.** Salvador, Oiti Editora, 2014.

SILGUEIRO, Gabriela Rangel**. Luz no candeeiro: vínculos de pertencimento em torno do memorial de uma chacina no Centro Histórico de Cuiabá.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (org.) [et al.]. **Cuiabá: de vila a metrópole nascente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G., et al. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PROCESSOS

IPHAN. Processo de tombamento nº 553-T-57-A: Igreja Rosário (com todo o seu recheio, inclusive retábulos, imaginária, alfaias e o que resta do mobiliário antigo), Igreja Bom Jesus (Altares, imagens antigas e peças de prata). Cuiabá, Mato Grosso. Arquivo central do Iphan, seção Rio de Janeiro.

_____. Processo de tombamento nº 553-T-57: Igreja Sant'ana (Sé), Chapada dos Guimarães, Mato Grosso. Arquivo central do Iphan, seção Rio de Janeiro.

_____. Processo de tombamento nº 1180-T-85. Conjunto Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, Mato Grosso. Arquivo central do Iphan, seção Rio de Janeiro.

_____. Processo Iphan/MT SEI 01425.000365/2013-39.

_____. Processo Iphan/MT SEI 01425.000397/2016-87

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

_____. Decreto-lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

CUIABÁ. Lei nº 2.023 de 09 de novembro de 1982: Dispõe sobre o uso do solo urbano no município de Cuiabá e dá outras providências.

CUIABÁ. Lei 2.297 de 16 de julho de 1985 - Estabelece normas para demolição de prédios, mudanças de características urbanísticas de prédios, considerados históricas na cidade de Cuiabá, e dá outras providências.

_____. Lei n° 2.259, de 26 de abril de 1985. Dispõe sobre a organização da administração municipal, estabelece princípios e diretrizes para a modernização administrativa, define a estrutura básica e funcionamento dos órgãos e dá outras providências.

_____. Lei Complementar 03 de 24 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá e dá outras providências.

_____. Lei complementar 044 de 23 de dezembro de 1997. Disciplina o uso e a ocupação do solo urbano no Município de Cuiabá.

_____. Lei Complementar 103 de 03 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Regulamentação do art. 48 da Lei Complementar nº 044/1997 de uso e ocupação do solo urbano no Município de Cuiabá e dá outras providências.

_____. Lei Complementar 150 de 29 de janeiro de 2007. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento estratégico de Cuiabá e dá outras providências.

_____. Lei complementar nº 231, de 26 de maio de 2011. Disciplina o uso, a ocupação e a urbanização do solo urbano no município de Cuiabá.

_____. Lei complementar nº 389 de 03 de novembro de 2015. Disciplina o uso e ocupação do solo no município de Cuiabá.

_____. Lei complementar nº 359, de 05 de dezembro de 2014. Estabelece a estrutura básica da administração pública municipal de Cuiabá no âmbito do poder executivo, e dá outras providências.

_____. Lei Complementar Nº 435 de 25/09/2017 - Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 043, de 23 de dezembro de 1997, que trata do Sistema Tributário do Município de Cuiabá.

_____. Lei Nº 6425 de 31/07/2019 - Estabelece normas para arrecadação de imóveis urbanos abandonados no Município de Cuiabá, e dá outras providências.

IPHAN. Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

IPHAN. Instrução normativa do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá. Cuiabá, 1994. Arquivo Iphan/MT.

NOTÍCIAS

WALLISON, José. **Conheça todas as 20 obras que estão no projeto dos 300 anos de Cuiabá.** Circuito MT, 05/08/2017. Disponível em http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/115307-conheca-todas-as-20-obras-que-emanuel-apresentou-para-os-300-anos.html#:~:text=%E2%80%9CSe%20Nova%20Iorque%20tem%2C%20porque,%E2%80%9D%2C%20disse%20o%20prefeito%20Emanuel.. Acesso em 07/09/2020.

PROJETO do edifício garagem e torre de 180m é rejeitado. Gazeta digital, 08/04/2019. Cidades. Disponível em https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/projeto-do-edifcio-garagem-e-torre-de-180-m-rejeitado/573755. Acesso em 25/04/2020.

MERCURI, Isabela; AGUIAR, Max. **Prefeitura perdeu obra de Dias-Pino e anuncia que fará réplica para colocar na Praça do Choppão**. Olhar Conceito, 04/10/2020. Disponível em https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=19637&noticia=prefeitura-perdeu-obra-de-dias-pino-e-anuncia-que-fara-replica-para-colocar-na-praca-do-choppao&edicao=4 . Acesso em 09/10/2020.

LEONOR, Naiara. **Monumento de Dias-Pino na Praça 8 de Abril será tombado como Patrimônio Oficial de Cuiabá.** Prefeitura de Cuiabá. 2020.

Disponível em https://www.cuiaba.mt.gov.br/cultura-esporte-e-turismo/monumento-de-dias-pino-na-praca-8-de-abril-sera-tombado-como-patrimonio-oficial-de-cuiaba/21187. Acesso em 07/12/2022.

VAILLANT, Marcus. **Leis de ocupação do solo são inconstitucionais, decide TJ.** Gazeta Digital. 10/04/2014. Disponível em https://www.gazetadigital.com.br/editorias/politica-nacional/leis-de-ocupacao-do-solo-sao-inconstitucionais-decide-tj/417668. Acesso em 08/12/2022.

BARBOSA, Bruna. **Obra da Praça da República está parada a pedido do Iphan; Prefeitura quer concluir.** RD News. 01/03/2020. Disponível em: https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/124157 .Acesso em 05/05/2020.

PREFEITURA de Cuiabá abandona obra da Praça da República e local se torna "lixão". O bom da notícia. 12/08/2020. Disponível em https://www.obomdanoticia.com.br/cidades/prefeitura-de-cuiaba-abandona-obra-da-praca-da-republica-e-local-se-torna-lixao/72480 . Acesso em 09/09/2020.

BARBANT, Maria. **Vila Cuiabana: um resgate histórico e cultural; Veja Fotos. Prefeitura de Cuiabá.** 31/12/2021. Disponível em https://www.cuiaba.mt.gov.br/empresa-cuiabana-de-zeladoria-e-servicos-urbanos/vila-cuiabana-um-resgate-historico-e-cultural-veja-fotos/26223. Acesso em 05/01/2022.

COMISSÃO aponta irregularidades, mas vereadores aprovam empréstimo de R$ 500 milhões para investimento nos 300 anos de Cuiabá. G1 MT. 20/12/20018. Disponível em https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/12/20/comissao-aponta-irregularidades-mas-vereadores-aprovam-emprestimo-de-r-500-milhoes-para-investimento-nos-300-anos-de-cuiaba.ghtml. Acesso em 08/04/2019.

RAMOS, Eunice. **Obras de arte são retiradas durante reforma de praça e causa revolta em artistas de Cuiabá.** G1 MT/ TV Centro América. 26/01/2020. Disponível em https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/26/obras-de-arte-sao-retiradas-durante-reforma-de-praca-e-causa-revolta-em-artistas-de-cuiaba.ghtml. Acesso em 08/12/2022.